

O Curso de Serviço Social da UEPB

*Elementos para uma análise
histórica e teórico-metodológica*

Adriana Freire Pereira Férriz
Lúcia Maria Patriota
Sandra Amélia Sampaio Silveira
(organizadoras)



**O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UEPB: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE
HISTÓRICA E TEÓRICO-METODOLÓGICA**



Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Antônio Guedes Rangel Júnior | *Reitor*

Prof. José Ethan de Lucena Barbosa | *Vice-Reitor*

Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Presidente

Cidoval Morais de Sousa

Conselho Científico

Alberto Soares Melo

Hermes Magalhães Tavares

José Esteban Castro

José Etham de Lucena Barbosa

José Tavares de Sousa

Marcionila Fernandes

Olival Freire Jr

Roberto Mauro Cortez Motta

Editores Assistentes

Arão de Azevedo Souza

Antonio Roberto Faustino da Costa



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500

Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Adriana Freire Pereira Férriz
Lúcia Maria Patriota
Sandra Amélia Sampaio Silveira
(Organizadoras)

**O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UEPB: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE
HISTÓRICA E TEÓRICO-METODOLÓGICA**



Campina Grande- PB

2014

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A EDUEPB segue o acordo ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil, desde 2009.

Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Antonio Roberto F. da Costa | *Editor Assistente de Conteúdo*

Design Gráfico

Erick Ferreira Cabral
Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes
Lediana Costa
Leonardo Ramos Araujo

Comercialização e distribuição

Vilani Sulpino da Silva
Danielle Correia Gomes

Divulgação

Zoraide Barbosa de Oliveira Pereira

Revisão Linguística

Elizete Amaral de Medeiros

Normalização Técnica

Jane Pompilo dos Santos

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

360
C977

O curso de serviço social da UEPB: elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica. / Adriana Freire Pereira Férriz; Lúcia Maria Patriota; Sandra Amélia Sampaio Silveira (Organizadoras). – Campina Grande: EDUEPB, 2014. 406 p.

ISBN 978-85-7879-224-4

1. Serviço social no Brasil. 2. Formação acadêmica. 3. UEPB. I. FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira. II. PATRIOTA, Lúcia Maria. III. SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio. IV. Título.

21. ed. CDD

SUMÁRIO

Prefácio	9
Apresentação	13
PARTE I	19
O Serviço Social no Brasil	21
Rosa Prédes	
Serviço Social, realidade sócio-histórica e exercício profissional	43
Lélica E. P. de Lacerda	
Ricardo Lara	
A formação acadêmica em Serviço Social no Município de Campina Grande: gênese e desenvolvimento sócio-histórico	71
Cleomar Campos da Fonseca	
Mônica Barros da Nóbrega	
Sandra Amélia Sampaio Silveira	
A contribuição do Serviço Social para o surgimento dos Clubes de Mães em Campina Grande	113
Marília Tomaz de Oliveira	

A Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba e os desafios de sua implantação no contexto de mercantilização do Ensino Superior.133

Idalina Maria Freitas Lima Santiago

Jordeana Davi

Moema Amélia Serpa Lopes de Souza

Mônica Barros da Nóbrega

Perfil dos TCCs no Curso de Serviço Social da UEPB171

Adriana Freire Pereira Férriz

Dayse Cristina Nunes do Nascimento

Lúcia Maria Patriota

Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues

PARTE II

Resgate histórico do Curso de Serviço Social no Município de Campina Grande: surgimento e desenvolvimento até sua inserção no âmbito universitário 197

Lígia Maria Leite de Souza

Paloma Ribeiro Freitas

Sandra Amélia Sampaio Silveira

Sérgio Cordeiro de Sousa

Resgate histórico do Curso de Serviço Social no Município de Campina Grande: a sua incorporação à esfera universitária a partir do surgimento da Universidade Regional do Nordeste-URNE. 261

Geórgia Dantas Macedo

Resgate histórico do Curso de Serviço Social no Município de Campina Grande - PB: o contexto da estadualização até o momento atual 329

Marta Denise Pereira de Andrade

Mauricelia Cordeira da Silva

Mônica Barros da Nóbrega

Sobre os Autores 393

Anexos. 399

PREFÁCIO

A coletânea intitulada O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UEPB: elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica é fruto do esforço intelectual coletivo empreendido por docentes pesquisadores do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) que, comprometidos com a historicidade e o debate crítico da formação profissional, torna público esta obra como legado deste Curso que já completou mais de meio século de história no município de Campina Grande - Paraíba.

Os leitores terão a oportunidade de conhecer através dos diversos artigos apresentados um trabalho pioneiro que resgata, dentre outros aspectos, a trajetória histórica e teórico-metodológica do Curso de Serviço Social da UEPB, inserido no contexto mais amplo do processo de institucionalização, expansão e consolidação da profissão no Brasil.

O livro em tela está organizado em duas partes. Na primeira, constam seis artigos que se articulam sob o eixo do Serviço Social enquanto profissão historicamente determinada, perpassada por distintas correntes teórico-metodológicas e ideo-políticas que marcaram a trajetória da profissão no Brasil.

Predominam, na maior parte dos artigos, as reflexões em torno da singularidade do processo de desenvol-

vimento do Curso de Serviço Social no lócus empírico da UEPB, no município de Campina Grande.

A segunda parte do livro reúne os relatórios das pesquisas vinculadas ao projeto de pesquisa integrado intitulado “Resgate histórico do Curso de Serviço Social no município de Campina Grande-PB”, desenvolvido no período de 2006 a 2008, os quais subsidiaram as reflexões postas na primeira parte desta obra.

Destaca-se a relevância dos artigos apresentados nesse livro, considerando-se que refletir sobre a trajetória histórica de uma profissão não nos remete apenas à apreensão de fatos passados, mas traz à tona elementos fundamentais que contribuem para a análise do contexto atual, marcado pelo processo em curso de contrarreforma do ensino superior no Brasil que impõe às profissões a lógica mercantil e instrumental que estimula a privatização da educação, configurando-a como mercadoria e negando-a enquanto um direito social.

O Serviço Social, nesse contexto, não está imune a esse processo atual de implementação ostensiva das propostas educacionais neoliberais. E a defesa da qualidade da formação profissional crítica, pautada nos valores e princípios expressos no projeto ético-político do Serviço Social, demanda um envolvimento coletivo e comprometido com as lutas sociais em favor de uma educação universal, laica, democrática, com qualidade e socialmente referenciada.

Nesse sentido, o percurso histórico do Curso de Serviço Social da UEPB dá testemunho do salto qualitativo conquistado notadamente nos últimos anos, dos esforços empreendidos nesta direção e da contribuição dada em função da consolidação do projeto-ético-político profissional.

Destarte, a recomendação deste livro torna-se pertinente para estudantes, docentes, pesquisadores, profissionais de Serviço Social e áreas afins, considerando a sua originalidade e o seu conteúdo crítico, o qual permitirá ao leitor aproximar-se do movimento histórico e das possibilidades dos avanços iminentes do Curso de Serviço Social da UEPB.

É nesse sentido que essa coletânea vem contribuir para a apreensão dessa historicidade, com expressões de lutas, resistências, continuidades e rupturas. E o mais instigante: por ser um processo histórico, é inacabado.

Campina Grande, outubro de 2013.

Francisca Rodrigues Mascena.

Chefe do Departamento de Serviço Social da UEPB.

APRESENTAÇÃO

A coletânea de textos O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UEPB: elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica materializa um antigo projeto de docentes do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), impulsionado pelas comemorações do aniversário de 50 anos de fundação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, em 16 de julho de 2007.

O Curso de Serviço Social, desde a sua origem, teve uma participação marcante na história dessa Universidade, sendo um dos primeiros cursos da Universidade Regional do Nordeste (URNE), estruturada em 1966 a partir da incorporação de duas faculdades existentes no município: a Faculdade Católica de Filosofia e Letras e a Faculdade de Serviço Social. Na década de 1980 participou ativamente do processo de luta pela estadualização da URNE e, conseqüentemente, da criação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em 1987.

Os artigos que compõem a presente coletânea evidenciam o Serviço Social no movimento histórico da sociedade brasileira, considerando sua gênese, desenvolvimento e tendências teórico-metodológicas e ideo-políticas presentes ao longo da sua trajetória histórica no país e, particularmente, em Campina Grande-PB.

Tais artigos advêm de estudos desenvolvidos por docentes do Curso de Serviço Social da UEPB que integram o Núcleo de Pesquisas e Práticas Sociais (NUPEPS), o Grupo Flor e Flor: Estudos de Gênero, o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS) e o Grupo de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS), bem como de contribuições de pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Estadual de Londrina (UEL), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A coletânea está dividida em duas partes. A primeira traz ensaios teóricos e resultados de pesquisas que abordam aspectos da história do Serviço Social brasileiro, da formação profissional e da produção do conhecimento na área, com ênfase no contexto da UEPB. Os artigos apresentam discussões teóricas pertinentes aos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social considerando os determinantes que compõem a totalidade social e o que se preconiza enquanto princípio central da universidade: a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

No primeiro artigo, Rosa Prêdes apresenta um panorama do Serviço Social no Brasil, desde seu processo de institucionalização, consolidação e expansão, até os recentes anos do século XXI. A autora situa os processos históricos, econômicos e políticos que marcaram o desenvolvi-

mento do capitalismo no Brasil e determinaram a profissão ao longo de suas sete décadas de existência. Neste percurso, discute as diferentes respostas profissionais, individuais e coletivas da profissão, bem como situa desafios atuais, a exemplo da expansão dos cursos na modalidade à distância (que tendem a descaracterizar a formação profissional) e as influências das teorias pós-modernas. Mostra, contudo, que o Serviço Social vem se fortalecendo na construção e defesa de um projeto profissional que, embasado na teoria crítica, reforça a defesa por uma sociedade emancipada.

Ricardo Lara e Lélica E. P. Lacerda, em seu artigo, objetivam discutir o exercício profissional do assistente social e sua relação com a compreensão materialista histórica da realidade social. À luz da teoria crítica e tomando como referências fundamentais Marx e Lukács, o texto traz uma discussão acerca dos pressupostos teóricos para a produção de conhecimentos na área.

O artigo de Cleomar Campos da Fonseca, Mônica Barros da Nóbrega e Sandra Amélia Sampaio Silveira versa sobre a formação acadêmica em Serviço Social no município de Campina Grande-PB, compreendendo-a a partir do movimento histórico da sociedade brasileira. As autoras apresentam a gênese e o desenvolvimento da profissão no país e, neste contexto, discutem como se deu a formação acadêmica em Serviço Social desde o surgimento do referido curso até a atualidade, buscando identificar as tendências teórico-metodológicas e ideo-políticas presentes

ao longo dessa trajetória histórica, considerando os condicionamentos da realidade objetiva e subjetiva, que dizem respeito às determinações do movimento de reestruturação capitalista e seus desdobramentos sobre o papel do Estado e das políticas sociais, em particular, da educação, em todos os níveis.

O artigo de Marília Tomaz Oliveira, decorrente das discussões apresentadas em sua Tese de Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Pernambuco, analisa a contribuição do Curso de Serviço Social para o surgimento dos Clubes de Mães (CMs) em Campina Grande-PB, além de evidenciar a trajetória histórica dos mesmos no referido contexto social. Para tanto, realiza um recorte teórico do fenômeno de estruturação dos processos de sociabilidade e associacionismo, destacando neste processo como as mulheres constroem vínculos sociais através da interação, na organização comunitária.

Jordeana Davi, Idalina Maria Freitas Lima Santiago, Moema Amélia Serpa Lopes de Souza e Mônica Barros da Nóbrega tratam da criação do curso de Pós-graduação em Serviço Social da UEPB, em nível de mestrado, inserido no contexto da contrarreforma do Ensino Superior no país. O artigo ressalta a importância da implantação desta Pós-graduação como possibilidade de incremento da formação de novos pesquisadores e docentes no Nordeste, bem como fortalecimento do Serviço Social

enquanto área do conhecimento, sintonizado com o projeto ético-político profissional.

O artigo de Adriana Freire Pereira Férriz, Lúcia Maria Patriota, Dayse Cristina Nunes do Nascimento e Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues pretende contribuir para a discussão acerca da sistematização e produção do conhecimento no Curso de Serviço Social da UEPB tomando como objeto os Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCCs) produzidos no referido curso. Decorre de uma pesquisa realizada em 2006, 2007 e 2011, cujo objetivo foi fazer um levantamento da produção do conhecimento, a partir dos TCCs elaborados no período que compreende as décadas de 1960 a 2000.

A segunda parte da coletânea traz os relatórios de pesquisas desenvolvidas no período de 2006 a 2008 pelas professoras Sandra Amélia Sampaio Silveira, Mônica Barros da Nóbrega e Cleomar Campos da Fonseca. Apresentam os resultados finais da pesquisa intitulada: Resgate histórico do Curso de Serviço Social no município de Campina Grande-PB, que teve por objetivo geral resgatar a história do Curso de Serviço Social no município de Campina Grande-PB e por objetivos específicos: apreender o desenvolvimento da Escola de Serviço Social, da sua origem até a inserção no âmbito universitário (subprojeto 1); compreender essa inserção a partir do surgimento da Universidade Regional do Nordeste (subprojeto 2) e apreender o desenvolvimento contemporâneo do Curso de Serviço Social na

Universidade Estadual da Paraíba (subprojeto 3). A pesquisa contou com a participação das(os) alunas(os), na época: Paloma Ribeiro Freitas, Lígia Maria Leite de Souza, Sérgio Cordeiro de Sousa, Geórgia Dantas Macedo, Julliana Keith de Sá Vieira, Marta Denise Pereira e Mauricélia Cordeira da Silva.

Por fim, ao apresentarmos a presente coletânea, consideramos pertinente agradecer a todas as pessoas que contribuíram para a efetivação da mesma, em especial a Prof.^a Ana Rita de Castro Almeida, grande entusiasta do projeto ora concretizado. Acreditamos que este livro poderá contribuir para o entendimento da construção política e acadêmica do Curso do Serviço Social da UEPB em sua trajetória de 56 anos de existência. Neste sentido, desejamos a todos(as) uma boa leitura.

As organizadoras.

Campina Grande, outubro de 2013.

PARTE I

O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Rosa Prédes

Introdução

A abordagem panorâmica sobre o Serviço Social no Brasil, apresentada nesse texto, considera que o seu processo de desenvolvimento é marcado pela dinâmica da sociedade brasileira, pela dialética entre as necessidades sociais geradoras de demandas e pelo conjunto de respostas sócio-institucionais, materializadas pelas políticas sociais e pelos serviços, programas e projetos a ela vinculados. A profissão, originária das iniciativas sociais da Igreja Católica, vem se consolidando no Brasil desde a década de 1940 e chega ao novo século, e ao novo milênio, imbricada na reprodução das relações sociais. Este texto não pretende esgotar a imensa complexidade do processo histórico que envolve a institucionalização, consolidação e expansão do Serviço Social no Brasil, pois pretende tão somente demarcar os principais marcos históricos e explicitar algumas das contradições que configuram esse processo.

Percurso histórico do Serviço Social no Brasil: da institucionalização aos desafios atuais

O movimento em direção à institucionalização do Serviço Social brasileiro é contemporâneo das significa-

tivas mudanças políticas advindas da instalação do Estado Novo, em 1937 (que perdurará até 1945) e do novo posicionamento da Igreja Católica frente às desigualdades sociais¹. Na conjuntura ditatorial do governo Vargas, os investimentos nas políticas sociais constituem um elemento novo no enfrentamento político entre as classes, envolvendo uma legislação social mais ampla e uma legislação sindical que atrela a organização da classe operária ao controle estatal. A estreita vinculação entre as formas embrionárias do Serviço Social brasileiro e a Igreja Católica delimita as demandas iniciais postas à profissão, cujo atendimento se localiza nas instituições voltadas à ação social católica. No entanto, lembremos que, nessa década de 1930, as relações entre Igreja e Estado se aguçam, não sendo estranho que logo em seus primórdios a profissão já passe a atuar nas instituições do Estado. Assim, paralelamente à demanda inicial da Igreja por quadros com formação técnica especializada, as instituições estatais também começam a requisitá-los. Por isso, a fundação da primeira escola de Serviço Social não pode ser considerada uma iniciativa exclusiva do movimento católico laico, pois o Estado, ao mesmo tempo, coloca naquele período uma demanda, para assimilar aqueles que adquirem a formação doutrinária, própria

¹ Lembramos que nesse momento a *doutrina social da Igreja* está marcada pelas propostas de reforma social e de conciliação de classes, expostas na encíclica *Rerum Novarum*.

do apostolado social. (IAMAMOTO;CARVALHO,1985, p.178-80).

A efetiva expansão do Serviço Social no âmbito do Estado ocorrerá a partir das décadas de 1940 e 1950, no contexto seguinte à Segunda Guerra Mundial. Com o aprofundamento das contradições sociais, o Estado brasileiro cria grandes instituições sociais, principalmente assistenciais e previdenciárias, para as quais serão convocados trabalhadores especializados, como os assistentes sociais². A inserção desses profissionais nos serviços assistenciais estatais não constitui uma simples ampliação do mercado de trabalho; significa a incorporação efetiva do Serviço Social na *divisão social e técnica do trabalho*, como profissão especializada. Forma-se uma típica categoria profissional assalariada, no momento em que no, Brasil, os serviços sociais passam a ser produzidos e consumidos em estreita relação com o processo produtivo. O Serviço Social engaja-se no processo em que o Estado assume parcela significativa da reprodução material da força de trabalho e da reprodu-

² Iamamoto e Carvalho (*Ibid*, p.249) esclarecem que foi mais fácil os assistentes sociais incorporarem-se às novas instituições do que às instituições sociais mais antigas, como os Institutos e Caixas de Pensões e Aposentadorias. Por um lado, porque estas já tinham formado seu quadro de funcionários burocráticos, que desempenhavam funções equivalentes às dos assistentes sociais. Por outro lado, porque havia um intenso jogo de interesses políticos e corporativos, em seu interior, o que dificultou a incorporação ampla de assistentes sociais.

ção da dominação, visando manter a hegemonia da classe burguesa.

Nos anos 1950 e, com maior vigor, na década seguinte, amplia-se o campo de atuação do Serviço Social brasileiro, quando os profissionais passam a se envolver em trabalhos sociais de caráter 'comunitário'. O Serviço Social é uma das profissões que se insere na estratégia desenvolvimentista, ocupando espaço de destaque na estrutura administrativa dos organismos internacionais. Isso pode ser comprovado na criação da *Seção de Serviço Social* da OEA (Organização dos Estados Americanos), responsável diretamente pela divulgação, entre os assistentes sociais latino-americanos, da proposta norte-americana do *desenvolvimento de comunidade*, tanto como técnica e quanto como campo de intervenção profissional. Segundo Manrique Castro (1984, p.145), não é à toa que os assistentes sociais são prontamente incorporados às políticas desenvolvimentistas, visto que constituem uma categoria profissional que dominava conhecimentos acerca do trabalho com grupos e, por vezes, dominava a administração de serviços comunitários. Outrossim, o Serviço Social já conta com a experiência de manter contatos diretos com setores populacionais, o que lhe atribui certas vantagens em relação a outras profissões, atendendo, assim, aos requisitos da necessidade de se estabelecer uma relação estreita com a população atendida pelos programas desenvolvimentistas.

No início da década de 1960, o Serviço Social brasileiro começa a experimentar as primeiras divergências e questionamentos, em relação às bases teóricas e éticas nas quais estão assentadas a profissão. Alguns setores profissionais, incentivados pelos questionamentos produzidos no interior das equipes interdisciplinares responsáveis por projetos voltados ao trabalho 'comunitário', também começam a inserir o Serviço Social no âmbito macrosocietário, buscando ultrapassar a abordagem localizada. Ainda que isto não signifique o aniquilamento do tradicionalismo, é inegável que traz, para o universo profissional, elementos que apontam superações, que ao menos põem os profissionais em contato com problemáticas macrosociais.

No Serviço Social latino-americano, notadamente nos países do Cone-Sul, inicia-se uma profunda revisão das marcas tradicionais da profissão, que se consubstancia no *Movimento de Reconceituação*. Apesar de sua heterogeneidade - seja pelas diferenciadas gêneses sociais oriundas dos variados contextos sócio-políticos e econômicos, seja pelas distintas vinculações teóricas e societárias de seus protagonistas (*id*, p.207) - pode-se afirmar um ponto em comum: a busca pela construção de um novo Serviço Social no continente, a partir da contestação ao tradicionalismo profissional.

No entanto, a disseminação do *Movimento de Reconceituação* do Serviço Social no país é atravessada pelas novas condições políticas, derivadas do Golpe Militar de

1964. Por isso mesmo, sua vertente crítica - derivada da tradição marxista e pautada na tese de transformação da sociedade capitalista - encontra inúmeras dificuldades para se desenvolver, limitando-se a algumas experiências isoladas³, que só ganharão repercussão nos anos 1980. Na verdade, o novo contexto sócio-político ditatorial brasileiro leva a grande maioria dos assistentes sociais a assumir os rumos da *modernização conservadora*, a incorporar as bases desenvolvimentistas próprias da política técnico-burocrática, implementada pelos governos militares. Os profissionais alinhados à vertente crítica da *Reconceituação*, não dispõem mais de um contexto político favorável, pois estão vinculados a tendências políticas perseguidas pela repressão da ditadura, especialmente a partir de 1968.

As bases de um *projeto profissional* histórico e crítico - plantadas na década de 1960 - só terão condições históricas de ser retomadas quando se inicia o processo de crise da ditadura. Na passagem dos anos 1960 aos 1970, predomina no Serviço Social brasileiro um *projeto profissional* que encaminha o processo de questionamento das bases tradicionais da profissão pela trilha do desenvolvimentismo, totalmente sintonizado com as estratégias de modernização tecnocrática do Estado ditatorial.

Com o golpe militar de 1964, o padrão de acumulação do capitalismo no Brasil - até então viabilizado

3 A mais conhecida é a experiência da Escola de Serviço Social da PUC/MG – sistematizada como *Método BH*. Cf. Santos (1983)

pela aliança entre capital nacional privado e Estado – altera-se. Se o Brasil já possuía um Estado intervencionista, desde a década de 1930, no pós-1964 o intervencionismo realiza-se mais intensamente, no sentido de ampliar as formas de acumulação e de controlar a dinâmica das classes sociais. “Ao Estado pós-64 cabia ‘racionalizar’ a economia: não somente criar o melhor quadro *legal-institucional* para a concentração e centralização, mas ainda *induzi-las* mediante uma ação *interna* no processo de produção e acumulação”. (NETTO, 1991, p.30).

O reordenamento das políticas sociais, relativo ao processo de modernização do Estado ditatorial, também coloca para o Serviço Social a necessidade de modernização - de laicização de sua formação e de sua prática. As requisições profissionais colocadas aos assistentes sociais exigem que eles se integrem ao aparato técnico-burocrático, com competência para assumir a racionalização da gestão da força de trabalho e da intervenção nas seqüelas da *questão social*. Esta, resultante da precarização das condições sócio-econômicas da população pobre, gerada pelo modelo econômico implantado pela ditadura. Na esfera empresarial ampliam-se as oportunidades profissionais, em grandes e médias empresas, especialmente nas empresas monopolistas e empresas estatais⁴. O crescimento da industrialização (derivado dos anos de *milagre econômico*) amplia o parque industrial brasileiro,

4 Até meados da década de 1960 esse era um mercado residual, pois, desde a criação do Serviço Social, os profissionais engajam-se, priori-

cuja expansão “instaura necessidades de vigilância e controle da força de trabalho, tarefa designada a profissionais como o assistente social.”⁵ (NETTO, 1991, p.122). Os assistentes sociais são convocados a participar das equipes profissionais responsáveis por operacionalizar a administração do processo produtivo e a gestão da força de trabalho, numa perspectiva científica, no interior das unidades industriais vinculadas aos monopólios. A nova configuração das políticas sociais e do aparato sócio-institucional, no qual atuam os assistentes sociais, impulsionam a formação de um mercado de trabalho de caráter nacional, para o Serviço Social.

No início da década de 1970, desencadeia-se o movimento de criação de cursos de Serviço Social no sistema de ensino superior (público e privado). Para Netto (1991), não se trata de um mero evento formal e jurídico, pois a elevação do *status* acadêmico do Serviço Social traz inúmeros impactos para o ensino profissional. Se antes da década de 1970 a formação profissional era viabilizada por escolas isoladas (de cunho leigo-confessional), a partir de então as unidades de formação constituem complexos universitários inseridos na refuncionalização global da uni-

tariamente em instituições públicas estatais e obras sociais de cunho filantrópico.

5 Netto (1991) também cita o crescimento na requisição de profissionais, por parte de organizações de filantropia privada, ainda que não tenha a mesma dimensão da inserção profissional no âmbito do Estado e no mundo empresarial.

versidade. As condições impostas pela ditadura ao quadro educacional brasileiro facilitam a consolidação de um viés tecnocrático e asséptico nas disciplinas sociais incorporadas pelo Serviço Social e isto é totalmente funcional ao tratamento técnico-burocrático das políticas sociais dos governos ditatoriais. O Estado incentiva o aprimoramento da formação técnica dos novos profissionais, para que possam assumir os rumos desenvolvimentistas das políticas sociais brasileiras.

Nos últimos anos da década de 1970, a hegemonia do *projeto profissional modernizador* passa a ser questionada por setores profissionais de diferentes matizes. De uma lado, a crítica advém do segmento atrelado à tradição profissional - de extração católica - resistente ao movimento de laicização e às inovações promovidas pela modernização, constituindo-se a vertente de *reatualização do conservadorismo*. De outro lado, os questionamentos partem de setores profissionais que se incompatibilizam com o traço conservador da modernização e com sua pertinência à ditadura, aguçados pela crítica aos rumos políticos ditatoriais e aos substratos teóricos do projeto hegemônico da década de 1970, constituindo-se a vertente de *ruptura*. (NETTO, 1991, p.156-7).

No âmbito das instituições onde se desenvolve o exercício profissional, os assistentes sociais convivem de perto com o agravamento das condições de vida da população e com políticas sociais que efetivamente não conse-

guem enfrentar a pobreza decorrente do acirramento das desigualdades sociais. Ainda que haja uma forte presença do *projeto profissional modernizador*, no final dos 1970 e início da década seguinte muitos assistentes sociais já são capazes de fazer uma leitura crítica da grave realidade social brasileira e das implicações políticas da prática profissional. No próprio espaço institucional governamental, já se desenvolvem algumas práticas profissionais que procuram estabelecer condições favoráveis para a garantia da prestação de serviços sociais, do ponto de vista dos interesses da maioria da população.

Segundo Silva e Silva (1995, p.223), boa parte das primeiras formulações da *ruptura* deposita na intencionalidade do assistente social as possibilidades de se estabelecer um vínculo orgânico entre os profissionais e os setores populares, sem levar em conta - com precisão suficiente - a configuração do que seja o “popular” e as implicações desse vínculo no exercício profissional. Os assistentes sociais acabam assumindo uma espécie de “mágica do compromisso”, fundamentada num discurso de transformação social que se recente de uma análise mais apurada das reais possibilidades de mudanças no espaço de atuação profissional. Podemos observar que naquele momento essa atribuição de possibilidades transformadoras à profissão ainda carece de mediações que levem em conta as particularidades e as limitações políticas das práticas de cunho profissional. Ocorre uma transposição imediata, para o universo profis-

sional, de possibilidades políticas que só encontram condições de realização no plano político da sociedade em geral.

O esforço de ruptura com o Serviço Social conservador, o tradicional e o de caráter modernizador, adquire maior consistência na passagem para a segunda metade da década de 1980 e alguns fatores contribuem para este fortalecimento. No plano teórico, os profissionais buscam uma análise das fontes marxianas originais, surgindo inúmeros estudos que procuram tanto aprofundar as formulações originais, quanto explorar as possibilidades de sua utilização para se entender questões próprias do Serviço Social e de seu objeto de intervenção. Os textos produzidos por assistentes sociais demonstram mais consistência e melhor fundamentação teórica, consolidando a hegemonia das produções de inspiração marxista. A convivência com várias áreas do saber, na Universidade, possibilita um intercâmbio mais qualificado com as Ciências Sociais e com a tradição marxista, enriquecendo esse processo.

Esse movimento de amadurecimento do *projeto de ruptura* está tangenciado pelo processo de revisão do currículo dos cursos de Serviço Social, que vinha se desenvolvendo desde os finais da década de 1970. O novo currículo é aprovado em 1982, para ser implantado, nas escolas de Serviço Social de todo o Brasil, até o ano 1985. Nesse momento histórico, os assistentes sociais envolvidos com a formação profissional buscam redefinir as bases modernizantes da formação dos anos anteriores, procurando

redimensionar a sua direção social. A implantação do novo currículo coloca-se como um dos mais significativos desdobramentos da construção do *projeto de ruptura*, pois ele está fundamentado e fundamenta o redimensionamento da concepção de profissão, compreendendo-a a partir de sua inserção na *divisão social e técnica do trabalho*, inserida na dinâmica das relações sociais capitalistas, marcadas por interesses antagônicos de classe.

Na passagem da década de 1980 para a de 1990, a conjuntura brasileira está marcada pelos efeitos da crise econômica, pela resistência dos setores conservadores à implementação das conquistas sociais garantidas na Constituição de 1988, pelo tensionamento que os questionamentos à “utopia socialista” imprimem às idéias de esquerda, para citar apenas algumas determinações. Tal contexto coloca significativas inflexões para as pretensões transformadoras do *projeto de ruptura*. As alternativas assumidas pelas elites brasileiras para o enfrentamento da crise, marcadas pela expansão do neoliberalismo – incrementado pela vitória de Collor na eleição presidencial de 1989 – levam a uma diminuição dos gastos sociais, dificultando a ampliação das políticas sociais estatais. Outro fator significativo é a expansão da chamada *crise dos paradigmas*, através da qual se põe em xeque a validade da tradição marxista – fortalecida pela queda dos regimes socialistas do Leste Europeu.

O desenvolvimento do Serviço Social na década de 1990 está articulado, portanto, às mudanças empreen-

didadas nas formas de gestão da força de trabalho e na organização das políticas sociais. O Serviço Social coloca-se como parte do processo de mudanças na esfera da produção e reprodução social no Brasil. Grande parte das alterações no mercado de trabalho dos assistentes sociais brasileiros, na década de 1990, está relacionada às alterações nas políticas sociais derivadas dos direitos sociais garantidos na Constituição de 1988 – principalmente aqueles referentes à seguridade social (saúde, previdência e assistência social), cujas políticas configuram-se um campo privilegiado de atuação do Serviço Social. Tal processo é perpassado por contradições, na medida em que acontece num período histórico marcado pela política de diminuição dos gastos sociais estatais, na trilha do enxugamento da intervenção social do Estado. Trata-se, portanto, de um contexto saturado de contradições e que, por isso mesmo, também apontam novas potencialidades.

Para os profissionais que atuam no setor público estatal⁶ impõem-se grandes limites ao exercício profissio-

6 Na década de 1990, o poder público continua sendo o maior empregador do assistente social. Isso é confirmado por duas pesquisas sobre mercado de trabalho do assistente social, realizadas em dois significativos estados: Rio de Janeiro (SERRA, 1998) e São Paulo (SILVA, 1996/7, p.4). Silva (*id*) afirma – ao pesquisar as tendências de demanda por profissionais de Serviço Social nos editais e notas sobre concursos públicos – que a administração direta é o setor que mais emprega assistentes sociais, especialmente na esfera estadual, seguida pela municipal, pois a esfera federal ainda é a que menos absorve profissionais. A

nal, na medida em que ocorre um processo de fragilização das condições institucionais para a ação profissional, marcado pela precarização da estrutura institucional - recursos humanos e recursos materiais e financeiros, além de alguma redução no campo de atuação. Há uma tendência de precarização das condições de trabalho, especialmente no que se refere à infraestrutura dos serviços institucionais. No entanto, ao mesmo tempo em que algumas demandas diminuem - como a redução de ofertas de emprego no âmbito federal - outras se apresentam como campo em expansão - como no âmbito municipal. No setor público estatal, o processo de democratização e ampliação dos serviços sociais representa uma real possibilidade de expansão da oferta de postos de trabalho para os assistentes sociais. Em contrapartida, a busca do equilíbrio orçamentário do Estado brasileiro impõe corte de gastos públicos na área social, com evidente retração das possibilidades de atuação do Serviço Social. No entanto, o processo de descentralização e de municipalização abre novas possibilidades profissionais nos municípios.

A municipalização de algumas políticas sociais é parte da estratégia estatal no sentido de constituir um mo-

área de *bem-estar social* (a pesquisa ainda não contempla os efeitos da implantação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS - sobre o mercado de trabalho), na esfera do poder executivo, é a que apresenta maior demanda, seguida pelas áreas de saúde, recursos humanos, educação e segurança pública.

delo descentralizado para gestão das mesmas, ainda que este não esteja consolidado, visto que há uma larga distância entre a regulamentação e a definição legal e sua implementação. Mesmo assim, nota-se uma ampliação de ofertas de serviços de saúde e assistência social no âmbito municipal, o que tem requerido a participação de assistentes sociais, especialmente na montagem das estruturas institucionais e na mobilização da sociedade civil para a constituição dos Conselhos de acompanhamento dessas políticas, especialmente as de saúde, assistência social e infância e adolescência. Esse processo de municipalização pode explicar a tendência de interiorização da demanda pelo trabalho do assistente social, que se inicia dos anos 1990 e se intensificará na década seguinte⁷.

Ainda que a maioria dos assistentes sociais ocupem funções tipicamente executivas de programas e atividades de políticas sociais⁸, a descentralização político-

7 Silva (1996/7) demonstra que em São Paulo há uma diminuição de chances de emprego na capital e aumento de vagas nas cidades do interior. Esse fenômeno também é observado no Estado de Alagoas, especialmente após a regulamentação da assistência social, quando as prefeituras começam a estruturar suas secretarias municipais de assistência social e, conseqüentemente, contratam assistentes sociais para viabilizar a organização e implantação de serviços assistenciais.

8 Segundo Silva (*id*), a prestação direta de serviços é a requisição básica feita ao assistente social, seguida pelo desempenho de funções concernentes à pesquisa, administração, planejamento, consultoria e supervisão. Os empregadores estão requisitando os profissionais de Serviço

-administrativa e a municipalização das políticas sociais alargam o espaço ocupacional dos assistentes sociais, colocando-lhes, também, requisições para desenvolver atribuições ligadas à formulação, gestão e avaliação de políticas sociais, especialmente no poder municipal. A expansão dessa esfera de atuação é colocada tanto para o assistente social quanto para outros profissionais. Iamamoto (1998, p.125) destaca que a atuação na *gerência social pública* está aberta para um conjunto de especializações profissionais (assistentes sociais, pedagogos, cientistas políticos, sociólogos, educadores, etc), indicando a tendência de “*se sobrepor a qualificação ao diploma*”. Abrem-se as fronteiras entre as profissões e os profissionais passam a competir num mercado restrito, precisando dispor de níveis aperfeiçoados de formação.

Diante dessas novas demandas colocadas ao Serviço Social, os assistentes sociais continuam requisitados para atuar na prestação direta de serviços sociais nas instituições públicas, porém, as condições de efetivação desses serviços – notadamente a tensão universalização/

Social para: “planejar e executar atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas” (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, *apud* SILVA, 1996/7, p.9) [grifos do autor]. Embora tais exigências constituam um desempenho típico, mas não exclusivo dos assistentes sociais, tanto no setor público quanto no privado.

seletividade – recolocam as contradições do processo de intervenção do estado nos efeitos causados pela desigualdade da relação capital e trabalho. Por isso, ainda que a prestação de serviços aparentemente permaneça a mesma, ela está tangenciada por novas determinações.

Tais mudanças não se restringem ao interior das instituições estatais, pois não podemos deixar de mencionar as reverberações das novas relações entre estado e sociedade civil, especificamente no tocante às novas formas de enfrentamento das manifestações da *questão social*. Nessa trilha, podemos destacar a expansão do mercado de trabalho profissional também em instituições do chamado *Terceiro Setor* – que nem estão na esfera do Estado e nem na esfera do mercado.

O mercado de trabalho do assistente social nas empresas privadas também se redimensiona, principalmente se levarmos em conta todo o processo de *reestruturação produtiva* que atinge as empresas. Há um movimento de construção de inúmeras estratégias para o enfrentamento das exigências capitalistas, numa época de acirrada concorrência entre capitais mundializados, galvanizada pelo fenômeno da globalização. As empresas são compelidas a buscar a elevação de produtividade, combinada com a contenção de custos e de mão-de-obra, redesenhando toda a sua estrutura.

Quanto aos *projetos profissionais* presentes no universo do Serviço Social nos anos 1990, podemos des-

tacar o embasamento oferecido pelo *projeto de ruptura* a três importantes processos profissionais, ocorridos nos anos 1990: a revisão do *Código de Ética Profissional do Assistente Social*, aprovado em 1993; as incidências políticas junto ao poder legislativo para a elaboração e aprovação da nova Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei 8662/93); a elaboração das Diretrizes para o Curso de Serviço Social, através da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS, em 1996. Isso mostra como os fundamentos ético-políticos e teórico-metodológicos do *projeto profissional de ruptura* possibilitou um amadurecimento da profissão na última década do século XX, consolidando-se o chamado *projeto ético-político profissional*.

A conjuntura de transição para o novo século coloca muitos desafios para a defesa das políticas públicas e do acesso universal aos direitos sociais. As políticas sociais estatais são mantidas através da focalização, da seletividade e da crescente transferência de responsabilidades para a sociedade civil e para o mercado, bem como ocorre a intensificação da descentralização dos serviços para o nível municipal. O trabalho do assistente social na realidade brasileira atual tem cada vez mais se desenvolvido em instituições públicas municipais, como parte da ampliação na oferta de serviços sociais pelos governos municipais⁹, tanto na capital

9 Estudos já indicaram a natureza pública municipal da maioria das instituições empregadoras de assistentes sociais no Brasil (CFESS, 2005) e em Alagoas. (SILVA, 2008).

quanto nas cidades do interior, especialmente os serviços de Assistência Social e Saúde¹⁰. A descentralização / municipalização dos serviços sociais públicos se de um lado expande o espaço de atuação do assistente social, de outro reforça a precarização das condições em que se dá o exercício profissional e as relações de trabalho, num contexto de intensificação da precarização geral do trabalho e das políticas sociais públicas (TRINDADE; CAVALCANTE, 2010).

Cabe ainda demarcar que no mesmo período em que se dá a expansão precarizada do mercado de trabalho para os assistentes sociais, expande-se a formação profissional do Serviço Social. Desde o Governo de Fernando Henrique Cardoso, a política de ensino superior já havia mudado o quadro da formação profissional do Serviço Social, quando houve o incremento na oferta dos cursos de natureza privada-lucrativa (PEREIRA, 2008). No Governo Lula continua o crescimento quantitativo e diversificam-se as modalidades dos cursos de graduação, especialmente através do Ensino à Distância (EAD)¹¹. No Governo

10 Tendência detectada recentemente, especialmente no interior, pois a área de saúde era aquela que mais absorvia assistentes sociais em seu mercado de trabalho (cf. TRINDADE et al, 2010).

11 É necessário destacar que o Serviço Social – como profissão regulamentada e como área de conhecimento, através de suas entidades representativas – tem tornado público um firme posicionamento crítico em defesa da qualidade da sua formação profissional e dos serviços prestados à população e contra a precarização do trabalho e da formação dos assistentes sociais. Já está disponível uma bibliografia sobre esse debate,

Dilma Rousseff a política de ensino superior continua incentivando as graduações à distância como estratégia para ampliar o acesso a este nível de escolaridade, mantendo-se como item secundário a qualidade dos cursos desta modalidade, quando o Governo prioriza apenas a expansão na oferta de vagas e de matrículas.

Esta nova realidade para o mercado de trabalho e para a formação profissional do Serviço Social compõe a conjuntura de mudanças significativas no âmbito do trabalho e da educação: novas configurações do mercado de trabalho para os profissionais e da sua preparação para intervir em diversos serviços sociais, especialmente os de natureza pública. Parece ocorrer uma interface entre o crescimento do espaço de atuação do Serviço Social, a oferta de postos de trabalho para os assistentes sociais e o incremento das apostas do mercado da educação superior na área do Serviço Social, ainda que também haja a criação de novos cursos em universidades públicas.

Considerações finais

Essas tendências mais recentes da realidade profissional, aqui brevemente apontadas, reafirma a perspectiva de que o contexto sócio-histórico atravessa e conforma o cotidiano profissional, afetando as suas condições e relações

tanto em textos acadêmicos (cf. Yamamoto, 2007; Pereira, 2008, dentre outros) quanto em documentos divulgados pelo CFESS, ABEPSS e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais. As transformações societárias vêm redimensionando o mercado de trabalho e incidindo sobre a inserção do Serviço Social nas relações sociais. Tal inserção ao produzir requisições para o exercício profissional, no interior das diferentes formatações das demandas institucionalizadas, também produz respostas profissionais, individuais e coletivas, marcadas historicamente. Dessa forma, concluímos reafirmando a inexistência de uma profissão unívoca, já que consideramos a existência, simultânea, de diferentes perspectivas teórico-metodológicas e ético-políticas, imbricadas na trama das relações entre as classes e na dinâmica sócio-econômica do capitalismo brasileiro.

Referências

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*. Org. CFESS, colaboradores: Rosa Prêdes [et. al.]. Brasília: CFESS, 2005.

IAMAMOTO, M., CARVALHO, R. de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 4.ed., São Paulo: Cortez, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

MANRIQUE CASTRO, M. *História do Serviço Social na América Latina*. Trad. de José P. Netto e Balkys Villalobos. São Paulo: Cortez, 1984.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social. Identidade e alienação*. 3.ed., São Paulo: Cortez, 1993.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.

PEREIRA, Larissa Dahmer. *Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional*. São Paulo: Xamã, 2008.

SANTOS, L. *Textos de Serviço Social*. 2.ed., São Paulo: Cortez, 1983.

SERRA, R. (coord). *O Serviço Social e os seus empregadores: o mercado de trabalho nos órgãos públicos, empresas e enti-*

dades sem fins lucrativos no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Serviço Social, 1998.

SILVA, A. *A profissão de assistente social no limiar novo século*. São Paulo, mimeo, 1996/7.

SILVA, Jaqueline Lima da. *As condições institucionais e de assalariamento dos assistentes sociais no contexto atual do mercado de trabalho profissional em Alagoas*. 2007. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

SILVA e SILVA, M. O (coord). *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995.

TRINDADE, R.; CAVALCANTE, G. *A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social*. *Libertas* (UFJF. Online), v. 1, p. 01-24, 2010.

TRINDADE, R.; ARAÚJO, F.; SANTOS, D.; MARQUES, E.; LIMA, D. interiorização da formação profissional e do mercado de trabalho do assistente social na atualidade. In: *XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social ENPESS*, 2010, Rio de Janeiro. XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social ENPESS. Brasília : ABEPSS, 2010.

SERVIÇO SOCIAL, REALIDADE SÓCIO-HISTÓRICA E EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Lélica E. P. de Lacerda

Ricardo Lara

Introdução

O Serviço Social é demandado pela processualidade sócio-histórica do capitalismo monopolista. Os antagonismos de classes alcançaram proporções significativas no começo do século XX e a “questão social” passou a requerer intervenção sistemática do Estado por meio das políticas sociais. Neste contexto, a profissão é legitimada pelo seu caráter interventivo, prioritariamente pelas respostas profissionais que oferece, sobretudo, na execução de políticas sociais. Em princípio as intervenções profissionais foram formuladas numa perspectiva formal-burocrática de modo inevitavelmente unilaterais. Com isso, verifica-se que a problemática que demanda a intervenção “operativa do assistente social se apresenta, em si mesma, como um conjunto sincrético, deixando na sombra a estrutura profunda que é a categoria ontológica central da própria realidade social, a totalidade”. (NETTO, 2007, p. 95).

Historicamente, o caráter interventivo legitimador do Serviço Social reforça o sincretismo, na medida em que na execução terminal de políticas sociais requeridas

pelo capitalismo monopolista, as intervenções se deram de formas pragmáticas e acríicas, abrindo mão da apreensão da realidade social em sua totalidade. O horizonte que baliza a intervenção do assistente social é o cotidiano, sendo “seu material institucional [...] a heterogeneidade ontológica do cotidiano” (NETTO, 2007, p. 96) que não favorece “suspensões” ou operações de “homogeneização”. Faz parte do cotidiano do assistente social dar respostas à fome, violência, adoecimento, etc., e quando submetida a lógica formal-abstrata não requer, necessariamente, sua apreensão para além do “fenômeno social” aparente, enquanto produto sócio-histórico, o que dá margem à psicologização da “questão social”, a culpabilização dos indivíduos por sua condição de vida e a reprodução ideológica da classe dominante ao naturalizar a exploração da força de trabalho e seus desdobramentos.

Na vida cotidiana os fenômenos geralmente ocultam a essência do *ser*, posto que as passagens e conversões dialéticas entre universalidade e particularidade e entre singularidade e particularidade é pouco desenvolvida no modo de pensar da cotidianidade. De tal modo, diversas mediações do cotidiano profissional são ocultadas, levando a distorções na forma de interpretar a realidade na qual o profissional é chamado a intervir e, assim, as formas de intervenção muitas vezes são equivocadas no sentido de fazer uma leitura desconexa da realidade social, pautada em preconceitos e fetiches do real que tem por consequência a manipulação

de variáveis do cotidiano do usuário, o que muitas vezes se desdobra em intervenções infrutíferas, chegando em alguns casos a culpabilização e inclusive punição dos usuários.

Vários elementos incidem sobre o trabalho do assistente social, mas a desconexão entre o exercício profissional e o solo histórico leva a naturalização da ordem social do capital, de modo a não permitir a compreensão dos aparatos institucionais através dos quais produz a resposta profissional, muitas vezes restringindo-a a meros procedimentos burocráticos, distorcendo o que seja o Estado (suposto árbitro de relações sociais antagônicas) e as políticas sociais (apreendida enquanto meio técnico-científico de resposta do Estado, de modo a materializar os direitos dos “cidadãos”).

A partir de 1980, o Serviço Social brasileiro pautado na leitura da realidade sócio-histórica, compreende sua natureza enquanto profissão e assume compromisso ético-político para além da ordem burguesa, apontando para a *emancipação humana*. O profissional crítico requerido pelo projeto ético-político firmado pela profissão tem como desafio apreender os fenômenos envolvidos em seu exercício profissional enquanto fruto da totalidade histórica, bem como refletir nesta perspectiva as possibilidades, limites e resultados de sua intervenção profissional. Tomando como referência tais questões, temos como objetivo neste texto discutir o exercício profissional do assistente social e sua relação com a compreensão materialista histórica da realidade social.

Da aparência formal-abstrata cotidiana ao exercício profissional do assistente social e sua historicidade

O assistente social é profissional assalariado (trabalhador) que atua majoritariamente¹ na execução de políticas sociais, no enfrentamento das “expressões da ‘questão social’”, no intuito de contribuir para a viabilização dos direitos sociais. Porém, quando contrastamos esta aparência da inserção ocupacional da profissão com o movimento da realidade, percebemos que há distância entre o que o assistente social se coloca como objetivo e a dinâmica do mundo real. Há alguns elementos da realidade (categorias) que permeiam esta profissão cuja compreensão torna-se necessária, mas para isso necessita-se de esclarecimentos científicos para além da imediatividade dos fatos. Para superar a aparência do exercício profissional e desvendá-lo, põe-se como tarefa perquirir a realidade social, ultrapassando a perspectiva de elaboração teórica enquanto reprodução da aparência dos fenômenos, buscando, portanto, apropriação de pressupostos teóricos aderentes a realidade sócio-histórica, entendida enquanto processo pelo qual o homem se constitui enquanto homem – ser social.

A busca de superar a aparência das relações sociais que incidem no exercício profissional reivindica a

¹ Essa concepção não exclui a inserção profissional em heterogêneas áreas do mercado de trabalho, o que ressaltamos é que a maioria dos profissionais atua na execução das políticas sociais.

perspectiva histórico-materialista. Isso significa assumir o desafio de tecer críticas para explicar o processo de desenvolvimento da humanidade, tendo como ponto de partida o trabalho enquanto categoria fundante do homem, considerando na sociedade atual a peculiaridade do trabalho assalariado, que traz em si a marca da exploração da força de trabalho para extração do mais-valor.

A reflexão subsidiária da elaboração teórica no solo histórico que requer a compreensão da intervenção profissional do assistente social, não deve ser linear, progressiva e constante, mas colada às contradições da realidade sócio-histórica, pois deve refletir as relações sociais da sociedade. Neste sentido, Lukács (1979) ressalta o aprofundamento vital que Marx promoveu em relação à filosofia de Hegel no que se refere a categoria “contradição”. Para Marx esta é a força motriz do desenvolvimento histórico, pois as contradições são reais, existem objetivamente e não podem ser superadas, “reconciliadas”. As contradições tensionam-se e criam condições para se moverem. “Com efeito, a contradição [...] pode também ser veículo de um processo do decurso normal; a contradição se revela como princípio do ser precisamente porque é possível apreendê-la na realidade enquanto base de processos também desse tipo” (LUKÁCS, 1979, p. 22).

Ao tomar essa referencia teórica para desvelar as contradições que permeiam o cotidiano profissional do assistente social, necessariamente, recusam-se as conexões

construídas no âmbito gnosiológico abstrato-formal e estabelece como critério de verdade a empiria da vida social, mas não uma empiria ingênua que se limita a descrever a aparência dos fenômenos, e sim aquela que parta das relações sociais para se chegar a historicidade, mediante a reconstrução do movimento das categorias no pensamento. Assim, “[...] toda apreensão de um nexos, não são simplesmente fruto de uma elaboração crítica na perspectiva de uma correção factual imediata; ao contrário, partem daqui para ir além, para investigar ininterruptamente todo o âmbito factual na perspectiva do seu autêntico conteúdo do ser [...]” (LUKÁCS, 1979 p. 24). Neste tocante, Lukács (1979) assinala que o reconstituir fielmente os fatos no pensamento pode levar a aderência pragmática aos fatos, desconsiderando mediações efetivamente existentes, podendo resultar numa falsificação dos fatos. Para superar essa situação, é necessário recuperar o movimento do fenômeno para além de sua aparência. Para tanto, não requer a construção de um sistema lógico de interpretação, mas, ao contrário, usar a lógica como instrumento de captar a realidade reproduzindo-a no pensamento pela *totalidade do seu ser, em todas as suas intrincadas e múltiplas relações, no grau da máxima aproximação possível. A totalidade não é um fato formal do pensamento, mas a reprodução mental do que realmente existe.* “A afirmação filosófica [...] tem aqui a função de crítica ontológica a algumas falsas representações, ou seja, tem por meta despertar a consciência científica no

sentido de restaurar no pensamento a realidade autêntica, existente em-si’ (LUKÁCS, 1979, p. 27).

Nesse sentido, a concepção materialista da história manifesta-se capaz de apreender o real, já que instituiu um modo de cientificidade, dedicada a apreender a forma como efetivamente funciona a realidade a partir do entendimento do trabalho como “categoria fundante”. Deste modo, Marx, quando opta por romper com o pensamento abstrato e constituir uma filosofia materialista, vê no trabalho o desvelar da realidade social, sendo o processo do homem se fazer homem por meio do trabalho, o próprio movimento histórico. Em outras palavras, o trabalho foi a forma encontrada para elucidar o “complexo concreto” que compõe a sociabilidade como forma de ser, pois ele possui lugar privilegiado no processo de construção da realidade e no salto da gênese do ser social.

O homem, tanto quanto o animal, transforma a natureza para o provimento de suas necessidades, mas há aí uma diferença qualitativa fundamental, a teleologia – capacidade de projetar o possível resultado do trabalho. Deste modo, é através do trabalho que o homem irá imprimir conscientemente “[...] ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham é *mister* a von-

tade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho” (MARX, 2002, p. 212).

De tal modo, é enunciado o trabalho como categoria fundante do ser social, pois é através dele que se realiza, no âmbito do ser material, a posição teleológica que dá origem a nova objetividade. Por ser uma das maneiras do homem se objetivar, o trabalho se torna o modelo das práxis sociais.

A práxis é fruto da ação humana direcionada por uma intencionalidade posta em movimento na realidade concreta, o que requer da teleologia uma natureza interventiva, o “por”, neste caso, não significa simplesmente tomar consciência. Ao contrário, aqui, *com o ato de por, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico.*

Assim, o por tem, neste caso, um ineliminável caráter ontológico. Em consequência, conceber teleologicamente a natureza e a história implica não somente que estas têm um fim, estão voltadas para um objetivo, mas também que a sua existência e o seu movimento no conjunto e nos detalhes devem ter um autor consciente (LUKÁCS, s/d, p. 09).

Este autor consciente – o homem – apenas consegue por em movimento na realidade sua intencionalidade (teleologia) através do trabalho que é desenvolvido para sanar alguma necessidade humana – do corpo ou do espírito. O trabalho “não é uma das muitas formas fenômeni-

cas da teleologia em geral, mas o único lugar onde se pode demonstrar ontologicamente a presença de um verdadeiro por teleológico como momento efetivo da realidade material” (LUKÁCS, s/d, p. 12). A intencionalidade apenas pode ser posta em movimento em uma realidade objetiva existente independente da vontade do indivíduo (embora em muitos casos seja também construção humana) – a causalidade. Esta é um princípio de movimento autônomo que repousa sobre si e que mantém este caráter mesmo quando uma série causal tenha o seu ponto de partida num ato da consciência, já que, através do trabalho, põe-se em movimento determinados aspectos da realidade no sentido de construir o resultado previamente idealizado, mas este aspecto da realidade possui sua forma própria e independente da vontade humana de existir e de reagir a sua intervenção (LUKÁCS, s/d, p. 12).

Dessa maneira, a teleologia é posta em movimento na causalidade (realidade objetiva) através do trabalho humano, sendo este a ligação entre as categorias que, dialeticamente, se contrapõem e se condicionam. Nas palavras de Lukács (1979, p. 14):

[...] Sem dúvida, estas [teleologia e causalidade] permanecem contrapostas, mas apenas no interior de um processo real unitário, cuja mobilidade é fundada na interação destes opostos e que, para produzir essa interação enquanto realidade, deve transformar a

causalidade, sem alterar a sua essência, em uma causalidade igualmente posta (pelo sujeito).

E exatamente aqui se revela a inseparável ligação das categorias causalidade e teleologia, que em si mesmas são opostas e que, quando tomadas abstratamente, parecem excluir-se mutuamente. Com efeito, a busca dos meios para realizar o fim não pode deixar de implicar um conhecimento acerca da criação daquelas objetividades e dos processos cujo por em movimento pode levar a alcançar o fim posto.

Tomando como referências tais indicações, consideramos o exercício profissional do assistente social no cotidiano enquanto uma modalidade da práxis humana, uma práxis complexa, e, como tal, composto por teleologia e causalidade social.

Tendo em vista que tanto teleologia quanto causalidade (em uma sociedade tão complexa em que a base social se sobrepõe quase de forma aniquiladora sobre a base biológica) são frutos da atividade humana sensível, como práxis, construindo um tempo histórico, vivido pelos seus agentes em um cotidiano aparentemente desconexo da totalidade histórica, portanto, é necessário refletir o cotidiano do assistente social conectado e retroalimentado pela historicidade. Ali onde começa a história deve começar também a cadeia do pensamento e o desenvolvimento deste não é mais que o reflexo em forma abstrata e teoricamente conseqüente da

trajetória histórica (LUKÁCS, 1978). Assim, temos que considerar que toda imediaticidade possui caráter social, inclusive aquela do “fazer profissional” do assistente social, e esta é a forma como as mediações largamente absorvidas aparecem e devem ser apreendidas pelo pensamento superando a imediaticidade, indo para o plano categórico-conceitual. Os caminhos do pensamento para o conhecimento teórico-científico são reflexos do desenvolvimento objetivo. É sobre ele que falaremos no próximo tópico.

Elementos para compreensão da causalidade sobre a qual incide o exercício profissional do assistente social

Para resgatarmos a historicidade no exercício profissional do assistente social, partimos do pressuposto de que as relações sociais da sociedade capitalista estão submetidas às necessidades de reprodução ampliada do capital – em detrimento das necessidades humanas – através da exploração da força de trabalho. Entendemos, então, que se faz necessário um esforço para situarmos brevemente o assistente social no tempo e na história – na sociedade capitalista contemporânea – e neste contexto, compreender os elementos que compõem o seu cotidiano.

As características dos estranhamentos sociais (trabalho alienado) constituem a base social da sociedade capitalista: o trabalho que, em vez de auto-atividade humana, restringe-se ao meio empobrecido de prover a vida material

e espiritual; o trabalhador é reduzido a mercadoria, a força de trabalho, a qual o trabalhador vende para sobreviver, sendo a única que, contrariamente a todas as demais, é a mercadoria que quanto mais barata é vendida, mais lucro oferece ao capital. Por isso, Pereira (2009) ressalta a categoria trabalho para compreendermos a atuação profissional do assistente social e, mais que isso (pré-requisito para tal), entendermos a forma como funciona a sociedade na qual está inserida a atuação profissional do assistente social. Esta categoria (trabalho) não é exclusiva da sociabilidade capitalista. Compreendemos que o trabalho é “categoria fundante” do homem, ou seja, é o que permitiu que aquele homem “animalizado” dos primórdios se tornasse este ser humano “civilizado”, passando a suprir suas necessidades através de sua intervenção na realidade mediante seu trabalho (concreto), criando objetos cujas peculiaridades satisficam suas necessidades (valor-de-uso). O homem, paulatinamente, saiu das cavernas e construiu casas, deixou de caçar e passou a comprar alimentos no mercado, ou seja, foi se sociabilizando e se tornando o homem que é hoje – ser social burguês.

Partindo desse entendimento, Pereira (2009) aponta outras categorias analíticas que se entrecruzam com o trabalho. A primeira delas se refere a *necessidades sociais*, pois o que move o trabalho humano é o suprimento de necessidades. Quando o homem das cavernas estava com fome, abatia a caça para suprir sua necessidade de comer.

Assim, ele desempenha um trabalho concreto (caçar) para obter algo (caça) que tem uma utilidade (valor de uso) para suprir uma necessidade (comer). Inicialmente, trabalho útil, concreto. Contudo, conforme o homem vai saindo da sua base biológica ao ampliar sua base social (vai deixando de ser “homem das cavernas” e vai se tornando “homem civilizado”), ele vai suprimindo necessidades cada vez mais complexas de formas igualmente cada vez mais complexas. Se nas cavernas o homem caçava para comer, hoje trabalha, recebe o salário, vai ao mercado e tem muitas opções para suprir sua fome.

Na sociedade capitalista, portanto, complexificamos a maneira de suprirmos nossas necessidades, sendo sempre mediado pelo mercado, obtido através do dinheiro, impondo-nos a condição de assalariados, o que nos submete a exploração sistemática. Segundo Pereira (2008), a categoria *necessidade* na sociedade capitalista está atrelada a *exploração* que também se integra à categoria trabalho (já que a sociedade capitalista pauta-se na exploração da força de trabalho). É a exploração que dá origem a luta de classes (entre os explorados e exploradores) que, no século XIX tensionou os antagonismos sociais (“questão social”), criando a demanda de implementar políticas sociais para garantir direitos conquistados pela classe trabalhadora, emergindo, portanto, da realidade sócio-histórica o Serviço Social como profissão.

O assistente social é o profissional requerido para implementação de políticas sociais do Estado, seu trabalho é desenvolvido prioritariamente no cotidiano dos serviços, programas e projetos sociais, na elaboração, execução das políticas sociais em diferentes áreas, tendo como empregador principal o poder público², sendo este o responsável legal pelo enfrentamento das expressões da “questão social”. As políticas sociais muitas vezes são organizadas por meio de sistemas de atenção divididos em níveis de complexidade, de acordo com a natureza das necessidades sociais que requererem respostas institucionais proporcionalmente complexas. O trabalho do assistente social na atualidade brasileira, por exemplo, pode se dar, no CRAS³, onde atende a satisfação de necessidades elementares; há também os serviços de média complexidade, como no CAPS⁴, o qual requer leitura mais aprofundada daquela esfera singular (usuário) de intervenção que lida com questões mais complexas – objetivas e subjetivas.

Esses são exemplos de serviços que compõem as políticas sociais brasileiras destinadas ao enfrentamento

2 Segundo pesquisa do CFESS, o poder público emprega cerca de 78% dos assistentes sociais em exercício profissional.

3 O CRAS é o Centro de Referência de Assistência Social previsto pelo Sistema Único de Assistência Social enquanto principal serviço da Proteção Social Básica.

4 O CAPS é o Centro de Atendimento Psicossocial, sendo o serviço que, em conformidade com a proposta de Reforma Psiquiátrica, substituiu os antigos hospitais psiquiátricos.

das expressões da “questão social”. Em muitos casos, a intervenção do Estado é fragmentada, por meio de direitos atomizados aos “usuários” e que interferem diretamente no cotidiano da família trabalhadora, de forma a suprir necessidades sociais mínimas e garantir sua reprodução, isto quando o direito requerido é atendido. A intervenção profissional do assistente social ocorre no cotidiano da vida privada de cada sujeito e família que possuem singularidades, mas conectada a totalidade – que reivindicamos ser a processualidade histórica – que os submete às mesmas *leis históricas e específicas* da sociedade. Além da compreensão do sujeito sobre o qual irá incidir o trabalho do assistente social e sua família, faz-se necessário conhecer os mecanismos institucionais, o que demanda o conhecimento das políticas sociais e do próprio Estado.

Dentro da visão parcial típica do cotidiano, o assistente social pode se ater somente a aparência dos fatos e não os apreender em essência (oriunda do movimento histórico). Quando numa visão alheia a totalidade histórica, a intervenção profissional do assistente social desconhece o sentido genuíno de viabilizar direitos conquistados pela luta de classes e, por isso, muitas vezes se traveste de aparência burocrático-formal. Ressaltamos, porém, que ao pensar em estratégias de intervenção profissional junto a família da classe trabalhadora e as instituições burguesas, os assistentes sociais precisam de perspectivas de análises para além das aparências imediatas dos fatos, para ultrapassar

preconceitos e compreensões restritas à lógica formal-abstrata. Conceber a luta de classes, os interesses em disputa e atuar numa perspectiva ligada a *emancipação humana*, põe em evidência o projeto ético-político da profissão.

Dentro da perspectiva de análise formal-abstrata e burocrata que desconsidera as relações sociais e sua historicidade, sem entender a dinâmica da sociedade capitalista e a verdadeira natureza do Estado e das políticas sociais, a compreensão sobre o usuário das políticas sociais tende a ser a do “cidadão fracassado”, reproduzindo “[...] a suspeita de que a vítima é a culpada e a pobreza, um ‘estado da natureza’”. (IAMAMOTO, 2008, p. 140). Entendemos que atuar profissionalmente pautados no bom-senso e na leitura de leis não torna o profissional apto a entender a realidade na qual está intervindo, inclusive, manipulando variáveis do cotidiano da família da classe trabalhadora, impactando-a muitas vezes de forma decisiva (no geral, quanto maior o nível de complexidade do serviço, maior o impacto das intervenções). Argumentamos que a práxis social do assistente social, como qualquer outra, requer compreensão das causalidades sobre as quais seu por teleológico vai se dar; entendemos que a ultrapassagem da aparência dos elementos que constituem este conjunto causal pode se dar por meio da perspectiva que compreenda a historicidade do âmbito da intervenção. Através da análise histórico-social torna-se possível sair do pensamento formal-abstrato e

entender a atuação profissional dentro das condições materiais de vida dos usuários.

No entanto, compreender o solo histórico, as causalidades que permeiam o exercício profissional do assistente social, remete: a “questão social”, as políticas sociais, o Estado, os direitos sociais, tal como aponta Pereira (2009), tendo como prioridade o trabalho que os funda, bem como a totalidade histórica. O cotidiano de cada um de nós está vinculado por “fios de ouro” tecidos pela própria classe trabalhadora (a riqueza social que escoo para os grandes capitais), pela dinâmica econômica⁵ que se desdobra em todas as demais esferas da vida, nas condições materiais nas quais fazemos história, e inclusive desenvolvemos nosso trabalho enquanto assistente social.

Não há como entender o cotidiano profissional sem compreender a sociabilidade da *mundialização do capital*, das *contrarreformas das políticas sociais*, da *precarização estrutural do trabalho*, da *especulação financeira*, do *endividamento dos trabalhadores*, da subsunção de todas as esferas da vida humana a dinâmica do capitalismo contemporâneo e seus desdobramentos na família e na classe social, esfera

⁵ De acordo com Lukács (1979, p. 15): “[...] o fato de que a economia seja o centro da ontologia marxiana não significa, absolutamente, que sua imagem do mundo seja fundada sobre o “economicismo”. (Isso surge apenas em seus epígonos que perderam toda noção do método filosófico de Marx; um fato que contribuiu bastante para desorientar o marxismo no plano filosófico)”.

singular e particular da reprodução humana. Esse processo histórico atual de luta de classes engendra para a classe trabalhadora um processo contínuo de aprofundamento de sua pobreza material e espiritual, fruto da alienação do trabalho e estranhamento humano. A dinâmica social pautada na extração do mais-valor engendra o processo de espoliação do trabalhador. Para analisar a “questão social” é necessário compreender a *lei geral de acumulação capitalista*, a qual na medida em que extrai mais-valor e investe nas forças produtivas, amplia-se o lucro, mas reduz a taxa de mais-valor, causando a tendência da queda da taxa de juro (MARX, 2006; 2011).

Ao entendermos os meios pelos quais o capital se reproduz e os mecanismos históricos que levam a produção da *superpopulação relativa* – pessoas desempregadas e subempregadas – compreenderemos a natureza da “questão social” e, enquanto resposta das políticas sociais, a atuação na reprodução da força de trabalho, o que reafirma a preponderância do trabalho assalariado. As análises de Lenhardt e Offe (1984), Baran e Sweezy (1966) demonstram como as políticas sociais funcionam em consonância com os interesses do capital, de modo a conformar o ser humano a mercadoria força de trabalho, ao atender suas necessidades humanas via políticas sociais, deixando intocado o trabalho alienado e a propriedade privada dos meios de produção.

Ao abordar a política social⁶, fica claro o papel do Estado, o mesmo velho “comitê executivo da burguesia”, que abordado por Mandel (1985), Baran e Sweezy (1966), Netto (2007) e Lenhardt e Offe (1984), Mészáros (2009), está longe de ser o representante universal da humanidade, possuindo nítido compromisso de classe com a burguesia, funcionando como seu verdadeiro comitê executivo. O Estado concede direitos sob pressão da classe trabalhadora na medida em que se torna necessário para garantir a coesão social e, neste sentido, se torna permeável a demanda

⁶ Outro aspecto das políticas sociais, que não podemos deixar de ressaltar, deriva fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização dos trabalhadores. Ao debater política social é necessário posicioná-la no antagonismo de classes e não esquecer que as políticas sociais foram e são necessárias ao desenvolvimento do Estado sob a égide do capital, são importantes para organização da produção capitalista e, por conseguinte, da reprodução da força de trabalho. Todavia, as políticas sociais e as conquistas dos direitos fazem parte da luta de classes, a cada nova greve, a cada nova reivindicação, os trabalhadores colocam em xeque a exploração do trabalho e lutam para garantir condições mínimas para sua sobrevivência e de sua família. Por isso, compreendemos que as políticas sociais estão sob o signo das *conquistas da economia política do trabalho*, e os pilares dessa relação dialética envolvem questões progressivas e regressivas, tais como: o conservadorismo moral-cristão que desencadeia ações filantrópicas, ou seja, o enfoque despolitizado da “questão social”; a “psicologização” da política social que origina a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais; o protagonismo reivindicativo das classes trabalhadoras nas conquistas dos direitos, das reformas sociais.

dos trabalhadores, mas apenas com a finalidade de coesão social para manutenção do *status quo* e a execução de forma a melhor beneficiar a burguesia.

A análise histórico-materialista dos elementos constitutivos do *locus* profissional do assistente social deixa claro que os “dramas” humanos atendidos de forma fragmentada e pontual pelas políticas sociais não são de responsabilidade individual, mas fruto do processo histórico. Traz à tona a exploração de classe implícita na sociedade assalariada e a forma como as políticas sociais respondem a essas necessidades de forma a garantir a coesão social e permite compreender o verdadeiro papel histórico desempenhado pelo Estado, destruindo o discurso cientificista de que por meio de aprimoramento científico e tecnológico é possível superar as contradições do capitalismo, delatando que reduzir o trabalho do assistente social a procedimentos burocrático-formais é uma grande falácia que desconsidera as condições materiais de vida e a luta de classes. Argumentamos que, além dos instrumentais técnicos, legislações e normativas, o exercício profissional requer profunda compreensão do “solo histórico”, no qual se desenrola seu trabalho, a vida do usuário, as ações e omissões do Estado burguês. Aqui reside a necessidade de pensarmos o Serviço Social na dinâmica dos processos de produção e reprodução da vida social. Ocorre que enquanto o Estado é a organização política dos “de cima”, o direito é arrancado das entranhas do Estado burguês, sendo uma conquista dos

“debaixo” (FERNANDES, 2005). Por isso, é difícil discutir direitos desconsiderando as peculiaridades brasileiras e latino-americanas, já que é dentro deste universo que se desenrola o exercício profissional do assistente social que atua no sentido de materializar as conquistas sociais dos trabalhadores.

O limite da emancipação política é o limite do próprio capital. Ao destroçar humanos por lucros, as necessidades humanas se tornam mais prementes, agudas e complexas, o que requer intervenção estatal mais robusta e igualmente complexa em seus mecanismos institucionais; por outro lado, o mesmo movimento do capital que potencializa a destrutibilidade do sistema, atrofia o papel do Estado no enfrentamento destas questões, posto que ao Estado cabe a “missão impossível” de administrar a crise estrutural do capital, conforme Mészáros (2009). Ocorre que, por exemplo, a crise atual não se restringe apenas ao aspecto econômico. Trata-se de uma crise da totalidade da sociabilidade capitalista, da decrepitude histórica da sociedade do trabalho assalariado.

A crise do capital não acontece da mesma forma para todos os países; tampouco o movimento de luta de classes ocorre da mesma forma em todo o globo. A América Latina possui peculiar inserção na divisão internacional do trabalho que a situa irmanada pela luta contra a ação imperialista dos países centrais, conforme Marini (2000) e Valência (2009). Durante o processo de maturação do

desenvolvimento do capitalismo na economia global, os autores defendem que o mundo foi dividido em dois tipos de sociedades e formação econômica:

a. As desenvolvidas, cujo processo histórico combinou as formas de exploração de mais-valia absoluta e relativa e têm como alavanca de acumulação do capital o desenvolvimento da produtividade do trabalho pautado no desenvolvimento tecnológico;

b. Sociedades dependentes ou subdesenvolvidas que fincaram seu desenvolvimento na maior exploração da força de trabalho por meio da extensão da jornada de trabalho e o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor.

Esta diferenciação é fruto de tenso processo de “colonização” das Américas, em conformidade com os interesses do capitalismo central, que torna toda a América Latina irmanada na luta contra a ação que os países imperialistas exercem; sendo que o Brasil assume peculiaridades do capitalismo dependente, oriundas do seu movimento histórico. Aqui as elites definem os rumos do país, desconsiderando qualquer necessidade do seu povo, primando por seus interesses privados que orientaram o processo de abertura do país para os monopólios, conforme Fernandes (2005).

Por isso, o assistente social deve empreender o esforço de afastar a leitura fenomênica do exercício profissional. A compreensão do exercício profissional vincula-se a universalidade que diz respeito ao contexto social da so-

riedade capitalista, ou seja, a *lei geral de acumulação capitalista*, a *crise estrutural do capital*, o *capitalismo monopolista*, a *particularidade brasileira*.

Quanto às questões particulares, referentes a América latina e ao Brasil, é preciso apreender e aprofundar a discussão do capitalismo dependente, organizado a partir de uma forma específica de trabalho, o *trabalho superexplorado*, compreensível apenas se resgatada sua específica formação histórica, luta de classes e, conseqüentemente, modelos de Estado e estrutura econômica. Assim, a crise estrutural do capital e o processo de transição histórica que ansiamos tensionar para a construção de outra sociabilidade são conformadas às suas peculiaridades históricas e requerem aprofundamento teórico, sendo que para a América Latina a *questão agrária* possui notoriedade. Pode parecer que este conjunto de abstrações nada tem a ver com o Serviço Social, porém, argumentamos que faz parte do exercício de análise do universal ao singular.

Para Barroco (2003), a sociedade é uma totalidade organizada por várias totalidades cuja reprodução pressupõe uma totalidade que se efetua de formas peculiares, com regularidades próprias. O cotidiano do exercício profissional do assistente social é uma totalidade subsumida aos complexos causais maiores. Conforme a sociedade se complexifica, as diversas esferas constitutivas do real podem ganhar certa autonomia, o que gera a falsa impressão de que elas são independentes, isoladas e, por conseguinte, cria o

falso cominho teórico-metodológico da análise independente e fragmentada; porém, isto é apenas a aparência a qual estamos buscando transpor.

De acordo com Lukács (1978, p. 103):

[...] o processo do conhecimento transforma ininterruptamente as mais altas universalidades em particulares modos de apresentação de uma universalidade superior, cuja concretização conduz muito frequentemente, ao mesmo tempo, à descoberta de novas formas de particularidade, como mais próximas determinações, limitações e especificações da nova universalidade tornada mais concreta.

Portanto, quando pensamos no exercício profissional do assistente social e seus aportes teórico-metodológicos vinculados ao projeto ético-político, não estamos nos reportando a um conjunto de métodos científicos previamente estipulados, mas a abstração capaz de apreender o real com seus complexos movimentos e contradições, ancorado na radicalidade da análise dialética e materialista que credita aos homens a construção da ordem societária, sendo portadores da possibilidade histórica da *emancipação humana*, com isso não atribuímos ao conhecimento apenas a tarefa de explicar o mundo, mas a necessidade de transformá-lo.

Referências bibliográficas

BARAN, P. e Sweezy, P. **O Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

DIETERICH, H. **Novo Guia Para Pesquisa Científica**. Blumenau: Ed. FURB, 1999.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2005.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IAMAMOTO, m.v. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetichado**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LENHARDT, G.; Offe, C. Teoria do Estado e Política Social. In: Offe, G. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma Estética Marxista**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

LUKÁCS, G. **Preleções para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 20).

_____. **Ontologia do Ser Social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.

_____. **Marxismo e teoria da literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **El Asalto a la razón**: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959.

MANDEL, E. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova cultural, 1985.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: Traspadini, R. Stedile, J.P. (orgs). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. **O Capital**. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, Livro 1, v 1-2.

_____. **Sobre o Suicídio**. São Paulo; Boitempo, 2006.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

_____.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura Social e Formas de Consciência**. São Paulo, Boitempo. 2009.

NETTO, J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2007.

PEIREIRA, P. A. P. Natureza do Serviço Social: complexidade, contradição e multideterminação. In **Revista O**

Social em Questão, nº 19, 2º semestre de 2008. Rio de Janeiro, PUC-RJ, 2009.

VALÊNCIA, A. S. **A Reestruturação do Mundo do Trabalho**: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho. Uberlândia: Edufu, 2009.

A FORMAÇÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE: GÊNESE E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-HISTÓRICO

Cleomar Campos da Fonseca
Mônica Barros da Nóbrega
Sandra Amélia Sampaio Silveira

Introdução

O enfrentamento das expressões da “questão social”¹, levada a cabo pelo Estado e por frações da classe dominante na era dos monopólios foi determinante para o surgimento de Escolas de Serviço Social, indicando que as relações sociais estabelecidas em uma dada formação sócio-histórica condicionam o surgimento e o desenvolvimento do Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, própria da sociedade burguesa.

¹ Segundo Netto (2001), o termo “questão social” historicamente foi utilizado pela burguesia subsumindo o caráter político da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho à fluidez de algo de natureza “social”, o que justifica o uso das aspas. A partir da segunda metade do século XIX, a expressão “questão social” deixa de ser usada indistintamente por críticos sociais de diferenciados lugares do espectro ídeo-político, deslizando lentamente, mas nitidamente, para o vocabulário próprio do pensamento conservador. Ou seja, passa a ser empregada a partir da separação entre o econômico e o social, dissociando as questões econômicas das “questões sociais”.

Assim, ressaltamos que a formação acadêmica em Serviço Social é um produto histórico e como tal modifica-se permanentemente, na busca de uma legitimidade teórica e prática capaz de manter a contemporaneidade da profissão, frente aos desafios colocados ao conjunto das práticas sociais, aí incluídas as práticas profissionais, em cada momento histórico. Ou seja, a realidade, em suas manifestações contraditórias, constitui-se na principal determinação para a emergência e o desenvolvimento profissionais.

Situar, pois, o processo sócio-histórico de surgimento, estruturação e desenvolvimento das Escolas de Serviço Social, permitirá apreender a formação no contexto mais amplo da sociedade, que envolve o movimento de produção e reprodução das relações sociais, ou seja, a totalidade da vida social.

O presente artigo objetiva analisar a formação acadêmica em Serviço Social no município de Campina Grande-PB², concebendo-a como uma particularidade

² Tomamos por referência alguns dados da pesquisa integrada “Resgate histórico do Curso de Serviço Social no município de Campina Grande-PB”, coordenada pelas autoras do presente artigo, vinculada ao Programa de Iniciativa Científica da UEPB. Os relatórios com os resultados dos três subprojetos que integraram a referida pesquisa constam na segunda parte deste livro. Tal pesquisa teve como objetivo principal a análise e sistematização da história do Curso de Serviço Social no município de Campina Grande-PB. O estudo foi realizado no ano de 2006, momento em que a mencionada universidade comemorava 40 anos de existência. Também foi motivado pela proximidade do ani-

inserida numa realidade que, tomada como totalidade social, é rica em determinações e contradições próprias de um dado processo histórico que se desenvolve por meio da presença ativa dos sujeitos sociais.

Partindo dessa premissa, inicialmente discutiremos a formação acadêmica em Serviço Social no movimento histórico da sociedade brasileira, considerando a gênese e o desenvolvimento do Serviço Social no país. Em seguida, singularizamos a análise para o Curso de Serviço Social no município de Campina Grande-PB, que foi um dos primeiros a compor a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), criada a partir da Universidade Regional do Nordeste (URNE). Por fim, apresentamos as nossas considerações e as referências utilizadas.

Realidade social e Serviço Social: a formação acadêmica enquanto produto histórico

A emergência do Serviço Social situa-se no contexto histórico-social e econômico do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão urbana, na transição para a fase do capitalismo monopolista. Sua gênese e desenvolvimento tem como particularidade a vinculação com a “questão social”, base da sua fundação e eixo fundamental de sua intervenção e formação, enquanto especialização do trabalho coletivo.

versário de 50 anos de fundação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande PB, em 16 de julho de 2007.

A “questão social”, enquanto expressão da relação antagônica entre capital e trabalho, manifesta-se de forma mais contundente através de duas faces: uma política, que diz respeito ao grau de socialização do poder político conquistado pelas classes trabalhadoras em contraposição à ofensiva burguesa e a outra social, expressa pelas desigualdades na apropriação da riqueza socialmente produzida que gera o aprofundamento da pobreza e a generalização da miséria (IAMAMOTO, 2001; MARTINELLI, 1997). A visibilidade das contradições e desigualdades da ordem capitalista, manifestas na “questão social”, põe em risco o *status quo*, exigindo do Estado e da classe dominante a elaboração de estratégias para o seu enfrentamento, para além da caridade e da repressão.

A criação de Escolas de Serviço Social, bem como a emergência da própria profissão, responde, pois, à necessidade do Estado e do patronato em conter as ameaças ao padrão de sociabilidade burguês. Para tanto, faz-se necessário à formação de quadros técnicos em diversas áreas, capacitados para lidar não só com a reprodução objetiva da força de trabalho, mas para a disseminação do pensamento dominante e conservador, ideológica e politicamente necessário à manutenção da ordem vigente.

Portanto, o Serviço Social nasce geneticamente relacionado com as peculiaridades do tratamento conferido a “questão social”, no contexto da sociedade burguesa fundada na organização monopólica, na qual prevalece uma

racionalidade segmentadora e manipuladora do real, que assume como natural a compartimentalização das profissões, a separação entre conhecimento e ação e a segmentação de respostas a micro-realidades (MONTAÑO, 2007).

No Brasil o Serviço Social emerge na década de 1930, estreitamente relacionado aos anseios da Igreja Católica em preservar a sua influência política nos rumos da sociedade. A disputa interna entre setores dominantes pela direção do poder político envolve ainda os interesses dos grupos a frente do Estado e os interesses do empresariado, no bojo de um movimento reformista conservador que visava à harmonização dos conflitos sociais. Segundo Yazbek (1980, p. 21), “o movimento de 30 traz o reconhecimento da existência do problema social e propõe uma política e uma legislação voltadas para seu atendimento”.

A criação das Escolas de Serviço Social viabilizou a formação técnica especializada para intervir nos “problemas sociais”, sendo a primeira criada em São Paulo em 1936 e a segunda em 1937, no Rio de Janeiro, ambas articuladas ao objetivo de formar quadros para o apostolado laico, em última instância, difusores da Doutrina Social da Igreja e estimuladores do exercício do controle social junto ao proletariado, que submetido à exploração abusiva e vivendo marginalizado socialmente no interior das cidades, reagia em defesa da sua cidadania social.

Logo, tinha-se uma formação doutrinária, voltada à constituição de uma mão de obra especializada no trato

das expressões da “questão social”. Fazia-se necessário um aprendizado especial que possibilitasse conhecer os problemas a fim de preveni-los, justificando, assim, a criação das referidas escolas (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988).

Do exposto evidencia-se que o processo de criação e institucionalização do Serviço Social, nele o da formação profissional, articula-se ao movimento mais amplo da dinâmica societária, cuja mediação se dá pela presença das demandas e respostas profissionais sintonizadas com cada contexto histórico.

Portanto, enquanto produto histórico, a formação profissional, nela a formação acadêmica, se modifica constantemente para acompanhar o movimento do real. Neste sentido, de forma bastante sintética, é possível identificar tendências teórico-metodológicas e ideo-políticas predominantes ao longo da trajetória histórica da profissão. Tem-se, pelo menos até o final dos anos 1970, uma formação que buscava uma sintonia com os requisitos que o mercado de trabalho colocava aos assistentes sociais. As respostas profissionais às demandas institucionais pautavam-se na adesão ao modelo de desenvolvimento em vigor e na necessidade de se adequar a ele, mediante o suporte de conhecimentos de base conservadora que articulavam a Doutrina Social Católica e elementos das teorias sociológicas Positivistas/Funcionalistas, com aproximações também à Fenomenologia. À medida que a realidade foi impondo ao Estado e ao patronato um enfrentamento mais racional da “questão social”, o conhecimento

de caráter mais teórico assumiu relevância na formação acadêmica, contribuindo para a laicização da profissão.

O processo de renovação do Serviço Social³, ao contestar o Serviço Social Tradicional, particularmente, a partir da perspectiva de intenção de ruptura e de seus rebatimentos sobre todas as dimensões constitutivas do Serviço Social, contribuiu para que a formação assumisse um grau de politização considerável, possível por um conjunto de fatores: o retorno de um ambiente democrático no país, impulsionado pela crise da ditadura militar e pela luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, incluindo-se aqui muitos assistentes sociais, e pela adoção, por parte do segmento profissional protagonista da ruptura, de um suporte teórico-metodológico capaz de apreender a realidade enquanto uma totalidade social sujeita a transformações históricas.

3 Processo característico do desenvolvimento do Serviço Social brasileiro no contexto de fortalecimento e crise da autocracia burguesa no país (1964-1985). Guarda relação com o Movimento de Reconceituação, que se desenvolveu de forma mais expressiva na América Latina no período de 1965 a 1975, em contraposição ao Serviço Social Tradicional caracterizado, segundo José Paulo Netto (1994, p.117), por uma prática: “[...] empirista, reiterativa, paliativa e ‘burocratizada’ dos profissionais, parametrada ‘por uma ética liberal-burguesa’ e cuja teleologia ‘consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual e ineliminável”.

A politização verificada, bem como a apropriação de um referencial teórico fundado na teoria social marxista, possibilitou uma apreensão crítica do Serviço Social, da sua justificativa histórica, dos seus objetivos e das suas funções, assim como da sociedade burguesa e de seus fundamentos. A partir daí a formação acadêmica em Serviço Social, se mantém atenta às demandas colocadas pelo mercado de trabalho à profissão, contudo sintonizada com a dinâmica social que não se restringe à esfera do mercado, mas a envolve e ultrapassa, comportando um conjunto de relações sociais entre classes antagônicas, que apresentam demandas divergentes e contraditórias ao conjunto de práticas sociais, dentre elas, as práticas profissionais, entre as quais o Serviço Social. O desvendamento dessas demandas, tendo como parâmetro a existência de projetos societários distintos e a opção ético-política por um desses projetos – neste caso, o projeto da classe trabalhadora, é o que irá imprimir uma nova direção à formação dos assistentes sociais.

A singularidade da formação acadêmica em Serviço Social no município de Campina Grande-PB

A singularidade da formação acadêmica em Serviço Social no estado da Paraíba apresenta elementos que se relacionam com o processo de formação dos assistentes sociais como um todo, uma vez que esta não se autonomiza, antes, é expressão do desenvolvimento da so-

cidade em suas manifestações estruturais e conjunturais, nacionais, regionais e locais, como também do desenvolvimento endógeno da profissão.

Apesar da escassez de bibliografias que registrem a trajetória sócio-histórica dessa profissão na realidade paraibana, sabe-se que as Escolas de Serviço Social surgiram no decorrer da década de 1950: a de João Pessoa, capital do estado, em 1952 e a de Campina Grande em 1957, embora esta última comece a funcionar de fato apenas em 1959.

Do ponto de vista da conjuntura nacional, esse momento destaca-se pela disseminação da ideologia desenvolvimentista sob a hegemonia estadunidense. O Estado brasileiro estimula o incremento da política nacional-desenvolvimentista de industrialização acelerada e a internacionalização da economia através do fortalecimento do setor privado e do capital internacional, que a partir da segunda metade da década de 1950, entra no país por meio de empresas oligopolistas. As relações envolvendo o capital estrangeiro, o Estado e o capital privado nacional, se dão numa posição de subordinação ao sistema econômico mundial, sob a hegemonia dos Estados Unidos.

No que tange ao Serviço Social essa tendência avançou, entre os anos 1940 e 1950, o seu processo de institucionalização e expansão do mercado de trabalho para os assistentes sociais, fomentando a ampliação dos espaços de formação desta mão de obra especializada no trato das expressões da “questão social”. Esta se tornou necessária

frente ao agravamento dos problemas sociais decorrentes do desenvolvimento capitalista, determinante para a expansão da profissão quer em nível nacional, quer regional.

Tal determinação, expressa a partir de condições históricas, econômicas e sociais, favoreceram também a emergência das Escolas de Serviço Social paraibanas. Voltando-nos especificamente para Campina Grande, nos anos 1950, esta se configurava como a cidade mais importante do interior da região Nordeste do país. Além da expressividade do comércio, que impulsionou o seu crescimento desde a sua criação, contava neste período com um significativo setor industrial, destacando-se no estado da Paraíba como centro industrial em franca ascensão, superando a capital João Pessoa, em número de operários e de estabelecimentos industriais. Além disto, ressalta-se o seu peso político, visto que se constituía no maior núcleo eleitoral paraibano (LIMA, 2004). Evidencia-se, dessa forma, a relação entre o desenvolvimento econômico do município e a política desenvolvimentista levada a termo pelo Estado brasileiro.

A influência da ideologia desenvolvimentista ganhou impulso em Campina Grande com I Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado em 1956, um marco na redefinição da política econômica adotada para a Região, que contou com a presença de intelectuais como Celso Furtado, representantes das federações de indústria de todos os estados, Ministros de Estado e de Juscelino Kubitschek, então

Presidente da República (SILVEIRA et al, 2008). A partir desse evento, articulou-se um movimento em torno da efetivação política das deliberações tomadas no mesmo, com ênfase na educação e industrialização como soluções para o desenvolvimento econômico, do qual derivaria a melhoria das condições sociais do município e da Região.

Ressalta-se ainda, a aproximação entre as manifestações do desenvolvimento local e àquelas presentes no desenvolvimento nacional, no tocante ao protagonismo do pensamento conservador de extração católica sobre os rumos da sociedade brasileira e paraibana. Relação essa que também foi expressiva na formação acadêmica em Serviço Social.

Vale destacar que o discurso desenvolvimentista de crescimento econômico e social não foi suficiente para camuflar o aprofundamento das contradições entre campo e cidade, flagrante na ausência de investimentos na agricultura e no agravamento das relações de exploração no meio rural, fazendo surgir organizações como as Ligas Camponesas, que em Campina Grande começaram a se estruturar no ano de 1956.

A urbanização intensificada em decorrência da expansão industrial de Campina Grande, por sua vez, trouxe consigo o crescimento da população, que passou em sua grande parte a habitar nas periferias da cidade, em precárias condições, acentuando as desigualdades sociais. Além disso, ao lado da classe trabalhadora que se estruturou, surgiu um

expressivo contingente de desempregados, compondo um quadro propício à emergência de tensões e conflitos sociais, que desafiaram as autoridades governamentais a promoverem ações que possibilitassem o controle social e gerassem o desenvolvimento local, preferencialmente contando com a adesão e os esforços da população.

Não por acaso, surgiu nessa conjuntura a ideia de criação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, articulando esforços da Diretoria de Educação e Cultura do Município, que tinha como diretor Edvaldo de Souza do Ó, de sua Secretária Luisa Erundina Carvalho e das irmãs de Caridade da Sociedade São Vicente de Paula. Embora tenha sido fundado no dia 16 de julho de 1957, o Curso obteve sua oficialização apenas em 05 de dezembro de 1959, iniciando as atividades acadêmicas no ano seguinte (FONSECA et al, 2008).

Ao ser criado o Curso de Serviço Social de Campina Grande este passou a compor o universo de 28 cursos existentes no país até o final da década de 1950 (NETTO, 1994), destacando-se como a única faculdade de Serviço Social do Nordeste situada fora de uma capital, mostrando o pioneirismo desse município e a sua importância no contexto regional.

A criação da referida Faculdade fez parte de um jogo de relações que envolveram o Estado e a Igreja Católica, com o apoio do empresariado local, sob a amálgama da Doutrina Social Cristã e do pensamento conservador.

A Associação de São Vicente de Paula Província do Norte, sediada em Fortaleza (CE), foi a mantenedora da referida Faculdade desde sua criação até a sua inserção na URNE. O Curso foi estruturado a partir da vinda de religiosas ligadas a esta Associação, formadas em Serviço Social, que assumiram a direção e a responsabilidade de ministrar os conteúdos específicos da formação, cuja tendência teórico-metodológica e ideo-política majoritária estava atrelada a um conhecimento de caráter religioso e conservador pautado, respectivamente, na Doutrina Social Cristã e na Sociologia norte-americana.

A Faculdade teve como primeira diretora a assistente social Irmã Dulce de Moura Beleza. O corpo docente, que era voluntário, foi composto, inicialmente, por 03 (três) freiras, 01 (um) padre e 04 (quatro) leigos católicos. Nos últimos anos da fase em que se constituiu como Faculdade isolada (1957-1966), ex-alunas recém-formadas foram convidadas para fazerem parte do quadro docente, em virtude da ampliação do número de estudantes, da necessidade de supervisão nos campos de estágio e do afastamento de professores para se qualificarem em nível de pós-graduação (FONSECA et al, 2008).

Nesse período, o Curso de Serviço Social tinha duração mínima de 03 (três) anos⁴, prevendo a inserção em

⁴ A formação oferecida pelo curso pautava-se num currículo composto pelas seguintes disciplinas: Direito e Legislação Social, Psicologia, Sociologia, Economia Social, Estatística, Higiene e Medicina Social,

estágio por um período de dois anos e elaboração e defesa de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (SILVEIRA et al, 2008). Os conteúdos ministrados indicavam uma formação marcada pelo ecletismo teórico, mesclando abordagens de cunho moralista e de base teórica Funcionalista, configurando um arranjo teórico-doutrinário que, segundo Yamamoto (1992), permitiu a manutenção do caráter missionário da profissão, ao mesmo tempo em que a atualizou em função das demandas impostas pelo desenvolvimento capitalista em todo o país.

Em decorrência do referido arranjo teórico-doutrinário ocorreu uma incorporação acrítica da noção de solidariedade, enquanto princípio ordenador das relações sociais e da noção de comunidade, base para a análise da sociedade capitalista e para um projeto norteador da ação profissional. Segundo Yamamoto (1992), há um componente utópico nessa assimilação que decorre do universo teórico conservador associado à filosofia humanista cristã: a comunidade aparece como projeto de vida alternativo à organização social da sociedade capitalista, porém desqualifi-

Introdução ao Serviço Social, Pesquisa Social, Administração de Obras Sociais, Ética Geral e Profissional, Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Organização Social da Comunidade. Além destas, as alunas do terceiro ano poderiam cursar outras de caráter optativo, que eram oferecidas em torno de 05 (cinco) setores: Família, Menor, Trabalho Médico Social e Rural (SILVEIRA et al, 2008).

cado histórica e criticamente, é objetivamente vivido como confirmação da ordem vigente.

Certamente, foram essas noções que nortearam a relação da Faculdade de Serviço Social com a sociedade campinense, através do incentivo à organização comunitária, via criação dos Clubes de Mães e, posteriormente, da fundação das Sociedades Amigos de Bairro (SABs), bem como da União Campinense de Equipes Sociais (UCES). Estas organizações populares passaram a constituir-se como campo de estágio para as estudantes da referida faculdade.

Na segunda metade da década de 1960 a Faculdade ingressou no âmbito universitário, a partir da criação da URNE em 1966, constituída por iniciativa da Prefeitura Municipal para fortalecer o ensino superior em Campina Grande e o ideal desenvolvimentista em curso. Integraram, inicialmente, a URNE as faculdades de Letras e Serviço Social. Na sua implantação e desenvolvimento teve papel fundamental a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT), que em conjunto com a Prefeitura Municipal, foi responsável pela sua manutenção, apesar do pagamento de mensalidades por parte dos alunos.

A partir da URNE o vínculo empregatício dos professores passou a ser remunerado e o Currículo do Curso de Serviço Social foi modificado. Outras disciplinas sociais foram incorporadas, distanciando-se daquelas cujas

nomenclaturas expressavam a tradição apostolar: cultura religiosa e Doutrina Social da Igreja.

Seguindo a tendência nacional, o ingresso do Curso de Serviço Social de Campina Grande no espaço acadêmico (embora de caráter privado), ocorreu como parte constitutiva do movimento de modernização capitalista, incrementado a partir do golpe militar de 1964. O empenho da autocracia burguesa nesse processo permitiu uma maior abertura ao capital imperialista, incentivando-o e subsidiando-o com recursos públicos.

Com a modernização capitalista foram processadas alterações na política educacional do país, visando sua adequação ao modelo de modernização implementado, através da formação de quadros especializados, preparados para as exigências de racionalização dos processos de trabalho, quer no âmbito privado ou público. O próprio desenvolvimento industrial, intensificado pela presença das multinacionais no país desde os anos 1950, também reforçou a demanda por uma mão de obra mais especializada (ROMANELLI, 2005 *apud* PEREIRA, 2008).

A Reforma Universitária de 1968 reafirmou a lógica da acumulação capitalista, ao pautar-se na racionalidade empresarial, para redefinir a organização interna das universidades, estimular o produtivismo acadêmico e imprimir um modelo de universidade-empresa, que correspondia à noção de eficiência, racionalização e modernização. Modernizar-se para acompanhar as necessidades e

requisitos da produção capitalista, através da instrumentalização da ciência e da tecnologia. Destaca-se ainda, a permissão para criação de estabelecimentos isolados de ensino superior, quer de direito público ou privado. Em se tratando dos públicos, se constituiriam em autarquias de regime especial ou em fundações de direito público; quando privados, em fundações ou associações (PEREIRA, 2008)⁵.

Contraditoriamente, a forma como a autocracia burguesa procurou se legitimar frente à sociedade civil (o binômio força x consenso envolvia uma forte repressão, aliada a investimentos em políticas sociais, para fazer frente ao agravamento da “questão social”) resultou num processo de renovação do Serviço Social brasileiro⁶, à medida que esses investimentos exigiam uma mão de obra mais refinada, mais especializada, mais profissional no trato dessas

5 Já é possível aqui, identificar na Reforma Universitária de 1968, a presença dos pressupostos orientadores da atual reforma do ensino superior, em curso desde a década de 1990. Ou seja, não se trata de uma “nova” reforma, mas do aprofundamento de um projeto que visa acompanhar a modernização capitalista da era dos monopólios. Nesse sentido, a atual expansão do ensino superior, através do crescimento de instituições privadas e da institucionalização da Educação Superior à Distância, também fonte de lucro para os empresários do “ramo”, são desdobramentos de um movimento anterior.

6 Em razão dos limites desse artigo não nos é possível tecer maiores considerações acerca do processo de renovação da profissão. Para um aprofundamento teórico qualificado consultar Netto (1994).

políticas, o que repercutiu na ampliação do mercado de trabalho para os assistentes sociais (NETTO, 1994).

Assim, o movimento que resultou das relações entre a autocracia e o Serviço Social, sobretudo em função dos requisitos por uma mão de obra mais especializada, indicou uma ponderável reformulação da profissão, verificada em dois níveis: prática e formação. Do ponto de vista da prática, a modernização conservadora favoreceu um amplo mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais, decorrente do forte investimento em políticas sociais. Colocou-se para o Serviço Social um novo padrão de exigências para o desempenho profissional: um “[...] assistente social [com] postura [...] ‘moderna’, no sentido da compatibilização do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades [da modernização conservadora. Uma prática que viesse] a integrar o conjunto de procedimentos administrativos ‘modernos’”(NETTO, 1994, p. 123).

Requisitos esses claramente articulados à tendência de tecnocratização das políticas sociais, que rebateu sobre a profissão, esperando dela uma renovação tecnicista e conservadora ou moderna e conservadora.

Em relação ao nível da formação, essa deveria dar suporte para a produção desse profissional “moderno”. Sendo assim, teve-se, na vigência da ditadura militar, a expansão quantitativa das agências de formação, com o au-

mento dos cursos de graduação e pós-graduação⁷. O ingresso do Serviço Social na universidade pública propiciou a sua interação com outras disciplinas do conhecimento, favorecendo o desenvolvimento de uma postura intelectual e investigativa na profissão (NETTO, 1994).

Em Campina Grande, com a incorporação da Faculdade de Serviço Social à URNE, se iniciou o seu processo de laicização, marcado, sobretudo, pelas alterações dos vínculos empregatício dos professores e pela mudança no Currículo do Curso em sintonia com o processo que se dava em âmbito nacional. Contudo, mantendo-se ainda a tutela da Igreja através da participação da Congregação São Vicente de Paula, na sua administração.

7 Até 1959, existiam, em todo o país, 28 cursos de graduação em Serviço Social, sendo a maioria por iniciativa da Igreja Católica. Em 1976 esse número mais que duplicou, totalizando 57 escolas, sendo 23 públicas e 34 privadas. Considerando apenas o período ditatorial (1964-1985), foram criadas cerca de 31 Escolas: 19 delas, por iniciativa empresarial; 07 sob o comando do Estado e 05 de iniciativa confessional (outras ordens religiosas não católicas, participam dessa criação). Percebe-se um reforço na ampliação do espaço do empresariado na criação das Escolas de Serviço Social, que no período indicado, ocorre predominantemente, em instituições não-universitárias, acompanhando o movimento mais amplo da política educacional brasileira: um empresariamento não-confessional (PEREIRA, 2008). No tocante à pós-graduação, nos anos 1970 se verifica a criação dos cursos que, ao final do ciclo ditatorial, totalizam 06 programas *stricto sensu* (03 em instituições públicas e 03 em instituições privadas, sendo apenas um deles em nível de doutorado na PUC-SP (NETTO, 1994).

Faleiros (2000) destaca que a tônica curricular nesse período estava voltada para a defesa da integração, adaptação dos indivíduos e instituições, para o bem-estar social. A fragmentação da realidade e do conhecimento se expressava em enfoques estanques, a exemplo de “Serviço Social de caso”, “Serviço Social de grupo” e “Serviço Social de comunidade”. A introdução de disciplinas sociais, a exemplo da Sociologia de base norte americana, da Filosofia, Antropologia, Psicologia Social, Estatística, Pesquisa Social e Administração, contribuía para a quebra do monopólio da doutrina cristã, mas mantinha uma base teórica ainda conservadora – o estrutural-funcionalismo.

Em 1970, foi regulamentado pelo Conselho Federal de Educação um currículo mínimo para os Cursos de Serviço Social que ampliou sua duração para quatro anos, com a obrigatoriedade de seis meses de estágio, sob parecer n.º 242 de 13 de março de 1970 (SANTOS, 2006).

No final dessa década, o segmento profissional que no processo de renovação da profissão assumiu uma postura crítica ao tradicionalismo e conservadorismo profissional e societário contribuiu com o debate sobre a formação, apresentando ao coletivo da categoria uma proposta para um novo currículo, apreciado em convenção da antiga Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), em Natal/RN, no ano de 1979. As discussões que precederam a definição desse novo currículo demonstravam tanto a preocupação em sintonizar o ensino de graduação a um

novo contexto de enfrentamento da “questão social”, sob o marco da reconstrução da democracia, como em adequá-lo às exigências intelectuais postas por uma massa crítica que vinha se acumulando (NETTO, 1999). Colocou-se a discussão sobre a direção ético-política da formação, seus objetivos e conteúdo e a sua função social, voltada para o “desenvolvimento de uma prática consciente e consequente no interior das relações de classe na sociedade brasileira” (ABESS, 1984 apud ABESS; CEDEPSS, 1996, p. 145).

Em 1982, o Conselho Federal de Educação aprovou o referido currículo, tornando-se obrigatório em todos os Cursos de Serviço Social no Brasil, substituindo o anterior datado de 1970 (SANTOS, 2006).

A estrutura curricular de 1982 traduziu a presença de diferentes posturas que se enfrentaram na luta pela direção teórica e política da formação profissional no Serviço Social. De acordo com Carvalho (1993), tratou-se de um enfrentamento entre forças conservadoras e progressistas que explicitaram, no interior da profissão, posicionamentos de uma luta mais geral pela transformação ou reificação do modelo de sociedade que se tem. É importante frisar que, apesar das lacunas presentes nessa estrutura curricular, ela representou em seu conjunto um avanço, visto que intencionou uma ruptura (que correspondeu muito mais a uma substituição, daí o seu caráter intencional) com a metodologia tradicional restrita aos processos de caso, grupo e comunidade, eliminando as disciplinas relativas aos mes-

mos. Procurou, ainda, trazer uma discussão teórico-metodológica que partisse do conhecimento da sociedade, embora se fundamentando em pensadores clássicos de distintas filiações teóricas a exemplo de Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim, entre outros (SANTOS, 2006).

Essa nova estrutura curricular contribuiu para o aprofundamento da aproximação ao pensamento marxista, inicialmente, marcada por uma incorporação mecânica do método crítico-dialético. A apropriação sucessiva dessa construção teórica possibilitou a crítica à pseudo neutralidade da profissão e, conseqüentemente, o fortalecimento da compreensão da sua dimensão política, quer no plano da intervenção, quer no plano da formação profissional, uma vez que esta passou por novos direcionamentos, contando com um currículo orientado por uma perspectiva crítica e comprometida com as classes trabalhadoras. Reafirmou também a oposição ao conservadorismo ético-profissional, contribuindo para o avanço teórico-político do Serviço Social. A direção social já posta em 1982 foi reafirmada nos anos posteriores, acrescida das reflexões sobre os limites da ação profissional (ABESS; CEDEPSS, 1996).

A implantação do currículo de 1982, associada a estudos e pesquisas realizadas em torno da formação profissional, subsidiou um processo de discussão coordenado em nível nacional pela ABESS/CEDEPSS, e serviu de base, posteriormente, para um repensar dessa formação na busca pela superação dos limites até então identificados.

Logo, nesse momento histórico os assistentes sociais emergiram no cenário social com um novo perfil acadêmico-profissional, que significou um salto de qualidade na trajetória do desenvolvimento profissional. Responderam ativamente e de maneira fértil aos desafios postos pelo novo tempo da sociedade brasileira, marcado pelas lutas democráticas e pela expansão monopolista, seja em termos de formação acadêmica, seja em termos do repensar de sua prática, contribuindo necessariamente para a “conquista da maioria intelectual do Serviço Social, para a travessia de sua ‘cidadania acadêmica’” (IAMAMOTO, 1998, p.104).

Nesse período, a militância político-profissional também alcançou a sua maturidade, expressa nacionalmente na organização sindical dos assistentes sociais, na articulação com as lutas mais gerais dos trabalhadores e na inserção junto às demais entidades na luta por uma Constituição Federal que incorporasse os interesses dos segmentos da classe trabalhadora, em especial, no que diz respeito à construção de uma concepção universal, pública e gratuita de política social, em especial aquelas que compõem a seguridade social. Os eventos nacionais demonstraram um cariz crítico e politizador, com forte influência da produção marxista, livre dos equívocos das aproximações iniciais.

No tocante ao desenvolvimento acadêmico na área, a década de 1980 foi de extrema importância. Neste processo, destaca-se a implantação, em 1981, do

Doutorado em Serviço Social da PUC - SP, tendo o mérito de ser o pioneiro na América Latina. Em 1984 o Serviço Social foi inserido na área das Ciências Sociais, quando estas passaram a ser reconhecidas como um campo específico do conhecimento, e em 1986 foi legitimado como área de produção de conhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (IAMAMOTTO, 1998).

A partir daí podemos dizer que temos no Serviço Social brasileiro a hegemonia de um pensamento forjado na tradição marxista. Nas palavras de Netto (1996, p.112), “a década de oitenta assinalou a maioria do Serviço Social no Brasil no domínio da elaboração teórica, e a tradição marxista se colocou no centro da agenda intelectual da profissão”.

A dominância das correntes profissionais inspiradas na tradição marxista ganhou tamanha credibilidade que seus oponentes foram compelidos a uma extrema cautela defensiva. O que não significa dizer que a resistência à tradição marxista arraigada em segmentos da categoria foi reduzida, porém não encontrou condições favoráveis para se manifestar abertamente (NETTO, 1996).

Enfim, as determinações internas e externas ao Serviço Social oxigenaram decisivamente a profissão no Brasil nos anos de 1980, favorecendo, de um lado, a superação dos equívocos e controvérsias da Reconceituação e, de

outro, consolidando entre nós uma nova concepção de profissão e um renovado projeto profissional, vinculados à ruptura com o Serviço Social tradicional e à afirmação de uma determinada direção social, pautada em uma perspectiva universalista e emancipadora (GUERRA; ORTIZ, 2009).

Em Campina Grande, nesse período, após todo um processo de luta que envolveu a comunidade acadêmica e autoridades locais, à URNE foi estadualizada, pela Lei n.º 4.977, de 11 de outubro de 1987, dando lugar à Universidade Estadual da Paraíba que recebeu todo o seu patrimônio, direitos, competências, atribuições e responsabilidades. Esta medida repercutiu positivamente para a construção de uma formação pública e para a qualidade do ensino destacando-se, dentre outros aspectos, a adoção de concurso público para ingresso na carreira docente.

Na década de 1990, observa-se no Curso de Serviço Social de Campina Grande, a busca pelo fortalecimento da pesquisa e da Pós-Graduação *Lato sensu*, com a implantação do Curso de Especialização em Políticas Sociais, a criação do Núcleo de Pesquisa e Práticas Sociais (NUPEPS), do Grupo Flor e For: estudos de Gênero e do Núcleo de Pesquisa e Extensão Comunitária Infanto-juvenil (NUPECIJ). Destaca-se neste período a aprovação, em 1999, do Projeto Pedagógico do Curso⁸, referendado

8 Projeto ainda em vigência no Curso, porém, em fase final de revisão, com o objetivo de corrigir distorções e fragilidades identificadas ao longo dos anos e ao mesmo tempo de fortalecer a formação

nas Diretrizes Curriculares de 1996, sendo estas resultantes das discussões travadas em âmbito nacional que revisaram o currículo de 1982.

As determinações da realidade brasileira no início dos anos de 1990, segundo Aranha (2007), colocaram a necessidade de rever o projeto de formação profissional para dar conta das exigências postas à profissão nesse momento histórico, quando se agravou a inserção passiva e subordinada do Brasil na chamada nova ordem mundial. Em relação ao mundo do trabalho, a introdução de inovações passou a demandar um novo perfil de trabalhador, exigindo novos requisitos para a sua formação. Ou seja, um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais. Como escreveu Iamamoto (1998), um profissional propositivo, com sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, munidos de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar no mundo globalizado.

Coadunado com a dinâmica da sociedade, o Serviço Social, em nível nacional, instaurou um novo pro-

profissional, em conformidade com a direção social da profissão. Para tanto, o citado Curso realizou inúmeras oficinas envolvendo docentes e discentes, participou do processo de avaliação da implementação das Diretrizes Curriculares promovido pela ABEPSS e do Projeto ABEPSS Itinerante. A direção do curso espera implementar o projeto revisado, a partir de 2014.

cesso de revisão curricular, que culminou com a definição de diretrizes gerais orientadas por uma lógica curricular, que parte da concepção ontológico-social de Marx, pautada na centralidade do trabalho, considerado como eixo central do processo de reprodução da vida social (ARANHA, 2007) e na discussão da “questão social”, como elemento fundante da profissão. Destaca-se, ainda, a afirmação da pesquisa como atividade privilegiada para solidificar as relações entre o ensino universitário e a realidade social e para o fortalecimento das dimensões teórico-metodológicas e prático-operativas do Serviço Social, indissociáveis de seus componentes ético-políticos (IAMAMOTO, 1998).

No período em destaque, a organização político-corporativa e o debate acadêmico “[...] enriquecido na interlocução com a teoria social crítica” (KOIKE, 2009, p.209), sinalizam para o Serviço Social um novo projeto ético-político profissional, materializado na nova lei que regulamenta a profissão (Lei n.º 8.662/1993), no Código de Ética Profissional de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1996.

As Diretrizes Curriculares de 1996 enfatizam as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa como componentes da competência profissional, que passaram a nortear a formação nos Cursos de Serviço Social, com base em três núcleos temáticos: o de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; o dos fundamentos da particularidade sócio-histórica da socie-

dade brasileira; e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Os avanços conquistados pelo Serviço Social com a estruturação do seu projeto ético-político ocorreram, contraditoriamente, num período em que o ensino superior foi mais uma vez reestruturado, através de várias medidas legais, obedecendo à lógica da acumulação de capital, para a qual o Estado assumiu o papel de acumulador “indireto”, através da política de contenção dos gastos públicos, num quadro de crescimento da demanda por educação no país que precisava ser respondida. Dentre tais medidas, é possível citar a organização da universidade em unidades departamentais, por curso, enquanto uma medida racionalizadora de recursos (PEREIRA, 2008).

Em plena sintonia com essa tendência de contenção de gastos públicos, em 1996 foi criada a estrutura departamental na UEPB, sendo implantados os Centros e Departamentos. A partir daí, a Faculdade de Serviço Social, agora Departamento de Serviço Social, passou a integrar o Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

Vale destacar, porém, que o Serviço Social, conforme Guerra (2010), não passa incólume às iniciativas que desde a década de 1990 vem sendo implementadas no âmbito da contrarreforma do ensino superior no país. Os Cursos de Serviço Social tendem a ser um importante nicho para o mercado educacional. Neste período, ocorre simultaneamente a precarização do ensino na área, das po-

líticas sociais e das condições de trabalho dos assistentes sociais. O perfil de profissional exigido neste contexto é, necessariamente, avesso ao exposto nas atuais Diretrizes Curriculares.

Assim, ao mesmo tempo em que o Serviço Social avançou em termos de maturação profissional, evidenciadas nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operacional, como expressa o projeto ético-político da profissão, a implementação deste passa a ser ameaçada em decorrência da cruzada antidemocrática do grande capital, orientada pelo neoliberalismo.

Portanto, a inserção do Serviço Social nas concretas relações da sociedade brasileira, impõe problemas e desafios que dizem respeito, entre outros, a legitimidade social da profissão, pois, embora tenha ocorrido um amadurecimento no âmbito profissional de um vetor de ruptura com o conservadorismo, ele não consolidou uma “nova legitimidade” para a profissão junto às classes subalternas.

Além disso, no campo da formação aprofunda-se o quadro de desmonte da universidade pública, com repercussões na efetivação do tripé ensino-pesquisa-extensão, com intensa precarização do trabalho docente traduzido nas condições de trabalho e na imposição do produtivismo acadêmico, mercantilização da educação, etc.

Destaca-se, ainda, na formação de Serviço Social, uma tendência de deslocamento das bases teórico-cultural inspiradas na tradição marxista, na qual está ancorada a di-

reção estratégica do projeto ético-político profissional. Tal fato se deu, em grande medida, pela inflexão registrada nos meios acadêmicos com a presença do ideário pós-moderno, notadamente na sua versão neoconservadora. Instaurou-se um contexto sócio-histórico e ideocultural que, segundo Guerra (2004) possibilitou um revigoramento de velhas polêmicas do pensamento ocidental, as quais foram reeditadas à luz dos argumentos sobre a suposta crise dos projetos societários germinados na modernidade, em torno da tensão entre temas como: razão e desrazão, modernidade e neoconservadorismo, redundando no abandono da dimensão ontológica do real, permitindo que certas correntes afirmem a destruição do passado, o fim da história e, pois, das grandes narrativas.

No Serviço Social emergiram críticas às correntes marxistas, à suposta ortodoxia dos marxistas brasileiros e às lacunas e não aos equívocos nos seus trabalhos. Crítica que se dirigiu, sobretudo, no sentido de flexibilizar a perspectiva teórica, incorporando autores e tendências mais valorizadas nos círculos acadêmicos e na indústria cultural pós-moderna (NETTO, 1996).

Inserido nesse contexto, o Curso de Serviço Social da UEPB passou por um considerável redirecionamento, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, decorrente da realização de concursos públicos que possibilitaram o ingresso de professores mestres e doutores no Departamento de Serviço Social, constituindo um corpo

docente permanente, que alterou a predominância de professores substitutos, com vínculos empregatícios precarizados. Contudo, a figura do professor substituto voltou a ser presente nos últimos anos em função da aposentadoria de alguns docentes⁹, sem que houvesse a substituição destes, por profissionais com contratos efetivos, resultantes de concursos públicos.

É consensual, na bibliografia disponível sobre a atividade docente, que a precarização dessa atividade não se expressa apenas na contratação de substitutos, mas se relaciona com condições de trabalho, salários, carga horária, dentre outras. Mancebo (2011), por exemplo, destaca que seguindo a tendência predominante no mundo do trabalho, sob o imperativo da acumulação flexível do capital, essa atividade além de precarizada, foi também flexibilizada e intensificada, diante do aprofundamento de uma sociabilidade produtiva que alcança o limite extremo da autoexploração.

Para a referida autora, o docente vem sendo submetido a novos parâmetros para exploração da sua força de trabalho, particularmente a partir de sua subjetividade criativa e participativa no processo de produção. Os do-

⁹ Atualmente o Curso de Serviço Social possui 22 (vinte e dois) professores(as) efetivos(as), dentre estes(as) 10 (dez) doutores(as) e 12 (doze) mestres. Somam-se a este total 06 (seis) professores(as) substitutos(as). Vem pleiteando a realização de concurso público para o preenchimento de 07 (sete) vagas no seu quadro efetivo.

centes, constrangidos às pressas e ao atarefamento diário, o tempo fundamental para a reflexão e a pesquisa de fato inovadora vem sendo proscrito como inatividade. A redução dos prazos tem implicado na intensificação e extensão da jornada de trabalho dos pesquisadores. A incorporação de novas bases tecnológicas nessa atividade reduziu o tempo de trabalho necessário para levar adiante uma série de tarefas, porém liberando mais tempo para mais trabalho, ou trabalho excedente.

Embora não se tenha conhecimento de estudos que tratem desse fenômeno na UEPB, são visíveis as expressões dessa precariedade. A saber, professores desenvolvendo pesquisa ou extensão são requisitados a assumirem um mínimo de 04 (quatro) turmas de sala de aula (16h) na graduação, em alguns casos assumem também disciplinas nas pós-graduações, além de orientarem monografias de conclusão de curso e dissertações. As condições de trabalho para a realização destas atividades, também contribuem para a precarização do trabalho docente em virtude, principalmente, de problemas de ordem estrutural, a exemplo de salas que abrigam mais de um grupo de pesquisa no mesmo espaço, reduzido número de bolsas de pesquisa e extensão, equipamentos insuficientes, dentre outros.

Apesar dessas dificuldades a graduação em Serviço Social da UEPB tem uma trajetória que indica avanços em termos do ensino, pesquisa e extensão. Com 56 anos de existência, conta atualmente com um corpo docente cons-

tituído por 28 docentes (22 efetivos e 06 substitutos) e em torno de 500 (quinhentos) discentes nos cursos ofertados nos turnos manhã e noite.

Segundo Silveira, Rodrigues e Silva (2013), ligado ao Departamento de Serviço Social, existem seis grupos de pesquisa que expressam o esforço de docentes e discentes de desenvolver estudos e produzir conhecimentos na graduação bem como a realização de projetos de extensão. São eles: Flor e Flor - Estudos de Gênero; o Núcleo de Pesquisa e Práticas Sociais (NUPEPS); o Núcleo de Pesquisa e Extensão Comunitária Infanto-juvenil (NUPECIJ) - estes três criados na década de 1990; o Grupo de Estudos, Pesquisas e Assessorias em Políticas Sociais (GEAPS); a Ação Cultural Camponesa: Núcleo de Estudos Rurais (NER); e o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS) – estes três últimos fundados na década de 2000. Tais grupos e núcleos de pesquisa estão certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e juntos totalizam 06 líderes, 48 pesquisadores, 55 estudantes e 10 técnicos.

Nos últimos cinco anos as pesquisas desenvolvidas nos seis grupos/núcleos de pesquisa vinculados ao Departamento de Serviço Social tem oportunizado o acesso à iniciação científica para um número considerável de discentes, totalizando neste período 40 pesquisas envolvendo 77 estudantes. Estes estudos apresentam desdobramentos significativos através das publicações em congressos

e periódicos, TCC's e projetos de pós-graduação dos alunos egressos inseridos em programas de vários mestrados do país (SILVEIRA; RODRIGUES; SILVA, 2013).

Assim, conforme as referidas autoras, tais grupos têm mediatizado o acesso ao Programa de Iniciação Científica na UEPB, através de projetos de pesquisa submetidos aos editais publicados pela instituição. Vale destacar que a iniciação científica na referida universidade teve início nos anos de 1990, sendo fortalecido na década de 2000, com a criação do Programa de incentivo à Pós-Graduação e Pesquisa (PROPESQ/UEPB), em 2008.

Outro indicativo dos avanços obtidos pelo Curso de Serviço Social foi a criação do Programa de Pós-Graduação em nível de mestrado que iniciou as suas atividades no mês de maio de 2013, representando um salto de qualidade significativo na sua história.

É possível ressaltar, portanto, considerando a trajetória do Curso de Serviço Social da UEPB e o seu projeto de formação, que este guarda uma relação estreita com a massa crítica historicamente construída pela profissão em solo brasileiro, uma vez que ao longo desse processo tem se evidenciado uma consonância com as orientações para a formação profissional determinadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Entretanto, assim como vem ocorrendo em âmbito nacional, a efetivação desse acúmulo crítico vem sofrendo inflexões que se relacionam à presença de tendências teórico-

metodológicas alinhadas ao pensamento conservador ou neoconservador. Presença que pode ser percebida através de alguns conteúdos programáticos materializados em sala de aula¹⁰, cujo foco central prioriza as discussões das minirrationalidades, dos fragmentos, da imediatividade etc., em detrimento da articulação destas expressões fenomênicas com os fundamentos ontológicos do ser social e do próprio Serviço Social, conforme orientação das Diretrizes Curriculares de 1996.

Considerações finais

A formação profissional em Serviço Social vem passando por mudanças expressivas desde o surgimento da profissão no país. Este processo, marcado pelas determinações societárias, gestam no interior da profissão a busca

10 A identificação da presença do pensamento conservador ou neoconservador em determinados conteúdos programáticos do Curso em destaque, resulta da análise da formação acadêmica em Serviço Social, em UFAs do Nordeste brasileiro, condensada em tese de doutorado (FONSECA, 2012). Presença identificada ainda, em relatório de pesquisa PIBIC/UEPB 2012-2013, relativo à formação presencial em Serviço Social no Estado da Paraíba (FONSECA; SILVA; CUNHA, 2013). O conservadorismo manifesto relaciona-se a um tipo de conhecimento voltado para pensar a micropolítica, expressa em temáticas que focam o indivíduo em detrimento da sua condição de classe; a “nova” sociedade; a comunidade; os “novos” modos e estilos de vida; as redes de movimentos sociais; a democracia representativa, etc. Maiores detalhes acerca desta identificação, consultar referências indicadas.

de afirmação da sua legitimidade teórica e prática, desafiando-a a uma constante revisão dos seus fundamentos, de forma a torná-los compatíveis com as demandas que lhe são postas em cada contexto histórico. Neste sentido, o surgimento e o desenvolvimento das unidades de formação relacionam-se, como vimos, com a realidade socioeconômica e política de cada conjuntura e lugar.

Desse modo, verificamos que o Curso de Serviço Social de Campina Grande teve, desde o seu surgimento no final dos anos 1950, uma formação influenciada não apenas pelo modelo de desenvolvimento dominante no país, mas também pela direção social adotada pela profissão em âmbito nacional, implicando aí não apenas os fundamentos teórico-metodológicos para entender e intervir na realidade, mas também as referências éticas e ideológicas que demarcaram os compromissos assumidos pela profissão frente às demandas das classes em disputa no cenário brasileiro e local até os dias atuais.

Ao longo da trajetória deste curso identificamos o empenho em sintonizá-lo com as indicações das entidades que direcionam a formação nacionalmente, destacando-se a sua busca de aproximação com as orientações da ABEPSS como um traço marcante desde a década de 1990 quando foi um dos primeiros a implantar as Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996.

Diante do exposto, podemos considerar que o Curso de Serviço Social da UEPB avançou e se consoli-

dou do ponto de vista da qualidade teórico-metodológica e ético-política, referendando a direção social vigente no projeto de formação profissional defendido pela ABEPSS. Contudo, a efetividade dessa formação sofre os condicionamentos da realidade objetiva e subjetiva, que dizem respeito às determinações do movimento de reestruturação capitalista e seus desdobramentos sobre o papel do Estado e das políticas sociais, em particular, da educação, em todos os níveis. Dizem respeito ainda, a presença dos sujeitos, que, com suas opções teóricas e políticas, bem como, sua intervenção sobre o real, referendam ou contestam a ordem constituída, daí o desafio de consolidar tais avanços e conquistas, balizados pelo atual projeto ético político profissional.

Referências

ABESS; CEDEPSS. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

ARANHA, L. Fundamentos ontológico-sociais das Diretrizes Curriculares em Serviço Social: considerações acerca da nova lógica curricular. In **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Ano 3, n. 6, abril de 2007. Disponível em <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em 20 de novembro de 2011.

CARVALHO, A. M. P. O projeto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. In: **Cadernos ABESS**, n. 1, São Paulo: Cortez Editora, 1993.

FALEIROS, V. P. Aonde nos levam as Diretrizes Curriculares? **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS, n. 2. Brasília: Graffline, 2000.

FONSECA, C.; et al. Aspectos históricos do Curso De Serviço Social no município de Campina Grande – PB. In: **19ª Conferência Mundial de Serviço Social, 2008, Salvador - Bahia. O desafio de concretizar direitos numa sociedade globalizada e desigual**. Brasília: CFESS / CRESS/ IFSW, 2008.

FONSECA, C. C. da. **Tendências da Formação Acadêmico-Profissional do Serviço Social no Nordeste**: mediações históricas, teóricas e ideopolíticas. 2012. 244f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

_____; SILVA, L.F.; CUNHA, A. D. Tendências da Formação Acadêmico-Profissional do Serviço Social na Paraíba: mediações históricas, teóricas e ideopolíticas.

Relatório de Iniciação Científica. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2013.

GUERRA, Y. Serviço Social: dilemas da precarização e estratégias de enfrentamento. In: COSTA, G. M.; PREDES, R. SOUZA, R. (ORGS.) **Crise contemporânea e Serviço Social**. Maceió: EDUFAL, 2010.

_____. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. In: **Revista Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, n. 10, 2004.

_____; ORTIZ, F. G. Os caminhos e os frutos da “virada”: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. In: **Revista Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, v. 19, n. 2, Jul - Dez 2009.

KOIKE, M. M. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

LIMA, D. de. **Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município**

de Campina Grande (1964-1984). 2004.300p. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis:** Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS, ano II, n. 3. Brasília: Graffline, 2001.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

_____; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1988.

MANCEBO, D. Trabalho docente na pós-graduação. In: **Universidade e Sociedade**, n. 48, Julho de 2011. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-207803317.pdf>> . Acesso em 11 de Janeiro de 2012.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social:** identidade e alienação. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social:** um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis:** Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano II, n. 3, Brasília: ABEPSS, Graffline, 2001.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez Editora, n.50, 1996.

_____. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1994.

PEREIRA, L. D. **Educação e Serviço Social:** do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008.

SANTOS, C. M. dos. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil.** 2006. 251f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SILVEIRA, S. A. S. et al. Resgate histórico do Curso de Serviço Social no município de Campina Grande: surgimento e desenvolvimento até sua inserção no âmbito universitário. **Relatório de Iniciação Científica.** Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2008.

_____; RODRIGUES, N. J. G. A.; SILVA, B. L. A pesquisa na formação profissional das(os) discentes do Curso de Serviço Social da UEPB: a contribuição dos grupos de pesquisa. **Relatório de Iniciação Científica.** Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2013.

YAZBEK, M. C. A Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945. *In:* **Cadernos PUC** n. 06. São Paulo, Editora da PUC-SP, 1980.

A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL PARA O SURGIMENTO DOS CLUBES DE MÃES EM CAMPINA GRANDE

Marília Tomaz de Oliveira

Introdução

A contribuição da Faculdade de Serviço Social na época dirigida pela religiosa Ângela Beleza da Congregação Católica Vicentina, se dá através da participação efetiva de sua direção e do corpo docente, especificamente da necessidade de abertura de campo de estágio para as alunas do Curso de Serviço Social. Na época tínhamos no Currículo Mínimo do Curso as disciplinas, Desenvolvimento de Comunidade e principalmente Estágio Supervisionado em Serviço Social que demandava os referidos campos.

O resgate histórico se dá na perspectiva de construção de um recorte teórico do fenômeno de estruturação dos processos de Sociabilidade e Associacionismo, a partir da trajetória de fundação dos Clubes de Mães (CMs). A proposta é compreender como as mulheres constroem vínculos sociais através da interação (processo de mediação entre o indivíduo e a sociedade), na organização comunitária. Segundo Simmel (1983), a associação surge com base em impulsos ou em função de certos propósitos, possibilitando a cooperação entre as participantes e delas com a comunidade.

Significado e importância dos clubes de mães enquanto sujeito coletivo.

Os CMs compõem a cena social e política do município de Campina Grande, enquanto integrantes do movimento comunitário. Consideramos, nesse momento, a quantidade de clubes existentes no ano de 2006, uma vez que existe continuamente um processo de fundação de Clubes. Segundo, Oliveira na relação de Clubes filiados à Coordenação dos CMs a quantidade de Clubes varia consideravelmente a cada ano, uma vez que, ocorre um processo permanente tanto de filiação quanto de desfiliação por não cumprirem os critérios definidos pela Coordenação para seu funcionamento. (OLIVEIRA, 2008, p.119).

As mulheres são motivadas a se organizarem nos espaços sociais dos CMs por diversas razões. Os clubes são espaços de sociabilidade e de participação, onde podem desenvolver atividades ocupacionais e exercerem a capacidade de serem solidárias. Representam a extensão do mundo feminino, reproduzem e são uma extensão das relações de vizinhanças, correspondendo a uma alternativa à rotina opressiva. Estabelecem “o vínculo social, que é a efetivação do exercício da democracia primária, podendo expandir-se para a esfera secundária”, (Dewey, 1999, p. 54).

Nesta perspectiva, trazemos a concepção Deweyana para corroborar com a importância do espaço comunitário para a democracia primária. A democracia começa em algum lugar, um lugar tangível, sensível, onde

homens e mulheres já mantenham concretamente relações de certo tipo, que compartilhem experiências comuns. Esse lugar seria o lugar original da democracia. A partir daí, estender-se-ia para espaços mais amplos. Assim, a comunidade poderá realmente ser espaço natural de democracia e solidariedade. Essa concepção reforça o sentido de comunidade numa convergência para uma comunidade política mais ampla, possibilitando articular o que chamaríamos de “democracia primária” e “democracia secundária”.

Esse sujeito coletivo emergiu no tecido urbano como mães, donas de casa, moradoras. De início, o objetivo dos CMs era que essas mulheres pudessem se reunir para conversar e desenvolver atividades ocupacionais e as mais carentes financeiramente receber assistência. Posteriormente, participaram de ações pela conquista de direitos para seus filhos, suas famílias, seus vizinhos, fortalecendo o vínculo social. Assim, lutavam pela conquista de equipamentos coletivos como creche, escola, posto policial, posto de saúde; por uma melhor qualidade de vida e nas demandas por saneamento básico; moradia e etc. Outro aspecto importante diz respeito à importância dos Clubes enquanto espaço de sociabilidade primária, cooperação e fortalecimento do vínculo social, como também espaço de re-significação das relações de gênero, à medida que a participação nos Clubes possibilita a aprendizagem da valorização e redefinição do papel da mulher na sociedade.

Os CMs são espaços de mobilização popular, onde as mulheres podem participar efetivamente para a conquista de direitos. Essas mobilizações se dão de forma gradativa e possibilitam que cada mulher busque assumir uma postura contrária à vivenciada até então nas relações familiares, principalmente relativas ao patrimonialismo vigente na organização em família. Podemos identificar nos CMs, a sociabilidade como forma lúdica de associação na concepção de Simmel (1983). É na comunidade, onde se dá a gênese da democracia (DEWEY, 1979), onde se efetiva o vínculo social.

Nas comunidades, as experiências coletivas constituem espaços privilegiados de existência de uma prática de democracia direta (MATOS, 2006), nas comunidades de base, nas relações de vizinhança na luta cotidiana, através dos núcleos comunitários, espaços de interações sociais em que se constroem essas práticas democráticas.

Os Clubes de Mães e o Movimento Comunitário no Contexto Histórico Brasileiro.

Na formação dos CMs, observamos a ocorrência de fatores que estão sempre presentes na história de organização das mulheres dos setores populares urbanos: uma maior disposição para a participação em projetos e ações comunitárias e o fato de que, no Brasil e em parte dos países da América Latina, as mulheres foram organizadas por outros. No Brasil, especificamente, quatro institui-

ções contribuíram para a formação dos grupos e clubes de mães e mulheres: a Igreja Católica, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o movimento de saúde e as prefeituras municipais (VIEZZER, 1989). O contexto histórico em que ocorre o surgimento dos CMs no Brasil corresponde ao final dos anos 50. Em referência à fundação dessas organizações em São Paulo, Sader (1988), afirma seja pelos seus testemunhos, seja por outros registros, ficamos sabendo da existência de CMs e formas similares de organização de donas de casa desde, pelo menos o findar dos anos 50, patrocinada às vezes pela prefeitura, às vezes por associações benevolentes, ligadas à Igreja ou entidades como o Lions Club. Nessas associações, algumas mulheres previamente capacitadas, ensinavam outras pobres e necessitadas, a bordar, a costurar e fazer outros trabalhos manuais, além de transmitir instruções de higiene e saúde. (SADER, 1988, p. 200)

Na década de 1960, foram desenvolvidas lutas da população em diversos municípios e estados brasileiros, visando buscar soluções para problemas sociais, políticos e econômicos. As organizações comunitárias, como as Sociedades de Amigos de Bairro (SAB's), as Associações de Moradores e outros são responsáveis pelo surgimento do movimento comunitário em nível local e nacional. Podemos afirmar que o movimento se deu em consequência da profunda desigualdade socioeconômica, da injusta distribuição de renda, concentração da propriedade da terra

nas mãos de latifundiários e pecuaristas sob proteção do capital estrangeiro, tendo como consequência a expulsão dos camponeses de suas terras, acelerando o êxodo rural, que fomentou verdadeiros anéis de miséria na periferia das grandes e médias cidades brasileiras.

Nesse período, configura-se no Brasil uma tradição de política autoritária, inclusive com o fechamento das instituições políticas e civis. O predomínio de um modelo de dominação oligárquico patrimonialista e burocrático resulta na formação de um Estado, um sistema político e uma cultura, caracterizada pela marginalização política e social das classes populares. Nessa conjuntura adversa, segundo Santos (2002), a sua integração através do populismo e do clientelismo; a restrição da esfera pública e sua privatização pelas elites patrimonialista; a artificialidade do jogo democrático e a ideologia liberal configuram uma predominância do Estado sobre a sociedade civil que traz obstáculos à construção da cidadania, democracia e a participação popular.

Surgimento dos Clubes de Mães em Campina Grande

Diante dessa conjuntura, emergiram inúmeros movimentos sociais contestatórios e reivindicatórios, entre esses, as primeiras formas de organização do movimento comunitário: Sociedades de Amigos de Bairros (SAB's), Associação de Moradores, Clubes de Mães e outros. Em

Campina Grande, registra-se um processo de organização da população em locais onde o agravamento das condições de vida e densidade populacional era crescente, como nos bairros de José Pinheiro, Santa Rosa, Liberdade e Monte Castelo. Essas mobilizações ocorreram com o apoio e incentivo da Diretora (irmã Ângela Beleza) e de professores da Faculdade de Serviço Social.

Os CMs surgiram com o objetivo de motivar as mulheres a participarem da vida comunitária, na grande maioria, articulados às SAB's, com objetivo de buscar solução para os problemas de seus bairros junto aos poderes públicos, bem como desenvolver ações de assistência junto à população mais carente. A iniciativa da Faculdade de Serviço Social, na época, foi de fundamental importância na organização do movimento comunitário do município. Fato que possibilitou às alunas contarem com esses espaços enquanto campos de estágio curricular.



Foto1: Encontro SAB's com prefeito de Campina Grande – 1964

Fonte: Arquivo do Departamento de Serviço Social - UEPB

Nessa época, a Faculdade de Serviço Social aparece como responsável pela iniciativa de organização da população da periferia da cidade, iniciada com a criação de uma comissão de amigos de bairro que depois se transformaria na primeira Sociedade de Amigos de Bairro - SAB, em 1962, no bairro José Pinheiro. Nesse período, cresceu consideravelmente a organização dos moradores nos bairros através das SAB's e CMs, com a contribuição das estagiárias de Serviço Social. Ainda nesse período e numa perspectiva política crítica, surgem os Círculos Populares de Cultura, por iniciativa dos(as) militantes da Ação Popular (inclusive com a participação de algumas alunas de Serviço Social), devido à ação e reflexões políticas, seus monitores e militantes sofreram perseguição dos militares. Por outro lado,

as entidades comunitárias continuavam desenvolvendo suas atividades de forma assistencialista e clientelista, articuladas ao poder público local. Nesse sentido, Brito (1989, p. 43), afirma: nota-se que não se acredita na capacidade mobilizadora do povo do bairro, como forma de conseguir as suas reivindicações e são atendidas como um favor que o prefeito faz à comunidade e não como uma conquista de um direito coletivo”. (BRITO 1989).

Neste contexto, um ano após as SAB's, surgem os CMs, em 1963, nos bairros da cidade onde ocorre um processo de organização de comunidades e formação de grupos, entre esses, os Clubes. Dessa maneira, se dá a expansão dos Clubes a partir da mobilização das mulheres e das ações missionárias da Igreja Católica, que atuavam na evangelização e promoção humana, enfocando as vantagens da vida em grupo e o dever de todos ajudarem seus semelhantes. As orientações aos clubes dizem respeito a aspectos de assistência, solidariedade e reforço aos papéis definidos para as mulheres em conformidade com as relações familiares patriarcais.

Iniciou-se uma crescente desmobilização do “movimento de bairros”, diferentes aspectos foram arrolados para uma explicação dessa desmobilização, entre outros, a cooptação de lideranças através do clientelismo; auto-marginalização de porta-vozes do movimento do processo político, decorrente de uma visão autonomista, o que teria dividido o movimento entre “autênticos” e “não autênticos”;

o conflito entre uma matriz discursiva de base comunitária cristã e uma abordagem sociopolítica e a saída de cena da Igreja.

Por outro lado, ocorre uma movimentação dos setores organizados politicamente: sindicatos, em nível da Universidade Diretório Central de Estudantes, Centro Acadêmicos e religiosos da ala progressista da Igreja Católica com a Juventude Católica - JUC. Na área rural, sobressai-se o movimento das Ligas Camponesas.



Foto 2: Encontro dos Clube de Mães 29/08/1966

Fonte: Arquivo do Curso de Serviço Social - UEPB

A partir da sua trajetória, poderemos questionar se ocorreram mudanças significativas na prática desenvolvida nos CMs até á atualidade. Nesse sentido, destacamos

que o surgimento dos CMs e SAB's não se deu de forma espontânea, mas com a participação de agentes externos, tanto do Curso de Serviço Social quanto da Igreja Católica.

Os primeiros CMs que surgiram em bairros da malha urbana, principalmente em áreas de concentração de famílias de baixa renda; foram os seguintes: o clube de mães Anita Cabral, situado na localidade denominada Tambor, fundado em 1963; o Clube de Mães Iza Leal, situado no bairro Santa Rosa, fundado em 1964; o Clube de Mães Maria Arruda da Silva, no bairro José Pinheiro, fundado em 1965; o Clube de Mães Alice Ramos Tejo, no bairro do Centenário, fundado em 1967. Nessa década, foram criados 15 (quinze) CMs. A fundação dos clubes teve a participação de agentes externos citados.

Desde seu surgimento, podemos identificar, a partir dos registros existentes, a conotação dada aos CMs enquanto espaço de sociabilidade. Os clubes iniciaram suas atividades com as mulheres desenvolvendo a sociabilidade, despertando para a responsabilidade como esposa e mãe, procurando conseguir uma melhoria de sua vida que se estendia para toda família. Temos o registro do “Diagnóstico do Movimento Comunitário de Campina Grande”, (PRADO, 1988), que esboça uma concepção sobre CMs.

O Clube de mães é considerado uma entidade de caráter social/educativo sem fins lucrativo formado por senhoras de um mesmo bairro, que procuram trabalhar conjunta-

mente, visando desenvolver-se individual e coletivamente, numa tentativa de contribuir para a melhoria das condições de seu bairro, e, conseqüentemente, da população. (PRADO, 1988, p. 15)

O surgimento dos CMs em meio à conjuntura politicamente adversa pode ser compreendido pelo fato de que foram criados com o objetivo de repassar informações sobre organização familiar, higiene e trabalhos manuais. Desse modo, configuravam uma forma de organização direcionada à orientação de mulheres para atuação no âmbito da família referente às atribuições de dona de casa e agregadora das relações familiares. Isso, sob orientação e coordenação da Faculdade de Serviço Social. Vejamos um registro de reunião com as mulheres em um CM.



Foto 3: Reunião de estagiárias com um Clube de Mães 1967
Fonte: Arquivo do Curso de Serviço Social - UEPB

Com a rápida expansão dos CMs no município, tornou-se premente a estruturação de um órgão que pudesse coordenar suas atividades, visando a orientação coletiva e articulação entre os clubes. Nesse sentido, surgiu, em 12/06/1969, a Coordenação de CMs, constituindo-se numa sociedade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com caráter educativo, social, assistencial, benéfico e reivindicativo.

A coordenação dos Clubes era dirigida pela então diretora da Faculdade de Serviço Social, Ângela Beleza (freira da Congregação Vicentina), sendo essa mais uma entidade que surge com a participação do Serviço Social. As reuniões aconteciam ordinária ou extraordinariamente, objetivando avaliar e dar continuidade aos trabalhos realizados pelos Clubes. Isso demonstra a importância do papel desempenhado pela diretora do Curso de Serviço Social, como Coordenadora dos CMs, até desencadear o processo de formação de uma Coordenação propriamente comunitária.

A coordenadora realizou, juntamente com as participantes dos clubes existentes, círculos de estudos e palestras objetivando desencadear o processo de fundação de uma entidade formal com as atribuições até então desempenhadas pela referida coordenadora. Eleita a direção da entidade, procedeu-se à elaboração de normas para seu funcionamento baseadas no estatuto da União Campinense de Equipes Sociais (UCES), fundada em 1964, organiza-

ção que congrega as entidades comunitárias de Campina Grande, à qual a Coordenação dos CMs é filiada.

Os Clubes de Mães em tempos de conquista

A partir da década de 1970, os CMs começaram a receber assessoria técnica de assistentes sociais da Secretaria de Bem-Estar Social do Município de Campina Grande (SETRABES), momento em que o poder municipal implanta seu primeiro programa de desenvolvimento de comunidade, objetivando uma política de integração do movimento comunitário. Esse órgão mantém assessoria aos referidos clubes através de Assistentes Sociais cedidas à Coordenação dos CMs.

Seguindo uma tendência nacional, o movimento comunitário de Campina Grande atua como catalisador de contestação e luta, tanto no campo político quanto no setor da economia na conquista de igualdade e liberdade. Sobre seu desenvolvimento trazemos o relato dos pesquisadores/técnicos da Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social do município (SETRABES), esboçado no “Diagnóstico do Movimento Comunitário de Campina Grande” (1998): o Movimento Comunitário de Campina Grande, após superar no final da década de 70 a mera prática assistencialista e de reivindicações desordenadas, passou a refletir um novo momento com o surgimento do processo de democratização da sociedade brasileira. Observa-se no período de 79 a 84 um sensível crescimento de entidades, marcadamente

de SAB's e Clubes de Mães. Esse avanço teve reflexo importante nas demais entidades na medida em que as proposições foram se uniformizando [...] como a luta contra a carestia em 1980, tornando possível a união de segmentos sociais em torno de questões comuns. (BRITO, 1989, p. 25).

O fim da ditadura militar e o início da reabertura política trouxe nova perspectiva de análise do problema urbano, sob a ótica da comunidade. Ocorre uma crescente participação comunitária na sociedade brasileira através das Associações de Moradores, comunidades Eclesiais de Base (CEB's), grupos de bairro incluindo CMs. Essas entidades se constituem verdadeiras receptoras das reivindicações e demandas da população na esfera local, responsáveis por encaminhá-las à administração municipal. A participação da população através dessas organizações, dos movimentos sociais, movimento sindical e outros, puderam fortalecer o tecido social brasileiro, como também a organização da sociedade como grande alicerce do regime democrático.

No processo de abertura política, do final da década de 1970, essas distintas forças políticas articulam-se em torno do discurso da redemocratização e estão presentes nas associações e conselhos de moradores que emergem de forma significativa, a partir do final daquela década. Esse conjunto adquire uma visibilidade sob a denominação de “movimento de bairros”, sugerindo uma identidade que eclipsou diferentes perspectivas presentes em seu todo.

Na década de 1980, momento de efervescência de mobilização da sociedade brasileira pela conquista de direitos em sentido amplo, o movimento contra a carestia, organizado em nível nacional, realizou em 1981 a Marcha Contra a Carestia em Campina Grande, com a participação dos CMs. A Coordenação dos CMs desenvolveu uma linha de ação junto aos Clubes direcionada às questões políticas locais e de gênero. Sob sua orientação representantes dos CMs participaram do I Encontro de Mulheres do Estado da Paraíba, realizado em Campina Grande, em 1984, evento promovido pela Federação Estadual de Mulheres sob orientação de partidos de esquerda. Em seguida, realizam o Congresso de Mulheres em nível nacional, em São Paulo. Ainda nesse período, os Clubes seguiram a perspectiva dos movimentos sociais atuantes na época, em defesa da ampliação da concepção de cidadania e das conquistas de liberdades democráticas, incluindo as reivindicações dos índios, negros, mulheres e homossexuais, no âmbito das relações sociais. Os CMs participaram juntamente com entidades do movimento sindical, pastorais, partidos políticos e parte do movimento comunitário. Havia a participação das sócias dos CMs em eventos e discussões sobre o papel social e político da mulher na sociedade.

A década de 90 caracterizou-se como momento de consolidação dos direitos garantidos na Constituição de 1988, corolário da luta desenvolvida pela sociedade civil organizada. Nesse contexto, os Clubes desenvolvem uma

participação no sentido de conquista de cidadania, isto é, atuam juntamente com os movimentos em nível nacional em defesa das conquistas por liberdade, democracia e consolidação de direitos. Participaram da implantação e gestão dos Conselhos Municipais de Direitos Sociais; como Conselho de Assistência Social, Conselho da Criança e Adolescente, Conselho de Transportes Urbanos e Conselho da Mulher, passando a ser membros efetivos dos mesmos.

Neste contexto, os CMs adquiriram nova característica de uma organização que proporcionava o funcionamento interno, novas situações, bem como a definição de novos objetivos: lutar por direitos, valorizar a condição da mulher através da participação em atividades coletivas, organizar ações reivindicatórias junto aos poderes públicos, visando melhorias para a comunidade, tais como: escola, creche, posto de saúde, etc.

A partir da participação em algumas organizações e, em particular, nos CMs, ocorre um crescimento da autoestima e estima social das mulheres que passam a se sentirem valorizadas, defender sua dignidade, intervir na cena pública e adquirir novos valores de cooperação e solidariedade, numa conquista de direitos e exercício da cidadania. Na concepção de Dallari (1998) a cidadania:

Expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está margina-

lizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. (DALLARI, 1998, p. 14).

Os CMs, organizações comunitárias, são regulamentados por estatuto e regimento interno que propõem uma atuação em defesa dos direitos das associadas enquanto moradoras e mulheres. A estrutura de funcionamento apresenta-se frágil, uma vez que a maioria dos clubes conta com um espaço físico pequeno. A metade dos clubes tem sede própria e reivindica dos poderes públicos, municipal e estadual, sua expansão no sentido de implementação e ampliação das atividades desenvolvidas naqueles espaços.

Considerações finais

À guisa de considerações finais, situamos as mulheres associadas dos CMs enquanto sujeitos do processo desencadeado pelos clubes na luta por reconhecimento e de forma ampliada, a luta por melhores condições de vida dos moradores dos bairros onde estão localizados. Para isso, buscam a articulação com os demais movimentos e organizações da sociedade na busca por efetivação e ampliação de direitos e conquista de cidadania.

Referências

BRITO, Paulo Afonso Barbosa. *Movimentos Populares: Possibilidades e limites de um novo sujeito político*. Dissertação defendida no Mestrado de Sociologia da – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande em Outubro de 1989.

DALLARI, Dalmo. *Direitos humanos e cidadania*. SP: Moderna. 1998

DEWEY, John. *Democracia e Educação*. São Paulo. Ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo. 1979

_____. *The public and its problems*. Ohio: Athens. 1991

MATOS, Aécio. Participação e democracia. In: MARTINS P. M e FONTES – *Redes, práticas associativas e gestão pública*, Recife. Ed. Universitária da UFPE. p.183-208, 2006.

OLIVEIRA, Marília Tomaz de. (2008), *Democracia e Experiência Associativa: Os Clubes de Mães em Campina Grande*. Tese defendida no PPGS/Sociologia/UFPE em Fevereiro de 2008.

PRADO, Luís. *Diagnóstico do movimento comunitário de Campina Grande*. Secretaria de Ação Social do município de Campina Grande, 1988.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: exigências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988

SANTOS, Boa Ventura de. *Democratizar a democracia: Os caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro: civilização brasileira. 2002

SIMMEL, Georg. *Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal*. São Paulo: Ática. 1983

VIEZZER, Moema. *O problema não está na mulher*. São Paulo: Cortez. 1989

A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA E OS DESAFIOS DE SUA IMPLANTAÇÃO NO CONTEXTO DE MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Idalina Maria Freitas Lima Santiago

Jordeana Davi

Moema Amélia Serpa Lopes de Souza

Mônica Barros da Nóbrega

Introdução

O presente artigo objetiva documentar o processo de criação da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), inserido no contexto da contrarreforma do Ensino Superior no país. Registra a importância de sua implantação para o incremento da formação de novos pesquisadores e docentes no Nordeste, bem como para o fortalecimento do Serviço Social enquanto área do conhecimento, sintonizado com o projeto ético-político profissional. Defende a ideia de que o referido processo coroa uma trajetória histórica de lutas, resistências, desafios e conquistas, numa conjuntura marcada pela submissão da Universidade aos interesses mercantis, com fortes rebatimentos para a formação profissional do assistente social.

Assim, este artigo está organizado em dois tópicos. O primeiro trata dos rebatimentos da crise capitalista contemporânea na Universidade brasileira, com destaque para a contrarreforma da educação superior no país que ora vem sendo implementada, fundamentalmente afinada com o aprofundamento das reformas estruturais orientadas pelos organismos internacionais do capital, a qual envolve a transformação do Ensino Superior em área de investimento de capital, envolvendo um nível que até então não era capturado pelo mercado, a pós-graduação, que seguindo a lógica mercantilista, pragmática e instrumental, é instrumentalizada para responder diretamente às necessidades do capital e dos serviços oferecidos no mercado.

O segundo tópico recupera a trajetória histórica da gênese e desenvolvimento do Curso de Graduação em Serviço Social da UEPB, considerando os aspectos sócio-históricos determinantes nesse processo. Em seguida, aborda a criação do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social nesta Universidade numa conjuntura adversa, que impõe inúmeros desafios a serem enfrentados.

Por fim, apresentam-se as considerações e as referências utilizadas nesta produção.

Contextos, conquistas e desafios da Pós-graduação em Serviço Social no Brasil

Na literatura consultada sobre a contrarreforma do Ensino Superior no Brasil é recorrente a discussão acerca dos rebatimentos deletérios desta na formação profissional, tanto a nível de graduação quanto de pós-graduação.

Leher (2010), rigoroso estudioso do assunto, nos chama a atenção para o fato de que a contrarreforma que ora vem sendo processada no Ensino Superior no país se inclui no processo mais amplo de contrarreforma do Estado implementada no âmbito das políticas sociais, ressaltando a urgente necessidade de se combater o projeto de nação que preconiza um lugar subordinado à universidade.

Contrarreforma essa que, conforme observou Chauí (2013), busca modernizar e racionalizar as atividades estatais, redefinidas e distribuídas em setores dentre os quais se encontra o setor dos serviços não exclusivos do Estado, os quais podem ser realizados por instituições não estatais, cabendo ao Estado prover tais serviços, contudo não os executando nem desenvolvendo uma política reguladora dessa prestação. Nesses serviços se inclui a educação, dentre outras, entendidas como “organizações sociais” prestadoras de serviços que firmam contratos de gestão com o Estado.

Assim, a universidade, instituição social de cunho republicano e democrático por excelência, passa a ser transformada em uma organização, uma entidade administrada

na qual sucesso e eficácia são mensurados em termos da gestão de recursos e estratégias de desempenho. Colocada no setor de prestação de serviços a ideia de autonomia universitária passa a assumir um novo sentido, ou seja, se reduz a gestão de receitas e despesas. A flexibilização passa a ser o seu corolário, significando, sobretudo, a eliminação do regime único de trabalho, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-os por contratos flexíveis, precários, temporários; a adaptação dos currículos de graduação e pós-graduação às demandas das empresas locais e separar docência e pesquisa, deixando para a universidade a docência e a pesquisa para centros autônomos. A qualidade passa a ser definida como competência e excelência, cujos critérios da produtividade são quantidade, tempo e custo, em detrimento do que se produz, como se produz, para que ou para quem se produz, ocorrendo uma inversão eminentemente ideológica da qualidade em quantidade.

Em suma, conclui a autora, submetida à lógica gerencial, regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade e pensada para ser flexível, a “universidade operacional” estrutura-se por estratégias e programas de eficácia organizacional, sendo definida e estruturada por normas e padrões alheios ao conhecimento e à formação intelectual, estando, portanto, pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências alheias ao trabalho intelectual. Desse modo, instala-se, pois, uma heteronomia na universidade,

visível no aumento exacerbado de horas-aulas, na diminuição do tempo para mestrados e doutorados, na avaliação pela quantidade das publicações, colóquios etc., o que poderá ocasionar na sua desmoralização pública e na sua degradação interna.

Nessa mesma linha argumentativa, Netto (2000), ressalta que a reforma da educação superior no país que ora vem sendo implementada se constitui como uma política de governo, fundamentalmente afinada com o aprofundamento das reformas estruturais orientadas pelos organismos internacionais do capital, a qual envolve traços que já são realidade, tais como o favorecimento da expansão do privatismo, ou seja, a transformação do ensino superior em área de investimento de capital, envolvendo um nível que até então não era capturado pelo mercado, a pós-graduação, a qual seguindo uma lógica mercantilista, pragmática e instrumental, é instrumentalizada para responder diretamente às necessidades do capital e dos serviços oferecidos no mercado.

Enfim, trata-se de um modelo de política que resulta na liquidação do sistema universitário público, visto que suprime o papel democratizante da universidade, a qual apesar de todos os seus problemas “[...] é uma escola de cidadania, ela inquieta, ela agita, ela subverte, ela faz germinar” (NETTO, 2000, p, 29). Além do mais, no fim da pretensão de qualquer pesquisa acadêmica, autônoma, pois que o trato acadêmico da pesquisa, da investigação e

da produção de conhecimento vem se dando de maneira subordinada aos interesses do capital.

As principais medidas governamentais para a realização de reformas educacionais resultam de interferências do Banco Mundial (BM) nos rumos do desenvolvimento do país, e principalmente na formulação das políticas educacionais em curso. Tais interferências caracterizam-se, pois, pela prevalência da lógica financeira sobre a lógica social e educacional; pela falácia de políticas que declaram o objetivo de elevação da qualidade de ensino, enquanto, por outro lado, implementam a redução dos gastos públicos para a educação e mantêm-se indiferentes à carreira e ao salário do magistério (YAZBEK; SILVA E SILVA, 2005).

Como reitera Siqueira (2004), baseado no discurso da sociedade do conhecimento, segundo o qual níveis mais elevados de educação seriam imprescindíveis para o desenvolvimento e competitividade das nações num mundo cada vez mais globalizado, bem como para contribuir para a coesão social, em fins do século XX e início do século XXI, o ensino superior voltou a fazer parte das prioridades do BM. Porém, não mais a partir de uma oferta pelo setor público, e sim, para a sua total abertura ao setor privado internacional e a grandes empresas nacionais a ele associados¹. Prioriza-se, assim, não apenas a necessidade de

¹ Recente notícia do JORNAL BRASIL DE FATO (02 a 08 de maio de 2013), cujo título é bastante sugestivo “CARTEL NA EDUCAÇÃO”, mostra que a fusão entre os grupos Educacionais Kroton e Anhanguera,

diversificação das instituições, mas, sobretudo, o estabelecimento de um sistema estratificado, com um pequeno número de universidades de pesquisa no topo, seguidas por aquelas destinadas a formação profissional de quatro anos, e institutos isolados e centros vocacionais e/ou de formação técnica com duração de dois anos. Por um lado, as universidades de pesquisas deveriam atender prioritariamente a elite intelectual do país, dispor de verbas públicas, ser gratuita, mas utilizar seu potencial para o desenvolvimento econômico do país e a competitividade das empresas. Por outro, o nível mais baixo no *ranking*, aqueles cursos pós-secundários elevados à categoria de nível superior, voltados aos mais pobres, devendo ser pagos e oferecidos pelo setor privado. Reforçam-se ainda novas modalidades de oferta do ensino superior, como o ensino à distância, o semipresencial, bem como a sua oferta em blocos sequenciais.

evidencia o avanço de grupos estrangeiros sobre faculdades privadas, num negócio em torno de R\$ 12 bilhões, com um milhão de clientes e um faturamento de mais de R\$ 4 bilhões por ano. Juntas elas serão a maior Companhia do Mundo no setor de Educação, em valor de mercado e terão 15% do total dos alunos de nível superior no país. A partir do ano 2000, os grupos econômicos começaram a abrir seu capital na Bolsa de Valores, atraindo investimentos estrangeiros. Outro dado que corrobora com privatização da educação superior no Brasil, é que atualmente, das 2.365 instituições de ensino superior, 2.081 são particulares e apenas 284 são públicas, segundo censo da Educação Superior 2011 do MEC. Além disso, 73,7% dos alunos matriculados em 2011 no ensino superior estavam no setor privado.

São pressupostos desse modelo à redução de recursos, o aumento de estudantes sem investimentos no patrimônio físico, a perspectiva da eficiência e o atrelamento da autonomia à reforma administrativa por meio de contratos de gestão. A atual direção dessa política educacional vem possibilitando o crescimento de instituições privadas que, de modo geral, não priorizam o ensino, a pesquisa e a extensão fora dos interesses do mercado.

Portanto, estimula-se o estreitamento de laços da Universidade com o mundo empresarial, (financiamentos de pesquisas, laboratórios, dentre outros), além da venda de serviços a organismos governamentais. Institui-se o “empresariamento” dos docentes e pesquisadores, postos à disposição das demandas dos “clientes”, numa típica relação de mercado. As entidades contratantes passam além de beneficiar-se dos resultados das pesquisas, a interferir na definição de temas e no seu processamento, imprimindo a investigação e a produção de conhecimento um caráter imediatista e instrumental, operativo, produzido sob encomenda.

A venda de serviços realizada pela universidade ao mercado, que antes era motivo de constrangimentos, agora é parâmetro da excelência acadêmica. Logo, instala-se um “capitalismo acadêmico”, no qual o reconhecimento do professor é mensurado pela sua capacidade empreendedora, ou seja, pela sua capacidade de captar recursos junto as agências de fomento à pesquisa ou a iniciativa privada,

através de projetos de pesquisa ou o estabelecimento de acordos (LEHER, 2005).

Nesse sentido, procede-se a transferência dos mesmos padrões que orientam a compra e a venda de mercadorias para o mundo acadêmico, estimulando o individualismo e a competição entre os professores, ao mesmo tempo em que se caminha em direção ao ensino pago, indo de encontro à educação enquanto direito social.

Nesse modelo, ardorosamente defendido pelo grande capital e prontamente adotado pelo governo brasileiro nos últimos anos, ressalta Chauí (2013), a docência é compreendida como transmissão rápida de conhecimentos, adquiridos em manuais de fácil leitura para os discen-tes, em detrimento da formação.

Portanto, na “universidade operacional”, sintetiza a autora, não existe pesquisa, visto que esta requer reflexão, crítica, enfrentamento com o instituído, descoberta e invenção. Uma visão de totalidade e sínteses abertas que suscitam o questionamento e a procura, logo, uma ação civilizatória contra a barbárie social e política.

Com esse mesmo entendimento ressalta Tonet (2001), no âmbito da educação não há mais lugar para a produção de um tipo de conhecimento filosófico e científico, voltado para os interesses mais gerais e não diretamente mercantis; para uma formação de personalidade humanamente mais amplas, críticas e multifacetadas.

Em síntese, estamos vivenciando a mais ampla e profunda contrarreforma do Ensino Superior no país, desde a ditadura militar, que alarga a esfera privada em detrimento da pública, tendo seu arcabouço legal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, que traz um conjunto de medidas, com destaque para os mestrados profissionalizantes e os processos de avaliação.

Os mestrados profissionalizantes, segundo Guerra (2013), distintos dos cursos tradicionais visam articular o ensino com a aplicação profissional, numa clara resposta ao atendimento das necessidades do mercado de trabalho. Logo, confrontam as diretrizes éticas e políticas profissionais, pois estabelece uma capacitação meramente instrumental em detrimento dos fundamentos, aportes teórico-metodológicos e ético-políticos, construídos historicamente, separando o fazer do pensar. Promovem o aligeiramento e a precarização da formação de pós-graduação. Fragmentam a pós-graduação, formando mestrados com exigências rebaixadas com consequências desastrosas para o futuro da formação profissional em todos os níveis, em particular para a docência na graduação.

Enfim, nesses cursos, prossegue a autora, em razão da sua natureza, formato e objetivos, a pesquisa inovadora e autônoma desaparece. A educação se realiza cada vez mais conectada com a lógica do mercado, como um bem de consumo imediato.

No que se refere aos processos de avaliação, vários especialistas no assunto vem ressaltando que esses tem se pautado por uma lógica eminentemente empresarial de retorno ao nível de curto prazo. Tem se constituído, portanto, numa proposta visivelmente de caráter autoritário, quantitativo, descontextualizado e vinculado a um único propósito, financiamento das instituições, ancorada numa concepção privatista, declaradamente neoliberal.

Para Guerra (2010), a avaliação da pós-graduação, embora tenha registrado mudanças significativas no seu direcionamento com a introdução do Qualis periódico e em algumas áreas, entre elas o Serviço Social, do Qualis Livro, no entanto não se pode omitir que cada vez mais a avaliação vem sendo equalizada, burocratizada, uniformizada, suprimindo as diferenças entre as áreas. Enfim, uma avaliação pautada numa lógica que valoriza mais a produção em pesquisa do que a atividade de ensino, bem como a redução do tempo médio para titulação de mestres e doutores.

Nesse sentido, pautada em um modelo de gestão empresarial direcionada às necessidades do processo produtivo, a política de pós-graduação vigente no atual contexto histórico do país, regulamentada pela Lei de Inovação Tecnológica², visa uma maior interação entre universidade/

2 BRASIL, **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI No 10.973**, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004, Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível

empresa. Prevê a participação do docente na captação de recursos no mercado, convertendo-o em empreendedor, mero prestador de serviço e/ou captador de recursos. Portanto, se põe em andamento uma política de pós-graduação adequada e atrelada aos interesses mercantis.

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG - 2011-2020) é explícito quanto a priorização de estratégias para superar a defasagem do Brasil em relação a outros países no que tange à formação pós-graduada, através, principalmente, de investimentos nos mestrados profissionalizantes, numa clara sintonia com as demais políticas introduzidas pelos governos denominados neodesenvolvimentista.

Em suma, ao discutir os efeitos imediatos da contrarreforma do Ensino Superior ora em curso no Brasil Tonet (2001) comenta que tais efeitos se expressam, notadamente, na privatização do ensino superior e na intensificação do caráter mercantil da educação. No setor público, em particular, se manifesta, dentre outras, sob a forma da diminuição dos recursos destinados a Universidade, do que resulta um sucateamento geral. Pela introdução progressiva de cursos pagos e pela crescente parceria entre Universidade e empresas privadas, submetendo a estas a direção da produção do conhecimento. Trata-se, portanto, de uma clara direção política de destruição da Universidade pública e gratuita, em sintonia com a proposta dos organismos internacionais.

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm. Acesso em: 16/10/2013.

Nesse contexto, o projeto de formação do assistente social e a produção de conhecimento teórico na área se defrontam com esse perfil da Política Educacional implantada no país.

Razão pela qual Simionatto (2005) adverte que as condições da pesquisa na área não podem ser remetidas apenas ao âmbito interno da profissão, mas também ao quadro da crise geral em escala internacional, seu agravamento no momento atual e sua incidência no Ensino Superior brasileiro. Pois, a redução de investimentos, bem como o empresariamento da educação embaraça, cada vez mais, o desenvolvimento científico e tecnológico que tende a ocupar um lugar preponderante na esfera da produção. A pesquisa e a investigação estão sendo consideradas como os principais motores da inovação para o aumento da competitividade e da produtividade das economias, tanto em nível internacional, quanto nacional.

A mercantilização da ciência prevê uma política de esvaziamento da Universidade, de fomento ao “capitalismo acadêmico” e o direcionamento da produção docente à lógica da rentabilidade. Compromete, pois, os princípios constitucionais de autonomia didático-científica das universidades e de liberdade de produção, expressão e veiculação de conhecimentos e saberes. Submete os docentes, os recursos e a instalação pública ao controle direto das empresas privadas, que poderão inviabilizar a pesquisa básica, em particular nas áreas humanas e sociais, assim como toda a produção cien-

tifica que não atenda aos interesses imediatos do mercado (SIMIONATTO, 2005 *apud* DANTAS, 2004).

Desse modo, para Simionato (2005), o futuro é desafiador, a consolidação da pesquisa, da produção de conhecimentos no Serviço Social dependerá, necessariamente, das condições objetivas das nossas instituições e da potencialização das forças críticas e criativas aglutinadas em torno da produção de conhecimentos que possibilitem subsidiar a análise dos processos sociais e impulsionar ações e projetos profissionais voltados para o fortalecimento da emancipação humana.

Guerra (2011), ao analisar criticamente a pós-graduação no país chama a atenção para o fato de que essa, submetida a uma racionalidade produtivista, vem formando e conformando um sujeito muito jovem e muitas vezes inexperiente, com perfil empreendedor, que se orienta pela relação custo-benefício, sendo convencido de que o seu sucesso se deve ao seu individualismo, ao seu esforço isolado.

Para a autora, esse modelo traz a reboque, dentre outras, um perfil de docentes, muitos deles incapazes de serem aprovados em concursos públicos, sem aptidão para a docência. Imprime uma mudança considerável na lógica da pós-graduação, visto que passa a enfatizar a formação de pesquisadores e não de quadros para a docência. Pesquisadores que são submetidos a processos de prolonga-

mento e intensificação do seu trabalho intelectual e, conseqüentemente, ao adocimento e processos de sofrimento.

Enfim, um modelo que toma os resultados quantitativos como critério para a distribuição de recursos. Limita a dedicação à pesquisa, premiando os que produzem provas do seu trabalho e não aqueles que investem na formação de profissionais e pesquisadores. Além de reduzir o tempo médio para a titulação de mestres e doutores.

No Serviço Social, ressalta a autora supracitada, apesar do acúmulo de potencialidades resultantes das três décadas de implantação da Pós-Graduação *Stricto sensu*, nas quais a área buscou construir um espaço que se encontra em franco crescimento³, detendo vitalidade e possibilidades, dadas particularmente pelo seu caráter interdisciplinar e sua perspectiva crítica, os rebatimentos do citado modelo reverberam na área em vários aspectos: fragilidade da formação de pesquisadores e no tratamento dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos da profissão; isolamento das investigações, visto que predomina uma produção individual fruto de monografias, dissertações e teses; consolidação de uma cultura de cooperação e intercâmbio, vivendo-se num ambiente de competitividade entre áreas, programas,

3 A Área de Serviço Social na CAPES é constituída por 31 Programas de Pós-Graduação, sendo 31 de mestrado (todos de caráter acadêmico) e 10 de doutorado. Dos 31 mestrados, 19 são em Universidades Federais (59,62%) e 06 em Universidades Estaduais (11,11%) (GUERRA, 2012).

docentes e pesquisadores, o que vem nos tornando cada vez mais segmentados, individualizados e fragilizados. Enfim, não obstante os esforços coletivos dos editores e pesquisadores para a qualificação de periódicos e revistas científicas da área, no sentido da sua indexação em bases nacionais e internacionais, a produção ainda padece de questionamento, ou seja, qual é a produção e qual a sua abrangência.

Assim, pode-se inferir que o Serviço Social, ao acompanhar o movimento do real e dele recebendo influxo, vem dando as suas respostas. São inegáveis os esforços que vem sendo despendidos para formar quadros teóricos e políticos qualificados, orientados por uma formação que lhes possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade e a produção de um conhecimento teórico capaz de romper com os condicionamentos impostos pelo imediatismo e praticismo do pensamento conservador dominante.

Contudo, ainda são inúmeros os desafios que se apresentam na cena contemporânea ao Serviço Social, os quais exigem da categoria profissional mais do que nunca clareza teórica e política no que tange à crise capitalista na atualidade e aos mecanismos políticos para seu enfrentamento, reconhecendo as formas de resistência e combate da classe trabalhadora e seus desdobramentos. Nesse contexto em que se acirram as disputas entre os projetos profissionais, nos cabe, pois, apanhar a história na perspectiva de amplos horizontes históricos, para não cairmos no limite

da imediatividade. Investir em uma racionalidade que possibilite entender que a luta por direitos não pode prescindir da luta pela socialização da riqueza (GUERRA, 2010).

Contrapondo-se ao que está posto o Serviço Social vem defendendo uma formação de graduação e pós-graduação que substancie e respalde cada vez mais o projeto ético-político profissional, na resistência às várias formas de opressão e violência que nos tempos atuais se adensam e se atualizam como demanda privilegiada ao ensino de qualidade e à pesquisa na profissão. Formação pautada nos princípios, dentre outros, de adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade, bem como na indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão (ABESS/CEDEPSS, 1996). E a produção de um conhecimento teórico crítico, com rigor teórico-metodológico, que porte relevância social e contribua efetivamente para o desvendamento da realidade social.

Feita essas breves considerações acerca da educação superior no Brasil, abordaremos no próximo item as condições sócio históricas que permitiram a implantação da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social na UEPB.

Gênese e desenvolvimento do Curso de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba

Em Pesquisa realizada por Freitas e Silveira (2008), Andrade e Nóbrega (2008) e Fonseca e Macedo (2008), sobre a História do Curso de Serviço Social no Município de Campina Grande-PB observa-se que na Paraíba, apesar da incipiente produção que registre a trajetória histórica do Serviço Social no estado, as Escolas de Serviço Social surgiram no decorrer da década de 1950. Em João Pessoa nos anos 1952 e em Campina Grande, em 1957, funcionando, de fato, a partir de 1959.

As condições históricas, econômicas e sociais da Paraíba, nesse lapso temporal, são claros indicativos de que o surgimento das Escolas de Serviço Social não ocorreu por acaso, mas relacionou-se com o processo de desenvolvimentismo que emergiu no País e que se expressou nos Estados e nas suas principais cidades.

No tocante especificamente a realidade de Campina Grande, verifica-se que nos anos de 1950 o município era o mais dinâmico do estado, destacando-se como centro industrial em franca ascensão, inclusive superando a capital do estado, em número de operários e de estabelecimentos industriais. Além disso, ressalta-se o seu peso político, constituindo-se no maior núcleo eleitoral paraibano (LIMA, 2004, *apud* FREITAS; SILVEIRA, 2008).

Nessa conjuntura foi criada a Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, por iniciativa da Diretoria de Educação e Cultura do Município, concretizando a realização deste intento no dia 16 de julho de 1957. Surgiu como instituição de ensino privado, com orientação religiosa, motivada pela necessidade de formação de mão-de-obra qualificada para intervir na problemática social que se apresentava no município no final da década de 1950 (FREITAS; SILVEIRA, 2008), seguindo a tendência nacional. Em 1966, a Prefeitura Municipal cria a Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE), que incorpora duas faculdades existentes no município: Faculdade Católica de Filosofia e Letras e Faculdade de Serviço Social.

A inserção do Curso de Serviço Social de Campina Grande no espaço acadêmico, a partir de 1966, através do surgimento da FURNE, foi um elemento importante e necessário para o processo de laicização da profissão, mesmo que esse processo tenha sido inicialmente comprometido pela permanência da influência cristã conservadora no seio da profissão (MACEDO; FONSECA, 2008).

Foi a partir da década de 1980, através da Lei n.º 4.977, de 11 de outubro de 1987, que ocorre o processo de estadualização da Universidade, transformada em UEPB, entidade autárquica, vinculada à Secretaria da Educação do Estado, com sede na cidade de Campina Grande-PB, credenciada pelo Decreto de 06 de novembro de 1996,

do Presidente Fernando Henrique Cardoso (ANDRADE; NOBREGA, 2008).

Em que pese à importância do processo da estadualização, os desafios para a consolidação da UEPB como instituição de nível superior permaneceram, decorrentes, sobretudo, da ausência de investimentos públicos.

Nessa conjuntura, no Curso de Serviço Social, particularmente, a pesquisa e a extensão eram incipientes, predominando a prática apenas do ensino. O corpo docente enfrentava dificuldades para se qualificar, em virtude da ausência de uma política de qualificação permanente na Universidade. Predominava uma política de precarização dos vínculos de trabalho, que se expressava no alto número de docentes na condição de professor substituto.

Somente a partir dos anos 1990 e 2000, o Curso de Serviço Social passou por um processo de fortalecimento de seus quadros, sendo contemplado com a efetivação de 24 docentes mestres e doutores, através da realização de concursos públicos neste período o que concorreu para impulsionar significativamente a pesquisa e a extensão neste âmbito. Vale salientar que em 2012, para preenchimento de 170 vagas para professores doutores efetivos na UEPB, foram garantidas 07 vagas para o Curso de Serviço Social, muito embora estejam em vacância pelo não preenchimento das vagas no processo seletivo. Vagas estas que permanecem até hoje em aberto.

Portanto, a realização dos concursos públicos e a admissão dos professores mestres e doutores contribuíram para a composição de um quadro docente permanente no Departamento de Serviço Social. Acrescenta-se a isto a regulamentação de uma política de capacitação, que permitiu a qualificação dos docentes em programas de Pós-Graduação em nível de Doutorado. Ressalta-se, ainda, a implantação do Plano de Cargos Carreiras e Vencimento (PCCR), em 2008, que aumentou o percentual de 15% para 20% de docentes liberados para capacitação, em cada Departamento, além de instituir a progressão funcional, tornando mais atrativa a carreira docente na UEPB. Estas conquistas foram determinantes para fomentar a criação do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social nessa instituição.

Merece destaque nesse contexto, o movimento de luta pela consolidação da UEPB enquanto uma instituição de Ensino Superior fundamentada no ensino, na extensão e na pesquisa, a conquista da sua autonomia financeira, didático-científica, administrativa e patrimonial em 2004, regulamentada através da Lei n.º 7.643, de 6 de agosto de 2004. Ao reconhecer a autonomia financeira da UEPB, foi assegurado, inicialmente, um percentual mínimo de 2% da receita ordinária arrecadada pelo estado. Atualmente, este percentual encontra-se em 3,5% da receita ordinária do estado, que correspondeu em 2012, a uma receita na ordem de R\$ 240 milhões.

Essas conquistas contribuíram para o fortalecimento da carreira acadêmica e para o desenvolvimento das atividades assumidas pelos docentes, a exemplo dos grupos de pesquisa. Podemos destacar, neste processo, a criação e o fortalecimento dos diversos Grupos de Pesquisa certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculados à área de Serviço Social, como: o Grupo Flor e Flor Estudos de Gênero; o Grupo de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS); Grupo de Estudos sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS), o Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Comunitária Infante Juvenil (NUPECIJ), o Núcleo de Pesquisa e Práticas Sociais (NUPEPS) e o Núcleo de Estudos Rurais (NER).

Esses Grupos vêm empreendendo esforços para realização de debates, palestras, eventos científicos, contribuindo para a reflexão acerca da realidade social, bem como realizando pesquisas, cujos eixos temáticos norteadores sintonizam-se com o Projeto Político Pedagógico do Curso. Vem, através de Editais vinculados a várias agências de fomento, tais como o CNPq (Editais de Ciências Sociais, Universal, Transversal), Programa de Pesquisa e Incentivo à Pós-Graduação e Pesquisa (PROPESQ/UEPB), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UEPB), dentre outros, desenvolvendo projetos de pesquisas, possibilitando a produção de conhecimento e a

sua socialização através da publicação de artigos em periódicos da área, em congressos nacionais e internacionais e livros.

Na última década, a UEPB deu um salto qualitativo no quesito relacionado à pós-graduação, considerando-se a política interna de fomento à pesquisa e à criação de novos cursos de pós-graduação. Até o ano de 2006 contava apenas com 01 mestrado acadêmico na área de Desenvolvimento e Meio Ambiente, sendo, inclusive, uma pós-graduação no formato de associação com a Universidade Federal da Paraíba. A partir de 2007 até 2012, foram implantados 12 cursos em nível de mestrado acadêmico e 05 na condição de mestrado profissionalizante.

Em que pese a conjuntura favorável ao desenvolvimento e à consolidação da pesquisa na UEPB, não significa dizer que a sua trajetória não tenha sido eivada de contradições. Fruto da tendência de acesso a educação superior promovida pelo governo federal nos últimos anos via Programa Universidade para Todos (PROUNI), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Educação à Distância (EAD) e outras estratégias, a UEPB promoveu uma política de interiorização de *campi* de forma desordenada, submetida a interesses dos governos do estado, realizando uma progressiva expansão de 04 (quatro) para 08 (oito) campi, num período de 08 (oito) anos. Expansão essa que

se deu acompanhada de um brutal processo de precarização do ensino, da pesquisa e da extensão.

Enfim, foi num contexto de reordenamento da política educacional no país, expressão do processo de contrarreforma do Ensino Superior, que na UEPB se deu o processo de implantação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, o qual será tratado a seguir

O processo de criação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba

Na perspectiva de fortalecimento da formação profissional e de qualificação de novos quadros docentes, a iniciativa de criação de uma Pós-Graduação *Strictu sensu* esteve sempre no rol das preocupações do Departamento de Serviço Social. A iniciativa de formulação de uma proposta de Pós-Graduação em Serviço Social na UEPB remonta aos anos de 1990. Em 1994, foi encaminhada a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a primeira proposta de criação do Curso de Mestrado, para integrar o Sistema Nacional de Pós-Graduação. Contudo, conforme parecer da Consultoria Científica Externa da CAPES, em 25 de abril de 1995, a referida proposta não foi aprovada, sob os argumentos, dentre outros, da inexistência de doutores efetivos no corpo docente permanente do Curso de Graduação em Serviço Social, que naquele momento, efetivamente, contava apenas com uma dou-

tora na condição de professora visitante, inviabilizando qualquer tentativa de implantação de uma pós-graduação. (ANDRADE; NOBREGA, 2008).

Passados 15 (quize) anos, em 2010, foi constituída uma comissão de docentes doutores do Departamento de Serviço Social, com o intuito de formular uma nova proposta de pós-graduação, ancorada nas orientações da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) para a formação e qualificação de pesquisadores e docentes no campo do Serviço Social e áreas afins.

Assim, em julho de 2011 foi encaminhada a CAPES a proposta de criação de um mestrado acadêmico, que consolidou as possibilidades e viabilidades de criação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social naquele momento, tendo sido aprovada na Reunião do Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES), realizada no período de 23 a 26 de abril de 2012, com nota 03 (três).

A ABEPSS vem assumindo uma posição de resistência a política da CAPES de ampliação de cursos com a formatação de mestrado profissionalizante. Os registros demonstram que a área de Serviço Social vem se confrontando com essa política e, conforme indica Guerra (2013, p.11), essa posição é determinada, entre outros motivos, pela liderança das Universidades Públicas na oferta dos Programas de Pós-Graduação:

A Área de Serviço Social na CAPES é constituída por 31 Programas de Pós-Graduação, sendo 31 de mestrado (todos de caráter acadêmico) e 10 de doutorado. O que nos fortalece frente a pressão da política de implementação do mestrado profissional na área é a liderança das universidades públicas: 20 (70,37%), seguida das universidades comunitárias 06 (22,22%), com pouca expressividade de instituições privadas 02 (7,41%): **tendência inversa à detectada na graduação**. Destes 31 mestrados, 19 são em Universidades Federais (59,62%); 06 em Universidades Estaduais (11,11%) (grifo da autora)

Como destaca a referida autora (2012, p. 11)⁴, a proposta do Mestrado Profissionalizante para a área específica de Serviço Social se adequaria a partir da “necessidade de estimular a formação de mestres profissionais habilitados para desenvolver atividades e trabalhos técnico-científicos em temas de interesse público”. Na sua avaliação, esta estratégia “vem se escondendo sob o invólucro mistificador da constituição de uma democratização que combata o teorismo da academia e invista em perfis tecnicista ten-

4 Yolanda Guerra foi Coordenadora Nacional de Pós-Graduação da ABEPSS nas gestões 2009-2010 e 2011-2012.

dendo a compor uma tecnoburocracia, em especial voltada para a gestão das políticas públicas”

Há que se combater o argumento de que o “caráter acadêmico dos mestrados não é sinônimo de academismo, elitismo, de insulamento” (GUERRA, 2013). Esse pensamento representa um retrocesso no âmbito da formação, promovendo o aligeiramento da formação teórica e a supressão da formação política, exigindo que as áreas estabeleçam um consenso sob a aparente democratização. Tal argumento também serve de base para a legitimidade de cursos de Educação à Distância.

A posição de resistência da área de Serviço Social foi explicitada no XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), ocorrido novembro de 2012, no qual foi aprovado um documento esclarecendo a posição da ABEPSS sobre o mestrado profissionalizante.⁵, com os seguintes argumentos:

o mestrado profissional confronta as diretrizes ético-políticas profissionais, pois estabelece uma capacitação meramente instrumental em detrimento dos fundamentos, aportes teórico-metodológicos e ético políticos construídos historicamente, separando o fazer do pensar; promove o aligeiramento

5 O referido Documento encontra-se disponível na página da ABEPSS: <http://abepss.org.br/ensino/pos-graduacao>. Acesso em 20 de outubro de 2013.

e a precarização da formação de pós-graduação; é uma forma de mercantilização, já que impõe taxas aos estudantes ou capta recursos junto ao mercado e governo, o que compromete também a autonomia da pesquisa/produção de conhecimento e fragmenta a pós-graduação formando mestrandos com exigências rebaixadas com consequências desastrosas para o futuro da formação profissional em todos os níveis, com destaque para a docência na graduação (ABEPSS, 2012).

Esses argumentos reforçam a opção pelo mestrado acadêmico em Serviço Social, expressando a direção assumida pelo Projeto de Formação Profissional do Curso de Serviço Social da UEPB, em sintonia com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

A estruturação do Programa de Pós de Pós-Graduação em Serviço Social, ora implementado, contempla as áreas temáticas de conhecimento dos grupos de pesquisa que fomentam o programa. Dessa forma, possui uma área de concentração denominada “Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais”. Este é o eixo central/norteador do Programa, que está fundamentado numa perspectiva de análise que tem como referencia estudos e pesquisas sobre o Serviço Social, inserido nas complexas relações entre Estado e Sociedade na sociabilidade capitalista.

Nesta direção, apreende a “Questão Social” como produto da sociabilidade capitalista, assumindo sua centralidade na formação dos pesquisadores em Serviço Social e áreas afins. Considera os direitos sociais como socialmente determinados, levando em consideração as contradições da sociedade de classes, possibilitando a investigação das contradições das políticas sociais, que envolve as classes sociais no enfrentamento e na efetivação dos direitos sociais.

Possui duas linhas de pesquisas, as quais se constituem em estratégias de formulação e aprofundamento de estudos, contemplando problemáticas referentes ao Serviço Social e áreas afins, bem como dão sustentação a área de concentração.

A linha de pesquisa “Serviço Social, Estado, Trabalho e Política Social” prioriza as transformações societárias e os rebatimentos para o Serviço Social no enfrentamento das expressões da “Questão Social”. Estuda as dimensões ontológicas do Estado capitalista, analisando as políticas sociais como produto contraditório da relação capital x trabalho. Considera a reforma do Estado na perspectiva neoliberal e suas implicações para as políticas sociais, destacando as tendências de privatização, focalização e seletividade, determinada pelas transformações societárias. Compreende o trabalho no processo de produção e reprodução na sociedade capitalista, enfocando as mudanças contemporâneas no mundo do trabalho e na prática político-organizativa dos trabalhadores.

A linha de pesquisa “Gênero, Diversidade e Relações de Poder” tem como foco as relações de gênero como construção sócio-histórica constituinte da “Questão Social”, perpassadas por relações de poder, e sua interação com diversos processos sócio culturais que atuam no sentido de converter diferenças sociais em fontes de discriminação e desigualdades. Busca enfatizar a trajetória da construção da problemática do gênero, com especial atenção para as discussões centradas na diferenciação da situação de classe, racial/étnica, geracional e sexual, e como tais recortes incidem na organização doméstico-familiar, no mundo do trabalho, na constituição de sujeitos políticos e na configuração das políticas sociais.

O corpo docente é formado por 09 (nove) professores permanentes efetivos, todos com titulação de doutor, vinculados a UEPB, sendo 05 (cinco) integrantes do Curso de Serviço Social, com doutorado em Serviço Social, Sociologia e Ciências Sociais; e 04 (quatro) professores doutores dos Departamentos de História e Psicologia, com formação em Saúde Pública, Sociologia, Educação e História. Conta ainda com 02 (dois) docentes colaboradores, sendo 01 (um) oriundo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com formação em Serviço Social e outro vinculado a Universidade Federal da Bahia, com formação em Sociologia Política.

O programa objetiva formar pessoal qualificado para o exercício da pesquisa e do magistério superior em

Serviço Social e áreas afins; formar pesquisadores e docentes que atendam qualitativa e quantitativamente à expansão da interiorização do ensino de Serviço Social na região Nordeste e, particularmente, na Paraíba; preparar pesquisadores que desenvolvam conhecimentos relativos à realidade social e às exigências de intervenção nessa realidade; formar especialistas em Serviço Social que possam contribuir para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas sociais, tanto em órgãos públicos como privados.

Tem duração de 24 (vinte e quatro) meses, com exigência de cumprimento de 28 (vinte e oito) créditos, sendo 16 (dezesesseis) obrigatórios e 08 (oito) eletivos. A seleção será realizada anualmente e disponibilizará até 15 (quinze) vagas para seu ingresso.

O primeiro processo seletivo ocorreu em outubro de 2012, contando com 04 etapas de seleção. Inicialmente a prova de conhecimentos específicos, seguidas pela análise e defesa do projeto de pesquisa, análise de currículo e prova de proficiência de língua estrangeira. As duas primeiras etapas foram eliminatórias, e as demais classificatórias.

A primeira seleção foi realizada no período de setembro a novembro de 2012, concorrendo 91 candidatos provenientes de diferentes cursos da área das Ciências Humanas e Sociais e de diversos Estados do Nordeste, como Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe. Esta demanda expressiva pode ser explicada pela

credibilidade adquirida pelos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, pela demanda reprimida na região⁶, bem como pelo estímulo a qualificação para o mercado de trabalho.

Desses inscritos foram homologadas 90 (noventa) inscrições, comparecendo para a primeira etapa, 85 (oitenta e cinco) candidatos, dos quais foram aprovados 24 (vinte e quatro) que se submeteram as próximas etapas, dos quais foram aprovados 14 (quatorze) para ingresso final no Programa de Pós-Graduação.

Os Projetos de Pesquisa selecionados versam sobre os seguintes temas: formação profissional, trabalho, política social, gênero, violência, raça/etnia, entre outras, expressando uma riqueza de temas, sintonizadas com os eixos temáticos dos Grupos Temáticos de Pesquisas (GTPs) da ABEPSS. Quanto ao perfil dos alunos, destaca-se que majoritariamente são assistentes sociais, seguido de historiador, advogado e jornalista.

As atividades acadêmicas do Programa somente foram iniciadas em maio de 2013, em decorrência do movimento grevista instalado na UEPB no mês de feve-

⁶ Apesar de existirem seis Programas de Pós-Graduação em Serviço Social em diversas Universidades da região Nordeste, a exemplo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Sergipe (UFSE), Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), não são suficientes para atenderem a real demanda dos profissionais.

reiro do mesmo ano. Vale salientar que embora nem todos os programas de Pós-Graduação da Universidade aderiram ao movimento grevista, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, juntamente com outros, aderiram por compreenderem a importância da mobilização e luta de classes na defesa da Universidade pública, gratuita de qualidade.

Como marco inicial das atividades acadêmicas foi realizada uma Aula Inaugural proferida pelo Professor Doutor José Paulo Netto, reconhecido intelectual marxista da área, que versou sobre a “Crise do capitalismo e suas implicações para a ‘questão social’”, com a presença massiva de alunos, professores e profissionais no exercício da profissão.

Enfim, a implantação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB coroa um processo de lutas e conquistas do Curso de Graduação em Serviço Social da UEPB, implicando no fortalecimento do Serviço Social, enquanto área de conhecimento.

Considerações Finais

O processo de criação do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da UEPB expressa o compromisso do Departamento de Serviço Social com a formação profissional de qualidade, que mesmo numa conjuntura adversa, ousou reafirmar uma direção para formação profissional que confronta com o direcionamento assumido pela política educacional brasileira.

Referências

ANDRADE, Marta e NOBREGA, Monica Barros da. **Resgate histórico do curso de Serviço Social no município de Campina Grande-PB:** o contexto da estadualização. (Relatório Final de Pesquisa. PROINCI/UEPB, 2007).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL - ABESS/ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL – CEDEPSS. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, n. 50, 1996, p. 143 – 171.

BRASIL, **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI No 10.973, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004**, Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm. Acesso em: 16/10/2013.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 18 de outubro de 2013.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPg 2011-2020**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpg-2011-2020>>. Acesso em 018 de outubro de 2013.

CHAUI, Marilena. A universidade operacional. Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 9 de maio de 1999. Disponível em: <http://www.cacos.ufpr.br/obras/Marilena_Chauí_Universidade_Operacional.doc>. Acesso em 16 de outubro de 2013.

CARTEL NA EDUCAÇÃO in **Jornal Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de maio de 2013, ano 11, pag. 04 e 05.

Documento de Criação do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UEPB. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2012.

FREITAS, Paloma Ribeiro, SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio. **Resgate histórico do Curso de Serviço Social no município de Campina Grande:** surgimento e de-

envolvimento até sua inserção no âmbito universitário. Relatório Final de Pesquisa. PROINCI/UEPB, 2008.

GUERRA, Yolanda. **A polêmica sobre o mestrado profissional e a área de Serviço Social** – subsídios à reflexão,. Disponível em: < <http://www.cresspr.org.br/wp-content/uploads/2012/11/A-POLÊMICA-SOBRE-O-MESTRADO-PROFISSIONAL-E-A-ÁREA-DE-SERVIÇO-SOCIAL-doc-.pdf>>. Acesso em 14/02/2013.

_____. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. In.: **Temporalis** – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, Grafline, ano 11, n. 22, 2011, p. 125 -158.

_____. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, n. 104, 2010, p. 715 -736.

LEHER, Roberto. Crise estrutural e função social da universidade pública. In: **Temporalis** – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, Grafline, ano 10, n. 19, 2010, p. 15 - 40.

_____. **Feições da mercantilização da educação e neocolonialismo**, 2005. Disponível em: <http://www.lpp-buenosaires.net/outrobrasil/exibir_analise.asp?Id_Sub_Analise=120&Id_Analise=6. >. Acesso em 14 de outubro de 2013.

MACEDO, Georgia Dantas, FONSECA, Cleomar Campos. **Resgate histórico do Curso de Serviço Social no município de Campina Grande-PB**: a sua incorporação à esfera universitária a partir do surgimento da Universidade Regional do Nordeste (URNE). Relatório Final de Pesquisa. PROINCI/UEPB, 2007.

NETTO, José Paulo. Reforma do Estado e impactos no ensino superior. In: **Temporalis** – Revista da Associação brasileira de Ensino e pesquisa em Serviço Social. Rio de Janeiro, n. 1, 2000. P. 11 -33.

POSIÇÃO DA ABEPSS SOBRE O MESTRADO PROFISSIONAL in <http://abepss.org.br/ensino/pos-graduacao>.

SIQUEIRA, Ângela Carvalho de. Organismos internacionais, gastos sociais e reforma universitária do governo Lula. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.) **Reforma universitária do governo Lula**: reflexões para o debate. São Paulo: Xamá, 2004, p. 47 -72.

TONET, Ivo. **Universidade pública**: o sentido da nossa luta, 2001. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/UNIVERSIDADE_PUBLICA_O_SENTIDO_DA_NOSSA_LUTA.pdf>. Acesso em 12 de fevereiro de 2013.

SIMIONATTO, Ivete. Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social. In: **Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, ano V, n. 9, 2005, p. 51 -62.

YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva. Das origens à atualidade da profissão: a construção da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de, SILVA E SILVA, Maria Ozanira da (Orgs). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimentos no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2005, p. 25 - 49.

PERFIL DOS TCCs NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UEPB

Adriana Freire Pereira Férriz
Dayse Cristina Nunes do Nascimento
Lúcia Maria Patriota
Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues

Introdução

O presente artigo toma como objeto de reflexão a produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social, enfocando de forma específica os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) desenvolvidos no período correspondente às décadas de 1960 a 2000, no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.

A pesquisa foi do tipo documental e seguiu um roteiro com questões fechadas. A coleta de dados ocorreu nos anos de 2006, 2007 e 2011, a princípio como atividade prática dos componentes curriculares Pesquisa em Serviço Social I, Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I e III e se deu em momentos alternados, ora na Biblioteca Setorial Luiza Erundina, ora em sala de aula.

O roteiro que orientou a coleta dos dados contemplou os seguintes aspectos: ano de origem da produção, forma de elaboração (individual ou coletivo), distribuição dos autores quanto ao sexo, as áreas nas quais se inserem

os objetos de estudo, modalidade de estudo (intervenção, pesquisa), a relação dos TCCs com os campos de estágio e a abordagem teórico-metodológica utilizada.

O primeiro passo da coleta de dados correspondeu à leitura das listas dos TCCs existentes na Biblioteca Setorial do Curso de Serviço Social da UEPB. Em seguida, foi iniciada a identificação dos títulos dos trabalhos, a leitura da parte introdutória, do capítulo correspondente aos resultados da intervenção ou pesquisa e, por fim, das referências bibliográficas.

O debate sobre a produção do conhecimento no Serviço Social ainda é recente no cotidiano acadêmico e profissional, mas vem ganhando espaço nas discussões e produções da categoria nas últimas três décadas. Assim, esperamos com os elementos aqui postos contribuir para o amadurecimento da questão, sobretudo no âmbito no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.

A produção do conhecimento no Serviço Social

O surgimento do Serviço Social no Brasil se dá estreitamente relacionado com a Ação Católica, no bojo de um movimento reformista conservador que visava à harmonização dos conflitos sociais, frente à efervescência política, social e econômica vivenciada no país na década de 1930.

A profissão surge vinculada às estratégias de enfrentamento da questão social mobilizadas pela classe dominante.

A formação profissional instituída com o surgimento das primeiras escolas na década de 1930 pautou-se na doutrina social da igreja e no neotomismo, implicando numa compreensão da questão social como problema moral e religioso, na leitura acrítica e a-histórica da sociedade e numa prática profissional voltada à integração dos indivíduos (“clientes”) às relações sociais vigentes, pela via da mudança dos seus valores e comportamentos (YAZBEK; SILVA, 2005).

Na década seguinte, com a criação das grandes instituições sócio-assistenciais ocorreu a profissionalização e institucionalização do Serviço Social, que passou a se constituir, como afirma Yamamoto (1992, p. 31) “numa das engrenagens de execução da política social do Estado e de setores empresariais”, exigindo o seu aprimoramento técnico.

O Serviço Social brasileiro adentrou a década de 1950, como profissão consolidada e reconhecida na divisão social e técnica do trabalho, adotando expressamente a postura desenvolvimentista, com a tarefa de promover a integração das populações aos esforços governamentais para o “progresso” do país.

Nos anos 1960, sob a tutela da ditadura militar, tem-se a inserção dos cursos de Serviço Social no âmbito universitário, que contribuiu para a laicização da profissão

e, principalmente, para a aproximação com outras áreas do conhecimento, tais como a Sociologia, a Psicologia Social e a Antropologia, fator positivo para o desenvolvimento de uma postura intelectual e investigativa na profissão.

Esse momento foi marcado, também, pelo que Netto (1991), denomina de processo de renovação do Serviço Social brasileiro e pela erosão do Serviço Social Tradicional, porém recolocando-o sobre novas bases em função da autocracia burguesa.

No lastro desse processo, no qual se delinearão linhas diferenciadas de fundamentação teórico-metodológicas e de referenciais interventivos para a profissão, foram constituídas, nos anos de 1970 e 1980, as pós-graduações, com o surgimento dos programas de mestrado e doutorado na área de Serviço Social no Brasil.

A década de 1980 marcou, assim, a consolidação e legitimação da pesquisa no Serviço Social que atingiu a sua maturidade intelectual, levando ao seu reconhecimento por parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), enquanto área de conhecimento e de produção deste (SPOSATI, 2007; NETTO, 1996). Por consequência, verificou-se uma expressiva ampliação da produção do conhecimento na área, publicada em livros e periódicos, sem falar dos vários eventos científicos e congressos da categoria realizados no país (SETUBAL, 2007; SILVA et al, 2005).

Dessa forma, os anos 1980 configuraram uma etapa de maturação da profissão, na “[...] busca de estabelecimento de novas bases para a compreensão do seu passado histórico, das particularidades de sua posição quanto às demandas sociais [...]” (BOURGUIGNON, 2007, p. 47).

As transformações societárias colocadas em marcha com a crise estrutural do capital a partir da década de 1970 vão produzir o agravamento das expressões da questão social e, conseqüentemente, gerar novas demandas e evidenciar novos objetos de investigação para os assistentes sociais. Nesse contexto, de acordo com Bourguignon (2008, p. 109):

A prática da pesquisa no Serviço Social se põe como construção histórica que se processa na medida em que a profissão enfrenta as demandas sociais decorrentes do agravamento da questão social em suas múltiplas manifestações, tendo como referências perspectivas teórico-metodológicas críticas que sustenta a produção de conhecimento e a intervenção na profissão. Consolida-se no processo de construção e afirmação do projeto ético-político profissional comprometido com a democracia e justiça social, materializado no Código de Ética de 1993 e no processo de Revisão Curricular que fundamenta a formação profissional. Também se constitui na medida em que a profissão

alcança maturidade intelectual, evidenciada pela sua produção teórica e capacidade de diálogo crítico com diferentes áreas de conhecimento das ciências sociais e humanas.

A universidade como uma das “protagonistas” desse processo, passou a ter a responsabilidade de redirecionar a formação profissional na perspectiva do novo perfil acadêmico-profissional requerido, o que exigiu uma progressiva vinculação do ensino à pesquisa e à extensão. A pesquisa se insere, pois, como uma exigência para superação do pragmatismo, que foi, e ainda é, marcante no Serviço Social.

A importância da pesquisa em Serviço Social está atrelada a articulação entre teoria e a prática. De acordo com Setubal (2007, p. 65),

[...] a produção do conhecimento pela via da pesquisa é o caminho que possibilita o rompimento do Serviço Social com a pseudoconcreticidade, por provocar no profissional o desejo de se movimentar [...] no sentido de fazer com que o pensar e o agir possam interagir dialeticamente.

Enfim, cada vez mais o assistente social é chamado a planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais, prática que também se intensifica no processo de formação do assistente social e, de forma

mais ampla, a partir da inserção no estágio supervisionado, dos quais resultam, muitas vezes, o Trabalho de Conclusão de Curso – objeto de análise deste artigo - que de acordo com as Diretrizes Curriculares propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) deve ser entendido:

Como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática de estágio no decorrer do curso (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 72).

Portanto, houve um amadurecimento intelectual na categoria que vai revelando uma profissão capaz de gerar conhecimentos que lhe proporcionam subsídios teórico-metodológicos, coerentes com os seus princípios, propósitos e cotidiano profissional, embora com verificação mais ampla, inicialmente, no ambiente acadêmico.

Orientado pelo compromisso ético-político, o conhecimento construído pelos profissionais precisa ganhar força social e romper com os muros da academia e do próprio Serviço social, para ser capaz de, através de uma prática crítica e propositiva, interferir nas condições de vida do cidadão (BOURGUIGNON, 2007). Esse conhecimento

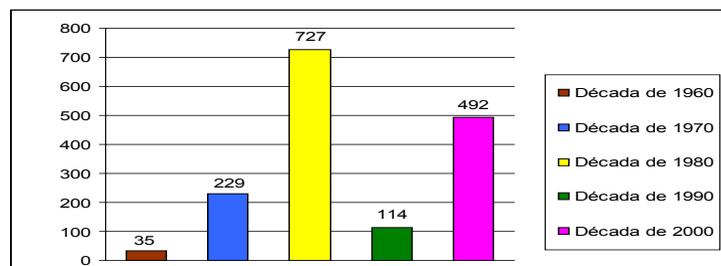
produzido deve retornar para a sociedade e contribuir para a transformação da mesma.

Os TCCs do Curso de Serviço Social da UEPB: traçando um perfil

O levantamento em tela foi construído a partir de um roteiro definido previamente que buscava identificar o perfil dos TCCs produzidos no Curso de Serviço Social ao longo de sua história.

No que se refere ao ano de origem das produções, conseguimos identificar o seguinte quadro: 35 TCCs na década de 1960, 229 TCCs na década de 1970, 727 TCCs na década de 1980, 114 TCCs na década de 1990 e 492 na década de 2000. Conforme gráfico 1.

Gráfico 1 – Número de TCCs identificados por década



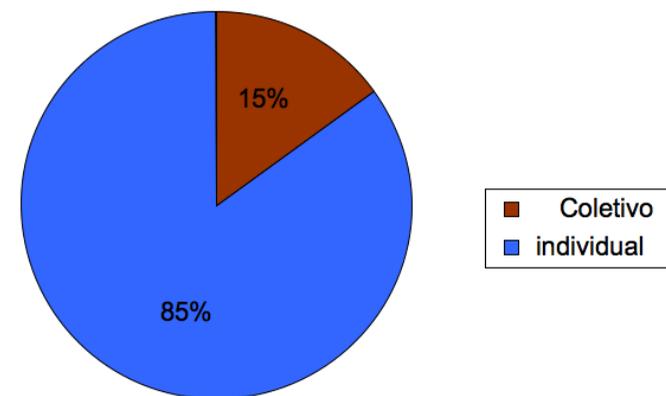
Fonte: Dados da pesquisa de campo (2011)

Quanto à forma de elaboração dos TCCs, verificamos que a maioria dos trabalhos foi elaborada individu-

almente (85%) e apenas 15% de maneira coletiva. Cabe aqui considerar que a produção do conhecimento é um processo individual, através do qual os discentes, através dos componentes curriculares vão aprofundando as temáticas referentes à formação profissional culminando com a elaboração do TCC.

No entanto, em determinado momento histórico foi permitido no Curso de Serviço Social da UEPB que os discentes elaborassem relatórios grupais com o caráter de TCC. A década de 1990 é ilustrativa desse fato. Com a aprovação da Resolução/UEPB/CONSEPE/04/2002, que fixa normas que regulamentam o componente curricular Trabalho Acadêmico Orientado (TAO) dos cursos de graduação, a elaboração do TCC passou a ser individual.

Gráfico 2 – Forma de elaboração dos TCCs



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2011).

A pesquisa permitiu, ainda, confirmar a prevalência de mulheres no Curso de Serviço Social da UEPB em todas as décadas pesquisadas. É somente na década de 2000 que se verifica um aumento na inserção de homens no referido curso.

Tabela 1 - Número de homens e mulheres por década

Década	Número de TCCs	N. de Mulheres	N. de Homens
1960	35	35	-
1970	229	228	01
1980	727	726	01
1990	114	112	02
2000	492	462	30
Total	1.597	1.563	34

Fonte: Rodrigues, Ferriz e Nascimento (2011)

O mesmo dado evidencia-se em outros estudos como o realizado pelo CFESS, em 2005, sobre o perfil do assistente social no Brasil. Este identificou que a profissão conta com apenas 3% de homens (CFESS, 2005).

De acordo com Teixeira (2010), o Serviço Social é uma das profissões com maiores percentuais femininos e carrega desde a sua origem características femininas, como: a caridade, o cuidado, a bondade, a dedicação, a questão da ajuda ao próximo, o que remete a própria história da profissão e de seu cunho religioso, sendo essas, características

vinculadas à identidade das mulheres e não pertencentes à subjetividade e cultura do homem.

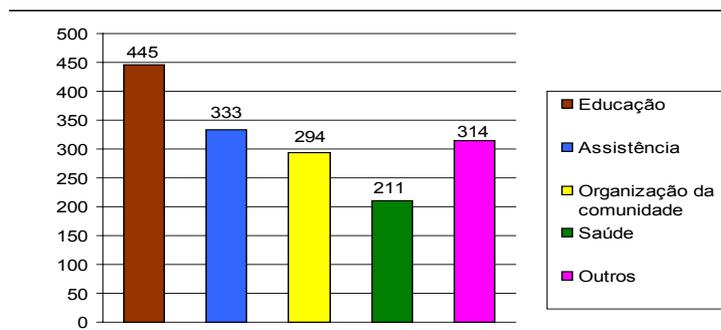
Vale ressaltar, que a diminuta inserção de homens no Curso de Serviço Social, não é uma peculiaridade apenas da UEPB, observa-se que tal fato tem ocorrido em todas as Instituições de Ensino Superior do Brasil. A inserção de homens nos cursos de Serviço Social no Brasil vem se dando de forma lenta, ou seja, há uma predominância massiva de mulheres. No Curso de Serviço Social da UEPB, no ano de 2011, dos 524 alunos matriculados 50 são homens e 474 são mulheres, confirmando a média nacional de maioria do sexo feminino no curso (RODRIGUES; FÉRRIZ; NASCIMENTO, 2011).

Iamamoto (2010) destaca que, em 2003, havia um total de 31.986 alunos matriculados nos cursos de Serviço Social no Brasil, destes 30.001 (equivalente a 93,8%) eram mulheres, e apenas, 1.987 eram homens. O que, segundo a mesma autora:

Faz da questão da mulher (ou de gênero) um dos determinantes-chaves para decifrar o trabalho do assistente social: o mercado e as condições de trabalho, a efetivação das competências e atribuições profissionais, a imagem social da profissão e os dilemas da identidade profissional (IAMAMOTO, 2010, p. 447).

As principais áreas identificadas nos TCCs no período estudado foram educação, organização de comunidade, assistência e saúde, como podemos observar no gráfico 3:

Gráfico 3 – Áreas nas quais se insere os objetos de estudo dos TCCs



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2011).

Vale ressaltar que, na década de 2000, houve um aumento significativo de TCCs cujos objetos se inserem na área de saúde, haja vista a criação, na década anterior, do Programa Saúde da Família (PSF) no município de Campina Grande. A realização de uma seleção pública na década de 2000 possibilitou a inserção de assistentes sociais nas equipes básicas de saúde da família, o que demandou um aumento de campo de estágio nessa área.

A área da educação prevaleceu nas décadas de 1970 e 1980 e atribuímos tal ocorrência ao fato das escolas

municipais e estaduais terem sido bastante utilizadas como campo de estágio do Curso de Serviço Social no citado período. Necessário se faz esclarecer que neste momento não havia a obrigatoriedade da presença, nos campos de estágio, de um profissional da área que supervisionasse o estágio dos discentes. Até porque, segundo informações da Secretaria de Educação do Município, o primeiro concurso público para educação em Campina Grande para o cargo de assistente social só ocorreu no ano de 1986, quando foi aprovado um grupo de 25 assistentes sociais para atuarem nas escolas municipais.

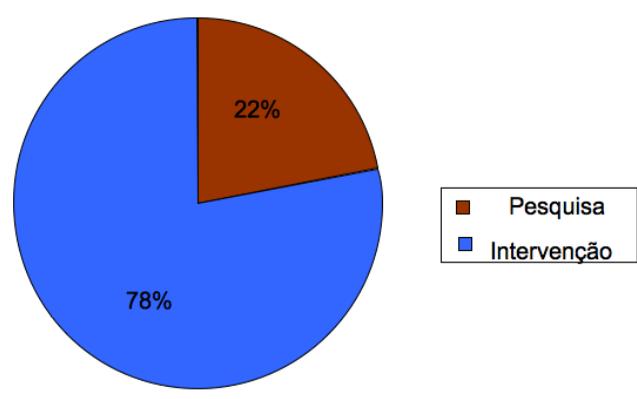
No que se refere à modalidade do estudo - intervenção ou pesquisa - os TCCs decorrentes de intervenção foram maioria nas décadas 1960, 1970, 1980 e 1990, totalizando 1.176 (78%) TCCs, enquanto que a pesquisa só conquistou lugar de destaque na década de 2000, com 398 (22%) TCCs resultantes de pesquisas. Ou seja, nos últimos 13 anos do curso é que a pesquisa vai deixando de ser considerada meramente como matéria básica, sendo concebida como um dos princípios e uma condição da formação profissional, devendo perpassá-la.

A relação do Serviço Social com a pesquisa, conforme Yamamoto (2003) surge em função de um processo de mudanças da sociedade em diversos aspectos, sociais, econômicos, políticos e culturais, que resultam em um conjunto de problemáticas que exigem novas respostas profissionais. Desta forma, coube ao assistente social a busca

de tais respostas através da pesquisa, com a finalidade de compreender a realidade social propondo ações visando minimizar as manifestações da “questão social”.

Isso não significa que nas décadas anteriores a pesquisa não existisse, no entanto, no quadro geral dos TCCs, a intervenção é consideravelmente superior, conforme se verifica no gráfico 4:

Gráfico 4 – Modalidade de estudo (intervenção/pesquisa)



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2011).

Um fato que pode estar associado a este aumento de TCCs resultantes de pesquisa no Curso de Serviço Social da UEPB refere-se à exigência da própria universidade da construção de trabalhos de conclusão de curso de forma individual e da formação de bancas julgadoras desses

trabalhos com defesa pública dos mesmos pelos discentes (CONSEPE, 2002).

Há ainda de se considerar o fato de que a presença da pesquisa nos cursos de graduação de Serviço Social está fortemente relacionado à implementação das Diretrizes Curriculares de 1996, cujas dimensões investigativas e interpretativas como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade são destacadas, muito embora no currículo de 1982 a pesquisa já apareça como disciplina básica.

A pesquisa na formação e prática do assistente social pode auxiliá-lo tendo em vista uma atuação mais consistente, instrumentalizando o profissional a refletir criticamente sobre o processo histórico em que está inserido. Segundo Setubal (2007, p. 68) “ao trazer para o centro a preocupação com a pesquisa, o serviço social reconhece a sua complexidade como profissão histórica, inserida e construída no movimento real da formação social capitalista”. Para a autora a pesquisa é um dos procedimentos teórico-metodológicos que, ao ser incorporado à prática profissional, poderá levar o assistente social a reinventar, reconstruir e até construir um vir a ser para o Serviço Social, a partir da eliminação da consciência acomodada e até adormecida.

Segundo Pereira (2005), a pesquisa é parte integral e intrínseca da profissão; por isso, não pode ser dispensada, sob pena de esvaziar o Serviço Social de pertinência científica e, portanto, de *status* de profissão de nível su-

perior que se apoia em embasamento teórico nutrido por contínuas e sistemáticas investigações da realidade.

A produção de conhecimento traz para os profissionais um aparato teórico-metodológico que dá sustentação a prática profissional, baseado nas experiências sociais adquiridas durante a sua atuação junto aos usuários, que buscam os seus serviços nas instituições em que atuam.

Outro dado identificado no levantamento refere-se à prevalência, quase absoluta, de trabalhos relacionados à experiência de estágio, o que revela uma relação estreita entre estágio e TCC. Vale ressaltar que a partir da Resolução/UEPB/CONSEPE/032, aprovada em 2009, há uma abertura maior no que se refere à elaboração do TCC. Pois,

o TCC pode ser resultante do Estágio Obrigatório ou Projeto de Pesquisa ou Projeto de Extensão ou de projetos oriundos das linhas de pesquisa integrantes do PPC do curso; o TCC poderá ser elaborado sob a forma de Estudo de Caso, Artigo Científico, Produto Midiático, Monografia e/ou Relatório de Projeto Experimental (UEPB, 2009, p. 1).

O fato é que, muito embora a Resolução/UEPB/CONSEPE/032 (UEPB, 2009) permita a ampliação das formas de vinculação do trabalho final do curso, o estágio no âmbito do Serviço Social continua sendo o principal

elemento utilizado para esse fim, apesar da existência, com pouca incidência, de TCCs elaborados a partir de pesquisas de PIBIC, pesquisas bibliográficas e projetos de extensão.

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996 ressaltam que o “estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática” (ABEPSS, 1997, p. 18). Deve possibilitar articulação horizontal e vertical das diversas disciplinas e atividades que compõe os três núcleos da formação, ou seja, o estágio deve promover a articulação entre a formação e o exercício profissional.

Consideramos que a inserção do aluno em campo de estágio propicia o seu primeiro contato com a realidade da prática profissional, momento de aproximação com as múltiplas expressões da questão social e de busca de construção de respostas às demandas existentes de forma coerente com o projeto ético-político da profissão, indo além da mera execução de tarefas. É o momento de também pensar o realizado, de sistematizar a prática, que se constitui em um passo preliminar e necessário do processo de construção do conhecimento, conforme Guerra (2009).

No que se refere à abordagem teórico-metodológica utilizada nos TCCs pesquisados identificamos a referência ao marxismo e ao funcionalismo. A forma como o marxismo é apontado como referencial pela maioria dos

autores, ora explícito, ora implicitamente, revela que tal aproximação era superficial, uma vez que se utilizava de autores filiados à vertente marxista só que sem muito aprofundamento e sem a apropriação do acervo categorial que acompanha tal vertente, tampouco foi observado a presença de análises críticas e baseadas numa visão de totalidade da realidade concreta.

Vale ressaltar que a aproximação entre o Serviço Social e a tradição marxista no Brasil vai se construindo lentamente. Foi iniciada durante o Movimento de Reconceituação, na década de 1970, momento conhecido no Serviço Social como apropriação enviesada do marxismo pelo fato de não recorrer às fontes originais da tradição marxista. Nas décadas de 1970 e 1980, tal aproximação segue seu curso com significativos avanços, principalmente, na década de 1980 quando foi publicado o livro “Relações Sociais e Serviço Social” de Yamamoto e Carvalho em 1982. No entanto, vai ser na década de 1990 que se efetiva a aproximação ontológica entre o Serviço Social e o marxismo, tal aproximação se explicita nos principais documentos que dão sustentação à profissão: o Código de Ética e a Lei que Regulamenta a Profissão em 1993 e as Diretrizes Curriculares em 1996.

Em contrapartida, os trabalhos que seguiram um aporte funcionalista deixam clara a posição do Serviço Social no ajustamento do indivíduo ao meio.

Assim sendo, constatamos que a abordagem teórico-metodológica dos TCCs é frágil. Há uma preocupação

em dar respostas aos questionamentos e objetivos propostos, mas não se consegue relacionar o referencial teórico com o método adotado.

O método é um modo de apreensão do real que tem por base uma concepção de mundo, na qual o pesquisador se apóia para investigar determinada realidade. O Serviço Social, embora marcado pelo positivismo e pela fenomenologia, assume hoje como direção hegemônica o método crítico dialético. De acordo com Lara (2007), Marx construiu um método que emerge da realidade social concreta e os objetos de estudo tomados pelo Serviço Social, necessariamente, partem de uma realidade concreta que o determina socialmente, ou seja, estabelece as suas mediações numa sociedade que se produz e reproduz por meio de suas contradições inconciliáveis, daí a adequação do método crítico dialético aos estudos/investigações do Serviço Social.

A perspectiva dialética consiste, antes de tudo, em ver a vida como movimento permanente, como processo e provisoriedade, o que precisa ser contemplado na análise das formas e fenômenos sociais, de modo a superar uma visão estagnada de estados na medida em que se reconhece o movimento, o devir, que será novamente negado para que o próprio movimento siga seu curso (MENDES; PRATES, 2007).

Considerações Finais

A produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social, nas últimas décadas, vem se consolidando e se ampliando consideravelmente, quer pela ampliação da oferta de cursos de pós-graduação, quer pelo aumento de alunos na graduação que procuram sistematizar relatórios de estágios supervisionados e resultados de pesquisas científicas através dos TCCs. Além disso, o crescimento e reconhecimento dos grupos e núcleos de pesquisa pelos órgãos de fomento à pesquisa vêm proporcionando um aumento na produção do conhecimento através de pesquisas de iniciação científica desenvolvidas por professores e alunos da área.

Nesse artigo a produção do conhecimento no Curso de Serviço Social foi analisada a partir dos TCCs elaborados pelos discentes ao longo da existência do referido curso.

Acreditamos que este trabalho deixa uma contribuição no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social, mais especificamente, acerca dessa temática no Curso de Serviço Social da UEPB, uma vez que serviu de ponto de partida para outras pesquisas realizadas por docentes e discentes do referido departamento. Dessa forma, constatamos a relevância e necessidade de continuidade de estudos e intervenções pelo corpo docente e discente no intuito de fortalecer e aprofundar a discussão da produção do conhecimento na área do Serviço Social na UEPB.

Referências

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em assembléia geral extraordinária de 8 nov. 1996) **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, 1997.

BOURGUIGNON, J. A. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2008.

BOURGUIGNON, J. A. A particularidade histórica no Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis: v. 10, n. esp., p. 46-54, 2007.

CFESS. **Assistentes sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prédes (et al). Brasília: CFESS, 2005.

CFESS. Resolução n. 533, de 29 de setembro de 2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Brasília, 2008.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). **RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/04**. Fixa normas que regulamentam o componente curricular Trabalho

Acadêmico Orientado (TAO) dos cursos de graduação e dá outras providências. Campina Grande, 2002.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2010.

LARA, R. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Revista Katálysis**: Florianópolis, v. 10, n.esp., p.73-82, 2007.

MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C. Algumas reflexões acerca dos desafios para a consolidação das diretrizes curriculares. In: **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, n. 14, 2007.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

PEREIRA, P., A. P. A utilidade da Pesquisa Para o Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde**. v. 1. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. A prática na formação profissional em Serviço Social. **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. n. 14, ano VII, julho-dezembro de 2007.

RODRIGUES, N. J. A. G., FÉRRIZ, A. F. P., NASCIMENTO, D. C. N. do. Gênero e Serviço Social: a prevalência da mulher nas cinco décadas de existência do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. In: SEMINÁRIO GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS, 3., 2011, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2011.

SETUBAL, A. A. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Revista Katálysis**: Florianópolis, v. 10, n.esp., p. 64-72, 2007.

SILVA, M.O. S. et al. A pesquisa, a produção e a divulgação do conhecimento dos programas de Pós-graduação na área de Serviço Social. In: CARVALHO, D. B. B.; SILVA,

M. O. S. (Orgs). **Serviço Social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

SPOSATI, A. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p.15-25, 2007.

TEIXEIRA, A. N. **Serviço Social**: o que motiva os homens a ingressarem neste curso? Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

UEPB. Universidade Estadual da Paraíba. **Resolução/UEPB/CONSEPE/032/2009**. Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC e dá outras providências. Campina Grande: UEPB/CONSEPE, 2009.

YAZBEK, M. C.; SILVA, M. O. S. e; Das origens à atualidade da profissão: a construção da Pós-graduação em Serviço Social no Brasil. In: CARVALHO, D. B. B.; SILVA, M. O. S. (Orgs). **Serviço Social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

PARTE II

RESGATE HISTÓRICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE: SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO ATÉ SUA INSERÇÃO NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO

Lígia Maria Leite de Souza

Paloma Ribeiro Freitas

Sandra Amélia Sampaio Silveira

Sérgio Cordeiro de Sousa

Introdução

O presente relatório consiste numa sistematização da história da Escola de Serviço Social no município de Campina Grande – PB, do surgimento até a sua inserção no âmbito universitário. Expressa os resultados finais da pesquisa intitulada: Resgate histórico do Curso de Serviço Social no município de Campina Grande-PB: surgimento e desenvolvimento até sua inserção no âmbito universitário, que se constitui no subprojeto 1 de uma pesquisa integrada, composta por outros dois subprojetos anteriormente realizados com o apoio do PROINCI/UEPB (cota 2006-2007).

O objetivo geral que norteou e articulou tais pesquisas foi resgatar a história do Curso de Serviço Social no município de Campina Grande-PB e os objetivos específicos foram: apreender o desenvolvimento da Escola de

Serviço Social, da sua origem até a inserção no âmbito universitário (subprojeto 1); compreender essa inserção a partir do surgimento da Universidade Regional do Nordeste (subprojeto 2) e apreender o desenvolvimento contemporâneo do Curso de Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (subprojeto 3).

A criação de escolas de Serviço Social tem sido uma iniciativa fundamental para a formação de uma mão-de-obra capacitada para o enfrentamento da questão social, contribuindo com a efetivação das respostas do Estado e de frações da classe dominante ao agravamento das contradições decorrentes das relações sociais capitalistas. Contraditoriamente, as mesmas têm formado profissionais que compõem uma categoria que, particularmente nas últimas duas décadas, vêm contribuindo significativamente para a ampliação de direitos demandados pelas classes subalternas na sociedade brasileira.

Os elementos conjunturais e estruturais de cada realidade marcam o surgimento das referidas escolas, ao mesmo tempo em que justificam a sua necessidade e importância nos contextos históricos específicos em que emergem e se desenvolvem. Neste sentido, é possível inferir que além de ser determinada por essas especificidades históricas, a constituição de cursos de Serviço Social e os (as) assistentes sociais por eles formados (as) contribuem na reprodução das relações sociais que legitimam a profissão como necessária à sociedade.

Assim, verifica-se a importância de situar historicamente como essas escolas se gestam, estruturam e se desenvolvem, estabelecendo a sua contribuição ao contexto social e político em que estão inseridas.

Nesse sentido, por ocasião da recente comemoração dos 40 anos de existência da UEPB, considerou-se importante resgatar a história do Curso de Serviço Social, uma vez que o mesmo foi um dos primeiros cursos que compuseram a estrutura desta Universidade, desde a criação da URNE.

A motivação para se propor o referido projeto integrado decorreu também da aproximação do aniversário de 50 anos de fundação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, em 16 de julho de 2007. Nesta ocasião, parte desta pesquisa estava sendo concluída, uma vez que os subprojetos 2 e 3, aprovados pelo Programa Institucional de Iniciação Científica (PROINCI) na cota 2006-2007, encontravam-se em sua fase de elaboração final.

Em virtude da necessidade de complementar a sistematização da história do Curso de Serviço Social de Campina Grande, enfatizando a fase do surgimento da Faculdade até sua inserção na URNE, é que o subprojeto 1 foi reapresentado e aprovado na seleção do PROINCI cota 2007-2008, uma vez que o mesmo compõe o projeto integrado com os dois anteriormente mencionados, cumprindo assim a trajetória histórica que se pretendeu pesquisar.

O estudo insere-se na linha de pesquisa “Produção do conhecimento e formação profissional” do Curso de Serviço Social da UEPB, bem como na linha de pesquisa “O trabalho do assistente social, a produção do conhecimento e a formação profissional”, do Núcleo de Pesquisas e Práticas Sociais (NUPEPS), do Departamento de Serviço Social. A relevância desta proposta investigativa evidencia-se pela necessidade de sistematizar criticamente a história do Serviço Social em Campina Grande, suprimindo assim a lacuna de produções teóricas acerca desse tema, verificada no momento de elaboração do projeto.

Conseqüentemente, acredita-se que esse estudo poderá contribuir com elementos para a reconstrução da história da própria UEPB, elucidando alguns aspectos da sua importância no desenvolvimento local e regional, especialmente no que tange a formação de assistentes sociais para atender as necessidades do mercado de trabalho e da população paraibana, bem como de estados circunvizinhos.

Fundamentação Teórica

A emergência do Serviço Social situa-se no contexto histórico-social e econômico do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão urbana, na transição para a fase do capitalismo monopolista. Sua gênese tem como particularidade a vinculação com a questão social, que se constitui a base da sua fundação e seu objeto, como especialização do trabalho, até os dias atuais.

A questão social, enquanto expressão dos antagonismos capital x trabalho, manifesta-se através de duas faces, como afirma Martinelli (1997): uma política, representada pelo avanço da classe trabalhadora em seu processo organizativo, e a outra social, expressa pela acumulação da pobreza, pela generalização da miséria. A visibilidade das contradições e desigualdades da ordem capitalista, manifestas na questão social, põe em risco o *status quo*, exigindo do Estado e da classe dominante a formação de estratégias para o seu enfrentamento, para além da caridade e repressão.

Assim, a criação de escolas de Serviço Social constituiu-se num passo decisivo na sistematização do ensino nessa área e para a formação de quadros técnicos especializados no enfrentamento da questão social, contribuindo também para o seu posterior processo de profissionalização e institucionalização.

No cenário brasileiro, o surgimento do Serviço Social se dá na década de 1930, estreitamente relacionado com a Igreja Católica, em confluência com os interesses do Estado e do empresariado, no bojo de um movimento reformista conservador que visava a harmonização dos conflitos sociais. Segundo YAZBEK (1980, p, 21), “o movimento de 30 traz o reconhecimento da existência do problema social e propõe uma política e uma legislação voltada para seu atendimento”.

A formação técnica especializada de quadros para intervir nos “problemas sociais”, concretiza-se através

da criação das escolas de Serviço Social, sendo a primeira criada em São Paulo em 1936 e a segunda em 1937, no Rio de Janeiro.

Aos poucos a demanda por assistentes sociais habilitados, que originalmente decorria da ação social católica, ligada às ações assistenciais já desenvolvidas na sociedade, passa a ter espaço crescente nas instituições estatais e privadas, tais como Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC), etc., particularmente a partir da década de 1940, possibilitando a institucionalização do Serviço Social como profissão.

Segundo Iamamoto e Carvalho (1988), no decorrer de tal década surgem diversas escolas de Serviço Social nas capitais dos estados, a maioria formada sob a influência das duas primeiras, de origem católica, e “[...] em 1949, das 15 escolas de Serviço Social existentes no país naquele momento, 12 eram católicas e apenas 3 foram constituídas por iniciativa do governo [...]” (KFOURI *apud* IAMAMOTO; CARVALHO, 1988, p.190).

A implantação das grandes instituições sociais referidas decorre do agravamento das contradições desencadeadas a partir da 2ª Guerra Mundial e do contexto de crise política e social que precedeu a desagregação do Estado Novo. O aprofundamento do capitalismo no Brasil torna necessárias tais instituições, como parte de uma nova racionalidade para o enfrentamento da questão social, a partir

das quais o Serviço Social adquire uma nova legitimidade, advinda não mais da origem de classe dos seus agentes e do caráter de missão e apostolado social voluntariado, mas de um mandato institucional.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (1988, p.327), as ações do Serviço Social, [...] transfiguram-se agora em procedimentos administrativos e processo burocráticos, aplicados por agentes assalariados, mandatados pelas instituições. Reaparecem como mecanismos intensivos de controle social englobados dentro de estruturas destinadas a garantir o aumento da produtividade média da Força de Trabalho e evitar o confronto de classes e a canalizar, vigiar e reprimir os conflitos sociais e outras formas de desvios, derivadas das múltiplas contradições geradas e/ou agravadas pelo aprofundamento do modo de produção capitalista.

As novas demandas postas ao Serviço Social redirecionam a formação dos assistentes sociais brasileiros que passam a receber influências norte-americanas, especialmente após o Congresso Interamericano de Serviço Social, realizado em 1941 em Atlantic City (USA). Desde então, tem início um intercâmbio entre as principais escolas de Serviço Social brasileiras e as norte-americanas, que possibilitou uma ampliação do suporte técnico-científico da profissão, aliado à filosofia aristotélica-tomista já consolidada pela formação católica. Esta aproximação traz inovações teórico-metodológicas para a formação e a prática dos

assistentes sociais brasileiros, com a incorporação das abordagens de caso, grupo e desenvolvimento de comunidade, esta última bastante difundida no contexto da ideologia desenvolvimentista que se espalhou no pós Segunda Guerra Mundial, principalmente a partir da década de 1950.

O desenvolvimentismo propagava a colaboração técnica e financeira entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, como forma destes superarem o seu atraso e pobreza. Acreditava-se que as populações pobres estariam mais sujeitas às ideologias comunistas sendo, portanto, necessário difundir e consolidar o sistema capitalista. Assim, postulava-se a industrialização como alavanca do desenvolvimento econômico, do qual derivaria a melhoria das condições sociais.

Nesse período, as contradições entre campo e cidade se acentuam. Verificam-se por um lado um setor industrial consolidado, especialmente nos grandes centros urbanos, e por outro a ausência de investimento na agricultura e o agravamento das relações de exploração no meio rural. Assim, ao passo que nas cidades se organiza o proletariado urbano, no campo também emerge organizações como as Ligas Camponesas e associações de trabalhadores agrícolas no Nordeste brasileiro, estimulando as autoridades governamentais a promoverem ações que controlem os conflitos sociais e gerem o desenvolvimento do país contando com a adesão e os esforços da população.

Nesse contexto, o Serviço Social brasileiro adentra os anos de 1950, como profissão consolidada e reconhecida na divisão social e técnica do trabalho, adotando expressamente a postura desenvolvimentista, através do engajamento em programas de desenvolvimento de comunidade, estimulados por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL), que viam nos assistentes sociais fortes aliados na tarefa de promover a integração das populações aos esforços governamentais para o “progresso” do país. Assim, amplia-se o campo de atuação para os assistentes sociais e a demanda por novos profissionais contribui para a multiplicação das escolas de Serviço Social.

No caso da Paraíba, apesar da quase total inexistência de produções que registrem a trajetória histórica do Serviço Social no estado, sabe-se que as escolas de Serviço Social surgiram justamente no decorrer da década de 1950: a de João Pessoa, em 1952, e a de Campina Grande, em 1957, embora esta última comece a funcionar, de fato, apenas em 1959. Ao contrário das primeiras escolas criadas no Brasil (as de São Paulo e Rio de Janeiro), que tiveram o seu processo de criação e desenvolvimento vastamente sistematizado na literatura da área, as escolas de Serviço Social paraibanas carecem de registros e sistematizações teóricas

da sua história¹, o que motiva e expressa a necessidade do desenvolvimento de estudos como o proposto neste projeto integrado.

As condições históricas, econômicas e sociais da Paraíba nessa década indicam que não é por acaso que as escolas de Serviço Social emergem nesse período. Voltando a atenção especificamente para a realidade de Campina Grande, verifica-se que nos anos 50, o município era o mais dinâmico do estado, destacando-se como centro industrial em franca ascensão, inclusive superando a capital João Pessoa em número de operários e de estabelecimentos industriais. Além disso, ressalta-se o seu peso político, constituindo-se no maior núcleo eleitoral paraibano (LIMA, 2004).

Nesse período Campina Grande, era também a cidade mais importante do interior do Nordeste. Além da expressividade do comércio, que impulsionou o seu crescimento desde a sua criação, contava com um significativo setor industrial, que começou a se constituir desde o final da década de 1930, com as indústrias de beneficiamento do sisal e algodão.

¹ A partir do levantamento bibliográfico realizado durante a elaboração deste projeto foi possível identificar apenas dois textos mimeografados: um produzido por Cleier Marcosin (1995) e o outro por Thereza Karla de Souza Melo (2003a). Afora estes, tivemos acesso apenas a fontes documentais como os livros de ata da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande-PB.

Um fato interessante que denota a importância desse processo de industrialização de Campina Grande foi à instalação da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP) na cidade, em 1949, quando todas as demais federações no País foram implantadas nas capitais dos estados.

Com tais características Campina Grande foi palco de importantes acontecimentos políticos, como o I Encontro dos Bispos do Nordeste, em 1956, um marco na redefinição da política econômica a ser adotada para a Região, que contou com a presença de intelectuais como Celso Furtado, representantes das federações de indústria de todos os estados, Ministros de Estado e de Juscelino Kubitschek, então Presidente da República, que participou da solenidade de encerramento.

A partir desse evento, articula-se em Campina Grande um amplo movimento em torno da efetivação política das deliberações tomadas no mesmo. Um grupo de personalidades, dentre as quais se destacavam Edvaldo de Souza do Ó, Aluísio Afonso Campos e Newton Rique, passa a defender a educação e a industrialização como soluções para o desenvolvimento do município e da região.

Esse movimento mostra-se sintonizado com a ideologia desenvolvimentista amplamente defendida, na época, no cenário nacional, que postulava a industrialização como impulsionadora do desenvolvimento econômico e da melhoria das condições sociais.

Nesse período, contudo, enquanto as atenções voltam-se para a industrialização, as contradições entre campo e cidade se acentuam. A ausência de investimento na agricultura e o agravamento das relações de exploração no meio rural fizeram surgir organizações como as Ligas Camponesas, anteriormente mencionadas, que em Campina Grande começaram a se estruturar no ano de 1956.

Por outro lado, a urbanização que acompanha a expansão industrial de Campina Grande, traz consigo o crescimento da população, que passa em sua grande parte a habitar nas periferias da cidade, em precárias condições, acentuando as desigualdades sociais. Campina Grande, nesse período era a cidade do Estado que apresentava maior ascensão econômica, tornava-se pólo de atração para as pessoas que deixavam o campo fugindo da seca ou deixavam as cidades de menor porte onde às chances de emprego e de melhoria de vida eram ínfimas (LIMA, 2004).

Além disso, ao lado da classe trabalhadora que se estrutura, surge também um expressivo contingente de desempregados (exército industrial de reserva) compondo um quadro propício à emergência de tensões e conflitos sociais, estimulando as autoridades governamentais a promoverem ações que possibilitem o controle social e gerem o desenvolvimento local, preferencialmente contando com a adesão e os esforços da população.

É nesse contexto, que surge a idéia de criação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, por ini-

ciativa da Diretoria de Educação e Cultura do Município, que tinha como diretor Edvaldo de Souza do Ó, de sua Secretária Luisa Erundina Carvalho, e Irmã Elizabete Porto superiora da Congregação das Irmãs de Caridade da Sociedade São Vicente de Paula, concretizando a realização deste intento no dia 16 de julho de 1957, conforme ata que registra a sessão de criação da referida faculdade.

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social (1999) em vigência, em 15 de março de 1960, a Faculdade de Serviço Social inicia as suas atividades didáticas com abertura solene do primeiro ano letivo, funcionando nas dependências do Instituto São Vicente de Paula, situado à Rua Paulo de Frontin nº. 204, no bairro José Pinheiro. Teve como primeira diretora a assistente social Irmã Dulce de Moura Beleza, mais conhecida como Irmã Ângela Beleza, indicada pela direção da Associação de São Vicente de Paula, sob a presidência da Irmã Helena Daney de Marcillac.

A década de 1960 dá início a um processo de renovação do Serviço Social brasileiro, na medida em que provoca um desgaste do tradicionalismo, até então predominante na profissão.

A incorporação dos programas de Desenvolvimento de Comunidade (DC) apesar do caráter conservador que os orientava, representando um esforço de sintonia com a ordem burguesa vigente (NETTO, 1991), traz conseqüências significativas para o Serviço Social: o papel da aborda-

gem comunitária carrega aspectos que contribuem para a ultrapassagem do tradicionalismo, consistindo na base para a sua erosão.

Netto (id.ibidem) pontua tais conseqüências a partir da ampliação do conhecimento dos assistentes sociais para questões macrossociais e da inserção desses profissionais em equipes multiprofissionais.

O DC foi visto como a forma mais adequada de intervenção profissional frente às necessidades e características da sociedade brasileira que convivia com uma questão social cada vez mais agudizada pelo processo de industrialização. Os profissionais passavam a percebê-la de forma mais ampla, a partir da sua repercussão coletiva, pública, massiva em contraponto a ênfase individualizada dos problemas sociais. Ressaltamos que a percepção ainda mantém-se fundamentada num suporte teórico-ideológico acrítico e conservador.

Na busca por uma maior sintonia com os requisitos da ordem capitalista, os assistentes sociais iniciam um processo de revisão de suas práticas que permita mudanças no seu perfil profissional até então marcado pelo caráter missionário.

Assim, esperam encontrar caminhos diferentes para contribuir com a política desenvolvimentista, mantendo-se a compatibilidade com as demandas sociais. Os profissionais de Serviço Social desejam deixar de ser apóstolos para assumirem a condição de “agente de mudança”.

Para tanto, indicam a necessidade de se aperfeiçoarem técnica, científica e culturalmente e reivindicam o exercício de outras funções que apontem para além das atividades executivas no trato das políticas sociais (planejamento e administração) (NETTO, 1991).

Tal postura, mesmo numa perspectiva de subserviência à ordem burguesa, acaba por sinalizar uma crise do tradicionalismo cristão, intensificada nos anos seguintes. Tem-se, nos primeiros cinco anos da década de 1960, o que Netto (id.ibidem) denomina de duplo e simultâneo movimento: desprestígio do Serviço Social Tradicional e a crescente valorização da intervenção no plano comunitário.

Com isso, tem-se um reforço à erosão do Serviço Social Tradicional: se quer agora um assistente social moderno, onde o tradicionalismo, de base humanista-cristã é deslocado e substituído por procedimentos “racionais” (NETTO, id.ibidem).

Em relação à formação, esta deveria dar suporte para a produção desse profissional “moderno”. Sendo assim, tem-se na vigência da ditadura militar, a expansão quantitativa das agências de formação, com o aumento dos cursos de graduação. Nessa fase o Serviço Social ingressa na universidade pública, propiciando a sua interação com a Sociologia, a Psicologia Social e a Antropologia, fator positivo para o desenvolvimento de uma postura intelectual e investigativa na profissão. De acordo com Netto (1991, p. 124), tratava-se de “[...] uma inteira refuncionalização

das agências de formação [...] [que rompesse] de vez com o confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo que historicamente vincaram o surgimento e o evolver imediato do ensino do Serviço Social no Brasil.”

Portanto, a formação do assistente social passa a oferecer ao mercado de trabalho, um profissional moderno, legitimado agora por uma fundamentação teórico-técnica.

Trata-se de um contexto, que se não estimula o florescimento daquelas posturas mais críticas presentes na erosão/reconceituação, também não alimenta, de forma integral, a postura missionária, ao contrário, se afasta dela. É, pois, a partir do golpe de 1964 e em função do que resulta desse novo contexto, que se instaura, o que Netto (1991) denomina de processo de renovação do Serviço Social brasileiro, significando uma ruptura com a influência cristã na profissão. Uma ruptura que dá continuidade a algumas tendências que se expressaram na erosão do Serviço Social Tradicional, mas as recoloca sobre novas bases em função da autocracia burguesa.

No caso do município de Campina Grande, o ingresso do Serviço Social na universidade só veio se dar na segunda metade da década de 1960, ainda sob a influência da modernização conservadora. A incorporação da Faculdade de Serviço Social ao âmbito universitário será parte integrante do processo de criação da Universidade Regional do Nordeste (URNE).

Em 1966, a Prefeitura Municipal cria a Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE), que incorpora duas faculdades existentes no município: Faculdade Católica de Filosofia e Letras e Faculdade de Serviço Social. Além dessas duas faculdades, passam a integrar a URNE, posteriormente, a Faculdade de Direito e de Odontologia (ALMEIDA et al, 2004).

De acordo com Edvaldo de Souza do Ó (1986 *apud* ALMEIDA et al, 2004), a URNE, além de sua importância no fortalecimento do ensino superior de Campina Grande, vem dar suporte financeiro a alguns cursos superiores que passavam por dificuldades.

Diante do exposto, a pesquisa ora apresentada buscou situar o surgimento da Escola de Serviço Social de Campina Grande no contexto histórico-social no qual se gestou e se desenvolveu, compreendendo o período de 1957 a 1966 em que se caracterizava enquanto faculdade isolada, tendo como ponto de partida para este resgate histórico questionamentos como:

- Por que uma escola de Serviço Social em Campina Grande?
- Como se deu a criação da faculdade de Serviço Social e sua posterior estruturação e funcionamento?
- Quais as dificuldades encontradas nesse processo?
- Quais as contribuições da faculdade de Serviço Social para o contexto local e regional?

Metodologia

1. Tipo de pesquisa e método utilizado:

A pesquisa tratou-se de um estudo histórico-organizacional, na medida em que, segundo Trivinos (1987), o interesse do pesquisador volta-se para a vida de uma instituição a partir do conhecimento que existe sobre a mesma.

O método utilizado foi o crítico-dialético, pois nos permitiu abordar a realidade em sua totalidade, apreendendo aspectos históricos, econômicos, sociais, políticos, ideológicos e culturais inerentes ao objeto de estudo.

A pesquisa privilegiou um enfoque qualitativo da realidade, não desmerecendo a contribuição dos dados quantitativos para melhor caracterizá-la.

2. Período e local da pesquisa:

O período de execução de todo o processo metodológico compreendeu os meses de agosto de 2007 a julho de 2008.

A pesquisa realizou-se junto ao Departamento de Serviço Social da UEPB, em Campina Grande-PB.

3. Sujeitos da Pesquisa:

Constituíram sujeitos desta pesquisa os docentes, discentes e funcionários que estiveram vinculados ao Curso de Serviço Social, considerando a trajetória histórica do surgimento até sua inserção no âmbito universitário.

4. Amostra da pesquisa:

A amostragem utilizada foi a não probabilística intencional, que permite a obtenção de opiniões de

certas pessoas integrantes do universo a ser pesquisado (MARSIGLIA, 2001). Nesse caso, docentes, funcionários e discentes que estiveram vinculados ao Curso de Serviço Social no período em que o mesmo era Faculdade isolada, os quais forneceram subsídios que auxiliaram no resgate histórico do mesmo. Levando em conta o fato de a pesquisa remeter-se a um contexto passado há mais de 40 anos, a amostra pautou-se no critério de acessibilidade aos sujeitos.

Na pesquisa lidamos com pessoas que, na sua maioria, não fazem mais parte do cotidiano do curso, o que exigiu empenho redobrado para encontrá-las. Também nos deparamos com certa resistência dos próprios sujeitos em colaborar com a referida pesquisa.

O acesso aos sujeitos ocorreu a partir de um levantamento de docentes, discentes e funcionários, através de livros e documentos encontrados nos arquivos do Departamento de Serviço Social. Após identificarmos os nomes de todos os sujeitos estabelecemos contatos com alguns, de mais fácil acesso, e ao passo que chegávamos até estes aproveitávamos a oportunidade conseguir, com os mesmos, telefone e endereço dos demais.

Assim, totalizamos 16 entrevistadas, compreendendo 04 docentes, 11 discentes e 01 funcionária (referente a esse segmento nos deparamos com dificuldades de encontrar as pessoas que compuseram o quadro de funcionários). As entrevistadas serão identificadas no texto a partir da numeração das entrevistas na seqüência em que

foram realizadas junto a cada segmento pesquisado, e em seguida o segmento ao qual está vinculada (docente, discente e funcionário).

5. Procedimentos metodológicos:

O processo de conhecimento empírico e o aprofundamento teórico acerca da realidade pesquisada deram-se através do estudo bibliográfico, documental e de campo, associados ao levantamento de dados junto aos sujeitos da pesquisa, que nos permitiu abordar questões inerentes ao contexto pesquisado.

Assim, recorreremos à fontes primárias, obtendo informações junto aos sujeitos da pesquisa e à secundárias que decorrem das atas de reuniões, registros fotográficos, resoluções, leis e outros documentos que se fizeram necessários.

6. Instrumentos e técnicas de coleta de dados:

Para a coleta de dados foi utilizada a pesquisa documental, a aplicação de um formulário (Apêndices B, C e D) para traçamos o perfil dos sujeitos entrevistados e a entrevista semi-estruturada (Apêndices E, F e G) utilizando o gravador para o registro das falas. Esta foi precedida pela assinatura do termo de compromisso livre e esclarecido (Apêndice A), em conformidade com a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre pesquisas envolvendo seres humanos.

Todas as entrevistas com os sujeitos mencionados foram concluídas e devidamente transcritas. A organização

e análise dos dados foram feitas através do método de análise de conteúdo, que permitiu compreender os sentidos e significados explícitos e implícitos nas falas das entrevistadas e documentos consultados.

Resultados

Mediante os dados obtidos, inicialmente foi traçado um perfil dos dezesseis sujeitos da pesquisa, com base nos formulários aplicados por ocasião das entrevistas junto aos mesmos. Para tanto, as informações serão apresentadas por segmento: docente, discente e funcionário.

Entre as quatro docentes pesquisadas, verificou-se que as mesmas possuem idade entre 66 e 84 anos. Duas delas são naturais da Paraíba, uma do Ceará e outra do Piauí. No momento da coleta dos dados duas residiam em Campina Grande-PB, uma em Queimadas-PB e outra em Recife-PE.

Quanto à formação das referidas docentes, foi possível identificar que apenas uma apresentava outra graduação além de Serviço Social, no caso Pedagogia. Duas estão formada há 43 anos, uma há 49 anos e outra há 50 anos. Em relação à pós-graduação todas as docentes têm mestrado, sendo que uma desta conta também com a titulação de especialista.

As formas de ingresso dessas docentes no Curso de Serviço Social apresentaram pequena variação. Duas que eram religiosas, vieram compor o quadro de professores do

referido curso por determinação da Congregação das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula, instituição que fundou a Faculdade de Serviço Social, como será verificado nos resultados que serão apresentados posteriormente. As outras duas docentes ingressaram através de convites da direção da referida Faculdade, tendo sido alunas egressas da mesma.

Quanto ao tempo de atuação no Curso de Serviço Social, foi possível identificar que as religiosas permaneceram por um tempo de 25 e 26 anos, respectivamente, como docentes. As outras duas entrevistadas trabalharam uma por 04 anos e a outra durante 17 anos.

Em relação ao segmento discente, as onze entrevistadas também foram todas do sexo feminino. A faixa etária predominante entre elas foi de 60 a 70 anos de idade, totalizando nove ex-alunas, e outras duas têm idade entre 50 e 60 anos. Quanto à naturalidade, oito são da Paraíba, duas de Pernambuco e uma de Alagoas.

Todas as entrevistadas ingressaram no Curso de Serviço Social através de vestibular e dentre estas, apenas uma fez outra graduação (Direito). O tempo de formadas das discentes variou entre 38 a 43 anos. Destas, oito fizeram pós-graduação, sendo que três apenas especialização, uma especialização e mestrado, três concluíram mestrado e duas cursaram mestrado e doutorado.

Essas discentes em sua totalidade exerceram a profissão de Serviço Social, mas no período das entrevistas

oito estavam aposentadas e três desenvolviam a atividade de professoras. Vale salientar que algumas destas foram professoras do Curso de Serviço Social quando este se integrou a URNE e outras compõem hoje o quadro docente da UEPB. No momento da pesquisa, nove entrevistadas residiam em Campina Grande, uma no Rio de Janeiro e outra em João Pessoa.

O segmento de funcionário, por sua vez, contou com apenas uma entrevistada, cuja naturalidade é da Paraíba. A mesma tem idade de 72 anos e ingressou no Curso de Serviço Social através de convite da direção, permanecendo no mesmo durante 03 anos, onde desenvolvia a função de secretária. O grau de instrução desta funcionária é ensino médio completo e atualmente encontra-se aposentada.

Quanto aos resultados obtidos a partir dos depoimentos das entrevistadas e da pesquisa documental, realizou-se um agrupamento dos mesmos em torno das seguintes categorias: surgimento da Faculdade de Serviço Social; funcionamento da mesma; configuração do corpo docente; configuração do corpo discente; formação profissional; relações estabelecidas pela faculdade com órgãos da categoria e com a sociedade frente ao contexto local e nacional; organização estudantil; e mercado de trabalho para o Serviço Social.

Em relação ao surgimento da faculdade de Serviço Social destacam-se os seguintes depoimentos das entrevistadas:

[Edvaldo do Ó] ele era realmente interessado pela melhoria da cidade, empenhado pela criação da Fundação Técnica de Campina Grande. Ele era ligado às freiras de São Vicente, legou a elas a idéia da escola de Serviço Social. Era mantida como fundação, ele um dos cabeças pensantes e José Lopes de Andrade, os dois interessados na criação da faculdade (Ent. 01, DOCENTE).

[...] a escola de João Pessoa nos ajudou muito [...] a Irmã Maria Franklin [...] nos ajudou, naquelas dificuldades que surgiram no começo, recorria a João Pessoa, Recife também e os encontros da ABESS ajudaram muito [...] Irmã Porto era também uma das fundadoras da faculdade, ela teve a idéia com o Sr. Edvaldo do Ó e com a Erundina [...] (Ent. 03, DOCENTE).

[...] começou como uma faculdade isolada ligada ao Instituto São Vicente de Paula, aliás, nisso ela não foi diferente das outras escolas do Brasil, quase todas tiveram o mesmo início ligado ao trabalho da Igreja Católica, ela teve essa origem dentro dos

movimentos religiosos [...] a diretora da faculdade era Irmã Ângela Beleza [...] e a própria faculdade de Serviço Social foi fundada por outra freira da mesma ordem religiosa, me parece que irmã Elizabete Porto (Ent.11, DISCENTE).

Nas falas acima verifica-se que as entrevistadas ressaltam principalmente as pessoas envolvidas na criação da faculdade, em detrimento da contextualização e dos motivos que levaram a esta empreitada, salvo a fala da docente 01 que aponta uma das preocupações presentes no cenário de Campina Grande na década de 1950, o ensino superior, e que certamente foi decisiva neste processo de implantação da referida faculdade.

Segundo Castro (1989) esta perspectiva analítica de atribuir à autoridades ou personalidades esclarecidas a origem do Serviço Social (em termos da criação das escolas), é uma das mais freqüentes na história do Serviço Social em nosso continente, especialmente entre os estudiosos da área. Para este autor, é importante apontar o valor das iniciativas e das capacidades individuais envolvidas nesta trajetória, sem deixar, contudo, de situá-las no conjunto de determinações que a contextualizam e viabilizam.

Assim, verifica-se que o Curso de Serviço Social começou a se fazer necessário no momento em que o crescimento urbano de Campina Grande e sua projeção política e econômica na Paraíba na década de 1950 traziam

à tona a questão social que precisava ser enfrentada. Sem falar da preocupação de inserir-se no projeto desenvolvimentista propalado no país, o que exigia como estratégia político-ideológica e econômica, investimentos principalmente em educação e industrialização.

Foi nesse contexto, que surgiu a idéia de criação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, por iniciativa de Edvaldo de Souza do Ó, diretor da Diretoria de Educação e Cultura do Município, de sua Secretária Luisa Erundina Carvalho, e das Irmãs de Caridade da Sociedade São Vicente de Paula, através de sua superiora, Irmã Elizabete Porto. É importante ressaltar que esta congregação apresentava larga experiência em assistência social no município, desenvolvendo atividades com idosos, educação infantil, dentre outras, o que certamente a credenciava para estar à frente da estruturação do Curso de Serviço Social, levando-se em conta o perfil da formação e prática dos assistentes sociais brasileiros neste período.

A pesquisa documental apontou alguns momentos significativos na trajetória de implantação da Faculdade de Serviço Social. No primeiro livro de ata da referida faculdade identifica-se que a sua “criação” ocorreu no dia 16 de julho de 1957. Em ata foram definidas as finalidades da faculdade:

Com base na Doutrina Social da Igreja, são as seguintes as finalidades da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande: a) pro-

mover a formação do pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social em qualquer de seus campos; b) aperfeiçoar e propagar os conhecimentos e técnicas relativos ao Serviço Social; c) contribuir para criar ambiente esclarecido que proporcione a solução adequada dos problemas sociais (Ata da criação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, 16/07/1957).

A partir da criação da Faculdade, teve início o encaminhamento do processo de autorização para o seu funcionamento, junto ao Ministério da Educação e Cultura, e a articulação de esforços para estruturar o curso. Sendo autorizado o funcionamento em 27 de setembro de 1959 pelo decreto de nº.47.245, publicado no Diário Oficial no dia 16 de novembro de 1959, e oficializada a sua instalação em 05 de dezembro do mesmo ano, a Faculdade de Serviço Social iniciou as suas atividades acadêmicas em 15 de março de 1960.

Nesse momento, existiam em Campina Grande apenas os cursos de Engenharia civil, ligado a Escola Politécnica, o de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas², e Letras vinculada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

2 A Escola Politécnica e a Faculdade de Ciências Econômicas foram integradas a Universidade Federal da Paraíba, a partir de 1960 (MELO; 2003b).

Vale destacar que a Associação de São Vicente de Paula Província do Norte, com sede em Fortaleza-CE, foi a entidade formalmente responsável pela Faculdade de Serviço Social, sendo mantenedora da mesma, do momento da sua criação até o de sua inserção na URNE em 1966. Conforme Ata de Reunião da Diretoria da referida associação, realizada em Fortaleza no dia 21 de novembro de 1959, foi indicado o nome da Irmã Maria Dulce de Moura Beza, assistente social, para diretora da Faculdade de Serviço Social, “em caráter definitivo”.

Em termos financeiros, porém, a Faculdade não era mantida apenas pela Associação de São Vicente de Paula, mas também por subvenções federal, estadual e municipal, além da mensalidade paga pelas alunas e doações, conforme balanços contábeis verificados durante a pesquisa documental. Ressalta-se o fato de que nos referidos balanços há, em sua maioria, um déficit entre despesas e receitas, que expressa a dificuldade para a manutenção das atividades cotidianas.

Quanto ao funcionamento da referida faculdade, ressalta-se as informações das seguintes entrevistadas:

[Havia] aulas pela manhã e a tarde estúgios desde o primeiro ano, [...] os professores davam aulas gratuitas, as alunas pagavam uma contribuição [...] (Ent. 01, DOCENTE).

O funcionamento da escola era bem restrito, uma unidade que, como não tava integrada a um contexto universitário, era acho que parecia um colégio. As freiras eram muito presentes e acompanhavam de perto as turmas que eram muito reduzidas [...] (Ent. 02, DOCENTE).

[...] funcionava nas dependências do Instituto São Vicente de Paula, depois foi que ela foi transferida para o prédio onde se encontra atualmente, era uma escola pequena, com poucos alunos, era uma escola com o quadro docente também limitado [...] (Ent.11, DISCENTE).

Inicialmente a Faculdade oferecia curso com duração de três anos, tendo como forma de ingresso o vestibular contemplando as seguintes matérias: português, história e francês. Posteriormente, no ano de 1964, o curso passou a ter duração de quatro anos, atendendo a determinações do Conselho Federal de Educação. Contava com um Conselho Técnico Administrativo (CTA), composto por professores da escola e assistentes sociais supervisoras de estágio, o qual entrou em funcionamento em novembro de 1959, com reuniões mensalmente, sendo convocado pela Diretoria da

faculdade. A partir de 1963, o CTA passou a chamar-se Conselho Departamental da Faculdade de Serviço Social.

Havia também a Congregação de professores, que era outra instância de discussão dos assuntos de interesse da Faculdade. No laudo de avaliação da faculdade, enviado ao Ministério da Educação e Cultura, em 1957, para autorização de seu funcionamento, foram definidos os seguintes cargos administrativos: diretora, secretária, contador, tesoureira e pessoal auxiliar.

De acordo com a Ata da 13ª reunião da Congregação de Professores, realizada em 23 de fevereiro de 1963, foi deliberada a estruturação de três Departamentos de Estudo: Promoção do homem e da comunidade; Estudos Sociais e religiosos; e Médico-jurídico. Tais Departamentos reuniam-se ordinariamente uma vez ao mês e congregavam professores e alunos de disciplinas relacionadas aos mesmos. Em linhas gerais, estes tinham por objetivos aprimorar os conhecimentos de alunos e professores, articular os conteúdos das diversas disciplinas e proporcionar, cursos, palestras e seminários que formassem e integrassem corpo discente e docente, bem com aproximassem a Faculdade dos campos de estágio e da sociedade campinense.

As alunas pagavam uma taxa anual de CR\$ 5.000,00 cruzeiros, divididas em mensalidades de CR\$ 500,00 cruzeiros, definidas na primeira reunião do CTA em novembro de 1959 e registrada no livro de atas do referido conselho. No entanto, havia algumas bolsas de estudo

concedidas pelo Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social Rural e Serviço Social do Comércio (SESC), as quais beneficiavam alunas definidas pelo CTA, levando em consideração sua situação financeira, classificação no vestibular e “qualidades vocacionais”.

Quanto à configuração do corpo docente, composto inicialmente por oito docentes (4 religiosos e 4 leigos), verificou-se que a Provincial da Associação de São Vicente de Paula - Província do Norte viabilizou a vinda de assistentes sociais da própria Congregação a fim de dirigir e integrar o quadro docente da escola, ministrando os conteúdos específicos da formação. Os demais professores foram convidados mediante as suas capacidades intelectuais e respeitabilidade na sociedade campinense. As falas a seguir também contribuem para o conhecimento do perfil dos docentes e da sua forma de ingresso na faculdade:

Sempre apresentava currículo, ou a escola chamava diretamente. Outros professores da escola também eram indicados pela entidade mantenedora da faculdade (Ent.01, DOCENTE).

[...] o currículo da gente ia para o MEC pra ser avaliado, o meu currículo foi para o MEC e das minhas colegas que entraram também na minha época foram para o MEC para ser avaliado [...] assim que eu

terminei o curso eu fui convidada, eu fui a primeira a ser convidada a ministrar lá [...] (Ent.02, DOCENTE).

A titulação não cumpria as exigências de hoje, de pós-graduação, todos eram professores que tinham se tornado professores porque tinham graduação [...] depois começaram as ex-alunas a assumir a docência (Ent. 02, DISCENTE).

Era muito diversificado, nós tínhamos freiras, [...] sociólogos, psicólogos, assistentes sociais, médicos, que faziam parte do corpo docente [...] era bem dinâmico (Ent.03, DISCENTE).

Leigos e religiosos, todos profissionais liberais com formação. Mais homens que mulheres (Ent. 06, DISCENTE).

O perfil do corpo docente reflete a realidade da época, onde não era exigida pós-graduação no ato da contratação de professores, até porque não se tinha cursos de pós-graduação no Brasil, neste período. A criação de programas de mestrado em Serviço Social, na década de 1970, e de doutorado, na década de 1980, são fruto do processo de erosão

do Serviço Social Tradicional, impulsionado pela inserção das faculdades de Serviço Social no meio universitário.

No que diz respeito à configuração do corpo discente, o mesmo não foge às características mais gerais presentes em outras escolas de Serviço Social, como mostram alguns estudos (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988; MARTINELLI, 1997), principalmente aquelas relacionadas ao gênero e classe social, porém são guardadas algumas especificidades, como revelam os seguintes depoimentos:

[...] nos primeiros anos era aluna daqui da terra mesmo, muito variado, tinha gente de situação boa, mas também tinha gente em situação difícil para fazer o curso. Mas, depois começou a vir de Fortaleza, [...] de Natal, começou a procura das alunas de fora (Ent.02, DISCENTE).

O gênero era predominantemente mulher, a faculdade era fechada para a entrada de alunos do sexo masculino [...] no sócio-econômico [as alunas pertenciam] à classe média (Ent.02, DISCENTE).

[as alunas eram] de Campina Grande [...] era um pessoal [...] assim, classe média para baixo, como a minha, mas tinha muita

gente do Piauí, São Luiz [...] Fortaleza [...] (Ent.08, DISCENTE).

Olhe, aqui não vinha pobre, pobre mesmo como a gente tem hoje, [...] aqui não tinha filho de operário, era uma maioria pessoas assim, que tinha um nível melhor [...] (Ent.09, DISCENTE).

Como se pode observar, uma das especificidades do curso era a predominância do gênero feminino e a presença de candidatas de nível socioeconômico elevado, não se diferenciando de outros cursos de Serviço Social que surgiram vinculados à classe burguesa. O interesse especial das mulheres pelo curso guarda estreita relação com os papéis de gênero e características atribuídas ao sexo feminino: do cuidado, da sensibilidade etc. Além disto, destaca-se o fato de inicialmente ser considerado como um curso que se pautava na “prática da caridade” para com as classes “mais miseráveis”, sendo as mulheres mais “aptas” a esta prática.

Apesar de o gênero ser predominantemente feminino, houve interesse do sexo masculino de ingressar no curso, sendo o mesmo impedido pela Associação Mantenedora com o argumento de falta de estrutura da faculdade, contando com o apoio dos professores, conforme registros contidos na Ata da 22ª Reunião do Conselho Departamental, realizada no dia 29 de abril de 1964.

É importante destacar, ainda, que em Campina Grande haviam poucos cursos de nível superior, limitando as oportunidades para as pessoas que quisessem seguir uma carreira de nível superior. Muitas entrevistadas relataram que escolherem o curso por falta de opção, pela ausência de condições financeiras para sair da cidade a fim de ingressarem em outras faculdades ou pelo impedimento de se distanciar da família.

No tocante a formação profissional oferecida pela Faculdade de Serviço Social, especialmente no que tange ao currículo e estágio, são expressivos os seguintes depoimentos:

[...] organizavam os estágios por campos e também pelos métodos de Serviço Social de caso, grupo e comunidade, estágios em instituições do Estado, Prefeitura, Igreja [...] Lar do Garoto, SESI, [...] presídio, no campo médico [...]. (Ent. 01, DOCENTE).

[...] o Curso de Serviço Social tinha muito cuidado em dar assim o necessário e o essencial pra que a gente pudesse funcionar bem dentro da sociedade, [...] o primeiro ano tinha as matérias básicas, o segundo grupo eram as matérias profissionalizantes [...] cultura religiosa, economia, estatística,

profissionalizante: caso, grupo e comunidade [...] (Ent. 02, DOCENTE).

O currículo a gente obedecia ao Ministério, todas as escolas, o que as escolas de Serviço Social exigiam, e então a gente começou a entrar pelo mesmo caminho, com todas aquelas exigências das diversas escolas de todo o Brasil. A gente tinha os encontros da ABESS, que a gente trocava as idéias e trabalhamos em conjunto com outras escolas. A ABESS tinha uma função muito grande no sentido de orientação (Ent. 03, DOCENTE).

Não, no tempo que eu estava na formação houve uma discussão maior a respeito dos métodos, porque foi o momento do Documento de Araxá, o seminário do CBCISS [...] mas durante o tempo que eu estava não houve mudança de currículo. [...] (Ent. 02, DISCENTE).

Existia vários campos de estágio, num destaque assim pras comunidades, a maioria dos alunos estagiavam em comunidades, havia os três processos caso, grupo e comu-

nidade, e no primeiro ano, aliás, começava no segundo ano, no segundo ano o Serviço Social de caso, o terceiro Serviço Social de grupo e no último, desenvolvimento de comunidade [...] nós tínhamos os estágios nas instituições, principalmente nas sociedades amigos de bairros, clubes de mães. Tinha outras instituições como SESI, o SENAI, SESC [...] havia o Serviço Social escolar, as escolas também eram campos de estágio (Ent. 03, DISCENTE).

Verifica-se que havia um empenho da direção da faculdade para sintonizar o currículo com as orientações do Ministério da Educação e Cultura, bem como com o das demais escolas, através das Diretrizes da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), atualmente Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). As disciplinas presentes na grade curricular da faculdade em seu primeiro ano de funcionamento, e seus respectivos professores, estavam assim distribuídas:

Quadro 01: Disciplinas da Faculdade de Serviço Social e respectivos professores.

Manoel Figueiredo	Noções de Direito e Legislação Social
Pe. Francisco Maia H. de Souza	Psicologia
José Lopes de Andrade	Sociologia
Edvaldo de Souza do Ó	Economia Social e Estatística
Olympio Bonald da Cunha P. Filho	Higiene e Medicina Social
Irmã Maria Laire Ferreira Lima	Introdução ao Serviço Social, Pesquisa Social e Administração de Obras Sociais
Irmã Dilva Veras Coelho	Serviço Social de Casos e Ética Geral e Profissional
Irmã Dulce de Moura Beza	Serviço Social de Grupo e Organização Social da Comunidade

Fonte: Livros de ata da Faculdade de Serviço Social (1957).

Além destas disciplinas as alunas do terceiro ano poderiam cursar outras de caráter optativo, que eram oferecidas em torno de cinco (5) setores: Família, Menor, Trabalho, Médico Social e Rural. O curso previa ainda a inserção em estágio, por um período de dois anos, no segundo e terceiro ano era em instituições já no quarto ano

o estágio era direcionado a elaboração e defesa de uma monografia de conclusão de curso (TCC) (Livro Laudo de Avaliação, 1957).

Os campos de estágio existentes na época eram: indústrias, setor hospitalar, comunidades, e instituições como SENAI, SESI e obras sociais em funcionamento na cidade, tais como: a Casa do Menino, Casa da Criança Dr. João Moura, Casa da Criança Félix Araújo, Asilo de Mendicidade Deus e Caridade e Dispensário São Vicente de Paula.

Em relação à direção teórico-metodológica presente na formação oferecida pela Faculdade de Serviço Social, é importante destacar as considerações de algumas entrevistadas:

Tinha caso, grupo, comunidade, que vinha das escolas do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife. Depois se insere na perspectiva de mudança. [a bibliografia utilizada era] Balbina Otoni, Alceu de Amoroso Lima, trabalhos publicados pela escola de Serviço Social, TCC, apostila de outras escolas, bibliografias dadas por professores dentro de cada área (Ent. 01, DOCENTE).

[a bibliografia utilizada era] o que ia saindo de novo no Serviço Social a gente introduzia, ia para os encontros e o que trazia de novo introduzia [...] a gente ia pros congressos e voltava com um elemento novo

pra ajudar a escola a crescer. Tinha uma biblioteca ainda precariazinha. [...] a bibliografia não era tão vasta, pelo menos eu me lembro do primeiro livro que eu comprei quando era estudante, era Serviço Social de Caso de Gordon Hamilton [...] (Ent. 02, DOCENTE).

Tradicional, aqueles tais caso, grupo e comunidade, e depois veio a discussão do documento de Araxá que buscava uma nova proposta metodológica [...] [a bibliografia utilizada era] os documentos publicados pelo CBCISS, Balbina Otoni, alguns autores americanos traduzidos, e tinha muita apostila. Depois alguns documentos produzidos na SUDENE quando se criou uma divisão de ação comunitária (Ent. 02, DISCENTE).

[...] a gente tava mesmo numa orientação teórica realmente positivista, a gente estudava de São Tomás de Aquino a Comte, a Durkheim. Então era difícil porque naquela época não existia praticamente produção aqui no Brasil, quem era nossa grande mãe foi Balbina [...] mas mesmo os livros de Balbina eram difíceis, eu tinha porque meu pai mandava comprar

no Rio, São Paulo, aí eu tinha o livro [...] o que a gente tinha era assim, revistas, alguns livros, não só de Serviço Social, mas de filosofia [...] a gente ouviu falar nos clássicos, eu mesma aqui tive um professor, que deu economia, que ele ainda teve condição de passar grande parte da teoria marxista pra gente [...] (Ent. 09, DISCENTE).

[...] a gente tinha no currículo formal, caso, grupo, comunidade mas, naquela época já era muito combatido por alguns professores mais politizados, por alguns estudantes mais politizados [...] já havia o embate sim, porque embora o currículo formal fosse esse currículo conservador, tri-partido, funcionalista, e essas críticas todas que a gente viu depois na reconceituação, naquele tempo a gente já tinha acesso ao texto de Ezequiel Ander Egg, sociólogo, latino-americano, a gente já tinha muito acesso aos textos de Natálio Kisnermam (Ent.11, DISCENTE).

Verifica-se, portanto, que a formação era marcada pelo ecletismo, comum às diversas escolas de Serviço Social no Brasil neste período, como afirma Netto (1991). Porém, constata-se uma predominância de conteúdos conservadores, seja de cunho religioso, seja sociológico de base Positivista/Funcionalista.

Em termos da existência de pesquisa e extensão, verifica-se que estas dimensões da formação profissional eram praticamente inexistentes no cotidiano da faculdade, porém havia a disciplina de Pesquisa Social na 1ª e 2ª séries, onde se trabalhava a conceituação e definição da pesquisa, o método da pesquisa, observação, fontes de informação etc., mas com forte viés pragmático, voltada para o TCC e estágio, como ilustram professoras e alunas:

Sim, [havia] pesquisas ligadas aos TCC e as professoras de pesquisa ajudavam muito nos trabalhos (Ent. 01, DOCENTE).

Não tinha a pesquisa assim como você tá fazendo, pra habilitar as alunas [...], a pesquisa toda vida funcionou bem, a pesquisa lá da escola tinha a preocupação do aluno ir para o campo fazer a prática, não tinha essa história de só ser teoria não (Ent. 02, DOCENTE).

A pesquisa era muito reduzida, porque na época era comum o Serviço Social ter mais o caráter interventivo, que predominava, então tinha a extensão [...] a pesquisa era muito incipiente (Ent. 02, DISCENTE).

[...] não sei se pode considerar extensão, nós tínhamos os estágios nas instituições [...]. (Ent. 03, DISCENTE).

A gente fez uma pesquisa sócio-econômica quando estudávamos no primeiro ano de Serviço Social, muito interessante, sobre o bairro de José Pinheiro, que era o mais interessante na época (Ent. 04, DISCENTE).

[...] naquela época a gente chamava, nossas atividades de estágio, mas, eram atividades múltiplas, tão variadas que eu hoje, eu reputaria tranquilamente aquelas atividades de extensão, até porque, eu acho que da forma que a gente conduzia nossas ações de comunidade, elas vão coincidir muito com a visão que se tem de extensão [...] não existia isso, mas eu acredito que aquilo seria atividade de extensão, e de pesquisa, acredito que uma pesquisa [...] até mais incipiente, embora que para os TCC's a gente fizesse nossas pesquisas, para a elaboração do TCC, mais com certeza absoluta não era uma pesquisa, não é com o formato que ela tem hoje [...] (Ent. 11, DISCENTE).

Os depoimentos apontam, em sua maioria, uma tendência a considerar a pesquisa como mera subsidiária da prática, numa nítida dicotomia entre teoria e prática. Há também uma equiparação da extensão com o estágio, mascarando uma fragilidade presente até hoje na formação, que é a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, como pilares fundamentais do processo formativo nos cursos de nível superior.

No entanto, chamou a atenção o empenho da faculdade em desenvolver e estimular a participação do corpo docente e discente em eventos científicos e culturais, como atestam os depoimentos a seguir:

Sempre havia dia do assistente social, dia do natal, encerramento do ano escolar, retiro religioso com as alunas, os padres, começava na sexta feira à noite, terminava no domingo à tarde. [...], a escola sempre se preocupava em chamar professores de fora para dar seminários, encontros, palestras, conferências, [...] estimulava a participação de professores e alunos nos congressos de Serviço Social (Ent. 01, DOCENTE).

[...] a gente elevava o dia do assistente social, 15 de maio, então a gente comemorava [...] e algumas datas importantes a gente levava ao conhecimento do público e a participação do

público, e a gente foi levando assim, Campina foi acordando [...]. Todos os anos havia aula inaugural, era de praxe e de uso em todas as escolas [...] (Ent. 03, DOCENTE).

Participavam [de eventos], a turma era muito atuante, tudo que havia na comunidade, às vezes curso de psicologia [...] o SESI promovia muitos cursos de empresa, eu participei muito em João Pessoa, aqui em Campina Grande, sabe, tudo que havia, todo mundo estava sempre interessado em participar (Ent.01, DISCENTE).

Sim, com certeza, tanto de correr encontros aqui locais, como encontros regionais e nacionais, eu inclusive participei em São Paulo, do encontro de estudantes de Serviço Social [...] aqui em Campina Grande houve um congresso também, era uma participação muito boa. [...] participávamos de muitos congressos, congressos da UNE [...] (Ent.03, DISCENTE).

A participação de representantes, seja docente ou discente, em eventos científicos e político-organizativos (como os congressos de estudantes) foram bastante men-

cionados nos livros de ata da faculdade, nos seus primeiros anos de existência. Entretanto, tal participação se arrefeceu após a instalação da ditadura militar de 1964.

Os eventos promovidos pela escola, como as Semanas de Serviço Social, comemorativas ao Dia do Assistente Social por sua vez, além de possibilitarem a discussão de temáticas consideradas importantes para a profissão, tinham uma clara conotação de dar visibilidade ao curso junto à sociedade campinense, através de artigos no Diário da Borborema, palestras e entrevistas em programas da Rádio Borborema (Livro de Atas do Conselho Administrativo, 1959).

Quanto às relações estabelecidas pelo Curso de Serviço Social com órgão da categoria, com movimentos pastorais, com o poder público e com a sociedade, frente ao contexto local e nacional, os seguintes depoimentos são significativos:

Tinha [relação com] CBCISS – Centro Brasileiro de Instituição de Serviço Social e ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, e escolas com maior eficiência e eficácia na profissão dentro do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza, Porto Alegre [...] (Ent.01, DOCENTE).

[...] o Curso de Serviço Social foi um baluarte na organização da sociedade, da pe-

riferia, porque a gente atuava, deu uma contribuição muito grande [...] porque a sociedade não tinha organização, era as comunidades [...], aí a gente organizou os clubes de mães, as sociedades de amigos de bairro [...] (Ent.01, DOCENTE).

O Serviço Social trouxe um atendimento às necessidades dos pobres, melhorou muito a situação dos pobres, era dada assistência, as alunas eram verdadeiros apóstolos [...] (Ent.04, DOCENTE).

Quando o Serviço Social se envolvia na comunidade, naturalmente que também se envolvia com a Igreja [...] com o movimento paroquial, então havia sempre um contato assim de troca de experiência e de ajuda (Ent.03, DOCENTE).

Havia [relação com] a Associação Brasileira de Ensino que o curso era filiado e aqui no Nordeste tinha a regional que fazia encontros [...] com o apoio da SUDENE. Nessa época tinha também uma vinculação com as universidades católicas (Ent.02, DISCENTE).

[...] na época em que estudávamos foram fundadas as SABs e foi fundada aquela central que congrega todas as SABs a UCES [...] (Ent.04, DISCENTE).

[...] o Curso de Serviço Social foi muito bem relacionado, foi muito bem visto. Acho que o curso sempre teve muita credibilidade junto aos poderes constituídos, na prefeitura tinha estagiário, estagiário no Estado [...] sempre houve um bom relacionamento (Ent.03, DISCENTE).

Como revelam as falas acima, o Curso de Serviço Social estabeleceu relações que possibilitaram dar respostas a uma das questões centrais no contexto da época, como a organização e desenvolvimento de comunidade, amplamente divulgado a partir dos anos 1950 e impulsionado no Nordeste pela ideologia desenvolvimentista, expressa nas ações da SUDENE. Esta realizava cursos de desenvolvimento de comunidade voltados para capacitação de professores das escolas de Serviço Social do nordeste.

O impacto da conjuntura política e econômica do país também se fez muito presente na faculdade de Serviço Social a partir da ditadura militar, instituída em 1964, embora os discursos de algumas entrevistadas tentem ocultar:

A ditadura foi difícil para todo mundo e a gente sofreu, mas a gente encontrava uma saída por um lado, de outro, íamos resolvendo. Não atrapalhou, não prejudicou o andamento (Ent.03, DOCENTE).

Não vou dizer que não teve [...] havia movimentos que até mesmo os alunos faziam, uns contra, uns a favor [...] não tomamos posição [...] havia muita liberdade dos alunos (Ent.04, DOCENTE).

[...] houve o golpe do governo, aí queria chamar para ser entrevistada e tal, mas aí Irmã Ângela foi e disse não [...] e pediu que fizesse um relatório do congresso [...] e ela mandou um relatório para o quartel e tudo ficou resolvido. [...] a coisa ficou apertada, porque a gente, todo mundo ficou com medo e era muita assistente social chamada no quartel [...] era uma fase que se tivesse uma reunião tinha que ver o que ia falar [...] quer dizer, repercutiu muito entre as colegas assistentes sociais, que eram tachadas de comunistas e tavam trabalhando em prol da comunidade (Ent.03, DISCENTE).

[a ditadura] teve de reprimir um pouco esses movimentos que já vinham em andamento, no ponto de vista político-ideológico, porque a Juventude Universitária Católica (JUC) tinha uma proposta mais de esquerda, então o movimento de 64 reprimiu [...] [mas a Faculdade de Serviço Social] como era uma entidade religiosa, meio isolada, não sofreu tanta repressão (Ent.02, DISCENTE).

Verifica-se que a dimensão religiosa que perpassava a Faculdade de Serviço Social embora não a tornasse isenta de represália por parte da ditadura, de certa forma resguardou o corpo discente e docente da repressão aberta, o que se deve também, em grande parte, à postura mediadora da direção da instituição. Destaca-se, porém, o envolvimento das alunas da faculdade em greves de protesto contra o regime militar, mesmo a contragosto da direção, como atesta este registro em livro de ata do ano de 1964:

Eclodem os primeiro ecos da revolução, conduzida pelo Exército Brasileiro, e as nossas alunas se dizendo solidárias a UNE, entram em greve e só a três de abril reaparecem na Faculdade. As aulas se reiniciam normalmente, na Faculdade mantém-se o clima de trabalho. Doravante com a esperança de um

futuro melhor para o Brasil, arrancado das garras do comunismo. Benção de Deus!

Vale salientar que a organização estudantil se fez presente desde o início do funcionamento da Faculdade. Conforme o livro de registro intitulado no seu termo de abertura “História de vida do Serviço Social” de 1960, a instalação do Diretório Acadêmico Luísa de Marillac se deu em 2 de maio deste mesmo ano. O Diretório era atuante, promovia eventos internos e externos à faculdade, como estudos sobre promoção do homem e da comunidade; conferência sobre Ligas Camponesas; Palestras e seminários preparatórios para a participação do corpo discente em eventos estudantis regionais e nacionais; além de confraternização de final de ano; trotes para receber as novas alunas da faculdade; Festa do Ancião, dentre outros. As alunas que compunham o Diretório participavam de reuniões com integrantes de outras faculdades e criaram um jornalzinho denominado “O Condor” que circulava em todos os Diretórios Acadêmicos da região Nordeste (Livro de ata da Faculdade 1961). Em relação ao movimento estudantil e sua contribuição para o curso, algumas entrevistadas ressaltaram:

Tinha o centro acadêmico [...] e aquela diretoria tinha uma relação de colaboração com a direção da escola [...] (Ent.02, DISCENTE).

Havia um diretório acadêmico, que hoje é o centro acadêmico [...] e havia as outras instâncias [...] a executiva nacional de estudantes de Serviço Social, a ENESS, que era subsidiária da UNE [...] era muito bom porque deu assim um embasamento político, nós não éramos pessoas alienadas da comunidade, participávamos da comunidade e do momento que a gente estava vivendo, político e social (Ent.03, DISCENTE).

[...] nosso diretório acadêmico era bastante combativo, a gente se reunia, a gente brigava muito, a gente se envolvia muito em questões da escola. Eu me lembro que a gente fazia assim, três dias para discutir o Serviço Social, a gente dormia, levava os colchonetes, [...] a gente fazia uns encontros, que a gente dormia ali onde era a biblioteca, [...] para debater questões da escola, para debater currículo, para debater, avaliar o curso, tudo isso liderado pelo diretório acadêmico [...] então na minha avaliação, na minha época de estudante, acho que o diretório era muito combativo e muito envolvido (Ent.11, DISCENTE).

A organização estudantil possibilitou certo protagonismo dos discentes na vida da faculdade, inclusive fomentando discussões numa perspectiva de politização das questões vivenciadas na sociedade naquele momento. Esta feição do movimento estudantil decorre principalmente da militância de seus integrantes na Ação Católica, através da Juventude Universitária Católica (JUC), mencionada por algumas entrevistadas. Também destaca-se o fato das discentes participarem dos congressos estudantis e terem uma articulação intensa com os estudantes dos demais cursos de nível superior existentes em Campina Grande nesta época.

Assim, o corpo discente tinha uma participação ativa nas tomadas de decisões internas na Faculdade de Serviço Social, como se verifica nas falas a seguir:

Havia o CA organizado e havia uma participação boa dos alunos, sempre se discutia com a direção, a direção era muito aberta ao diálogo com os estudantes (Ent.07, DISCENTE).

[...] era interessante, mas aqui o método utilizado por irmã Ângela [...] ela era democrática, ela nos ouvia, ela respeitava a gente enquanto corpo discente [...] tinha as reuniões de congregação dos professores, a gente estava presente, a gente não sentia assim, uma

ação da direção como imposição (Ent.09, DISCENTE).

[...] através das reuniões a gente trazia os problemas, as dificuldades, o desenvolvimento e tomava as decisões. [...] trabalhava sempre com o grupo que se constituía o conselho técnico [...] era muito interessante [as alunas] às vezes passavam o dia, porque ficavam na biblioteca, gostavam muito da escola e tinham o interesse pelos problemas, queriam ajudar, parecia uma família [...] (Ent.03, DOCENTE).

Diante das declarações anteriores percebe-se que a relação entre discentes e direção da faculdade era marcada pelo respeito e diálogo, apesar das divergências que eventualmente aconteciam, pois quando não aceitavam as normas impostas pela faculdade e quando se fazia necessário às alunas reivindicavam seus interesses.

Quanto às dificuldades e desafio encontrados pela Faculdade, as entrevistadas destacam:

[Havia] Dificuldades econômicas, a escola se integrou na FURNE e URNE com esperança de ser mantida economicamente, porque não tinha condição isolada, ficava muito limitada (Ent.01, DOCENTE).

[...] toda coisa que começa, sobretudo uma faculdade, encontra obstáculos [...] foi difícil para a faculdade, começando numa cidade como Campina Grande, sem ter muito conhecimento sobre o que fosse a profissão de Serviço Social [...] aí a gente teve essa dificuldade tanto junto ao Estado como à Prefeitura [...] (Ent.03, DOCENTE).

[a dificuldade] é relacionada justamente [...] a essa falta de concepção a respeito do que era realmente a finalidade do Serviço Social e a outra era financeira, porque se você não tinha conceito, conseqüentemente você não tinha respaldo político e respaldo financeiro (Ent.01, DISCENTE).

[...] nós tínhamos grandes dificuldades, dificuldades que de certa maneira talvez, permaneçam até hoje, mais atenuadas mas, por exemplo, a gente tinha, eu me lembro a época, uma dificuldade muito grande com bibliografia, com livros, uma biblioteca muito limitada, uma biblioteca assim muito incipiente, se tinha um evento, era muita dificuldade, pra gente ir pro evento, quando a gente participava de um evento era porque o diretório batalhava

muito, a gente ia por iniciativa própria, era muito difícil a participação de uma maneira geral, mas que eu acho que isso não é mais uma dificuldade porque a gente era uma faculdade isolada, nós tínhamos sim dificuldades (Ent.11, DISCENTE).

As dificuldades ressaltadas acima repercutiam nas condições de trabalho na Faculdade e na própria formação, o que levou a uma constante união de forças entre discentes, docentes e funcionários, que tomavam para si a responsabilidade de mantê-la, movidos muitas vezes pela concepção de que se tratava de uma “família”, como já mencionado em algumas falas, bem como pelo sentimento de cumprir uma missão.

Apesar disso, a consciência das necessidades financeiras impulsionaram iniciativas para solucioná-las, tendo como resposta mais efetiva a inserção da Faculdade na Universidade Regional do Nordeste (URNE), em 1966, com participação decisiva na criação da mesma. Vale destacar que anteriormente, em 1960, a Direção da Faculdade chegou a solicitar a agregação da mesma à Universidade Federal da Paraíba, porém sem sucesso.

Embora as entrevistadas apontem o desconhecimento acerca da profissão de Serviço Social como uma das dificuldades, concretamente isto não se constituía num impedimento para absorção das egressas pelo mercado de trabalho, como demonstram os depoimentos abaixo:

Bem, na época todo mundo arranjava emprego com facilidade e quando não, iam muito pra Recife [...] as entidades [que contratavam] eram Estado, prefeitura, SESI, SESC e SENAI (Ent.01, DISCENTE).

Foi fácil para a primeira turma, todo o pessoal ficou engajado dentro da cidade, aí depois foi se tornando mais difícil, que os cargos já tinham sido absorvidos pelas primeiras turmas [...] [as instituições que contratavam] eram o SESI, SESC, o SENAI [...] (Ent.02, DOCENTE).

Olha, o SESI, SESC e SENAI e posteriormente o INSS, que houve concurso, [...] a EMATER [...] (Ent.03, DISCENTE).

Diante do exposto, percebe-se que a Faculdade de Serviço Social atendia a necessidades e demandas concretas não só do município de Campina Grande, mas também de outras cidades da Paraíba e estados vizinhos, formando profissionais capacitados para atuarem junto à comunidade atendendo às demandas que se configuravam na época.

Discussão

A Faculdade de Serviço Social de Campina Grande surgiu como instituição de ensino privada, com orientação

religiosa, motivada pela necessidade de formação de mão de obra qualificada para intervir na problemática social que se apresentava no município no final da década de 1950.

A estruturação da referida faculdade traz consigo os traços de várias outras escolas de Serviço Social católicas, qual seja, a aura de uma proposta movida por interesses e esforços de pessoas abnegadas, que visavam contribuir para o bem-comum. Isto se reflete, dentre outros aspectos, na constituição de um quadro docente voluntariado e na formação perpassada por uma visão apostolar.

Nas ações e decisões tomadas pela faculdade é notória a presença do viés religioso. Os eventos promovidos pela faculdade traziam predominantemente questões orientadas por fundamentos religiosos, voltadas aos ideais cristãos, sendo uma forma de preparar profissionais que viessem possibilitar aos homens meios para um melhor desenvolvimento de sua personalidade e contribuir para uma “sociedade mais humana”.

A formação profissional consistia basicamente no ensino. A pesquisa e extensão eram quase inexistentes, geralmente vinculadas ao estágio e ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O referencial teórico-metodológico pautava-se no que Iamamoto (1992) denominou de “arranjo teórico-doutrinário”. Segundo esta autora,

[...] O Serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado

urbano, articulando – na justificativa dessa ação – o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélica-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais. Esse arranjo teórico-doutrinário oferece ao profissional um suporte técnico científico, ao mesmo tempo em que preserva o caráter de uma profissão “especial”, voltada para os elevados ideais de “serviço ao Homem” (IAMAMOTO, 1992, p.21)

O direcionamento teórico-metodológico presente na Faculdade de Campina Grande, no período pesquisado, encontrava-se sintonizado com as diretrizes da formação profissional na época. Esta foi, inclusive, uma das preocupações verificadas nos documentos e registros que foram consultados ao longo deste estudo, onde se verificou que desde a sua fundação a Faculdade empenhou-se em adequar o seu currículo com as orientações da ABESS e do MEC, tendo sido aprovada como membro filiada da referida Associação em 1962, porém com efetiva participação nas convenções da mesma desde 1960.

A busca de qualificação para discentes e docentes e o desejo de divulgar o Serviço Social, fizeram com que a faculdade empreendesse parceria com várias instituições para promover eventos, tais como as Semanas de Serviço Social, cursos, palestras, etc. Dentre as instituições que constantemente colaboravam com a Faculdade destacam-

se o SESI, a SUDENE e a Diocese de Campina Grande. Para tais eventos havia ampla divulgação nos meios de comunicação e eram convidados palestrantes renomados, bem como autoridades e personalidades da sociedade campinense, dando maior visibilidade e prestígio à Faculdade e a própria profissão de Serviço Social.

A visibilidade para o Serviço Social também teve nas experiências de estágio das discentes um campo bastante fértil, abrindo espaço profissional para várias egressas do curso e, principalmente, para uma reconhecida contribuição da Faculdade para a organização das comunidades de Campina Grande.

As dificuldades para o funcionamento do Curso de Serviço Social eram inúmeras, com destaque para: as precárias condições de trabalho, decorrentes do espaço físico insuficiente, da ausência de salários para os docentes; e a escassez de bibliografia, quer seja por dificuldade de acesso às publicações ou por defasagem na biblioteca da faculdade. Vale salientar, porém, que tais dificuldades não eram exclusivas do Curso de Serviço Social de Campina Grande, mas expressa fragilidades presente em escolas de todo o país.

Conclusões Finais

A sistematização da história do Curso de Serviço Social de Campina Grande no período de 1957 a 1966,

compreendendo o seu surgimento até a sua inserção na URNE, revela uma trajetória de muitos desafios.

O Curso foi o segundo criado na Paraíba e um dos 28 existentes no país até o final da década de 1950 (NETTO, 1991). Destaca-se como a única faculdade de Serviço Social do Nordeste situada fora de uma capital, mostrando o pioneirismo de Campina Grande e a sua importância no contexto regional.

A pesquisa revelou que a Faculdade trouxe contribuições significativas para o desenvolvimento dos movimentos sociais no município, através da sua ação organizativa junto às comunidades dos diversos bairros de Campina Grande, impulsionando a criação das Sociedades Amigos de Bairros (SAB's), dos Clubes de Mães e da União Campinense de Equipes Comunitárias (UCES), que congrega as diversas SAB's.

Ressalta-se a promoção pela Faculdade de encontros dos Clubes de Mães e das SABs, favorecendo a discussão de pautas comuns e a articulação política entre estas entidades e das mesmas com o Serviço Social. Nesta perspectiva, verificou-se também a realização de Encontros de Assistentes Sociais que atuavam em Campina Grande, fomentando espaços de debate e fortalecimento da profissão no cenário local.

Apesar dos percalços identificados ao longo da história da Faculdade de Serviço Social em Campina Grande, as aproximações conclusivas permitem afirmar que sua in-

corporação à URNE, para além de atender a interesses particulares da escola, expressa mais uma de suas contribuições para o desenvolvimento de Campina Grande e da região ao possibilitar, juntamente com a Faculdade de Filosofia, o suporte inicial para a estruturação da referida universidade. Os resultados do projeto integrado a qual esta pesquisa vinculou-se apontam, por fim, a importância da Faculdade de Serviço Social ao longo da sua trajetória, não somente em âmbito local, mas ampliado a sua influência ao atrair alunos(as) de outras cidades da Paraíba e de estados vizinhos.

Referências

ALMEIDA, Ana Aluska da Silva *et al.* **A Faculdade de Serviço Social de Campina Grande inserida no contexto universitário.** Trabalho apresentado no componente curricular Fundamentos Históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social I. Campina Grande, 2004.

CASTRO, Manuel M. **História do Serviço Social na América Latina.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.

IAMAMOTO, Marilda V; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1988.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

LIMA, Damião de. **Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984).** 2004.300p. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARCOSIN, Cleier. **O Serviço Social no Estado da Paraíba.** Nota de aula. João Pessoa, 1995.

MARTINELLI, Maria L. **Serviço Social:** identidade e alienação. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARSIGLIA, Regina M. Giffone. O projeto de pesquisa em Serviço Social. *In:* **Capacitação em Serviço Social e Política Social Módulo 5.** Brasília: UnB; Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2001.

MELO, Thereza Karla de Souza. **Texto didático.** Nota de aula. Campina Grande, 2003a.

MELO, Luís Gonzaga. **Da Universidade Regional à Estadual da Paraíba 1966-2003**. Campina Grande, S/E 2003b.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UEPB. **Projeto Político-pedagógico do Curso de Serviço Social**. Departamento de Serviço Social. Campina Grande, 1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade. *In*: **Capacitação em Serviço Social e Política Social Módulo 4**. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

_____. A Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945. *In*: **Cadernos PUC** n. 06. São Paulo, Editora da PUC-SP, 1980.

RESGATE HISTÓRICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE: A SUA INCORPORAÇÃO À ESFERA UNIVERSITÁRIA A PARTIR DO SURGIMENTO DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE-URNE

Cleomar Campos da Fonseca
Geórgia Dantas Macedo
Julliana Keith de Sá Vieira

Introdução

O presente relatório visa apresentar elementos inerentes aos resultados conclusivos da pesquisa intitulada “RESGATE HISTÓRICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB: a sua incorporação à esfera universitária a partir do surgimento da Universidade Regional do Nordeste-URNE” (subprojeto 02). O processo investigativo do qual fez parte o citado subprojeto, foi composto de mais dois subprojetos respectivamente, 01 e 03, tendo como objetivo geral resgatar a história do Curso de Serviço Social no município de Campina Grande-PB e como objetivos específicos: apreender o desenvolvimento da Escola de Serviço Social, da sua origem até a inserção no âmbito universitário; compreender essa inserção a partir do surgimento da Universidade Regional do Nordeste e apreender

o desenvolvimento contemporâneo do Curso de Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba. Este estudo insere-se na linha de pesquisa: “Formação Profissional do Serviço Social”, que faz parte do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Sociais (NUPEPS).

A criação de escolas de Serviço Social tem sido uma iniciativa fundamental para a formação de mão-de-obra tecnicamente capacitada para o enfrentamento da Questão Social, contribuindo com a efetivação das respostas do Estado e de frações da classe dominante ao agravamento das contradições decorrentes das relações sociais capitalistas.

Assim, verifica-se a importância de situar historicamente como essas escolas se gestam, são estruturadas e se desenvolvem, estabelecendo a sua contribuição ao contexto social e político em que estão inseridas.

Por ocasião da comemoração atual dos 40 anos de existência da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), considera-se importante resgatar a história do Curso de Serviço Social, um dos primeiros que compuseram a estrutura desta Universidade, desde a criação da Universidade Regional do Nordeste.

A motivação para a proposição desse estudo decorreu também da proximidade do aniversário de 50 anos de fundação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, que se deu em 16 de julho de 2007, momento de conclusão desta pesquisa. A relevância desta proposta inves-

tigativa evidencia-se também pela necessidade de sistematizar a história desse curso em Campina Grande, suprimindo assim a lacuna de produções teóricas acerca desse tema.

Fundamentação Teórica

A trajetória histórica do Serviço Social tem sido objeto de vários estudos. Tendo por referência àqueles que se pautam em matrizes teórico-metodológicas do campo da tradição marxista, destacam-se as discussões tecidas por autores como Iamamoto e Carvalho (1988), Castro (1989), Netto (1992) e Martinelli (1997), que situam a sua emergência no contexto histórico-social e econômico do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão urbana, na transição para a fase do capitalismo monopolista.

A gênese do Serviço Social tem como particularidade a vinculação com a Questão Social, a qual se constitui a base da sua fundação e seu objeto. A visibilidade das contradições e desigualdades do capitalismo, manifestas na Questão Social, põe em risco o status quo, exigindo do Estado e da classe dominante a formulação de estratégias para o seu enfrentamento, para além da caridade e repressão.

O Serviço Social inclui-se, portanto, nas respostas da classe dominante à Questão Social, contribuindo para a reprodução das relações sociais capitalistas, pela mediação dos interesses das classes contrapostas, através da efetivação de políticas sociais, que requerem dos assistentes sociais

capacitação teórico-metodológica específica. Para tanto, a criação de escolas de Serviço Social foi um passo decisivo na sistematização do ensino nessa área e para a formação de quadros técnicos especializados, contribuindo para o seu posterior processo de profissionalização e institucionalização. Porém, vale destacar que, como afirma Castro (1989, p.29):

[...] a criação de uma escola, em si mesma, não equivale à abertura de um processo que se quer identificar como o início de uma profissão. A fundação das primeiras escolas [...] apenas revela momentos específicos de um processo de maturação [...].

No cenário brasileiro, o surgimento do Serviço Social se dá relacionado com a Igreja Católica, no bojo de um movimento reformista conservador que visava à harmonização dos conflitos sociais, frente à efervescência política, social e econômica vivenciada no país na década de 1930. Neste contexto, Igreja e Estado articulam ações para o enfrentamento da Questão Social, via formação técnica especializada, através da criação das escolas de Serviço Social, sendo a primeira em São Paulo em 1936 e a segunda em 1937, no Rio de Janeiro.

Segundo Yamamoto e Carvalho (1988), na década de 1940 surgem diversas escolas de Serviço Social nas capitais dos estados, a maioria formada sob a influência das duas

primeiras, de origem católica, e “[...] em 1949, das 15 escolas de Serviço Social existentes no país naquele momento, 12 teriam sido constituídas sob os auspícios de organizações católicas e 3 por iniciativa do governo [...]” (KFOURI apud IAMAMOTO; CARVALHO, 1988, p.190).

As novas demandas postas ao Serviço Social, decorrentes do surgimento das grandes instituições assistenciais nos anos 40, redirecionam a formação dos assistentes sociais brasileiros que passam a receber influências norte-americanas, ampliando o suporte técnico-científico da profissão, aliado à filosofia aristotélico-tomista já consolidada pela formação católica. Esta aproximação traz inovações teórico-metodológicas para a formação e a prática desses profissionais, com a incorporação das abordagens de caso, grupo e comunidade, esta última bastante difundida no contexto da ideologia desenvolvimentista que se espalhou no pós Segunda Guerra Mundial.

O Serviço Social brasileiro adentra os anos de 1950, como profissão consolidada e reconhecida na divisão social e técnica do trabalho, adotando expressamente o desenvolvimentismo, através do engajamento em programas de desenvolvimento de comunidade, os quais ampliam o campo de atuação para os assistentes sociais e a demanda por novos profissionais, contribuindo para a multiplicação das escolas de Serviço Social.

No caso da Paraíba, apesar da quase total inexistência de produções que registrem a trajetória histórica da

profissão no estado, sabe-se que as escolas de Serviço Social surgiram justamente no decorrer da década de 1950: a de João Pessoa em 1952 e a de Campina Grande em 1957, embora esta última comece a funcionar de fato apenas em 1959. Ao contrário das primeiras escolas criadas no Brasil, que tiveram o seu processo de criação e desenvolvimento vastamente sistematizado na literatura da área, as escolas paraibanas carecem de registros e sistematizações teóricas da sua história, o que motiva e expressa a necessidade do desenvolvimento de estudos como o proposto nesta pesquisa integrada.

As condições históricas, econômicas e sociais da Paraíba nessa década indicam que não é por acaso que as escolas de Serviço Social emergem nesse período. Em Campina Grande, verifica-se que nos anos 50, o município era o mais dinâmico do estado, destacando-se como centro industrial em franca ascensão, inclusive superando a capital João Pessoa em número de operários e de estabelecimentos industriais. Ressalta-se o seu peso político, constituindo-se no maior núcleo eleitoral paraibano (LIMA, 2004).

Com tais características Campina Grande foi palco de importantes acontecimentos políticos, como o I Encontro dos Bispos do Nordeste, em 1956, um marco na redefinição da política econômica a ser adotada para a Região, que contou com a presença de intelectuais como Celso Furtado, representantes das federações da indústria

de todos os estados, Ministros de Estado e até mesmo de Juscelino Kubitschek, então Presidente da República.

A partir desse evento, articula-se em Campina Grande um amplo movimento em torno da efetivação política das deliberações tomadas no mesmo. Um grupo de personalidades locais passa a defender a educação e a industrialização como soluções para o desenvolvimento do município e da região.

Nesse contexto, surge a idéia de criação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, por iniciativa da Diretoria de Educação e Cultura do Município, com a colaboração das Irmãs de Caridade da Sociedade São Vicente de Paula, a qual se concretizou no dia 16 de julho de 1957. Desde então teve início o encaminhamento do processo de autorização para o seu funcionamento, junto ao Ministério da Educação e Cultura, sendo oficializada a sua instalação em 05 de dezembro de 1959, iniciando as atividades acadêmicas no ano seguinte.

A década de 1960 dá início a um processo de renovação do Serviço Social brasileiro, ao provocar um desgaste do tradicionalismo, predominante na profissão. A partir do golpe de 1964 esse processo se instaura, desencadeando uma ruptura com a influência cristã. Portanto, a laicização do Serviço Social constitui-se num dos elementos que caracterizam essa renovação (NETTO, 1991).

Nesse sentido, a formação deveria dar suporte à produção de um profissional “moderno”, implicando na

expansão quantitativa dos cursos de graduação e pós-graduação na vigência da ditadura militar. O Serviço Social ingressa na universidade pública, propiciando a sua interação com outras disciplinas do conhecimento, favorecendo o desenvolvimento de uma postura intelectual e investigativa na profissão. Tratava-se de

[...] uma inteira refuncionalização das agências de formação [...] [que rompesse] de vez com o confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo que historicamente vincaram o surgimento e o evoluir imediato do ensino do Serviço Social no Brasil (NETTO, 1991, p. 124).

No município de Campina Grande, esse ingresso se dá na segunda metade da década de 1960. A incorporação do Curso de Serviço Social no âmbito universitário será parte integrante do processo de criação da Universidade Regional do Nordeste (URNE) em 1966, constituída por iniciativa da Prefeitura Municipal.

Dessa incorporação, tem-se um dado relevante para o processo de laicização do Serviço Social: trata-se da mudança no tipo de vínculo empregatício estabelecido entre os professores e a instituição. Na fase de influência cristã esse vínculo era baseado no voluntarismo, quando da inserção na URNE, este passa a ser remunerado. Outro elemento marcante para esse processo são as alterações feitas

no currículo do curso: há uma aproximação maior com outras disciplinas sociais e um distanciamento daquelas cujas nomenclaturas traduzem claramente a tradição apostolar: cultura religiosa e Doutrina Social da Igreja (ALMEIDA et al, 2004).

Entretanto, as marchas e contramarchas da laicização também marcaram a história do Curso de Serviço Social em Campina Grande: apesar dos aspectos anteriormente citados, mantém-se ainda a tutela da Igreja através da participação da Congregação São Vicente de Paula na administração da Faculdade. (ALMEIDA et al, id. ibidem). Em 1978, pela Lei nº 4.977, de 11 de outubro do mesmo ano a URNE foi estadualizada, dando lugar à Universidade Estadual da Paraíba.

Ao inserir-se no âmbito universitário observa-se uma renovação da profissão sem ruptura integral com o tradicionalismo profissional, mas também não se repete em seus padrões originais, expressando o que Netto (1991), considera um processo complexo, onde rompimentos se entrecruzam e se superpõe a continuidades e reiteraões. Uma tensão entre transformação e permanência, mas onde sempre predomina o novo.

A renovação que se configura no Serviço Social em âmbito nacional, em sua perspectiva crítica, avança, consolida e mantém-se como um constante desafio a ser perseguido na construção de um projeto ético-político que se contraponha às desigualdades de classe, gênero e etnia.

No período da transição democrática no país, segundo Yamamoto (1998), consolida-se um mercado de trabalho para o Serviço Social, amplia-se o contingente de assistentes sociais, bem como das unidades de ensino das redes privada e pública, passando a formação profissional a ser submetida às exigências da pesquisa e da extensão. Consolida-se também a pós-graduação no nível de mestrado e doutorado.

A década de 1990, herdeira das transformações societárias processadas no mundo inteiro desde 1960, é marcada por alterações que, segundo Netto (1996), atingem diretamente a divisão sociotécnica do trabalho, o conjunto da vida social e incide, necessariamente sobre as profissões, suas funcionalidades, áreas de intervenções, suportes de conhecimentos, etc.

No plano da formação profissional, nesse momento, o debate centrou-se na revisão curricular, buscando sintonizá-la com a renovação da profissão. É reconhecendo os desafios históricos dos anos 1990, que nas análises de Yamamoto (1998), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), aprovou em 1996, uma proposta de currículo mínimo para a graduação, a qual embasou a formulação de Diretrizes Gerais, pautadas em núcleos temáticos, que articulam conhecimentos e habilidades necessários à qualificação profissional dos assistentes sociais na contemporaneidade.

No Curso de Serviço Social da UEPB as referidas Diretrizes Curriculares foram implantadas em 1999 e estão atualmente em processo de revisão. O seu corpo docente é constituído por vinte e nove professores e o corpo discente por aproximadamente quatrocentos alunos, majoritariamente do sexo feminino, oriundo do próprio município e de regiões circunvizinhas.

Diante do exposto, o presente estudo pautou-se nos seguintes questionamentos: como se deu o desenvolvimento da Escola de Serviço Social, da sua origem até a sua inserção no âmbito universitário? Quais os motivos que impulsionaram a sua incorporação a URNE e como se deu esse processo? Como se dá o seu desenvolvimento no contexto da UEPB? Estas foram, portanto, algumas questões norteadoras desta pesquisa, cuja conclusão possibilitou uma aproximação mais sistematizada à história do Curso de Serviço Social no município de Campina Grande-PB, ressaltando a sua relevância para o município e regiões circunvizinhas.

Metodologia

1. Tipo de pesquisa e Método utilizado:

Em se tratando de uma pesquisa integrada, composta por três subprojetos, articulados entre si, a metodologia utilizada foi a mesma, permitindo o alcance dos objetivos propostos e elencados na introdução deste relatório.

Trata-se de um estudo de caso histórico-organizacional, na medida em que, segundo Triviños (1987), o interesse do pesquisador volta-se para a vida de uma instituição a partir do conhecimento que existe sobre a mesma.

O método de abordagem da realidade é o crítico-dialético, que possibilitou a apreensão dos aspectos históricos, econômicos, sociais, políticos, ideológicos e culturais inerentes ao objeto de estudo. O enfoque dado é qualitativo, não desmerecendo a contribuição dos dados quantitativos para melhor caracterizar a realidade estudada.

2. Período e local da pesquisa:

O período inicial de execução da pesquisa deu-se a partir de agosto de 2006, tendo sido finalizada em julho de 2007.

A pesquisa realizou-se junto ao Curso de Serviço Social, Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PROEG), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UEPB, em Campina Grande-PB.

3. Sujeitos da pesquisa:

Os sujeitos da pesquisa foram os docentes, funcionários e discentes que estiveram ou estão vinculados ao Curso de Serviço Social, considerado na sua trajetória histórica, totalizando 20 (vinte) entrevistados, que foram tratados neste estudo como Ent. A, Ent. B e assim sucessivamente. Ressaltamos que, após as letras do alfabeto inserimos o tipo de segmento a qual se vincula o entrevistado

(docente, discente, funcionário), bem como o mês e o ano de realização dos depoimentos.

4. Amostra da pesquisa:

A amostragem inicialmente utilizada procurou combinar amostras probabilísticas e não probabilísticas, tomando por base o período histórico de vigência da URNE: 1966 a 1987.

Procurou-se considerar diversas fontes de informação: registros de alunos matriculados; livros de atas, ofícios e monografias do curso, documentos contendo nomes de docentes e funcionários do curso e ainda depoimentos de pessoas que vivenciaram este período histórico, com o objetivo de ter acesso inicialmente, ao número total de sujeitos vinculados ao Curso de Serviço Social da Universidade Regional do Nordeste.

Percebemos então, que em se tratando de um passado histórico cujos registros eram falhos e, em certas situações, sequer existiam, já não seria mais possível se chegar à totalidade dos sujeitos, mas a um número aproximado, o possível dentro de uma realidade adversa.

Dessa forma, mediante as fontes acima citadas, chegamos aos seguintes números: 1.319 (mil trezentos e dezenove) discentes; 52 (cinquenta e dois) docentes e 07 (sete) funcionários, cujo total dos três segmentos equivale a 1.378 (mil trezentos e setenta e oito), porém em função da citada realidade, não era mais pertinente trabalhar com a aplicação de percentuais. Sendo assim, priorizamos

a possibilidade de acesso aos sujeitos, obtendo os seguintes números: 11 (onze) alunos; 04 (quatro) professores e 05 (cinco) funcionários.

A esta totalidade buscou-se, na medida do possível, considerar aspectos como sexo e período de vinculação ao Curso de Serviço Social, com o objetivo de preservar as diferenças inerentes aos sujeitos e sua história. Vale ressaltar, que tal objetivo sempre esteve condicionado ao critério de acessibilidade já que lidávamos com pessoas que em sua maioria, não faziam mais parte do cotidiano do citado curso e, além do mais, muitas das entrevistas agendadas, foram posteriormente desmarcadas pelos sujeitos.

5. Procedimentos Metodológicos:

Procedimentos Metodológicos de aproximação à realidade pesquisada:

O processo de conhecimento empírico e o aprofundamento teórico acerca da realidade pesquisada se deram através do estudo bibliográfico e documental, associados ao levantamento de dados junto aos sujeitos da pesquisa, possibilitando dessa forma, a abordagem das questões inerentes ao contexto investigado.

6. Fontes de Informação da pesquisa:

As fontes primárias foram as informações obtidas junto aos sujeitos da pesquisa e as secundárias decorreram das atas de reuniões, registros fotográficos, resoluções, leis e outros documentos que se fizeram necessários.

7. Instrumentos e Técnicas de Coleta e Análise dos dados:

Para a coleta dos dados foi utilizado o registro em diário de campo, a pesquisa documental, a aplicação de um formulário (Apêndices A, B e C) visando à elaboração do perfil dos sujeitos pesquisados e a entrevista semi-estruturada (Apêndices D, E e F), registrada através do gravador com a devida permissão do entrevistado. A realização da pesquisa se deu em conformidade com a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (vide parecer do Comitê de Ética da UEPB, em anexo).

A organização e análise dos dados foram feitas a partir da análise de conteúdo, que permitiu compreender criticamente os sentidos e significações explícitas e implícitas.

Resultados

Os resultados ora apresentados decorreram dos registros em diário de campo, bem como da pesquisa documental e bibliográfica e da aplicação de formulários e entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos da pesquisa.

Ressaltamos que as questões aqui destacadas são tão somente, uma aproximação à realidade concreta e não a verdade absoluta. Sendo assim, o presente estudo não está isento de apresentar lacunas e, conseqüentemente, de receber críticas e contribuições que venham qualificá-lo.

Os dados apresentados revelam um perfil dos entrevistados, envolvendo inicialmente, o total dos 20 (vinte) sujeitos. Quanto à naturalidade, identificamos que 75% (setenta e cinco por cento) são oriundos do município de Campina Grande; o percentual de 10% (dez por cento), se repete quando a naturalidade diz respeito a, cidades vizinhas e a outros estados. Por último, 5% (cinco por cento) dos entrevistados não responderam a esta questão.

No tocante à residência, 95% (noventa e cinco por cento) residem na cidade de Campina Grande e apenas 5% (cinco por cento) em outro estado.

Com relação à renda mensal individual, constatamos que 40% (quarenta por cento) recebem de 01 a 03 salários mínimos; 20% (vinte por cento) possui uma renda entre 04 e 06 salários mínimos; 35% (trinta e cinco por cento) recebem acima de 6 salários mínimos; e apenas 5% (cinco por cento) não quiseram responder. Já com relação à renda familiar, 25% (vinte e cinco por cento) dos entrevistados apresentam rendimentos que variam de 01 a 03 salários mínimos; o mesmo percentual encontra-se na faixa que varia de 04 a 06 salários mínimos; 35% (trinta e cinco por cento) situa-se acima dos 06 salários mínimos; e 5% (cinco por cento) não responderam.

Quanto ao período de inserção no Curso de Serviço Social, uma maioria de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos sujeitos inseriu-se entre 1964 e 1974; 40%

(quarenta por cento) entraram no curso entre 1975 e 1985; 5% (cinco por cento) não souberam responder.

No que se refere à atividade profissional que os sujeitos exercem atualmente, temos o seguinte: 10% (dez por cento) trabalham em serviços gerais, repete-se o mesmo percentual para os que atuam em atividades burocráticas (secretaria); 40% (quarenta por cento) são assistentes sociais; 10% (dez por cento) são professores; 5% (cinco por cento) são assessores de planejamento; e 25% (vinte e cinco por cento) não exercem nenhuma atividade profissional.

Procuraremos agora, apresentar outros dados do perfil dos entrevistados, destacando-os por segmento (docente, discente, funcionário). Em se tratando dos discentes, temos o seguinte perfil: quanto à faixa etária, identificamos que 46% (quarenta e seis por cento) têm entre 43 e 53 anos; 27% (vinte e sete por cento) encontram-se na escala que varia dos 54 aos 64 anos; o mesmo percentual (27%) se repete para os que se encontram nas faixas etárias posteriores, dos 65 aos 75 anos. Constatamos ainda que, 100% (cem por cento) dos entrevistados pertencem ao sexo feminino, bem como, ingressaram no Curso de Serviço Social através de vestibular.

No que se refere ao ano de conclusão do curso, observamos que uma maioria de 55% (cinquenta e cinco por cento), o concluiu entre as décadas de 1971 e 1981; 27% (vinte e sete por cento) entre 1982 e 1992; cerca de

9% (nove por cento) não souberam responder; e o mesmo percentual (9%), não concluiu o curso.

No tocante à pós-graduação, 64% (sessenta e quatro por cento) não a possuem e apenas 36% (trinta e seis por cento) concluíram uma Especialização. Desse total, 9% (nove por cento) na área de Educação, 18% (dezoito por cento) na área de Serviço Social e 9% na área de Saúde.

Constatamos ainda que grande parte das instituições onde os discentes (da antiga URNE) entrevistados exercem hoje, a função de assistente social, é pública, equivalendo a 91% (noventa e um por cento), assim distribuídos: 46% (quarenta e seis por cento) estaduais; 27% (vinte e sete por cento), municipais; e 18% (dezoito por cento), federais. Apenas 9% (nove por cento) dos entrevistados exercem a sua função em instituição privada.

Em relação ao segmento docente, os dados relativos à faixa etária são os seguintes: 75% (setenta e cinco por cento) dos entrevistados concentram-se na escala que varia dos 58 aos 68 anos de idade e 25% (vinte e cinco por cento) têm entre 69 e 79 anos. Todos os sujeitos dessa categoria são do sexo feminino, e concluíram o Curso de Serviço Social entre 1964 e 1969, sendo que 50% (cinquenta por cento) através da antiga Faculdade vinculada à Congregação São Vicente de Paula; 25% (vinte e cinco por cento) pela extinta URNE e 25% (vinte e cinco por cento) em Sergipe. Quanto a pós-graduação temos que 25% (vinte e cinco por cento) concluiu especialização e mestrado; 50% (cinquenta

por cento) possui mestrado e 25% (vinte e cinco por cento) doutorado. A área da pós-graduação está assim distribuída: 50% (cinquenta por cento) em Política Social; 25% (vinte e cinco por cento) em Fundamentos do Serviço Social e 25% em Sociologia.

O local que atualmente os entrevistados exercem atividade profissional apresenta-se da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) não exercem; 25% (vinte e cinco por cento) no Curso de Serviço Social; 25% (vinte e cinco por cento) em outros locais.

Constatamos ainda que 50% (cinquenta por cento) dos docentes ingressaram no curso através de concurso público; 25% (vinte e cinco por cento) através de convite; e o restante, ou seja, 25% (vinte e cinco por cento) por seleção simplificada.

Percebemos que 75% (setenta e cinco por cento) destes sujeitos atuaram por um longo período no curso, variando entre 31 e 36 anos; e 25% (vinte e cinco por cento) estiveram de 25 a 30 anos. Desses entrevistados, 50% (cinquenta por cento) se afastaram do curso entre os anos de 1998 a 2005; 25% (vinte e cinco por cento) se afastaram entre 1990 e 1997 e 25% (vinte e cinco por cento) permanecem vinculados ao Curso de Serviço Social da UEPB.

No tocante ao segmento dos funcionários da URNE, tem-se que, uma maioria, cerca de 60% (sessenta por cento) se encontra na faixa etária que vai dos 57 aos 67 anos de idade; 40% (quarenta por cento) está concentrada

entre os 68 e 78 anos. A maioria, 60% (sessenta por cento) pertence ao sexo feminino. Os funcionários com nível médio são maioria, correspondendo a 60% (sessenta por cento); com ensino fundamental, 20% (vinte por cento) e com nível superior, o mesmo percentual: 20%. Não registramos a existência de entrevistados com pós-graduação.

Com relação ao local de exercício da atividade profissional destes funcionários temos que, 40% (quarenta por cento) a exercem no curso de Administração da UEPB; 40% (quarenta por cento) no Curso de Serviço Social; e 20% (vinte por cento) não exercem atividade profissional atualmente.

Com relação ao tempo de atuação no curso (Serviço Social) detectamos o seguinte: 60% (sessenta por cento) contabiliza um tempo que varia entre 23 e 28 anos; e 40% (quarenta por cento) atuaram no curso entre 29 e 34 anos. Do total de funcionários entrevistados, 60% (sessenta por cento) exerceram a função de secretário; 40% (quarenta por cento) desempenhavam atividades auxiliares (serviços gerais). Ainda em relação a esse total, 60% (sessenta por cento) não se afastou do curso; 40% (quarenta por cento) o fez entre 1998 e 2006.

Procuraremos agora, a partir da fala dos sujeitos da pesquisa, considerados nos três segmentos entrevistados, destacar aspectos relevantes em relação à história do Curso de Serviço Social em Campina Grande-PB, no período 1966-1987. Destacaremos pontos relativos ao contexto

de surgimento da URNE; a incorporação do citado curso à esfera universitária; a relação do curso com o contexto histórico; ao corpo docente e a sua formação profissional; ao corpo discente e o movimento estudantil; à formação profissional dos estudantes.

Quanto ao contexto de surgimento da Universidade Regional do Nordeste, os docentes entrevistados assim se pronunciaram:

Existia a faculdade de educação, então um grupo de professores [desta faculdade] e filosofia, [tiveram] a idéia de criar a universidade, à frente tinha professor Moacir Carneiro. Tinha a Fundação Universidade Regional do Nordeste e fazendo parte da Fundação tinha a URNE. Já existia a Universidade Federal, [mas] não havia interesse [desta universidade] de incorporar os cursos isolados que já existiam. Então resolveram criar uma Universidade local para agrupar os cursos isolados. [Os fatos que influenciaram nessa criação foram] econômicos, porque esses cursos já eram pagos. A questão política tava muito ligada ao Prefeito [por que] era [ele] quem nomeava o reitor [através] de uma lista sêxtupla. Chegou a acontecer problemas sérios em relação a isso, de o Conselho ter escolhido a lista sêxtupla com indicação de quem seria

o reitor, mas o prefeito nomeava uma pessoa que não tinha nada a ver, que não estava nem na lista. Havia também o social, o Curso de Serviço Social contribuía muito para trabalhar nas comunidades. (Ent., F, DOCENTE, dez/2006)

A Universidade Regional surgiu por iniciativa de Edvaldo do Ó que era professor nosso, e que acompanhava a dificuldade do curso isolado. Mas, depois a Universidade entrou em crise, pelo menos comecei a ensinar lá de graça. Se integrou a esse projeto da prefeitura, o curso de Filosofia, o Curso de Serviço Social e o curso de Direito. (Ent., G, DOCENTE, dez/2006)

Eu acredito que os principais motivos que motivaram o seu surgimento àquela época foram a necessidade que as lideranças locais buscavam uma alternativa de sobrevivência econômica, social, política e cultural para o município de Campina Grande, uma vez que o seu comércio entrava em crise. E uma dessas estratégias foi a criação de uma universidade que polarizasse os municípios e os Estados da região Nordeste. A prefeitura de Campina Grande, a diocese de

Campina Grande, a Associação Comercial de Campina Grande, a Federação das indústrias, então foi uma mobilização do poder local de Campina Grande. A URNE era financiada por mensalidades, eram pagas com muitas dificuldades. Muitos professores passaram dois anos sem receber [salário]. Depois foi instituído o crédito educativo, muitos alunos foram beneficiados, aquele sistema onde o governo pagava e depois o aluno formado ressarcia ao governo, mas era pago por mês e era uma forma bastante incipiente de pagamento. (Ent., T, DOCENTE, mar/2007)

Percebe-se que para o surgimento da URNE, a questão da sobrevivência econômica e política de Campina Grande teve um papel fundamental. Ou seja, a função social de uma universidade que é a de, através do conhecimento, contribuir para o desenvolvimento da humanidade, na busca do pleno atendimento de suas necessidades humanas e sociais, esteve neste momento refém dos interesses político-econômicos do poder local, representado pelo setor privado e público.

O município não podia estagnar, era necessário que acompanhasse o ritmo da política nacional desenvolvimentista, com suas transformações na sociedade em geral.

A partir do golpe militar de 1964, deu-se início na cidade a instalação do Distrito Industrial, com incentivos fiscais oferecidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), reforçando o ideal desenvolvimentista. Criar, pois, uma universidade era condição importante para fortalecimento desse ideal. Campina Grande estaria dessa forma, implementando, no âmbito cultural, o mesmo crescimento da indústria e do comércio.

Até 1966, existiam no município algumas unidades de ensino superior: as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, vinculada a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT), onde só funcionava o curso de Letras; a Faculdade de Serviço Social, ligada a Congregação São Vicente de Paula e as Faculdades integrantes da então Universidade Federal da Paraíba (UFPB), hoje Universidade Federal de Campina Grande (UFCG): a Escola Politécnica, com os cursos de Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica e a Faculdade de Ciências Econômicas, com os cursos de Ciências Econômicas, Sociologia e Política (MELO, 2003).

Em abril de 1966 é criada a URNE, cuja autorização para o seu funcionamento só se deu em 1973 (Resolução 19/1973, do Conselho Estadual de Educação) e o reconhecimento oficial apenas em 1996, após a estadualização. Integram inicialmente, esta Universidade os cursos de Letras, Serviço Social, Direito, Química, Administração

e Odontologia. Na sua implantação e desenvolvimento tiveram papel fundamental a já citada FUNDACT, substituída em 1968 pela Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE), bem como a Prefeitura Municipal de Campina Grande, responsáveis pela manutenção da Universidade, que contava ainda com o pagamento de mensalidades por parte dos alunos (MELO, Op. Cit).

Observa-se que se a motivação maior para a criação da Universidade Regional encontra respaldo no aspecto econômico, este, porém, não foi plenamente desenvolvido. Se, por um lado Campina Grande destacou-se entre as cidades circunvizinhas, por outro, a simples criação de uma Instituição de nível superior não foi suficiente para sanar problemas econômicos que já vinham assolando alguns cursos, a exemplo de Serviço Social. Como a URNE permanece na dubiedade entre o público e o privado, mantendo a cobrança das mensalidades dos alunos (em sua maioria, pobres que não podiam pagar), a crise financeira da instituição perdurou até a sua extinção. Um período bastante lembrado pelos entrevistados é quando deixam de receber salários. Saem da opção deliberada pelo voluntariado caridoso da influência cristã, para exercerem um voluntariado forçado, respaldado por uma relação trabalhista.

Sobre a incorporação da Faculdade de Serviço Social à URNE, destacamos os seguintes depoimentos:

Teve a primeira incorporação [do Curso de Serviço Social à URNE], mas os interes-

ses da URNE na época não se encaixavam bem com os interesses do Curso de Serviço Social. Houve um impasse entre o curso e a reitoria na época, [pois este foi desligado] da Universidade durante um ano ou mais, foi quando houve greve. Houve muito protesto, os alunos tiveram uma participação muito ativa, foi até na época que a universidade funcionava no prédio da reitoria no centro, na [avenida] Floriano Peixoto. Eu era aluna na época, nós fizemos acampamento vizinho à Catedral. O curso se desligou e ficou se mantendo com a mensalidade dos alunos, passou uma dificuldade muito grande e a Congregação São Vicente era a Sociedade mantenedora do curso. [A universidade] começou a convidar pra voltar e como [o curso] tava passando por muita dificuldade financeira, então voltou e ficou, mas foi um movimento de muita coragem de se desligar, por que era bem mais fácil funcionar fazendo parte da Universidade que isolado. O reitor no momento da greve foi Edvaldo do Ó. O Curso de Serviço Social tinha que [ser ligado novamente à URNE] por que tinha uma quantidade de curso para que o MEC autorizasse o funcionamento da Universidade. Eu acho que foi bom por que o curso ampliou o quadro de professores,

nessa época eles trabalhavam gratuitamente, ganhavam uma pequena gratificação no final do ano. Com a incorporação, a relação [com a congregação cristã] continuou, a diretora da Faculdade durante muitos anos foi Irmã Ângela Beleza mesmo sendo URNE, e depois que saiu da direção, ficou como professora. A Congregação tinha construído aquele prédio e a melhoria foi em termos de restaurá-lo. (Ent., F, DOCENTE, dez/2006)

[Houve uma época que] o curso saiu daquele prédio e foi para trás da Catedral. E nós passamos ainda uns dois a três anos, nesse local, com a estrutura péssima com as salas sem caber a quantidade de alunos. Outra coisa, as turmas eram enormes, além da gente ter uma carga horária pesada. (Ent., F, DOCENTE, dez/2006)

[As repercussões da incorporação do curso à URNE] foi significativo pra os alunos na questão financeira, porque antes, era gratuito, mantido pelas freiras, e se passou a ser cobrada uma mensalidade que, na época, não era baixa, porque boa parte dos alunos

procuravam os empréstimos do crédito educativo. (Ent., Q, DOCENTE, mar/2007)

A incorporação do curso a URNE foi de fundamental importância. Se naquela época Serviço Social não tivesse aderido ao projeto da URNE, talvez nem a URNE teria existido, porque [tinha] apenas duas faculdades reconhecidas. As religiosas que, na época, comandavam a Faculdade, e os estudantes tinham medo dessa perda de autonomia, porque a influência do poder político era muito grande. Esse processo se deu com muito debate, muita discussão e Serviço Social foi fundamental nesse processo. Com a incorporação do curso à URNE a relação [com a Congregação Cristã] ficou bastante reduzida. Tanto que nós tínhamos muitas professoras que eram freiras, com a incorporação do curso à URNE elas foram gradativamente substituídas por outros professores. (Ent., T, DOCENTE, mar/2007)

O caráter conservador que marcou o surgimento do Curso de Serviço Social em Campina Grande se manteve mesmo após a sua inserção no âmbito universitário, expresso inclusive pela manutenção da ligação com a Igreja

Católica, a exemplo da permanência de alguns funcionários e professores ligados à Congregação Cristã.

Considerando-se a criação da URNE na vigência da ditadura militar, o conservadorismo cristão esteve, neste período, aliado ao conservadorismo político e ideológico do Estado ditatorial. No Serviço Social, a direção era dada por uma freira e um inspetor federal. Para os interessados em se inscrever no curso como discentes, era exigido além dos documentos pessoais, um “atestado de conduta e sanidade”, que deveria ser elaborado por pessoas idôneas. Eram realizadas provas com os inscritos, cujas bancas examinadoras eram compostas por dois membros da Igreja Católica e supervisionadas pelo citado inspetor, que além disso, supervisionava também toda a rotina da Faculdade. Em suas avaliações, os integrantes do curso eram tidos como eficientes, disciplinados e assíduos e a Faculdade apresentava disciplina e ordem. Quanto às disciplinas ministradas há um forte conteúdo religioso, a exemplo dos valores humanos; das virtudes morais; do amor à pátria; da fé católica; do plano de salvação; da questão da ciência, da religião e da vida; da relação entre profissão e vocação; dos deveres do assistente social católico (firmeza, espírito apostólico e vida moral); do testemunho cristão do Serviço Social; da orientação pré-matrimonial e social etc.

Associado a esse tipo de conteúdo aparecem outros de cunho mais sociológico, mas não menos conservador, tais como: noções de Direito; realidade brasileira;

inflação; desemprego; analfabetismo; delinqüência juvenil; menor abandonado; a teoria geral dos grupos sociais; a causalidade social; os desajustamentos sociais, etc. Os traços do conservadorismo cristão ainda são fortes, mesmo que não fizesse parte dos requisitos da autocracia burguesa uma formação religiosa para os que lidavam com as políticas sociais. Havia sim, um interesse por um profissional dócil, submisso, mas moderno, que assumisse uma postura racional no trato com a questão social. A busca então, era pelo profissionalismo e não mais pelo apostolado (NETTO, 1991).

Porém, no caso da realidade local, vimos muito mais uma articulação entre a religião e a formação acadêmica e menos a predominância da laicização em sua expressão máxima. Contando a seu favor aparece o fundamento teórico do estrutural - funcionalismo, através da concepção dos desajustamentos sociais; da interação social e do isolamento social; da mobilidade e mudança social; da causalidade social; do Serviço Social de Casos etc. Nesse momento, não havia nenhuma aproximação com a teoria crítica, vista como uma ameaça à ordem vigente: “A visão marxista em confronto com as verdades reveladas” (CAMPINA GRANDE, 1967).

Permanece, pois, na formação profissional o caráter conservador e acrítico, reafirmando a idéia de que o Serviço Social serve para “ajudar aos necessitados e corrigir as injustiças sociais.” As abordagens de Caso, Grupo

e Comunidade individualizam os problemas sociais e o aluno, futuro assistente social, deveria aprender a como melhorar a convivência do homem com o meio em se encontrava.

A respeito da relação do curso com o contexto histórico, temos os seguintes depoimentos:

Na época que eu estudava acho que [a ditadura militar] não teve influência nenhuma [sobre o curso]. Eu só tive uma professora que tava dando aula à gente e quando ela tava falando alguma coisa eu notava assim, ela um pouco preocupada. Ficava conversando, assim, olhando para os lados. [Ela falava] justamente da Ditadura, da opressão, do trabalho do Serviço Social, mas eu pelo menos, não senti essa pressão na época. (Ent., B, DISCENTE, Nov/2006)

[A Ditadura Militar] foi um momento de muita reflexão no curso. De não aceitar aquela situação, de se discutir mesmo em sala de aula, eu acho que os professores tiveram um papel fundamental de mostrar a realidade daquele momento que o país tava passando, e inclusive, professores foram ameaçados, teve professor e aluno que foi cassado, que teve que ir embora daqui, se esconder. [Em relação às demandas colo-

cadras para o profissional de Serviço Social] eu acho que o que se esperava do assistente social era um trabalho crítico, de engajamento nos movimentos sociais e de motivar as pessoas a participarem também. (Ent., F, DOCENTE, dez/2006)

[A ditadura militar] não repercutiu ao ponto de prejudicar alguns estudantes, mas perseguiu alguns deles. Tinha o inspetor, uma vez fui ao Recife com um deles, a gente foi para saber uma questão da escola. O inspetor tinha a função de olhar, vigiar, investigar. (Ent., G, DOCENTE dez/2006)

Nesse período que a gente estava, tava num período de transição. É tanto que na Ditadura, o livro '[O] Capital' era proibido, foi extinto da escola, principalmente em Serviço Social. Eu fui uma das primeiras que comprei o livro, mas antes a professora, acho que de Sociologia, sempre dizia: 'olhe, antes, isso aí foi proibido'. O professor ou aluno que estudasse naquele livro era processado, era preso, mas isso foi na época da Ditadura! E foi nessa transição, quando acabou a Ditadura, abriu mais. (Ent., I, DISCENTE, dez/2006)

Nós tivemos um colega que fez vestibular para Serviço Social e entrou como aluno, mas na época só tinha mulher e ele entra como aluno de Serviço Social e todo mundo, professores, movimento não era só a gente, Campina Grande inteira que fazia política estudantil, comentava que ele era do SNI. Foi em 1968 e todo mundo rejeitou ele [que] nem conseguiu concluir o curso por lá. A grade curricular tinha uma cadeira muito importante que era Seminário de Formação Religiosa e a professora era revolucionária. Ela trazia textos pra discutir a Teologia da Libertação, Foucault, Freud, Marx e coisas da Igreja avançada. E aí rolava tudo: o amor livre, a pílula, e era de portas fechadas pra Irmã Ângela não saber. (Ent., O, DISCENTE, dez/2006)

Foi realmente um autoritarismo grande. Na época, eu ensinava Serviço Social, todos os professores sentiram um problema porque nós éramos vigiados permanentemente pelas forças militares, através de representantes vestidos de roupas comuns e que nos abordavam de forma sutil, a gente não sabia, às vezes entrava até em sala de aula

para ouvir e saber o que a gente falava. Nós ficamos a revelia desse golpe e isso prejudicou demais porque veio um novo currículo, dentro de uma ideologia política deles, do golpe, o autoritarismo. E a escola de Serviço Social sofreu muito porque as disciplinas que nós tínhamos na época, como política social, foi extinta na época, foi tirada outra, filosofia. Levava o aluno a pensar, e também foi tirada do currículo, isso foi à repercussão nacional e local. [As contribuições do curso para o contexto local foram] poder dar grandes contribuições na área da pesquisa, de gerência e administração, de projetos, na área da direção coordenação e assessoria e consultoria das instituições públicas e privadas, na área da tecnologia. As demandas [para o Serviço Social eram] da população mais marginalizada, cortiços, das favelas, dos bairros periféricos de Campina Grande. (Ent., P, DOCENTE, mar/2007)

Com o governo militar entrou o sistema de crédito, tinha duas entradas a partir daí. Foi pra dispersar os alunos esse sistema de crédito. Foi um período que os alunos ficavam totalmente desarticulados, porque não tinha uma turma [em] que se conhecessem,

se agregassem, se organizassem. (Ent., F, DOCENTE, dez/2006)

Todas as instituições de ensino foram bastante vigiadas pela ditadura. A URNE sofreu punições, porque eu lembro que os programas de curso nos anos 70, no auge da repressão, eram submetidos a uma fiscalização, e isso não era enfrentado de forma aberta, mas se dizia que os nossos programas de curso eram fiscalizados! Isso também aconteceu em Campina Grande, os nossos programas que na época se chamava grade curricular, foi censurada pelo regime militar. Duas disciplinas naquela época, saíram do Curso de Serviço Social de Campina Grande e dos outros cursos de Serviço Social do Brasil, que eram filosofia e política social. Os militares achavam que [elas] levavam os alunos a pensar, refletir, se tornarem críticos etc. O Curso de Serviço Social deu e dá grandes contribuições. (Ent., T, DOCENTE, mar/2007)

Mesmo que para alguns o controle ditatorial não tenha se manifestado no cotidiano do Curso de Serviço Social em Campina Grande, fica difícil pensar na concretezude deste pensamento!

O controle político-ideológico era um elemento fundamental para a sustentação do regime militar. Força e consenso faziam parte da estratégia burguesa para fortalecer o capital e barrar o avanço de qualquer tendência contestatória ao status quo vigente.

No caso dos relatos dos nossos entrevistados, há um destaque claro à presença da força, através do inspetor federal, que mesmo já fazendo parte da realidade do curso antes mesmo do golpe militar de 1964, havia incorporado “novas funções”, mais “adequadas” ao contexto ditatorial. Ou seja, antes da incorporação do curso à Universidade Regional do Nordeste, este inspetor era encarregado de acompanhar a implantação do currículo autorizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o funcionamento do curso, conforme determinação legal. O “Relatório do Concurso de Habilitação do Curso de Serviço Social”, datado de 1960(a) e assinado pelo citado inspetor e pela Diretora do curso, encaminhado ao Diretor de Ensino Superior do MEC, retrata a função inicial desta inspeção:

[...] o corpo docente tem entusiasmo, vontade de colaborar e amor aos ideais da faculdade e do ensino superior no Brasil, provando pela assiduidade as aulas e cumprimento dos programas aprovados [...] a secretaria, perfeitamente aparelhada para atender ao movimento da faculdade.

Apreciamos o bom andamento dos trabalhos e a documentação dos alunos e professores, de acordo com as determinações legais. Quanto ao currículo está em vigor o constante no Regimento da Faculdade. Esperamos o novo currículo da ABESS. [...] As modificações sugeridas respeitam a vigente legislação Federal do Ensino e proporcionam ao Curso de Serviço Social, melhor e mais racional distribuição de disciplinas. (CAMPINA GRANDE, 1960a).

Com a ditadura militar as “novas funções” da inspeção federal assumem um caráter mais policaresco: olhar, investigar, vigiar: “Constata-se com satisfação a disciplina e ordem escolares existentes nesta faculdade” (CAMPINA GRANDE, 1966).

Portanto, a presença do inspetor e de possíveis “espiões” infiltrados no dia-a-dia do curso, as ameaças e cassações a docentes e discentes, a censura sobre o currículo, os conteúdos repassados em sala de aula e a bibliografia utilizada, a estratégia da implantação do sistema de crédito para desarticular e deixar os alunos dispersos de suas turmas de origem foram medidas próprias da autocracia burguesa.

Em meio a este contexto conturbado, alguns depoimentos trazem a tona a presença do ecletismo na formação acadêmica: a influência religiosa, vinha associada

ao pensamento crítico do filósofo alemão Karl Marx que por sua vez, era articulado à abordagens de caráter micro-social, a exemplo da Psicanálise de Edmund Freud e da Microfísica do Poder de Michel Foucault. Netto (1991), refere-se ao sincretismo e ecletismo como marcas históricas do Serviço Social, que com a maturidade teórico-metodológica alcançada a partir do estudo dos autores clássicos, foram sendo superadas. A formação profissional implica a presença do pluralismo, sem ecletismos.

Sobre o corpo e a formação docentes, os entrevistados assim se colocaram:

[Para contratação de professor de Serviço Social] no período inicial, o requisito era que fosse assistente social e para as outras disciplinas, que tivesse a formação do curso. Eu estava recém formada e entrei na Universidade. [Quanto à carga horária] tinha o T-40 o T-20. Tinha um horário de dedicação exclusiva ao departamento e as outras vinte horas iam para a preparação de aulas e reunião de departamento, as comissões. O Curso de Serviço Social sempre trabalhou [com] comissões. Tinha comissões de estágio, de extensão, de ensino, por que também houve muita mudança de currículo. Então, essas outras vinte horas era pra isso. [O curso funcionava] nos três turnos. Inicialmente, só funcionava manhã e

noite, depois passou a funcionar também à tarde. Era mais mulher. O salário sempre foi muito baixo, mesmo depois, [da URNE], sempre foi inferior às outras universidades. [Em relação] à associação dos professores universitários da URNE, [tínhamos] a ADURNE. Eu acho que a [sua] atuação era muito importante por que a gente tinha mais força pra reivindicar, mas tinha um problema interno muito sério, que [era] a questão partidária. Era uma luta pelo poder tão grande que prejudicava, muitas vezes, as nossas reivindicações. (Ent., F, DOCENTE, dez/2006)

[Para contratação dos professores se exigia] currículo, experiência de ensino, na época tinha concurso interno. Eram convidados pela própria direção da escola, apontados pelos professores, depois é que veio o concurso público. [Em] Serviço Social, antes da universidade, os professores recebiam uma comissão anual, por ex.: dava aula e no fim do ano recebia um presente. Mas com a criação da URNE, ele passou a ter um salário mínimo maior um pouco, mas de uma forma regular, através de um contrato e com carteira assinada, mas nós sempre fomos chamados para trabalhar em

várias disciplinas, até pela própria condição da universidade. Só existiam professores de graduação, mas o número era suficiente para atender a demanda dos alunos. Depois da URNE eu nunca vi padre ensinando em Serviço Social, eram todos leigos, só tinha irmã Ângela, mais ninguém. (Ent., P, DOCENTE, mar/2007)

Eu era monitora da disciplina Teoria de Serviço Social. A professora foi fazer um mestrado no Rio de Janeiro e precisava de alguém para a disciplina e como eu era monitora, ela conversou com a direção do curso, com o reitor e eu assumi a disciplina dela, só que mais alguns anos depois eu fiz um concurso da URNE, na década de 70. Já nos anos 70 boa parte dos professores de Serviço Social fizeram mestrado, essas professoras que começaram na URNE, quase todas foram em seguida, pra Universidade Federal da Paraíba, dar aula em João Pessoa. Isso aconteceu com quase todo mundo, a exceção de dois ou três. A gente já tinha a Associação dos Docentes da URNE - ADURNE, que era o movimento que representava a categoria dos docentes que, já se fazia assembleias, greves. Aliás, a URNE teve uma longa história de sucessão de gre-

ves, principalmente, pela questão salarial, porque eram salários muito irrisórios. (Ent., T, DOCENTE, mar/2007)

[No quadro de professores do curso] tinha padre, freiras, e os demais professores, eram graduados de acordo com a especificidade da disciplina, todos eles eram graduados. Havia essa interlocução entre os professores de matemática, de direito, administração, [que] vinham de outro curso da URNE. (Ent., M, DISCENTE, mar/2007)

Tínhamos a dificuldade de salário, da gente não poder participar de eventos fora. Então, muitas vezes, se a universidade não bancava, a gente não tinha condição de ir. E até a compra de livros para se atualizar, tudo isso era feito com muita dificuldade. Outra dificuldade [do curso na época] era a biblioteca. Sempre foi desatualizada. Tinha uma biblioteca central que também era muito defasada, material muito antigo. (Ent., F, DOCENTE, dez/2006)

Eu fui a vários congressos. Fui a um curso no Rio de Janeiro com Gisela Konopla,

que era uma Assistente Social especialista em Serviço Social de grupo naquela época. Congressos nacionais, regionais, sempre tivemos essa participação, encontros de escolas de Serviço Social no nordeste. Campina Grande sediou inclusive, encontros de escolas de Serviço Social do nordeste em 1973. (Ent., P, DOCENTE, mar/2007)

[O corpo docente] apesar de ter só o curso acadêmico, tinham seus salários atrasados, porque a receita da universidade era menor do que as despesas, mas eles tinham compromisso, davam aula, não reclamavam dos salários”. (Ent., R, DISCENTE, mar/2007)

A composição do quadro de professores do Curso de Serviço Social da URNE se deu, inicialmente, a partir da conjugação de dois procedimentos: primeiro, a absorção dos docentes já vinculados ao referido curso na fase de sua existência enquanto uma Faculdade isolada e sob a tutela da Igreja Católica e, segundo, através de convite feito a recém formados assistentes sociais. Tais procedimentos caracterizam até então, um frágil processo de laicização da profissão em nível local. Como já destacado anteriormente, a inserção do Serviço Social no âmbito universitário não foi suficiente para o rompimento definitivo com a tradição cristã. Foi sim, um fator extremamente importante, mas

que demandava a associação a outros elementos, a exemplo de um suporte teórico-metodológico que rompesse com o tradicionalismo profissional e de uma postura ideopolítica que assumisse um projeto societário antagônico ao projeto conservador burguês. Tais elementos foram coletiva e historicamente incorporados ao projeto éticopolítico-profissional dos assistentes sociais brasileiros.

Retomando a composição do corpo docente do curso em Campina Grande, tem-se que a incorporação de novos professores vai progressivamente, adotando procedimentos mais democráticos e passíveis de reflexão acerca da formação profissional dos candidatos: realização de concurso interno, com análise de currículo, que inclui a experiência de ensino. É dessa forma, com a necessidade de contratação de novos profissionais, que vai se constituindo um quadro de docentes leigos e cada vez mais sintonizados com o desenvolvimento teórico-metodológico da profissão.

Ao nos referirmos anteriormente ao tipo de vínculo institucional estabelecido antes e depois da inserção do Serviço Social no espaço acadêmico, temos primeiramente, um vínculo baseado no voluntariado cristão e depois, um vínculo pautado na relação assalariada, este último, constituinte do processo de laicização. Apesar da renovação estabelecida, a URNE pagava salários muito baixos e constantemente em atraso, comprometendo não apenas a sobrevivência de funcionários e professores, mas também a qualificação profissional dos mesmos. Em se tratando dos

docentes, quando esta realidade não chegava a inviabilizar, no mínimo, dificultava a participação em eventos de caráter científico e a aquisição de livros, revistas, necessários a sua formação. Destaque ainda, para a existência de bibliotecas desatualizadas.

O nível de formação destes professores era basicamente, a graduação. Com o incremento da pós-graduação, na vigência da ditadura militar, na década de 1970, o Curso de Serviço Social da URNE, passou a contar com diversos mestres que, entretanto, não demoraram muito para buscar outros espaços profissionais que melhor lhe valorizassem, através de condições dignas de trabalho e de salário.

Apesar da importância e da contribuição da entidade de caráter sindical dos docentes, a ADURNE, informações dos entrevistados dão conta de que esta entidade era permeada por disputas partidárias, estranhas ao movimento sindical, o que comprometia a organização e mobilização da categoria. Este inclusive, é um aspecto recorrente na atualidade que, extrapola os limites e objetivos desta pesquisa, merecendo para tanto, de estudos voltados para tal discussão.

Em relação ao corpo discente e o movimento estudantil, os entrevistados destacaram:

[Entre os alunos] sempre predominava mulher e a questão econômica sempre foi mais baixa. A origem [era] de escola pública e eles vinham de outros estados, mais da re-

gião Nordeste, do interior da Paraíba também. Cidades aqui de perto já tinham muitos alunos. Teve um período que o Centro Acadêmico foi muito atuante, participava muito das reuniões e também quando tinha eventos fora, mesmo que a universidade não desse ajuda. Teve ERESS aqui, onde os alunos se hospedavam no próprio prédio da escola. Teve um movimento que colocaram dois professores pra fora, na época, isso chocou a universidade toda, mas por outro lado levou os professores a refletirem de que precisavam realmente corresponder por que não podia ser como estava. Os alunos tiveram uma participação muito forte, inclusive, foi feito um acampamento em pleno centro da cidade. [O ingresso dos alunos na URNE era através de] vestibular. Com o sistema de crédito sempre passava mais tempo. Por que quando era seriado, eram aqueles quatro anos, normalmente. Depois do sistema de crédito os alunos se dispersaram. O aluno sempre ficava um ano a mais por causa exatamente dessa dispersão. (Ent., F, DOCENTE, dez/2006)

A duração do curso era quatro anos tanto de manhã como a noite. Sempre existiu o DCE e os DAs, infelizmente porque houve

o golpe militar, a questão política, e a luta por direitos e cidadania foram arrefecidos, foram retirados. Então, isso repercutiu profundamente no desenvolvimento da escola, do curso, aquela visão crítica foi deformada durante esse período de 64 pra cá, e isso repercutiu no aprendizado, que teve um currículo defasado, deturpado, tradicional, uma falta de uma política estudantil mais dinâmica. (Ent., P, DOCENTE, mar/2007)

Eu fiz vestibular nos anos 60. Extremamente sério, criterioso, com dois dias de provas, sempre foi vestibular. E era anual, tinha o TCC individual com uma banca muito formal. Existia um movimento estudantil organizado. Tínhamos um DCE, que era bastante atuante, que promovia eventos. Todas as greves de docentes, sempre houve adesão dos alunos. (Ent., T, DOCENTE, mar/2007)

[O movimento estudantil] já existia na época. Era a UNE, existia uma turma de estudantes lá, que inclusive a gente tinha até medo por que eles vinham de uma linha muito de arruaças, de muita bagunça. Além da aparência e por eles fazerem tanta

bagunça, de quebrar as janelas das faculdades, quebrar os objetos que existiam. Eles já estavam quebrando, pichando paredes, sujando. Eu achava que eles serviam mais de ameaça. O DCE a gente não conhecia a direção geral, só em época de eleição que as turmas eram visitadas. (Ent., D, DISCENTE, dez/2006)

[O movimento estudantil] contribuiu muito em termos de reivindicações, de des-casos, de ingressar o pessoal, da melhoria de ensino. O pessoal interessado, engajado, se envolvida vestia a camisa mesmo. Houve uma época que lá não tinha como concluir, e várias disciplinas a gente teve que ir para o curso de Administração e houve uma abertura muito grande. Várias disciplinas foram pagas lá, as cadeiras da noite, não ofereciam condições, espaço físico mesmo. [O Curso de Serviço Social] saía de lá da Paulo Frontim e vinha pra o centro. [A relação dos alunos do curso com os de outros cursos da URNE] era muito pouca, não havia essa integração. (Ent., H, DISCENTE, dez/2006)

Quando a gente começou a escola era particular e [uma aluna] ia fechar a matrícula por que não podia pagar. Um, dois perío-

dos os alunos faziam cotas, agora isso sem ninguém saber. Depois ela conseguiu fazer o crédito educativo e terminou o curso. (Ent., I, DISCENTE, dez/2006)

Na época do AI-5, teve alunos que tiveram algumas complicações por conta do envolvimento que tinham com o movimento social. (Ent., M, DISCENTE, mar/2007)

Existia o DCE, mas que eu não me envolvia, não gostava porque eu via muitos interesses políticos e até pessoais. [As relações dos alunos do curso com os demais da URNE] só se dava, quando vinham alunos de outros cursos pagar disciplina conosco. (Ent., S, DISCENTE, mar/2007)

A composição do corpo discente do Curso de Serviço Social da URNE, confirma a predominância do gênero feminino. Profissão que surge com forte influência apostolar, incrementando a ação social da Igreja Católica, tem na profissionalização das damas de caridade e das moças de família da alta sociedade brasileira, as primeiras assistentes sociais. Reproduziu-se historicamente, a idéia de que a prestação da assistência é “vocação feminina” – gênero preparado para “servir e ajudar o próximo”.

A condição de profissão eminentemente feminina, não mudou muito, porém a sua composição sócio-econômica, foi alterada historicamente. Se na gênese do Serviço Social, predominava a presença de mulheres das classes alta e média-alta, a partir dos anos 1970/1980, com a ampliação do mercado de trabalho e a expansão dos cursos, inclusive em Universidades públicas, essa composição se altera, com a participação de mulheres das classes trabalhadoras, o que contribuiu para uma aproximação da profissão às condições de vida dos trabalhadores.

Do ponto de vista do movimento estudantil, as falas indicam um certo protagonismo político por parte dos estudantes. No curso, participavam de reuniões, eventos externos, mesmo que a Universidade não contribuísse. Promoveram um encontro regional de estudantes de Serviço Social, nas instalações do próprio curso. Se posicionaram contra determinadas posturas de professores, contribuindo para a saída deles do curso; apoiaram greves em defesa dos salários; se manifestaram contra a incorporação de funcionários à Universidade, através de indicação política.

Apesar das contribuições do Movimento Estudantil para o ensino brasileiro, a combatividade assumida pelos estudantes era, muitas vezes, instrumentalizada pelo pensamento conservador que associava o caráter contestatório do Movimento à “bagunça”; “baderna”, envolvendo inclusive, o modo de vestir das pessoas, vistas então, como sujas e ameaçadoras da “ordem”.

Esta visão preconceituosa e conservadora, certamente não contribuiu para aproximar o curso e a profissão como um todo, da realidade concreta, reforçando dicotomias historicamente instituídas: teoria x prática; profissão x postura política etc.

O período ditatorial foi mais uma vez lembrado a partir da influência que exerceu sobre os rumos do Serviço Social. O pré-1964, foi marcado pela efervescência política no país e, particularmente, pela Erosão do Serviço Social Tradicional, que começava a ser questionado em sua base cristã-conservadora, por alguns segmentos profissionais. Com o golpe, qualquer movimento contestatório foi arrefecido e no Serviço Social se reforça o conservadorismo.

Quanto à formação profissional do corpo discente, destacamos as seguintes falas:

Os livros que a gente lia, um que me marcou muito foi sobre a vida de São Tomás de Aquino, de cunho religioso, mas que tinha uma filosofia do ver pra crer. O nosso papel cristão é de não estarmos omissas diante das injustiças da vida, nós somos agente de justiça social, e isso é o que prega São Tomás de Aquino e Santa Rita de Marilac. O povo é o mais fraco, mais fragilizado e a ditadura está aí pra reprimir e essa opressão não era aceita. A gente lia Mao-Tse-Tung, O Capital, estudos para ler O Capital. Isso não era na faculdade, era em grupo político, mas a

gente já vinha da história da Faculdade. Eu participei da JUC [Juventude Universitária Católica] umas duas reuniões. Então era a Igreja da Libertação. A gente teve uma formação que agregou os valores tanto do curso como também da formação política. Essa formação iniciou com as disciplinas do curso, mas foram realmente clarificadas pra gente através daqueles organismos como JUC, com a Teoria da Libertação. (Ent., U, DISCENTE, dez/2006)

Os simpósios que a gente fazia nessa época, eram isolados. Uma turma de concluintes promovia, mas a universidade não. E nem tinha essa motivação para os alunos participarem de outros eventos fora da universidade. Eu estudava manhã e tarde, e às vezes à noite, dependendo. Por que como era por semestre e eles tinham disciplinas manhã, tarde e noite, se desse pra pagar, [se] não tivesse choque, podia colocar. Tinha campos de estágio nas escolas, nos hospitais, e nas instituições CACE, e da própria universidade. [Os pré-requisitos pra estagiar era o de] estar em Estágio III. [A carga horária] acho que era de duas vezes por semana. [A pesquisa e a extensão] existia pouquíssimo. O trabalho de pesquisa era só com o

Trabalho de Conclusão de Curso. A extensão que existia era ligada só a estágio. [O ensino] para a precariedade que era na época era bom. (Ent., B, DISCENTE, Nov/2006)

O estágio oficial era no 3º ano; 4º ano era onde mais se desenvolvia o processo de campo. A monitoria se escolhia pela professora e era de acordo com o desempenho do aluno. Em relação à pesquisa, nós tivemos muito tempo a cadeira. A gente tinha Caso, Grupo e Comunidade, conceituando cada [tipo de] intervenção. (Ent., O, DISCENTE, dez/2006)

Eu participei de eventos na época, muitos procurados por mim, em outras instituições, como é o caso do projeto RONDON, seminários, pesquisas e etc, mas oferecidos pelo curso eu não tenho lembrança. Na minha época [o curso] era semestral, e a gente colocava as disciplinas até o número máximo de sete, quem tinha horário conveniente. Os estágios eram acompanhados por uma professora da disciplina de estágio supervisionado e orientado por um técnico da instituição, para onde a gente era encaminhado. O ensino eu considerava de um nível bom, a gente sofria muito aperto para

conciliar estudo e trabalho, que a maioria trabalhava, e era realmente apertado o ensino exigia muito da gente e conciliar também campo de estágio. A pesquisa não existia. (Ent., N, DISCENTE, mar/2007)

Eu acho que [os campos de estágio] era onde estava um dos fracassos do Curso de Serviço Social, porque deixava muito a desejar, não só pelas instituições, mas também pelos professores que acompanhavam os alunos. [As referências bibliográficas] era a Revista Serviço Social e Sociedade. Tinha autores que eram conservadores, e outros mais críticos. [Sobre a direção teórico-metodológica do curso] eu peguei mais essa fase de sentar, discutir, eram momentos de muita discussão. [Após a conclusão do curso mantenho vínculo com Serviço Social] através das alunas que estão em campo de estágio. (Ent., S, DISCENTE, mar/2007)

A atividade de Assistente Social equivale a uma ação missionária, era um embasamento muito forte. E não era coisa maçante, repressora. Se você confia em mim eu preciso corresponder a sua confiança, é uma obrigação moral, cristã de guardar segredo, o que equivale a uma confissão lá no

padre. Então, era uma formação humanística muito forte, são valores. Eu acho que hoje o Assistente Social de fato, [segundo] a lógica que está montando o curso, ele é um agente político, sem dúvida nenhuma. Enquanto que quando a gente foi formada ele era um agente de conscientização, agente de mudança, um protagonista de uma história, isso é muito diferente de você ser uma pessoa que vai fazer uma conscientização, isso não existe, mas era o que foi passado pra gente e isso valeu porque foi daí que a gente virou político. (Ent., O, DISCENTE, dez/2006)

A formação dos alunos do Curso de Serviço Social da URNE, envolveu, segundo os relatos, alguns aspectos que, de certa forma, já foram pontuados anteriormente, a exemplo das implicações do sistema de crédito que, ao permitir aos alunos cursarem um número considerável de disciplinas, muitas vezes em turnos diferenciados, como um caminho para acelerar o término do curso, reforçava a desagregação entre os discentes, na medida em que, sobrecarregados de aulas, sendo alunos trabalhadores, não tinham condições de participar de eventos acadêmicos, necessários à formação profissional.

Esta formação foi, neste período, comprometida por fatores como a inexpressiva articulação entre ensino/pesquisa/extensão, resumindo-se a pesquisa à elaboração

do trabalho de conclusão de curso e a extensão ao Estágio Supervisionado. Uma formação ainda marcada pela compartimentalização da realidade em “modelos de intervenção” profissional: caso, grupo, comunidade e pelo ecletismo teórico que unia formação religiosa a formação teórica.

Interessante pensar neste ecletismo e nos equívocos que a profissão foi absorvendo historicamente, como o missionarismo, voluntarismo, messianismo e perceber nestes limites históricos a contradição: se por um lado os assistentes sociais assumiram posturas megalomânicas, tomando para si a responsabilidade de “conscientizar, organizar e transformar” a sociedade, por outro parece que foi exatamente este messianismo que despertou em muitos, a necessidade de engajamento político, rompendo com a pseudo neutralidade político-científica. Evidentemente, que este despertar vai amadurecendo junto com o consequente conhecimento da teoria crítica e assim é possível trabalhar com a dimensão política da profissão, de maneira contextualizada.

Os próximos depoimentos de docentes retratam a sintonia do Curso de Serviço Social da URNE, com a antiga ABESS, hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e com o que estava de desenrolando a nível nacional: a disputa de idéias no âmbito da renovação profissional.

[A direção teórico-metodológica era baseada naqueles] pioneiros do Serviço Social

na época, Balbina Otoni, Gisela Konopla na área de grupo, são os tradicionais. A linha metodológica de caso era Mary Richmond uma das pioneiras de caso, tinham postura tradicionalista. [A] reconceituação de Serviço Social só foi, muito mais em 1970 por aí, participei desse período. [O movimento de Reconceituação] repercutiu muito bem, houve um encontro no Rio de Janeiro foi um pessoal participar, em Teresópolis, o encontro de Araxá, pra discutir a questão, e [o] Serviço Social de Campina Grande acompanhou todo esse processo. Os próprios professores tradicionalistas, tinham uma visão mais aberta do processo e do contexto social, da realidade política e social do Brasil. (Ent., P, DOCENTE, mar/2007)

[Naquele momento havia uma] pluralidade, até porque aquele era um momento de transição, onde você encontrava a modernização, a ruptura e conservadorismo convivendo naquela conjuntura. Não foi uma característica do Curso de Serviço Social só da URNE, mas do país inteiro, acredito que na América Latina inteira, essa convivência de tendências. [O Movimento de reconceituação] foi muito debatido dentro do Curso de Serviço Social. (Ent., T, DOCENTE, mar/2007)

[A Direção teórico-metodológica do curso] na década de 80 estava mais na linha crítica, por isso se partiu para uma prática mais dialética, marxista. Foi justamente aí que teve aquele impacto de mudança que foi realmente necessária, mas que naquela época não foi fácil. Foi um período de muita discussão. E foi aí então que também houve uma aproximação maior com a Universidade Federal de João Pessoa, vinha até aqui pra gente discutir por que foi uma virada. (Ent., F, DOCENTE, dez/2006)

O currículo do Curso de Serviço Social era estruturado rigorosamente de acordo com as orientações da ABESS, nós sempre participamos de encontros da ABESS. (Ent., T, DOCENTE, mar/2007)

Conforme documentação encontrada, em julho de 1972, aconteceu a XVI Convenção da ABESS, realizada em Salvador – BA. O curso foi representado por professoras e uma aluna. Já em maio de 1973, houve a participação de uma professora no II Encontro de Escolas de Serviço Social do Nordeste, em Natal- RN, realizado pela ABESS (CAMPINA GRANDE, 1969).

Não havia [ligação com a igreja], já era reconceituado. [A Direção teórico-metodoló-

gica tinha a ver com esse momento], já estava havendo essa modificação do Serviço Social tradicional para o reconceituado. [Portanto, a repercussão do movimento de reconceituação foi] muito boa [para] o Serviço Social. Não acho que tem que ser outra linha tradicionalista, assistencialista, é maior erro. [Os estudantes também vivenciavam] na sua maioria [o movimento de reconceituação], mas tinham aqueles que achavam que o Estado tem que bancar o pobre. [Quanto às Referências Bibliográficas usadas no curso] Natálio era muito usado, a revista Serviço Social que era muitíssima utilizada. (Ent., B, DISCENTE, Nov/2006)

Quando eu sai, já estavam preparando um novo currículo. [As referencias bibliográficas eram] Natallio, Marília [A direção teórico-metodológica] havia ainda alguma coisa do tradicional, mas já se estava trabalhando pra ver o Serviço Social reconceituado. A gente sabia que tinha havido o Serviço Social tradicional, mas que havia essa necessidade de mudança. (Ent., I, DISCENTE, dez/2006)

Balbina Otoni [era uma das referências bibliográficas], os documentos de Araxá tam-

bém contribuíram muito para que se fizesse uma mudança no Serviço Social da época, da reconceituação, na prática do Serviço Social, foram um dos documentos que mexeram com a prática e a teoria do Serviço Social. Nós tivemos uma prática funcionalista. O Serviço Social da época tinha mais repercussão na comunidade, mais visibilidade. Todos aqueles princípios básicos do meu Curso de Serviço Social, naturalmente que eu tenho que continuar estudando, me reciclando, integrando as novas políticas públicas, mas a essência do curso, ou seja, a solidariedade, a empatia com o cliente, a ética, sentido de grupo, respeito ao profissional, ao colega, a instituição, fidelidade, tudo isso, eu incorporei na formação do meu curso. (Ent., M, DISCENTE, mar/2007)

[As referências bibliográficas] eu lembro da Balbina Otoni, dos documentos de Araxá, Teresópolis. Já era a fase do Serviço Social reconceituado. Sempre quando há mudança há choque, há sempre aquelas pessoas querendo ficar na linha funcionalista, outras não. O corpo docente procurava conciliar e mostrar a importância da reconceituação e as pessoas iam aderindo ao longo do tempo. (Ent., N, DISCENTE, mar/2007)

Nestes últimos depoimentos há uma referência a uma nova fase do Serviço Social brasileiro, classificada como “Serviço Social Reconceituado”. No entanto, trata-se de uma denominação ainda muito vaga, haja vista que o que se desenvolveu entre os anos de 1965 – 1975, foi um Movimento Internacional, marcante em nível de América Latina, que ficou conhecido por Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Sua composição bastante heterogênea, não permitia falar em um único caminho para a profissão, ao contrário, diferentes posturas ideológicas respondiam diferentemente a uma única preocupação: “qual o papel do Serviço Social na superação do subdesenvolvimento?”

De acordo com Netto (1991), no Brasil este Movimento ganhou feições próprias, em função da instauração da ditadura militar (1964-1985), que se contrapõe principalmente, as tendências mais críticas presentes neste momento histórico. Desta forma, a Reconceituação ficou impedida de se desenvolver igualmente, em todos os países latino-americanos. Assim, no Brasil pós-64, dá-se início a já citada renovação da profissão que, permanece trilhando o caminho da diferenciação e, em outros momentos de ruptura com o tradicionalismo e conservadorismo profissionais. Enquanto processo histórico dinâmico e contraditório, ele envolveu três perspectivas teórico-metodológicas: Modernização Conservadora (da qual são expressões os Seminários de Teorização de Araxá e Teresópolis);

Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura. Então, a Reconceituação citada nos depoimentos, faz referência apenas a um dos momentos da renovação que, de acordo com Netto (1991), foi a que mais marcou ou empolgou os assistentes sociais pela sua sintonia e adequação com a autocracia burguesa: perspectiva que modernizou, tecnicizou a profissão, mas a manteve alinhada as demandas desta autocracia.

Discussão

A criação da URNE em 1966 constituiu-se numa saída encontrada pelo poder local para manter Campina Grande no rol dos municípios nordestinos mais bem desenvolvidos, acompanhando o ritmo da política nacional desenvolvimentista.

Trabalho já publicado por Melo (2003), reconstitui a trajetória histórica desta Instituição que, se do ponto de vista da educação, se propunha, dentre outros objetivos, a recuperar os cursos de nível superior, até então existentes no município, de forma isolada, não consegue, entretanto, sanar os problemas financeiros que já vinham comprometendo estes cursos. Ao contrário, crises constantes marcam a vida da URNE, acarretando atraso de salários e achatamento salarial.

A incorporação do Curso de Serviço Social a nova Instituição de nível superior de Campina Grande, mantém o caráter conservador que marcou a origem desta profissão:

preservam-se representantes da Congregação São Vicente de Paula a frente da direção do curso e na condução de disciplinas.

Época da ditadura militar tem-se, pois, a aliança entre o conservadorismo cristão e o conservadorismo político-ideológico do Estado ditatorial. Do ponto de vista teórico, tínhamos a presença marcante do estrutural-funcionalismo que, guardadas as conseqüentes críticas (NETTO, 1991; IAMAMOTO; CARVALHO, 1988 etc.) já feitas a esta influência teórica, contribuiu também para sinalizar os primeiros passos rumo à laicização do Serviço Social.

O período destacado para o desenvolvimento desta pesquisa 1966-1987, apontou a marca do ecletismo na formação acadêmica: religião e teorias sociais vinham associadas, incluindo aí, a associação com a teoria crítica.

A composição do corpo docente neste período, reflete a combinação de diferentes procedimentos de escolha: primeiro, a absorção de profissionais já vinculados ao curso, na fase de tutela da Igreja Católica, depois, incorporação de assistentes sociais recém formados, mediante convite, passando pela realização de concursos internos (análise de currículo e da experiência de ensino), para chegar a concursos públicos de dimensão mais ampla.

O vínculo empregatício destes docentes, baseado na relação assalariada, assumia por vezes, caráter privado, de um “voluntariado forçado”, ou seja, os profissionais trabalhavam mesmo com salários atrasados. Esta realidade

por sua vez, comprometia qualitativamente a formação contínua dos professores, tanto em relação à participação em eventos científicos, como à aquisição de livros e demais periódicos.

O nível desta formação concentrava-se basicamente, na graduação e, após a década de 1970, no mestrado.

Do ponto de vista da organização sindical docente, existia a ADURNE que, apesar da sua importância e contribuição, era marcada por disputas político-partidárias, estranhas ao movimento dos professores. Tal aspecto é recorrente até os dias atuais – época da UEPB e da Associação dos Docentes da UEPB (ADUEPB), merecendo talvez, novos estudos que dêem conta deste novo e atual período histórico.

O corpo discente, majoritariamente do sexo feminino e vinculado às classes trabalhadoras, do ponto de vista da organização estudantil, apresentava ao mesmo tempo, um certo protagonismo político, que interferia nos rumos do curso, buscando uma maior qualidade, bem como uma certa resistência conservadora, traduzida como “medo daqueles que ameaçavam a ordem”. Tal visão serve para reforçar dicotomias historicamente incorporadas pelos profissionais: teoria x prática; profissão x dimensão política etc.

A formação acadêmica dos alunos foi comprometida pela frágil e/ou inexistente articulação entre ensino/pesquisa/extensão; pela compartimentalização da reali-

dade social em “modelos interventivos” – caso, grupo, comunidade e pelo ecletismo teórico já referenciado.

O processo investigativo que ora se encerra captou um volume considerável de informações sobre a realidade pesquisada, entretanto muitos destes dados careciam de um tempo maior que permitisse a busca de novos elementos que pudessem dar um sentido mais completo ao material já pesquisado. Várias questões mereceriam um estudo mais aprofundado, a exemplo do desenvolvimento do Curso de Serviço Social da URNE, durante a ditadura militar e da presença do ecletismo na formação acadêmica.

Entretanto, é preciso lembrar que se trata de uma pesquisa de iniciação científica, cujo tempo para a sua realização, nem sempre é suficiente para dar conta de um dado período histórico e, além do mais, algumas dificuldades se fizeram presentes neste processo, como a documentação da época pesquisada que, apesar de aparentemente vasta, estava dispersa e sem catalogação cronológica, revelando uma história esfacelada; o acesso a poucos sujeitos tendo em vista que muitos deles, já não faziam mais parte do cotidiano do curso; alguns moravam em outras cidades; de outros, já não se tinha mais notícia e haviam aqueles que ninguém conhecia, para prestar alguma informação.

Diante desta realidade, esperamos ter, minimamente, nos aproximado do real concreto e ansiamos que cada vez mais, ele seja desvelado.

Conclusões e Recomendações

Considerando os dados por nós trabalhados, cremos que a inserção do Curso de Serviço Social de Campina Grande no espaço acadêmico, a partir de 1966, através do surgimento da Universidade Regional do Nordeste, foi um elemento importante e necessário para o processo de laicização da profissão, mesmo que este processo tenha sido inicialmente, comprometido pela permanência da influência cristã conservadora.

Tal afirmação não destoia da realidade mais ampla dos cursos de Serviço Social no Brasil, ao contrário, a acompanha e guarda semelhanças, a exemplo da incorporação no currículo de disciplinas sociais que, progressivamente, vão assumindo lugar de destaque na formação acadêmica, secundarizando e até mesmo retirando, conteúdos que traduzem a tradição apostolar. A maturidade teórico-metodológica consolidou a laicização e deu lugar ao pluralismo profissional.

Acreditamos que futuras investigações devam ser levadas adiante, procurando contemplar o aprofundamento da relação entre o Curso de Serviço Social da URNE e o período autocrático, como também, trabalhar de forma mais aprofundada, a questão do ecletismo teórico.

Esperamos ter contribuído com o resgate da história deste curso, apesar das lacunas presentes neste estudo.

Referências

ALMEIDA, Ana Aluska da Silva et al. **A Faculdade de Serviço Social de Campina Grande inserida no contexto universitário**. Trabalho apresentado no componente curricular Fundamentos Histórico-Teórico- Metodológicos do Serviço Social I. Campina Grande, 2004.

CAMPINA GRANDE/UEPB/DSS. **Relatório do concurso de habilitação do Curso de Serviço Social**. Campina Grande, 1960a.

_____. **Termos de visitas do inspetor federal**. Campina Grande, 1960.

_____. **Relatório de Atividades do Curso**. Campina Grande, 1967.

_____. **Diário sobre as atividades realizadas no Curso de Serviço Social durante o ano de 1960 até 1975**. Campina Grande, 1969.

CASTRO, Manuel M. **História do Serviço Social na América Latina**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

IAMAMOTO, Marilda V; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de

uma interpretação histórico-metodológica. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1988.

IAMAMOTO, Marilda V. **Ensino e Pesquisa no Serviço Social**: desafios na construção de um projeto de formação profissional. In: Cadernos ABESS nº 06, São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, Damião de. **Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984)**. 2004.300p. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARTINELLI, Maria L. **Serviço Social**: identidade e alienação. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MELO, Luís Gonzaga de. **Da Universidade Regional à Estadual da Paraíba**: 1966 – 2003. 2, ed. Campina Grande: Editora UEPB, 2003.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.**
São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Transformações Societárias e Serviço Social:**
notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.
In: Serviço Social e Sociedade, nº 50. São Paulo: Cortez,
1996.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

RESGATE HISTÓRICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB: O CONTEXTO DA ESTADUALIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO ATUAL

Marta Denise Pereira de Andrade
Mauricelia Cordeira da Silva
Mônica Barros da Nóbrega

Introdução

O relatório ora apresentado versa sobre a sistematização da história do Curso de Serviço Social no município de Campina Grande-PB, no contexto da criação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em 1987, até o momento atual.

A trajetória histórica do Serviço Social tem sido objeto de vários estudos. Tendo por referência àqueles que se pautam em matrizes teórico-metodológicas do campo da tradição marxista, destacam-se as discussões tecidas por autores como Iamamoto e Carvalho (1988), Castro (1989), Netto (1992) e Martinelli (1997), que situam a sua emergência no contexto histórico-social e econômico do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão urbana, na transição para a fase do capitalismo monopolista.

Nesse sentido, a gênese do Serviço Social tem como particularidade à vinculação com a questão social, que se constitui a base da sua fundação e seu objeto, como

especialização do trabalho, até os dias atuais. A questão social, enquanto expressão dos antagonismos capital x trabalho, manifesta-se através de duas faces, como afirma Martinelli (1997): uma política, representada pelo avanço da classe trabalhadora em seu processo organizativo e outra social, expressa pela acumulação da pobreza, pela generalização da miséria.

A visibilidade das contradições e desigualdades da ordem capitalista, manifestas na questão social, põe em risco o status quo, exigindo do Estado e da classe dominante a formação de estratégias para o seu enfrentamento, para além da caridade e repressão.

O Serviço Social inclui-se, portanto, nas respostas da classe dominante à questão social, contribuindo para a reprodução das relações sociais capitalistas, pela mediação dos interesses das classes contrapostas, através da efetivação de políticas sociais, que requerem dos assistentes sociais capacitação teórico-metodológica específica. Para tanto, a criação de escolas de Serviço Social foi um passo decisivo na sistematização do ensino nessa área e para a formação de quadros técnicos especializados, contribuindo para o seu posterior processo de profissionalização e institucionalização. Porém, como afirma Castro (1989, p.29), “a criação de uma escola, em si mesma, não equivale à abertura de um processo que se quer identificar como o início de uma profissão. A fundação das primeiras escolas [...] apenas revela momentos específicos de um processo de maturação [...]”.

Na Paraíba, apesar da quase total inexistência de produções que registrem a trajetória histórica do Serviço Social no estado, sabe-se que as escolas de Serviço Social surgiram justamente no decorrer da década de 1950: a de João Pessoa em 1952 e a de Campina Grande em 1957, funcionando apenas a partir de 1959.

Ao contrário das primeiras escolas criadas no Brasil (as de São Paulo e Rio de Janeiro), que tiveram o seu processo de criação e desenvolvimento vastamente sistematizado na literatura da área, as escolas de Serviço Social paraibanas carecem de registros e sistematizações teóricas da sua história, o que motiva e expressa a necessidade do desenvolvimento de estudos como o proposto nesta pesquisa.

Diante do exposto, o estudo do qual esta pesquisa faz parte se pautou pelos seguintes questionamentos: como se deu o desenvolvimento da Escola de Serviço Social em Campina Grande, da sua origem até a sua inserção no âmbito universitário? Quais os motivos que impulsionaram a sua incorporação a Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE) e como se deu esse processo? Como se dá o seu desenvolvimento no contexto da UEPB? Estas foram, portanto, algumas questões norteadoras da pesquisa, composta por três subprojetos integrados, cuja efetivação possibilitou sistematizar a história do Curso de Serviço Social em Campina Grande-PB, ressaltando a sua relevância para o município e regiões circunvizinhas.

A pesquisa teve por objetivo geral sistematizar a história do Curso de Serviço Social no município de Campina Grande - PB e por objetivo específico situá-lo na UEPB, considerando o contexto da estadualização até o momento atual. Está vinculada ao Programa Institucional de Iniciação Científica (PROINCI/UEPB) e integra as atividades desenvolvidas no Núcleo de Pesquisa e Práticas Sociais (NUPEPS) do Departamento de Serviço Social, na linha de pesquisa Trabalho e Formação Profissional.

É possível inferir, que além de ser determinada por especificidades históricas, a constituição de cursos de Serviço Social e os (as) assistentes sociais por eles formados (as) têm uma contribuição na reprodução das relações sociais que legitimam a profissão como necessária à sociedade.

Assim, verificou-se a importância de situar historicamente como essas escolas se gestam, são estruturadas e se desenvolvem, estabelecendo a sua contribuição ao contexto social e político em que estão inseridas.

A motivação para a proposição da pesquisa decorreu também da proximidade do aniversário de 50 anos de fundação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, que se deu em 16 de julho de 2007.

A relevância desta proposta investigativa evidenciou-se também pela necessidade de sistematizar criticamente a história do Serviço Social em Campina Grande, suprimindo assim a lacuna de produções teóricas acerca do tema.

Portanto, acreditou-se que esse estudo poderia contribuir com elementos para a reconstrução da história da própria UEPB, elucidando alguns aspectos da sua importância no desenvolvimento local e regional, especialmente no que tange a formação de assistentes sociais para atender as necessidades do mercado de trabalho e da população paraibana, bem como de estados circunvizinhos.

Fundamentação Teórica

A criação de escolas de Serviço Social tem sido uma iniciativa fundamental para a formação de uma mão-de-obra tecnicamente capacitada para o enfrentamento da questão social, contribuindo com a efetivação das respostas do Estado e de frações da classe dominante ao agravamento das contradições decorrentes das relações sociais capitalistas.

Os elementos conjunturais e estruturais de cada realidade marcam o surgimento dessas escolas, ao mesmo tempo em que justificam a sua necessidade e importância nos contextos históricos específicos em que emergem e se desenvolvem.

No Brasil, o surgimento do Serviço Social se dá estreitamente relacionado com a Igreja Católica, no bojo de um movimento reformista conservador que visava à harmonização dos conflitos sociais, frente à efervescência política, social e econômica vivenciada no país na década de 1930.

Nesse período, a realidade brasileira testemunhava o avanço da organização da classe trabalhadora, lutando por direitos trabalhistas e melhorias das condições de vida, diante do agravamento da pobreza no contexto urbano-industrial em expansão. O Estado, obrigado a reconhecer politicamente a questão social, amplia a legislação social e trabalhista, usando as políticas sociais como estratégia de controle social da classe trabalhadora.

Nesse cenário, a Igreja Católica fortaleceu a ação do laicato e a sua aproximação com o Estado, orientando suas ações para o enfrentamento da questão social, via formação técnica especializada de quadros para intervir nos problemas sociais, através da criação das escolas de Serviço Social, sendo a primeira criada em São Paulo em 1936 e a segunda no Rio de Janeiro, em 1937.

A demanda por assistentes sociais habilitados, que originalmente decorria da ação social católica, passou a ter espaço crescente nas instituições estatais e privadas, particularmente a partir da década de 1940, com a criação das grandes instituições assistenciais brasileiras, tais como Legião Brasileira de Assistência (LBA), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC), etc., possibilitando a institucionalização do Serviço Social como profissão.

Segundo Yamamoto e Carvalho (1988), no decorrer de tal década surgiram diversas escolas de Serviço Social

nas capitais dos estados, a maioria formada sob a influência das duas primeiras, de origem católica, e “[...] em 1949, das 15 escolas de Serviço Social existentes no país naquele momento, 12 teriam sido constituídas sob os auspícios de organizações católicas e 3 por iniciativa do governo [...]” (KFOURI apud YAMAMOTO; CARVALHO, 1988, p.190).

O aprofundamento do capitalismo no Brasil tornou necessárias as instituições acima referidas, como parte de uma nova racionalidade para o enfrentamento da questão social, a partir das quais o Serviço Social adquiriu uma nova legitimidade, advinda não mais da origem de classe dos seus agentes e do caráter de missão e apostolado social voluntariado, mas de um mandato institucional.

De acordo com Yamamoto e Carvalho (1988, p.327), as ações do Serviço Social

[...] transfiguram-se agora em procedimentos administrativos e processos burocráticos, aplicados por agentes assalariados, mandatados pelas instituições. Reaparecem como mecanismos intensivos de controle social englobados dentro de estruturas destinadas a garantir o aumento da produtividade média da Força de Trabalho e evitar o confronto de classes e a canalizar, vigiar e reprimir os conflitos sociais e outras formas de desvios, derivadas das múltiplas con-

tradições geradas e/ou agravadas pelo aprofundamento do modo de produção capitalista.

As novas demandas postas ao Serviço Social redirecionaram a formação dos assistentes sociais brasileiros que passaram a receber influências norte-americanas, especialmente após o Congresso Interamericano de Serviço Social, realizado em 1941 em Atlantic City (USA). Desde então, teve início um intercâmbio entre as principais escolas de Serviço Social brasileiras e as norte-americanas, que possibilitou uma ampliação do suporte técnico-científico da profissão, aliado à filosofia aristotélica-tomista já consolidada pela formação católica. Esta aproximação trouxe inovações teórico-metodológicas para a formação e a prática dos assistentes sociais brasileiros, com a incorporação das abordagens de caso, grupo e desenvolvimento de comunidade, esta última bastante difundida no contexto da ideologia desenvolvimentista que se espalhou no pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente a partir da década de 1950.

O Serviço Social brasileiro adentrou os anos de 1950, como profissão consolidada e reconhecida na divisão social e técnica do trabalho, adotando expressamente a postura desenvolvimentista, através do engajamento em programas de desenvolvimento de comunidade, bastante estimulados por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL), que viram nos assistentes sociais

fortes aliados na tarefa de promover a integração das populações aos esforços governamentais para o “progresso” do país. Assim, ampliou-se o campo de atuação para os assistentes sociais e a demanda por novos profissionais contribuiu para a multiplicação das escolas de Serviço Social.

As condições históricas, econômicas e sociais da Paraíba na década de 1950 indicam que não é por acaso que as escolas de Serviço Social emergiram nesse período. Em Campina Grande, verificou-se que nos anos 1950, o município era o mais dinâmico do estado, constituindo-se no maior núcleo eleitoral paraibano (LIMA, 2004).

Com tais características Campina Grande foi palco de importantes acontecimentos políticos, como o I Encontro dos Bispos do Nordeste, em 1956, um marco na redefinição da política econômica a ser adotada para a Região, que contou com a presença de intelectuais como Celso Furtado, representantes das federações de indústria de todos os estados, Ministros de Estado e até mesmo de Juscelino Kubitschek, então Presidente da República.

A partir desse evento, articulou-se em Campina Grande um amplo movimento em torno da efetivação política das deliberações tomadas no referido evento. Um grupo de personalidades, dentre as quais se destacavam Edvaldo de Souza do Ó, Aluísio Afonso Campos e Newton Rique, passou a defender a educação e a industrialização como soluções para o desenvolvimento do município e da região. É neste contexto, que surgiu a idéia de criação da

Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, por iniciativa da Diretoria de Educação e Cultura do Município, que tinha como diretor Edvaldo de Souza do Ó, e de sua Secretária Luisa Erundina Carvalho, os quais buscaram como colaboradoras as Irmãs de Caridade da Sociedade São Vicente de Paula para a realização deste intento, o qual se concretizou no dia 16 de julho de 1957. A partir desta data, teve início o encaminhamento do processo de autorização para o seu funcionamento, junto ao Ministério da Educação e Cultura, sendo oficializada a sua instalação em 05 de dezembro de 1959, iniciando as suas atividades acadêmicas no ano seguinte.

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social (1999), em vigência, em 15 de março de 1960, a Faculdade de Serviço Social iniciou as suas atividades didáticas com abertura solene do primeiro ano letivo, funcionando nas dependências do Instituto São Vicente de Paula, situado no bairro José Pinheiro.

Na década de 1960 iniciou-se um processo de renovação do Serviço Social brasileiro, na medida em que provocou um desgaste do tradicionalismo, até então predominante na profissão.

A incorporação dos programas de Desenvolvimento de Comunidade (DC) apesar do caráter conservador que os orientava, representando um esforço de sintonia com a ordem burguesa vigente, trouxe conseqüências significativas para o Serviço Social, contribuindo para a ultrapassa-

gem do tradicionalismo e consistindo-se na base para a sua erosão. (NETTO, 1991)

O DC foi visto como a forma mais adequada de intervenção profissional frente às necessidades e características da sociedade brasileira que convivia com uma questão social cada vez mais agudizada pelo processo de industrialização. Os profissionais passavam a percebê-la de forma mais ampla, a partir da sua repercussão coletiva, pública, massiva em contraponto a ênfase individualizada dos problemas sociais.

Na busca por uma maior sintonia com os requisitos da ordem capitalista, os assistentes sociais iniciaram um processo de revisão de suas práticas que permitiram mudanças no seu perfil profissional até então marcado pelo caráter missionário.

Nessa busca, esperaram encontrar caminhos diferentes para contribuir com a política desenvolvimentista, mantendo-se a compatibilidade com as demandas sociais. Os profissionais de Serviço Social desejaram deixar de ser apóstolos para assumirem a condição de “agentes de mudanças”. Para tanto, ressaltaram a necessidade de se aperfeiçoarem técnica, científica e culturalmente e reivindicaram o exercício de outras funções que apontassem para além das atividades executivas no trato das políticas sociais (planejamento e administração) (NETTO, 1991).

Tal postura, mesmo numa perspectiva de subserviência à ordem burguesa, acabou por sinalizar uma crise

do tradicionalismo cristão, intensificada nos anos seguintes. Teve-se, nos primeiros cinco anos da década de 1960, o que Netto (id.ibidem) denominou de duplo e simultâneo movimento: desprestígio do Serviço Social Tradicional e a crescente valorização da intervenção no plano comunitário.

O Serviço Social não desenvolveu o seu processo de erosão a margem de um contexto mais amplo que se desenrolou na sociedade brasileira: teve-se, no mesmo período, o desgarramento de segmentos da Igreja Católica que discordavam do tradicionalismo e se posicionavam em favor de uma igreja mais engajada política e socialmente, ficando conhecidos como “católicos progressistas” ou “esquerda católica”; o avanço do movimento estudantil, que com suas lutas, atingiu também as Escolas de Serviço Social e a revisão teórica de parte das ciências sociais que já se aproximava de dimensões críticas e nacional-populares, rompendo com o monolitismo positivismo-funcionalismo. Mais particularmente, teve-se o amadurecimento político de certos setores da categoria em função das novas relações que se estabeleciam com outros protagonistas sociais, a exemplo dos grupos organizados da população e com o próprio Estado.

A crise do Serviço Social Tradicional não atingiu apenas a realidade brasileira. Tratou-se, sobretudo, de um fenômeno internacional vinculado às crises econômicas, sociais, políticas e culturais porque passavam as sociedades de base urbano-industrial. Crises estas ligadas ao es-

gotamento de um padrão de desenvolvimento capitalista gerador de tensões sociais. Este fenômeno ficou conhecido como Movimento de Reconceituação (MR) do Serviço Social, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social Tradicional.

Assim como no Brasil, o cenário latino-americano de erosão do tradicionalismo contou também com a influência dos mesmos fatores externos: a rejeição à influência funcionalista nas Ciências Sociais, a qual o Serviço Social não ficou imune; os novos posicionamentos de setores da Igreja Católica e o protagonismo do movimento estudantil.

Com duração de uma década (1965-1975), o MR assumiu como eixos norteadores para sua contestação ao tradicionalismo questões relativas ao pressuposto teórico do Serviço Social, sua aparente neutralidade política, sua eficácia e resultados produzidos; à ordem burguesa; às instituições e organizações governamentais; às políticas sociais e à idéia de integração social (NETTO, 1991).

Tal contestação, não pode ser tomada como um dado homogêneo. Apesar da existência de uma questão central que norteou o MR latino-americano, ou seja, a funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento, o enfrentamento dessa questão deve ser considerado em sua heterogeneidade. A grande união profissional latino-americana apresentou posições distintas, combinando ao mesmo tempo, posturas reformistas-democráticas e radical-democráticas (NETTO, 2005).

Netto (1991) ressalta que o MR trouxe a preocupação de uma unidade profissional latino-americana sem tutelas imperialistas e na sua expressão mais radical, representou pela primeira vez, de forma aberta, a aproximação do Serviço Social à tradição marxista. Este pensamento deixou de ser estranho à profissão, embora essa aproximação inicial tenha se dado com problemas de ordem teórico-metodológica, superados posteriormente, através da maturidade intelectual alcançada pelo Serviço Social em décadas posteriores.

No Brasil, a ditadura militar castrou qualquer postura progressista, o que no caso do MR atingiu o seu desenrolar particularmente, na sua perspectiva mais crítica. O golpe militar de 1964 deu início ao que Netto (1991) denominou de regime autocrático burguês dado a forma como o Estado interferiu nas relações sociais, articulada ao projeto das classes dominantes.

A autocracia burguesa utilizava-se de uma forte repressão, aliada a consideráveis investimentos em políticas sociais. Tais investimentos exigiam uma mão-de-obra mais refinada, especializada e profissional no trato destas políticas.

Sendo assim, a autocracia burguesa acabou contribuindo com a erosão da prática tradicional dos assistentes sociais, mesmo sendo mais interessante manter a subalternidade do exercício profissional, contando com um “[...] firme estrato de executores de políticas sociais localizadas,

bastante dócil [...]” (NETTO, 1991, p. 118), e ao mesmo tempo conter o avanço das posturas progressistas. Desta maneira, o movimento que resultou das relações entre a autocracia e o Serviço Social, indicou uma ponderável reformulação da profissão, verificada em dois níveis: prática e formação (NETTO, id.ibidem).

Do ponto de vista da prática, a modernização conservadora favoreceu um amplo mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais, decorrente do forte investimento em políticas sociais para fazer frente à ampliação das conseqüências da questão social.

Essa ampliação atingiu tanto o serviço público, quanto às médias e grandes empresas privadas, incluindo as organizações filantrópicas. O mercado em expansão colocou para o Serviço Social um novo padrão de exigências ao desempenho profissional. Ou seja, um

[...] assistente social [com] postura [...] ‘moderna’, no sentido da compatibilização do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades [da modernização conservadora. Uma prática que viesse] a integrar o conjunto de procedimentos administrativos ‘modernos’ (NETTO, 1991, p. 123).

Com isso, teve-se um reforço à erosão do Serviço Social Tradicional. Buscou-se formar um assistente social moderno, sendo o tradicionalismo, de base humanista-

cristã, deslocado e substituído por procedimentos “racionais” (NETTO, id. Ibidem).

Sendo assim, teve-se, na vigência da ditadura militar, a expansão quantitativa das agências de formação, com o aumento dos cursos de graduação e pós-graduação. Nesta fase o Serviço Social ingressou na universidade pública, propiciando a sua interação com a Sociologia, a Psicologia Social e a Antropologia, fator positivo para o desenvolvimento de uma postura intelectual e investigativa na profissão.

De acordo com Netto (1991, p. 124), tratou-se de:

[...] uma inteira refuncionalização das agências de formação [...] [que rompesse] de vez com o confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo que historicamente vinham o surgimento e o evoluir imediato do ensino do Serviço Social no Brasil.

Portanto, a formação do assistente social passou a oferecer ao mercado de trabalho um profissional moderno, legitimado agora por uma fundamentação teórico-técnica.

A partir do golpe de 1964 e em função do que resultou deste novo contexto, se instaurou, o que Netto (1991) denominou de processo de renovação do Serviço Social brasileiro, significando uma ruptura com a influência cristã na profissão.

No município de Campina Grande, o ingresso do Serviço Social na universidade se deu na segunda metade da década de 1960, ainda sob a influência da modernização conservadora. A sua incorporação ao âmbito universitário foi parte integrante do processo de criação da Universidade Regional do Nordeste (URNe).

De acordo com Edvaldo de Souza do Ó (1986 apud ALMEIDA et al, 2004), a URNe, além de sua importância no fortalecimento do ensino superior de Campina Grande, deu suporte financeiro a alguns cursos superiores que passavam por dificuldades, a exemplo de Filosofia e Serviço Social, que tentaram se agregar a já existente Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mas não foram aceitos.

As marchas e contramarchas da laicização também marcaram a história do Curso de Serviço Social em Campina Grande. Manteve-se ainda a tutela da Igreja através da participação da Congregação São Vicente de Paula na administração da Faculdade mesclada, agora, com a estrutura departamental, característica do âmbito universitário (ALMEIDA et al, id. ibidem).

Ao inserir-se no âmbito universitário percebe-se uma renovação da profissão, porém não havendo uma ruptura integral com o tradicionalismo profissional, expressando o que Netto (1991), considerou um processo complexo, no qual rompimentos se entrecruzaram e se superpuseram a

continuidades e reiteraões. Uma tensão entre transformação e permanência, mas com o predomínio do novo.

É dessa predominância que se desenvolveu na renovação duas outras direções teórico-políticas que se diferenciaram da modernização conservadora. Dentre elas, a mais significativa, que forneceu a estrutura teórico-metodológica e ideo-política para a consolidação da laicização e o fortalecimento de um pensamento progressista, fundamentado na teoria social de base marxista. A intenção de ruptura ocupou seu espaço de crítica sistemática ao desempenho tradicional, seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos, a partir do início da década de 1970, momento de crise da ditadura militar.

A renovação no seu espírito mais crítico e democrático avançou, se consolidou e manteve-se como um constante desafio a ser perseguido pelo Serviço Social na sua busca pela construção de um projeto ético-político contraposto as desigualdades de classe, gênero e etnia.

A categoria dos assistentes sociais, no processo de transição democrática no país, segundo Yamamoto (1998), emergiu na cena social com um novo perfil acadêmico-profissional, representando um salto de qualidade na trajetória do desenvolvimento profissional.

Nesse período, consolidou-se um mercado nacional de trabalho para o Serviço Social, ampliou-se o contingente de assistentes sociais, bem como as unidades de ensino da rede privada e da rede pública, passando a forma-

ção profissional a ser submetida às exigências da pesquisa e da extensão. Consolidou-se a pós-graduação no nível de mestrado e doutorado. Foi viabilizado o reconhecimento científico junto às entidades oficiais de fomento à pesquisa, que passaram a impulsionar e apoiar o desenvolvimento acadêmico no âmbito do Serviço Social. Houve um fortalecimento da organização dos assistentes sociais, com a expansão dos sindicatos e a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS).

Segundo Netto (1999), a partir da quebra do quase monopólio do conservadorismo na profissão e do amadurecimento teórico e político no interior da categoria profissional, na passagem dos anos 1980 para os anos 1990, o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro contemporâneo configurou-se em sua estrutura básica. Este projeto vinculou-se a um projeto societário, com raízes na vida social brasileira, antagônico aos das classes exploradoras, tendo em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central e se posicionando em favor da equidade e da justiça social.

Assim, para Yamamoto (1998, p. 104), os assistentes sociais, diante dos desafios postos pelo cenário dos anos 1980, marcado pelas lutas democráticas e pela expansão monopolista, responderam ativamente e de maneira fértil, em termos de formação acadêmica, bem como no repensar de sua prática, contribuindo para “a conquista da

maioridade intelectual do Serviço Social, para a travessia de sua ‘cidadania acadêmica’”.

Dessa forma, o Serviço Social adentrou os anos 1990, com um currículo mínimo nacional e legalmente inserido no nível superior, com cerca de setenta unidades de ensino em pleno funcionamento, a pós-graduação afirmada, uma produção científica dinamizada e uma interlocução com importantes teóricos e intelectuais do país e do exterior. No tocante a corporação profissional apresentou um contingente estimado em mais de sessenta mil assistentes sociais, com suas entidades representativas bastante organizadas.

A década de 1990, herdeira das transformações societárias processadas no mundo inteiro desde a década de 1960, foi marcada por alterações que, segundo Netto (1996), atingiram diretamente a divisão sócio-técnica do trabalho, o conjunto da vida social e incidiram, necessariamente sobre as profissões, suas funcionalidades, áreas de intervenções, suportes de conhecimentos, etc.

Para o referido autor, as incidências dessas transformações societárias, mais precisamente a partir de 1995, rebateram na sociedade brasileira. Os representantes do grande capital passaram a ocupar as instâncias de decisões políticas e as práticas neoliberais foram disseminadas na sociedade. Em decorrência, percebe-se o antagonismo entre o projeto ético-político do Serviço Social e a ofensiva neoliberal, que vem promovendo o desmonte dos direitos

sociais, a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação de uma política econômica lesiva à massa da população.

Nesse contexto, emergiu para a profissão desafios e problemas a serem enfrentados no exercício profissional, com implicações no processo de formação os quais se expressaram em dois níveis: assegurar a legitimidade profissional enquanto trabalhador inserido no mercado de trabalho e, por outro lado, responder as particularidades das demandas postas à profissão, desenvolvendo novas competências sócio-política e teórico-instrumentais, como ressalta Netto (1996).

Inserido na contradição capital x trabalho, o Serviço Social da década de 1990 se viu conforme Yazbeck (2000), confrontado com o conjunto de transformações societárias, no qual foi desafiado a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da questão social, que revelam a precarização do trabalho e a penalização dos trabalhadores no atual estágio do capitalismo.

No plano da formação profissional, nesse momento, o debate centrou-se na revisão curricular, buscando sintonizá-la com a renovação da profissão, tendo como temas, entre outros: a direção social da profissão, que é, segundo Yazbek (2000), organicamente relacionada com o projeto das classes subalternas; o mercado de trabalho; as perspectivas teórico-metodológicas e a realidade social brasileira.

É reconhecendo os desafios históricos dos anos 1990, que nas análises de Yamamoto (1998), a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), aprovou em 1996, uma proposta de currículo mínimo para o curso de graduação em Serviço Social no país, a qual embasou a formulação de Diretrizes Gerais para a formação profissional. Esta proposta de currículo, em vigor até hoje, encontra-se estruturada a partir de núcleos temáticos, que articulam conhecimentos e habilidades necessários à qualificação profissional dos assistentes sociais na contemporaneidade.

Metodologia

A pesquisa em pauta faz parte de um projeto integrado, composto por três subprojetos, norteados pelos seguintes objetivos: apreender o desenvolvimento da Escola de Serviço Social, da sua origem até a inserção no âmbito universitário (subprojeto 1); compreender esta inserção a partir do surgimento da URNe (subprojeto 2) e situar o Curso de Serviço Social na UEPB, considerando o contexto da estadualização até o momento atual (subprojeto 3).

Trata-se de uma pesquisa que se classificou enquanto um estudo de caso histórico-organizacional, na medida em que, segundo Triviños (1987), o interesse do pesquisador volta-se para a vida de uma instituição a partir do conhecimento que existe sobre a mesma.

O estudo de caso se propõe a aprofundar o conhecimento em torno de uma dada questão, não deixando, entretanto, de situá-la em sua totalidade, ou seja, articulando-a as várias dimensões que a cercam, numa perspectiva crítica (MARCONI; LAKATOS, 1996).

O método adotado foi o crítico-dialético, uma vez que o mesmo possibilita apreender aspectos históricos, econômicos, sociais, políticos, ideológicos e culturais que permeiam o objeto de estudo.

Tratou-se de um enfoque qualitativo da realidade, não desmerecendo a contribuição dos dados quantitativos para melhor caracterizá-la.

O processo de conhecimento empírico e o aprofundamento teórico acerca da realidade se deram através de estudo bibliográfico e documental, associados a levantamento de dados junto aos sujeitos da pesquisa: docentes, funcionários e discentes que estiveram ou estão vinculados ao Curso de Serviço Social, considerado na sua trajetória histórica.

A pesquisa foi realizada junto ao Curso de Serviço Social da UEPB, tendo sido devidamente aprovada pelo Comitê de Ética da UEPB, em setembro de 2006.

As fontes primárias foram às informações obtidas junto aos sujeitos da pesquisa e as secundárias decorreram das atas de reuniões, registros fotográficos, resoluções e leis.

Para a coleta dos dados foi utilizada a pesquisa documental; aplicado um formulário com questões relati-

vas ao levantamento de dados sócio-econômicos, visando à elaboração de um perfil dos sujeitos pesquisados, ver apêndices A, B e C, e realizadas entrevistas semi-estruturadas, guiadas por roteiros previamente estabelecidos, os quais encontram-se em apêndices D, E, F, G e H.

O registro das falas foi feito através do uso do gravador, com a devida permissão dos entrevistados, precedido pela assinatura do termo de compromisso livre e esclarecido (TCLE), em conformidade com a Resolução nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

A amostra foi do tipo não probabilística intencional, constituída por vinte e três sujeitos, os quais serão identificados neste relatório através do número de ordem dos formulários. Neste caso, dos vinte e nove docentes que compõem o quadro efetivo do Departamento de Serviço Social, quatro deles foram selecionados e dos doze funcionários em exercício, três. Dos quatrocentos e quarenta e dois alunos regularmente matriculados foram selecionados nove, sendo sorteados nas dezoito turmas dos turnos noite e manhã. Quanto aos docentes, funcionários e discentes egressos, foram entrevistados dois professores, dois funcionários e três alunos, identificados através das placas dos formandos, convites de formatura, livros de registros do Departamento, referências, etc.

Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo, que permitiu compreender criticamente os sentidos e significações explícitas e implícitas.

Resultados

Foi possível constatar que os quatro funcionários entrevistados estão numa faixa etária entre quarenta e oito a oitenta anos de idade. Quanto ao gênero, dois são do sexo feminino e dois do sexo masculino. Residem todos em Campina Grande, sendo dois naturais do município e dois de municípios circunvizinhos. No que se refere ao grau de instrução, um possui o ensino fundamental completo e três possuem nível superior e destes um é pós-graduado, com titulação de especialista.

Esses funcionários iniciaram as suas atividades profissionais na URNe, tendo sido incorporados pela UEPB. Alguns Ingressaram na instituição através de indicação e outros via concurso público. Uns exercem o cargo de auxiliar administrativo e outros de auxiliar de serviços gerais, com carga horária de quarenta horas semanais. Possuem renda mensal que varia entre um a seis salários mínimos. Quanto ao tempo de atuação no curso varia de vinte e quatro a trinta e cinco anos.

No tocante aos seis professores entrevistados podemos inferir que predomina o sexo feminino, com faixa etária que varia de quarenta e dois a sessenta e cinco anos de idade. Quatro destes professores são naturais de Campina

Grande e dois de municípios ou estados circunvizinhos. Quanto à formação acadêmica a maioria é graduada em Serviço Social e apenas um em História. Todos são pós-graduados com titulações de especialistas, sendo alguns também mestres e doutores, com nível salarial acima de seis salários mínimos. Ingressaram na universidade através de concurso público, entre os anos de 1979 a 2002. Destes professores alguns também exercem a profissão de Serviço Social e outros se encontram aposentados.

Quanto aos treze alunos entrevistados, onze são do sexo feminino e dois do sexo masculino. Muitos deles residem em Campina Grande com a família, alguns com amigos e estão na faixa etária de vinte a setenta e quatro anos. Quanto à naturalidade, apenas três nasceram em Campina Grande e o restante em municípios ou estados circunvizinhos. A forma de ingresso no Curso foi através de vestibular, prestado no período que compreende os anos de 1983 a 2007. Dos alunos egressos alguns são pós-graduados em nível de especialização e/ou mestrado e doutorado.

No que se refere ao meio de locomoção utilizado pelos alunos que atualmente estão freqüentando o Curso para se deslocarem até a universidade, bem como no caso dos alunos egressos, foi possível constatar que a maioria utiliza ou utilizava o transporte coletivo, ou seja, o ônibus. Quanto à formação profissional, alguns alunos egressos estão atualmente no exercício da docência no Departamento de Serviço Social da UEPB e outros como

assistentes sociais nas instituições públicas municipais. Dos alunos atuais entrevistados apenas um trabalha. A renda familiar mensal varia de um a mais de seis salários mínimos.

No que diz respeito ao Curso de Serviço Social, foi possível constatar que na década de 1980, quando a URNe enfrentava sucessivas crises financeiras e os professores e funcionários conviviam com constantes atrasos no pagamento de seus salários, chegando até a custearem o material didático utilizado nas aulas. Neste contexto, funcionários, professores e alunos, bem como a comunidade campinense se mobilizaram no sentido de buscarem soluções possíveis para tal situação.

A incerteza de sobrevivência da URNe gerou uma “tensão psicológica”, principalmente nos professores e alunos, provocando desmotivações e até mesmo o afastamento de alguns do Curso. Situação que pode ser constatada na fala de um professor entrevistado:

[...] Com relação ao funcionamento do curso em si agente não passou por aquela crise de dizer “fecha que não tem aula”. “O professor não tem giz”, porque a gente dava aula com giz mesmo e o material didático era por conta do professor e realmente isso ajudou. Agora, foi precária a condição psicológica do trabalho... aí a grande salvação seria a estadualização. A incerteza até para resgatar a motivação para o aluno assistir aula... muitos até se afastando, querendo

trancar, porque achavam que a universidade tava falida. (n° 014).

Pensou-se na federalização da Universidade como saída para a crise, entretanto esta tentativa não foi concretizada, restando, apenas, a alternativa da sua estadualização.

Pode-se dizer que a conjuntura social e política do momento propiciaram as condições necessárias para tal iniciativa. Neste período, vivenciava-se o processo de redemocratização política, que possibilitou a mobilização e organização dos movimentos sociais e o debate acerca da importância da educação para o desenvolvimento do país.

A Associação dos Docentes da URNe (ADURNE), antenada com a nova concepção sobre educação predominante no país naquele momento e ciente das dificuldades da referida Universidade, mobilizou-se em torno da luta pela estadualização da URNe, evidenciando a sua importância não apenas para o estado da Paraíba, mas também para o contexto regional, na medida em que tinha um corpo discente com um número significativo de alunos oriundos dos estados circunvizinhos.

Nesse sentido, um professor comentou:

Diante também de uma discussão em nível de UNESCO sobre educação, a educação, a sustentabilidade do desenvolvimento do país tava se descobrindo que estava dependendo da educação. O resgate da educação se deu nacionalmente e aí a estadualização bateu

na porta onde também todos os outros estados estavam nessa perspectiva de trabalho de avanço e aqui a ADURNE crescia muito com essas discussões quando ia para o embate político. Já ia argumentando que os estados iam avançando e a Paraíba não podia recuar. Os benefícios que essa universidade trazia para os outros estados, como ponto de vista também que a gente tinha aqui a presença de alunos de estados vizinhos e é um benefício social e deveria ter sustentação. (n° 014).

Com a Lei nº 4.977, de 11 de outubro de 1987 é criada a Universidade Estadual da Paraíba, entidade autárquica, vinculada à Secretária da Educação, com sede na cidade de Campina Grande - PB, durante o governo de Tarcísio de Miranda Burity e reitorado do professor Sebastião Guimarães Vieira, sendo credenciada pelo Decreto de 06 de novembro de 1996 do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Conforme consta no Estatuto da Universidade Estadual da Paraíba, aprovado em 04 de abril de 1994 pelo Conselho Universitário, a UEPB recebeu todo o patrimônio, direito, competência, atribuições e responsabilidades da URNe, ou seja, toda a sua estrutura básica, que compreendia: os departamentos agrupados em faculdades, situadas nos Campi Universitários da instituição, adotando até então a organização multicampi com unidades localizadas em vá-

rias cidades do Estado. Integravam a Universidade também as Escolas Técnicas, Escola Agrícola Assis Chateaubriand e a Escola Agrotécnica de Catolé do Rocha-PB, oferecendo ensino de primeiro e segundo graus, cumprindo assim uma função complementar através do ensino profissionalizante, servindo até de estágio para os alunos do ensino superior.

Para Melo (2003), ao contrário do que se esperava, não aconteceu propriamente uma estadualização, mas a extinção da URNe e a criação da UEPB. Segundo o autor, é necessário reconhecer que, se o mérito maior no processo de reconhecimento da Universidade coube ao ex-reitor Itan Pereira, no que diz respeito à criação da UEPB, um lugar decisivo e fundamental ocupou o reitor Sebastião Guimarães Vieira que, liderando os segmentos universitários e sensibilizando as lideranças políticas, soube viabilizar a realização de um sonho longamente acalentado.

O Curso de Serviço Social teve uma participação política relevante nesse processo, o que pode ser observado no depoimento a seguir:

[...] Serviço Social esteve presente em todos os momentos, por mais difíceis que os momentos fossem o Serviço Social estava presente: professor, aluno, funcionário, entendeu? Estavam presentes, era greve, era tudo, estava presente, porque todos já estavam conscientes da situação da universidade e tinha que trabalhar. Tinha que lutar por

dias melhores e graças a isso estamos hoje atingindo um nível bem melhor. (n° 015).

O final da década de 1980 foi um período marcado por importantes inovações na formação profissional do assistente social, com a implantação de um novo currículo. O Curso de Serviço Social da UEPB participou dos debates realizados pela categoria profissional em nível nacional e enfrentou grandes desafios na implementação do citado currículo, visto que muitos alunos foram prejudicados em decorrência desta implantação simultaneamente ao processo de estadualização, conforme depoimento de uma professora:

Na década de 80, para formação do assistente social foi uma década de muita discussão a nível de Associação Brasileira de Serviço Social na formação profissional. Muitos encaminhamentos para direcionar novos currículos para melhorar a linha profissional. As perspectivas do profissional que deveria sair e a gente teve mudanças sérias, inclusive os alunos mesmo ficaram prejudicados porque estavam numa grade curricular e se implantou novas grades curriculares e eles com dificuldade de aproveitamento do que tava lá e o que ia ficar. Isso em meio à estadualização, aí não fez implicações diretamente na formação, né? (n° 014).

Nesse contexto, o Serviço Social brasileiro estava vivenciando a recusa ao tradicionalismo na profissão e o debate centrava-se na incorporação do marxismo como matriz teórica. O questionamento das bases tradicionais era notório, na medida em que estas se mostravam insuficientes para a compreensão da realidade e para a articulação entre teoria e prática, essencial para a formação profissional do assistente social. No entanto, esta incorporação se deu, a princípio, de forma enviesada, conforme Netto (1991), demandando do assistente social a transformação social da realidade. Predominou a idéia de conscientização e transformação social presentes nas obras de Paulo Freire.

O Curso de Serviço Social da UEPB, neste momento seguiu a tendência predominante, pois adotou a idéia de conscientização, de transformação social, segundo depoimento de uma professora:

[...] agente já tinha paradigmas em discussão no Serviço Social para a questão do marxismo. A gente tinha correntes do marxismo e tinha correntes tradicionalistas e ainda trabalhava na linha de caso, grupo e comunidade [...] você tinha um grupo de disciplinas elencadas como disciplinas teóricas, ou práticas e a gente quando ia para a prática do estágio muitas vezes não estava aliando aquele estágio ao conhecimento que foi visto [...] e essas eram as dificuldades da década de 80. [...] José Paulo Netto era o indicativo,

[...] porque a ética era também da conscientização, conscientização dentro da educação, era a questão de Paulo Freire, conscientizar, depois era a transformação da realidade social, essa transformação tinha de regra pela ruptura do conhecimento tradicional pela adoção do marxismo [...] (nº 014).

Com a estadualização, a estrutura física do Curso de Serviço Social permaneceu inalterada. O acervo bibliográfico era insuficiente e os equipamentos utilizados pelos funcionários da secretária eram máquina de datilografia e dois computadores, os quais os alunos não tinham acesso. As condições de trabalho dos docentes permaneceram precárias, com recursos didáticos resumidos apenas a quadro negro e giz.

Para uma professora entrevistada,

[...] as condições eram precárias porque os recursos dependiam dos poucos recursos que a universidade disponibilizava para cá. O que precisava para a pesquisa muitas vezes tinha que ser custeado [...] de instrumento de trabalho era só o giz mesmo, o quadro e o giz. Até para locar fita teve época que agente não tinha sequer como usar, porque não tinha sala. Aqui em termos do físico... agente tinha uma saletazinha, metade de uma sala dessa e a gente utilizava como a sala de recursos visuais que não dava para

colocar a turma. Computador a gente recebeu dois que eram uma calamidade porque ninguém sabia quem tinha direito de ficar nele. Alguns alunos queriam e outros não. A precariedade do trabalho era grande, porque a gente não tinha biblioteca, uma coisa que ainda é notória e o professor nem utilizava a biblioteca porque desconhecia, porque sabia que não tava atualizada. Quando a gente tava nas discussões dos encontros se atualizando, aqui a gente não tinha nada documental porque não tinha atualização de acervo bibliográfico, a gente tinha que recorrer às compras de um volume para o professor que quisesse. Ai, o aluno utilizava o acervo do próprio professor, era o professor que fornecia acervo para o aluno [...] (n° 014).

Nesse período, observou-se que o Curso não possuía recursos materiais e o ensino se restringia a leitura de apostilas, muitas vezes ultrapassadas, segundo depoimento de um aluno egresso:

[...] a gente estudava por apostila, o professor preparava a apostila e trazia a apostila antiga (n° 018).

A estrutura administrativa do Curso, na época da estadualização, era composta por diretor, diretor adjunto e

coordenação de estágio. A definição dos nomes para composição do corpo administrativo se dava através de eleições que aconteciam a cada dois anos.

Os campos de estágios supervisionados existentes no Curso eram nas instituições públicas, como Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DENOCS), escolas estaduais, Clínica de Fisioterapia da UEPB e nas Sociedades Amigos de Bairros (SABs) e movimentos sociais, além de instituições privadas como o Serviço Social da Indústria (SESI). É válido ressaltar que, foram também conquistados estágios em hospitais e em instituições que trabalhavam com crianças e adolescentes. Através da prática do estágio, o Curso mantinha uma forte ligação com a comunidade, de acordo com o depoimento de uma professora:

“[...] os estágios de comunidade foram saindo de rota, mas funcionava também. Então a gente tinha estágio em empresa, instituições, principalmente, de educação, serviço público de atendimento da própria universidade nos outros cursos, fisioterapia e do Curso de Serviço Social para o atendimento da comunidade [...] Então, a gente fazia uma relação entre comunidade e atendimento e especialmente era muito amplo o número de estágio em escolas. Ai a questão da saúde sempre foi conquista, mas houve também o momento de saúde. Vem

também às questões sociais criança e adolescente, outra área que foi sendo conquistada e tinha muito, [...], em empresa foi muito restrita, até a década de 80 a gente ainda teve. O DENOCS, algumas repartições que remuneravam também, SESI [...] (n° 014).

Na época da estadualização, a pesquisa e a extensão no Curso de Serviço Social não estavam dinamizadas, predominava a prática do ensino. O corpo docente enfrentava dificuldades, em especial, financeiras para se qualificar. somente em meados da década de 1990, mais precisamente nos anos 2000, com a regulamentação da capacitação dos docentes da Universidade e, conseqüentemente, com o ingresso de professores com titulação de mestres e doutores, a pesquisa e a extensão foram fortalecidas, conforme depoimento de uma aluna egressa:

[...] nós não tínhamos pesquisa, pelo menos em Serviço Social nós não tínhamos pesquisa, nós tínhamos ensino. Até o ano que eu me formei não tenho conhecimento e realmente não tinha projeto de iniciação científica até porque a universidade, se você pegar o relatório de pesquisa, se você pegar o grupo de pesquisa, os anais de pesquisa de Serviço Social só vai ter seu primeiro projeto de iniciação científica de PIBIC, se eu não me engano, em 2001[...] (n ° 018).

Nesse período, o corpo docente era composto em sua maioria por graduadas em Serviço Social, que trabalhavam também como assistentes sociais nas instituições do município. Não era exigido titulação para seu ingresso e permanência no Curso, nem eram liberadas para qualificação, Os poucos professores que buscavam se qualificar, disponibilizavam os seus próprios recursos para tal, numa demonstração de uma total ausência de política de capacitação docente na instituição, conforme a fala de uma professora:

[...] com muito sacrifício porque iam fazer em João Pessoa. A gente tinha dificuldade aqui das especialidades porque o profissional tinha que ir. Era João Pessoa, Recife, Fortaleza, Natal, a maioria se deslocava mesmo para João Pessoa e o deslocamento também por sala de aula, não era dispensado da sala de aula. Professor reduzia para 12 hora/aula para ele manter seu mestrado. [...] dentro da nossa área, eu não conhecia ninguém aqui que teve bolsa para a pós-graduação, daqui da escola na época era custeada pelo próprio professor. (n° 014).

Ao que tudo indica, o isolamento físico do Curso, visto que encontra-se até hoje instalado em prédio independente do Campus Universitário, vem contribuindo negativamente no intercambio cultural com os demais cursos

da instituição, o que pode ser observado no depoimento de uma professora, a seguir:

[...] independente da estadualização o pessoal sempre teve muito respeito com esse curso e a gente não deixava de ter intercâmbio, de ter participação. Agora, com relação com os demais cursos da UEPB às vezes o Curso de Serviço Social se sentia privilegiado porque era um curso antigo, tinha uma estrutura mais forte, mas na dinâmica do conhecimento sempre foi mais isolado, sempre Serviço Social foi isolado. Até essa questão de não vir pro campus já é uma questão de que poderia ser mais um isolamento. Quebra as relações interpessoais. (n° 014).

No tocante ao corpo discente, em sua maioria, era formado por mulheres, oriundas de cidades ou estados circunvizinhos, com condições econômicas precárias, segundo depoimento de uma professora:

Agora, os alunos nossos nesse período do interior era demais. Eles vinham de caminhão de carrada, de ônibus que a prefeitura dava. Ele forçava a barra, vinham assistir aula e voltavam durante a noite. Muitos, não eram poucos, não era nem tipo de fixar residência em Campina Grande. (n° 014).

Na década de 1990, a estrutura física do Curso de Serviço Social permaneceu praticamente inalterada, segundo o depoimento de uma aluna egressa :

Olhe, é a mesma coisa praticamente. Você tem pequenas reformas, mas a estrutura em si permanece. A biblioteca é do mesmo jeito, né? Esta pracinha, hoje ela tá arrumadinha, toda bonitinha, mas a quantidade de sala de aula é a mesma. O amigão, né? Que é o nosso primeiro contato quando agente chega dentro da Universidade é com o amigão [...] (n° 011).

Conforme documentos consultados, em 1992 foi inaugurada a biblioteca setorial do Curso, a partir da doação de livros da ex-aluna Luiza Erundina de Souza. Enquanto expressão de agradecimentos, esta biblioteca recebeu o nome de "Biblioteca Luiza Erundina de Souza".

No que se refere aos campos de estágios, percebeu-se que na década de 1990 houve uma tentativa, em vão, de se retomar o trabalho desenvolvido nas comunidades. Predominaram as experiências de estágio em instituições públicas, fato que expressa a tendência historicamente predominante no mercado de trabalho do assistente social, que tem como seu maior empregador o setor público, conforme pesquisas já realizadas a nível nacional. Na atualidade o Curso possui cerca de trinta campos de estágio, dis-

tribuídos em instituições públicas, privadas, filantrópicas e organizações não governamentais (ONGS).

A primeira reformulação do currículo mínimo fixado no Curso ocorreu no ano de 1993, tendo em vista a distribuição das disciplinas não estarem atendendo às reais necessidades dos alunos, conforme Projeto de Reformulação do Currículo Mínimo do Curso de Serviço Social de 1992.

Nesse mesmo período, na Faculdade de Serviço Social é implantado o Curso de Especialização em Políticas Sociais e proposto à criação do Núcleo de Pesquisa e Estudos de Práticas Sociais (NUPEPS), como um espaço institucional de desenvolvimento acadêmico que capta e orienta energias, inclusive, constituindo uma condição indispensável para a implantação da pós-graduação na UEPB. Este Núcleo somente será implantado em 1995, tendo sido reestruturado em 2006. Desenvolve atualmente pesquisas vinculadas ao Programa Institucional de Iniciação Científica (PROINCI/UEPB), com a participação de docentes e discentes da UEPB e encontra-se certificado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq).

No intuito de consolidar a pós-graduação no âmbito da Faculdade de Serviço Social, foi encaminhada a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) uma proposta de criação do Curso de Mestrado em Serviço Social, para integrar o Sistema Nacional de Pós-graduação. Após parecer da Consultoria

Científica Externa, o Presidente da CAPES, Abílio Afonso Beata Neves, em 25 de abril de 1995 decidiu por não recomendar o mencionado curso sob os argumentos, dentre outros, da inexistência de doutores no corpo docente permanente do Curso de Serviço Social.

Vale ressaltar que, nesse período o corpo docente era formado por professores mestres e especialistas. Somente em 1998, através de Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Titular do quadro do Magistério Superior da UEPB são admitidos três professores doutores para integrarem o quadro efetivo do Curso de Serviço Social, bem como para o Mestrado em Ciências da Sociedade.

Em 1995 iniciaram-se os debates no Curso de Serviço Social da UEPB sobre a reforma curricular e avaliação do processo de formação do assistente social, em consonância com as discussões a nível nacional propostas pela ABESS. Estes debates culminaram com a implementação das atuais Diretrizes Curriculares, em 1996, sendo um dos primeiros cursos no Brasil a implementá-las.

As discussões impulsionadas pela ABESS eram movidas, conforme argumenta Iamamoto (1998), pela preocupação de construir, no âmbito do Serviço Social, uma proposta de formação profissional em sintonia com os novos tempos, comprometida com os valores democráticos e com a prática de construção de um novo ordenamento das relações sociais. Para a autora, a nova proposta de diretrizes curriculares para o curso de graduação em Serviço

Social, é resultado de um acúmulo de debates, troca de experiências e produção acadêmica em torno da formação profissional e revisão curricular.

Ainda em 1995 é criado o “Grupo Flor e For: estudos de Gênero”, agregando professores e alunos de vários Cursos da UEPB e profissionais interessados na temática de gênero. Este Grupo objetiva, dentre outros, estudar e discutir temáticas relacionadas à questão de gênero; realizar projetos de pesquisa e extensão; promover reuniões, seminários, oficinas e capacitações sobre relações de gênero. O Grupo encontra-se certificado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e filiado à Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, bem como à Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR) e a Secretaria Executiva da Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba. Desenvolve, no momento atual, pesquisas vinculadas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UEPB) e ao PROINCI/UEPB, além do projeto de extensão “Transformar para incluir”: fortalecimento da cooperativa de trabalhadores em materiais recicláveis de Campina Grande (COTRAMARE), com o apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia, através do CNPq.

Em 26 de fevereiro de 1996, conforme Estatuto elaborado pelo Conselho Universitário - CONSUNI tem-se a criação dos Centros, a partir dos quais se deixa de lado a denominação faculdade para chamar-se curso. Neste sen-

tido, a Faculdade de Serviço Social, agora Curso de Serviço Social, passa a integrar o Centro de Ciências Sociais Aplicadas, juntamente com os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Comunicação Social.

A partir de 1997, é vivenciada na UEPB a reforma acadêmica, proposta, conforme Melo (2005), numa perspectiva de adequar a formação acadêmica às mudanças processadas na sociedade atual. Esta reforma, segundo a autora, ao priorizar a reformulação curricular dos Cursos de Graduação, estabeleceu diretrizes e pressupostos filosóficos e epistemológicos, para a elaboração dos Projetos Pedagógicos que, até certo ponto, se contrapunham àqueles formulados pela política oficial, orientados pela e para a lógica do mercado.

Ainda na década de 1990, mais precisamente em 1998, tem início no Departamento de Serviço Social às ações do “Projeto Fim de Tarde - o que o Serviço Social precisa: pensar a cultura”, como atividade de extensão Universitária vinculada ao Grupo Flor e Flor. Esse Projeto tinha o objetivo de “sensibilizar o corpo docente, discente e funcionários do Departamento de Serviço Social para os aspectos culturais de nossa sociedade”, desenvolvendo atividades de teatro, dança, palestras, oficinas, etc. Seu funcionamento estendeu-se até mais ou menos o ano de 2001.

Em 1999, foi aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, o qual até hoje está em vigor. Neste Projeto, estão explícitos os objetivos

do curso, o perfil do profissional que se quer formar, a mudança do sistema de créditos para o sistema seriado, o ementário dos componentes curriculares, bibliografias recomendadas, entre outros.

Em 2000 ingressaram no Curso de Serviço Social da UEPB, três alunos apresentando deficiência visual, mais precisamente nos anos 2000, 2001 e 2006. Com esse ingresso veio à tona a inadequada estrutura física, didático - pedagógica, etc. do curso para atender aos alunos com necessidades especiais. A partir disto, por iniciativa da então Coordenadora do Curso, foi implementado um sistema de “Tutoria Especial”, com a participação de monitores para prestar assistência pedagógica aos referidos alunos.

O “sistema de Tutoria Especial”, posteriormente deu origem a um Projeto de extensão, sistematizando assim as ações destinadas para os alunos com necessidades especiais. Em 2004, com a presença da magnífica reitora da UEPB no Departamento de Serviço Social, esta demanda foi colocada em pauta, visando o apoio institucional efetivo para consolidar tal iniciativa, ao tempo em que tornando visível uma necessidade presente no contexto da Universidade. A partir daí, com o apoio da administração central da Universidade o citado Projeto de extensão foi ampliado e renomeado: “A UEPB em busca da Educação Inclusiva”.

Assim, pela RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEP/013/2006 foi criado o Programa de Tutoria Especial no Âmbito

da UEPB, vinculado à Pró - Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - PROEAC, com os seguintes objetivos: oferecer assistência pedagógica ao aluno com necessidades especiais, regularmente matriculado em curso de Graduação, com a finalidade de facilitar o acesso e a permanência dos mesmos na academia e proporcionar ao tutor experiências que contribuam para o seu processo de formação através do exercício de práticas pedagógicas que sejam resultado de reflexão teórica.

Em 2001 foi realizado concurso público para docentes, possibilitando o ingresso de quatorze professores mestres no Departamento de Serviço Social, bem como a liberação de diversos professores para capacitação docente no nível de doutorado.

Em 2003, outro concurso foi realizado, agora para o preenchimento de cento e quarenta e uma vagas para o cargo de professor do quadro permanente, o que possibilitou o ingresso de mais cinco professores mestres no Departamento.

Vale salientar, que com a concretização desses concursos e a admissão desses professores constitui-se um quadro docente permanente significativo no Departamento de Serviço Social, atendendo a uma reivindicação histórica, pois havia um alto número de professores substitutos, com vínculos empregatícios precarizados.

Em 2004, a UEPB, conquista a sua autonomia na qual a Instituição adquire autonomia financeira, didá-

tico-científica, administrativa e patrimonial. Ao reconhecer à autonomia financeira da UEPB, o Estado assegurou o percentual mínimo de 3% (três por cento) da receita ordinária arrecadada pelo governo, sendo, portanto, transferida a responsabilidade de repasse do orçamento para o custeio das despesas à instituição, no caso, a UEPB.

No Departamento de Serviço Social, com a efetivação da mencionada autonomia observou-se mudanças significativas, especialmente no que se refere à estrutura física do prédio e aquisição de equipamentos. O prédio sede do Departamento foi restaurado, pois se encontrava em precárias condições de funcionamento, além de instalado um laboratório de informática e adquirido novos equipamentos.

Ainda, em 2004, foi estruturado o “Grupo de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS)”, pelos professores e alunos do Curso de Serviço Social e Estatística interessados em estudar e entender a configuração das políticas sociais na contemporaneidade. O GEAPS está certificado no Diretório dos Grupos do CNPq e tem como objetivos, dentre outros, desenvolver pesquisa que busquem compreender criticamente o papel do Estado e da sociedade civil na contemporaneidade e seus rebatimentos nas políticas sociais. Vem desenvolvendo pesquisas vinculadas ao PIBIC e ao PROINCI.

Os Cursos de Serviço Social no Brasil, no ano de 2004, são submetidos ao Exame Nacional de Desempenho

dos Estudantes - ENADE. Na UEPB, o Curso de Serviço Social inscreveu noventa e nove alunos, dos quais grande parte optou por zerar a prova, em sintonia com o movimento estudantil a nível nacional, como protesto a forma como essa avaliação vem sendo processada.

Também em 2004, o Curso iniciou o processo de revisão curricular, que tem como objetivo superar as lacunas existentes no currículo em vigor. Porém, tal revisão até o momento não foi concluída, conforme comentário de uma professora, a seguir:

[...] essa revisão curricular ela foi iniciada acredito que em 2004 ou foi 2005. É, desde essa época que essa revisão não foi concluída, diante de várias problemáticas, mas acredito que por falta da compreensão da chefia e da coordenação do curso de priorizar essa revisão curricular, que passa ano, passa ano, passa gestão e agente nota que essa revisão não sai. Também pela ausência de tempo dos professores né? Pela falta de funcionalidade das equipes formadas para composição dessa revisão curricular... (n° 010).

Em 2006 entra em vigor o programa Estudante-Convênio de Graduação, firmado em dezembro de 2005 mediante acordo estabelecido entre o Brasil e outros países, que permite o ingresso de estudantes estrangeiros na UEPB. Através deste Convênio foram admitidos na UEPB, vinte e

seis alunos oriundos de Cabo Verde - África, dos quais uma aluna ingressou no Curso de Serviço Social.

Atualmente, o Curso de Serviço Social da UEPB funciona nos dois turnos (manhã e noite), adota o sistema seriado anual, tendo duração de quatro anos para o curso diurno e cinco anos para o noturno. O corpo docente é constituído por vinte e nove professores, dentre os quais, quatro são doutores, três doutorandos, um especialista e os demais mestres.

O corpo discente, por sua vez, é constituído por aproximadamente quatrocentos alunos, majoritariamente do sexo feminino, oriundos do município de Campina Grande, de outros Estados e de cidades vizinhas. O ingresso dos discentes é realizado através do vestibular ou por transferência,

O movimento estudantil se dá através do Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS) e da Comissão Representante de Turma (CORETUR). Alguns alunos compõem a coordenação da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e da Associação Brasileira de Estudos e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS/ regional).

No entanto, não há uma participação efetiva do conjunto dos discentes no referido movimento, segundo comentou um aluno entrevistado:

[...] alunos tem a visão de que o Curso ele serve exclusivamente para dimensão da for-

mação profissional, esquecendo-se que nossa profissão tem uma dimensão política... ela, eminentemente, tem essa dimensão política. Que há a necessidade dessa articulação, desse envolvimento junto aos movimentos sociais, que também contribui para a nossa formação profissional (n° 010).

Assim, foi possível verificar que o movimento estudantil no Curso de Serviço Social da UEPB, na visão dos alunos entrevistados, encontra-se desmobilizado, expressando a tendência atual predominante nos movimentos sociais do país. Neste sentido, um aluno comentou:

Movimento estudantil existe, agora organizado ele não é. Então, a influência é muito pouca, é tanto que você nem sabe mesmo quais são as pessoas que participam do movimento estudantil. Você vê poucas pessoas que se destacam e isso quando se tem um evento maior (n° 07).

A administração do Curso é constituída pelo Chefe e Subchefe de Departamento, Coordenador de Curso e Coordenador Adjunto, Coordenador de Trabalho Acadêmico Orientado (TAO) e Coordenador de Estágio Supervisionado. Estes cargos são referendados através de

processo eleitoral, com a participação de docentes, discentes e funcionários.

As principais datas comemoradas pelo Curso são: o Dia do Assistente Social e o Dia Internacional da Mulher, com a realização de palestras, oficinas, etc.

A formação profissional é fundamentada, basicamente, no marxismo, embora ainda se observe a presença de correntes teóricas “conservadoras”, “neoconservadoras”, “positivistas” e “funcionalistas”, segundo comentou um aluno:

[...] embora tenha como o referencial marxista, a gente nota, né? correntes conservadoras, neoconservadoras, né? Positivistas, funcionalistas, dentro da fala, né? E da compreensão de alguns professores. É, como também a gente tem a postura e a noção, a compreensão de algumas correntes pós-modernas que também estruturam a compreensão e a reflexão de alguns professores (nº 010).

Dessa forma, pode-se dizer que, mesmo sendo o marxismo a perspectiva teórica hegemônica no Serviço Social brasileiro, o conservadorismo na profissão não foi superado na sua totalidade, segundo já analisou Netto (1999).

Portanto, o Curso de Serviço Social da UEPB vem escrevendo a sua história no município de Campin Grande, em sintonia com o Serviço Social brasileiro.

Discussão

Situar o Curso de Serviço Social da UEPB, considerando o contexto da estadualização até o momento atual, o que resulta em vinte anos de história, não foi, sem dúvida, uma tarefa fácil, pois se tratou de um trabalho investigativo arrojado em função do volume de material coletado e analisado e dos requisitos de um estudo de caso e sua natureza qualitativa.

Além dessa constatação, que se constituiu em desafio a ser enfrentado, conviveu-se com a precariedade e desorganização do arquivo existente no Departamento de Serviço Social, o que obstaculizou, consideravelmente, a coleta de dados, bem como, a identificação dos sujeitos da pesquisa, a exemplo dos professores, funcionários e alunos que não mais estão vinculados ao Curso de Serviço Social. Vale salientar, que se recorreu ao Setor de Recursos Humanos e Pró-reitoria de Ensino de Graduação da UEPB, sem, no entanto, obter-se sucesso.

A partir dos dados obtidos é possível considerar que, o Curso de Serviço Social na década de 1980, em decorrência da efervescência política da época, teve uma significativa atuação na luta pela estadualização da URNe. Com especial destaque para o movimento estudantil.

Nesse período, convivia com sérias dificuldades financeiras, que repercutiam negativamente nas condições de trabalho e, conseqüentemente, na qualidade da formação profissional oferecida.

Foi possível constatar nos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, no que se refere as mudanças ocorridas no Curso, com a sua incorporação a UEPB, que ocorreram melhorias significativas na qualidade do ensino. Entretanto, alguns evidenciaram a permanência da precariedade das instalações físicas e das condições de trabalho.

Os estágios, desde a década de 1980 até os dias atuais, continuam, em sua maioria, nas instituições públicas e foram considerados precários, pois é perceptível o descompasso entre as expectativas dos discentes e o exercício profissional do assistente social supervisor institucional.

Na década de 1980 havia um maior dinamismo cultural no Curso, visto que se celebrava com maior frequência datas comemorativas juntamente com as comunidades com as quais se trabalhava. No entanto, a pesquisa e a extensão não estavam dinamizadas, o que irá acontecer somente a partir dos anos 1990.

Vale ressaltar que apesar de seu destaque enquanto instituição de ensino superior, desde sua criação em 1987, a UEPB somente foi credenciada em 1996, conquistando a sua autonomia em 2004, fatos que despertam interesses investigativos.

Constata-se que a UEPB vem conseguindo consolidar-se enquanto instituição pública de ensino superior. Porém, não significando a total superação dos desafios apresentados em cada contexto histórico.

Além do seu reconhecimento e autonomia, outras conquistas devem ser ressaltadas, a exemplo da criação dos Centros (1996) e da implantação da Reforma Acadêmica efetuada em 1997.

A criação dos Centros na UEPB pode ser considerada como uma forma de articulação entre os cursos das diversas áreas da instituição, na busca de facilitar o intercâmbio entre os discentes e docentes e os próprios cursos. Entretanto, é preciso salientar que, diversos cursos ainda encontram-se instalados em prédios isolados, a exemplo do Curso de Serviço Social, o que dificulta uma maior integração no contexto universitário.

O Curso de Serviço Social, no contexto da UEPB, apresenta características semelhantes aquelas já registradas pelos autores que discutem o ingresso do Serviço Social na Universidade Pública, em particular Netto (1996) e Yamamoto (1998). Ou seja, esta inserção possibilitou que a formação profissional fosse submetida às exigências da pesquisa e da extensão.

Com a criação dos Grupos de Pesquisa no Departamento de Serviço Social a pesquisa e a extensão foram dinamizadas, subsidiando a formação profissional e o exercício da prática.

A partir da pesquisa documental percebeu-se que, apesar das grandes limitações e obstáculos ocasionados pelas constantes greves, pelas precárias condições de trabalho de docentes e funcionários o Curso de Serviço Social da UEPB na década de 1990 se empenhava na construção de uma formação profissional alinhada às diretrizes do Serviço Social nacional.

Nesse sentido, buscava oferecer qualificação teórica e prática aos seus professores, alunos e funcionários, através da busca pela implantação da pós-graduação, da promoção e participação nos eventos científicos, debates, seminários e cursos de capacitações.

Ressalta-se o programa de Educação Continuada oferecido aos funcionários; a participação do corpo discente, docente e de funcionários no processo de avaliação curricular do Curso, cujo debate versava sobre os paradigmas da formação profissional naquele contexto; e a liberação de professores para cursos de mestrado realizados muitas vezes em outros estados.

Os documentos registram as solicitações enviadas pelo Departamento à Reitoria para que esta viabilizasse os mecanismos necessários à criação de um curso de mestrado em Serviço Social. Entretanto, a insuficiência de recursos materiais, bem como a inexistência de professores doutores no quadro de docentes culminou com reprovação do projeto que criaria o referido curso.

A crise financeira era um assunto corriqueiro na história da URNE, bem como da UEPB, conforme os documentos consultados. Daí se dizer que as greves ocorridas nesta Universidade fazem parte das intensas lutas de docentes, funcionários e discentes por um ensino público com qualidade.

Com a criação da UEPB, observou-se que as possibilidades de ingresso dos discentes no Curso de Serviço Social e a sua conclusão foram viabilizadas. Os registros ressaltam as precárias condições financeiras dos estudantes, os quais por muitas vezes não podiam pagar as mensalidades cobradas pela URNE.

Apesar das seqüentes crises financeiras que a URNE enfrentou e das várias tentativas de sua federalização, a universidade, que veio quase a sucumbir, encontrou na estadualização o canal de expansão de todo o seu potencial. Atualmente, a UEPB conta com diversos cursos distribuídos nos campi de Campina Grande, Guarabira, Catolé do Rocha, Lagoa Seca e, mais recentemente, João Pessoa, Monteiro e Patos.

Mesmo com o complexo cenário político e econômico instalado no Brasil, onde impera o projeto neoliberal, no qual os interesses mercadológicos predominam, perceberam-se avanços no Curso de Serviço Social no município de Campina Grande-PB.

Destaca-se a consonância entre a formação profissional implementada pelo Curso e o Projeto Ético-político

da profissão, com ênfase para o fato de que este Curso foi um dos primeiros no país a implementar as novas diretrizes curriculares.

Possibilitado pelos concursos realizados para o preenchimento de vagas para o cargo de professor do quadro permanente da UEPB, o corpo docente do Curso de Serviço Social apresenta-se com um perfil de qualificação considerável.

Vale destacar, o seu pioneirismo no que se referem às ações destinadas aos alunos com necessidades especiais. Hoje, a UEPB desenvolve o Programa de Tutoria Especial como resposta a uma demanda que foi impulsionada pelo Curso de Serviço Social, no seu protagonismo na luta pela consolidação dos direitos sociais.

No tocante a organização estudantil, verificou-se o engajamento dos membros do Centro Acadêmico nos espaços e fóruns do Movimento Estudantil de Serviço Social a nível nacional, numa demonstração de compromisso com a formação profissional. Entretanto, sem poder de mobilização.

A atual conjuntura política, social e econômica do país, onde está em curso a Reforma Universitária com cortes no financiamento da educação pública e privilégio ao ensino superior privado, certamente, tem repercutido de forma negativa para o fortalecimento da UEPB e, conseqüentemente, para o Curso de Serviço Social, colo-

cando desafios para a consolidação de uma formação profissional requerida pelo Serviço Social contemporâneo.

Conclusões

A partir dos dados coletados pode-se inferir que, do período em que se deu a criação da UEPB, comparado com os dias atuais, nota-se que novos horizontes foram constituídos em relação as possibilidades de ingresso e conclusão do Curso pelos discentes, pois o ensino tornou-se público e gratuito, ampliando assim o número de alunos a partir de então.

É notável a preocupação do Departamento de Serviço Social em oferecer um ensino de qualidade, uma formação profissional alinhada à contemporaneidade, comprometida com os valores éticos-políticos da profissão e com uma prática voltada a um novo ordenamento das relações sociais, além da consonância com o ensino oferecido nos Cursos de Serviço Social no país, atendendo, portanto, as diretrizes curriculares fixadas desde 1996.

É observável também, a permanente busca pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão, visto que no Departamento existem os núcleos de pesquisa com um número considerável de docentes e discentes envolvidos em atividades de pesquisa e extensão. Bem como o seu protagonismo em levar para o contexto da UEPB as demandas que atendam a efetivação dos direitos sociais, impulsionando a implementação de respostas institucionais favoráveis.

É evidente o esforço da representação estudantil, quando da sua inserção nas lutas da categoria, trazendo para o Curso as discussões presentes à nível nacional.

Portanto, o Curso de Serviço Social no município de Campina Grande registra avanços, mas também enfrenta grandes desafios no que se refere, principalmente, a estrutura física, que repercute negativamente nas condições de trabalho; a dificuldade de implementar cursos de pós-graduação que qualifiquem os seus docentes e os profissionais por ele formados; o insuficiente acervo bibliográfico; e os entraves para a participação em eventos à nível nacional que decorrem da falta de recursos financeiros, rebatendo no intercâmbio científico.

Espera-se que os resultados desta pesquisa sirvam de suporte para futuras investigações, bem como para subsidiar a reconstrução da história do Serviço Social em Campina Grande e da própria UEPB.

Referências

ALMEIDA, Ana Aluska da Silva et al. **A Faculdade de Serviço Social de Campina Grande inserida no contexto universitário**. Trabalho apresentado no componente curricular Fundamentos Históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social I. Campina Grande, 2004.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**: geral e Brasil. 3ª ed. São Paulo: Moderno, 2006.

BARROCO, M. L. “Informe: o novo Código de Ética profissional do Assistente Social”. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 41. São Paulo: Cortez, 1993, p.158-162.

_____. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005

BRASIL. Decreto de 6 de novembro de 1996. Credencia a Universidade Estadual da Paraíba, com sede na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília, 7 de novembro de 1996. fls. 01.

CASTRO, Manuel M. **História do Serviço Social na América Latina**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Ensino e Pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. In: **Cadernos ABESS** nº 06. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998b.

IAMAMOTO, **Marilda V;** **CARVALHO**, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1988.

LIMA, **Damião de.** Impactos e Repercussões Sócio-econômicas das Políticas do Governo Militar no Município de Campina Grande (1964-1984). Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004, 300p.

MARCONI, **Marina de Andrade;** **LAKATOS, Eva Maria.** **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCOSIN, **Cleier.** O Serviço Social no Estado da Paraíba. nota de aula. João Pessoa, 1995.

MARTINELLI, **Maria L.** **Serviço Social:** identidade e alienação. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARSIGLIA, **Regina M. Giffone.** O Projeto de Pesquisa em Serviço Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social** - Módulo 5. Brasília: UnB; Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2001.

MELO, **Luis Gonzaga de.** **Da Universidade Regional à Estadual da Paraíba.** 2ª ed. Campina Grande: EDUEP, 2003.

MELO, **Maria Ângela Vasconcelos Lopes.** Inovações e Mudanças Curriculares na Reforma Acadêmica da UEPB: a referência no curso de física.. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande -PB. 2005,130p.

NETTO, **José Paulo.** **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Serviço Social e Sociedade, nº 50. São Paulo: Cortez, 1996, p.92-110.

_____. A Construção do Projeto ético-político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social** - Módulo 1. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 1999.

_____. “O Movimento de Reconceituação - 40 anos depois”. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 84. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Valéria Rezende de. Política de Assistência no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 31. São Paulo: Cortez, 1989, p. 98-118

PARAÍBA, Lei nº 4.977, de 11 de outubro de 1987. Cria a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Paraíba, Poder Executivo. João Pessoa, 24/ 10/ 87.

_____. Lei n. 7643, de 6 de agosto de 2004. Dispõe sobre a autonomia da Universidade Estadual da Paraíba e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Paraíba. João Pessoa, 7/ 08/ 2004.

_____. Universidade Estadual da Paraíba. Conselho Universitário – CONSUNI. Estatuto da Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 04 de abril de 1994.

_____. Universidade Estadual da Paraíba. Conselho Universitário – CONSUNI. Estatuto da Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 26 de fevereiro de 1996.

_____. Universidade Estadual da Paraíba. RESOLUÇÃO/UEPB/CONSUNI/48/2005. Cria o Programa Estudante-Convênio de Graduação. Campina Grande, 21 de dezembro de 2005.

_____. Universidade Estadual da Paraíba. RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/027/99. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Campus I, da Universidade Estadual da Paraíba, que reformula o Currículo fixado pela resolução UEPB/CONSEPE/36/93 e dá outras providências. Campina Grande, 19 de julho de 1999.

_____. Universidade Estadual da Paraíba. RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/013/2006. Cria o Programa de Tutoria Especial no âmbito da UEPB. Campina Grande, 07 de julho de 2006.

TRIVIÑOS, **Augusto N. Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA.
Departamento de Serviço Social. Projeto de Reformulação
do Currículo Mínimo do Curso de Serviço Social. Campina
Grande, 1992.

_____. Projeto Político-pedagógico do Curso de
Serviço Social. Campina Grande, 1999.

YAZBEK, **Maria Carmelita**. Os Fundamentos do Serviço
Social na Contemporaneidade. In: **Capacitação em
Serviço Social e Política Social - Módulo 4**. Brasília:
UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância
, 2000, p 18 - 34.

SOBRE OS AUTORES

Adriana Freire Pereira Férriz - Assistente Social. Doutora
em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba
(2012), professora adjunta no Curso de Serviço Social da
Universidade Federal da Bahia.

Cleomar Campos da Fonseca - Doutora em Serviço
Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),
professora do Curso de Graduação em Serviço Social da
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e membro do
Núcleo de Pesquisa e Práticas Sociais (NUPEPS).

Dayse Cristina Nunes do Nascimento - Assistente Social;
Coordenadora do Centro de Referência Especializado de
Assistência Social do município de Boqueirão/PB.

Geórgia Dantas Macedo – Assistente Social da
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).
Especialista em Saúde Mental pela UEPB e Política e
Gestão Pública pela Universidade Federal de Campina
Grande (UFCEG).

Idalina Maria Freitas Lima Santiago – Doutora em
Ciências Sociais (PUC/SP), professora do Curso de Serviço
Social da UEPB, Coordenadora Adjunta do Programa de

Pós-Graduação em Serviço Social/UEPB e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Flor e Flor: estudos de Gênero.

Jordeana Davi - Doutora em Serviço Social (UFPE), professora do Curso de Serviço Social da UEPB, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social /UEPB e Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Estudo em Políticas Sociais (GEAPS).

Julliana Keith de Sá Vieira - Assistente social da Secretaria de Assistência Social de Salgueiro-PE.

Lélica E. P.Lacerda - Assistente Social graduada pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Lígia Maria Leite de Souza - Assistente Social graduada pela Universidade Estadual da Paraíba.

Lúcia Maria Patriota- Assistente Social, Mestre em Saúde Coletiva pela UEPB, professora do Departamento de Serviço Social da UEPB. Coordenadora adjunta do Curso de Serviço Social da UEPB. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudo em Políticas Sociais (GEAPS).

Marília Tomaz Oliveira - Assistente Social. Doutora em Sociologia (UFPE), professora do curso de Serviço Social da UEPB. Líder do Núcleo de Pesquisa e Práticas Sociais (NUPEPS).

Mauricelia Cordeira da Silva - Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora do Curso de serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Marta Denise Pereira de Andrade - Especialista em Educação e Direitos Humanos pela UFPB. Assistente social na Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP/PB).

Moema Amélia Serpa Lopes de Souza - Doutora em Serviço Social pela UFPE, professora do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB e Coordenadora do Grupo de Pesquisas e Estudos sobre o Trabalho e Proteção Social (GETRAPS).

Mônica Barros da Nóbrega - Doutora em Serviço Social pela UFPE, professora do Curso de Serviço Social da UEPB e membro do Núcleo de Pesquisa e Práticas Sociais (NUPEPS).

Neyde Jussara Abdala Rodrigues - Assistente social do Centro de Ação Cultural (CENTRAC) e membro do Núcleo de Pesquisa e Práticas Sociais (NUPEPS).

Paloma Ribeiro Freitas Dantas – Assistente Social do Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II e da Clínica de Hemodiálise e Nefrologia de Rondônia em Porto Velho/RO.

Ricardo Lara - Doutor em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Rosa Prêdes - Assistente social. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e estágio pós-doutoral realizado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Coordenadora do Grupo de Pesquisa *Mercado de Trabalho do Serviço Social*, desde 2000.

Sandra Amélia Sampaio Silveira - Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora do Curso de Graduação em Serviço Social da

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Práticas Sociais (NUPEPS).

Sérgio Cordeiro de Sousa - Assistente social do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Cariri Ocidental da Paraíba (CISCO - Função: Coordenador Geral do Projeto Cisternas de Placas).

Sérgio Cordeiro De Sousa - Assistente social do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Cariri Ocidental da Paraíba (CISCO - Função: Coordenador Geral do Projeto Cisternas de Placas).

ANEXOS



Alunas da 1.ª turma da Faculdade de Serviço Social (1962)



Aula inaugural (1960)



Aula inaugural do mestrado em SS
Palestrante Prof. Dr. José Paulo Netto (2013).



Prédio onde funcionou o Curso de Serviço Social de 1966 a 2012



Centro de Integração Acadêmica, onde funciona o Curso de Serviço Social da UEPB desde 2012.



Colação de grau da segunda turma do Curso de Serviço Social (1966)



Colação de grau no Teatro Municipal com a presença de Dom Helder Câmara, paraninfo da turma (1966)



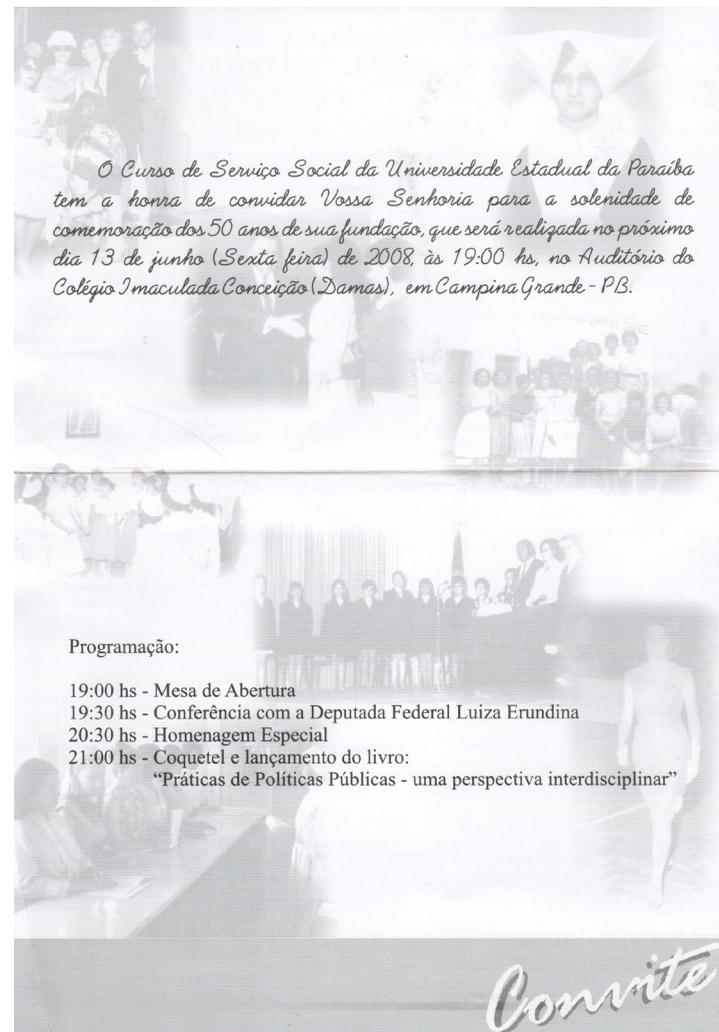
Comemoração do término da revisão curricular 2013



Concluintes de 1968



Convite para o evento comemorativo dos 50 anos de criação do Curso de Serviço Social (2008)



Convite comemoração dos 50 anos de fundação do Curso de Serviço Social de Campina Grande-PB.



Faculdade de Serviço Social - Década de 1960



Homenagem a Luiza Erundina, uma das fundadoras e ex-aluna do Curso de Serviço Social de Campina Grande (2008)



Inauguração do prédio da Faculdade de Serviço Social (1966)



Instalação oficial da Faculdade de Serviço Social (1959)



Irmã Elisabeth Torquato, professora da Faculdade de Serviço Social,
com Profa. Sandra Silveira (2007)



Luiza Erundina, em número de arte com alunas do Externato São
José (1959)



Mesa de abertura do Evento comemorativo dos 50 anos de fundação do Curso de Serviço Social (2008)



Oficina de Revisão Curricular - 2012



Placa da praça em homenagem à Irmã Ângela Beleza (no prédio onde funcionou a Faculdade de Serviço Social)



Praça Irmã Ângela Beleza, no prédio onde funcionou o Curso de Serviço Social no período de 1966 a 2012



Plateia presente ao evento comemorativo dos 50 anos de fundação do Curso de Serviço Social (2008)



Profa. Sandra Amélia entrevistando Irmã Ângela Beza, primeira diretora da Faculdade de Serviço Social (Recife, 2006)



Profesores(as) e estudantes da primeira turma do Mestrado em Serviço Social da UEPP



Professoras do Curso de Serviço Social UEPB com Irmã Ângela Beleza (Recife, 2006)



Professoras do Serviço Social, com Luiza Erundina, nas comemorações dos 50 anos do Curso de Serviço Social da UEPB (2008)



Prédio do Curso de Serviço Social (2012)



Prédio onde funcionou a Faculdade de Serviço Social de 1966 a 2012

Sobre o livro

Projeto Gráfico e Editoração Lediania Costa

Normalização Técnica Jane Pompilo

Impressão Gráfica Universitária da UEPB

Formato 15 x 21 cm

Mancha Gráfica 9,5 x 16,5 cm

Tipologias utilizadas Adobe Garamond Pro 12/17
Constantia 14/18

Papel Apergaminhado 75g/m² (miolo)
e Cartão Supremo 250g/m² (capa)

A coletânea intitulada O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UEPB: elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica é fruto do esforço intelectual coletivo empreendido por docentes pesquisadores do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que comprometidos com a historicidade e o debate crítico da formação profissional tornam público esta obra como legado deste Curso que já completou mais de meio século de história no município de Campina Grande - Paraíba.